

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LOIVA CANOVA

**ANTÔNIO ROLIM DE MOURA E AS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM NO
INTERIOR DA COLÔNIA PORTUGUESA NA AMÉRICA (1751-1764)**

**CURITIBA
2011**

LOIVA CANOVA

**ANTÔNIO ROLIM DE MOURA E AS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM NO
INTERIOR DA COLÔNIA PORTUGUESA NA AMÉRICA (1751-1764)**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira.

**CURITIBA
2011**

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

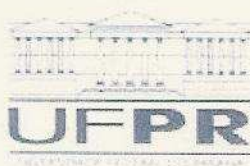
Canova, Loiva

Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem
no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764) /
Loiva Canova. – Curitiba, 2011.
319 f.

Orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Moura, Antônio Rolim de, 1709-1782. 2. Mato Grosso -
História - 1751-1764. 3. Mato Grosso - representações sociais -
imaginário. 4. Espaços públicos - imaginário. I. Título.

CDD 981.72

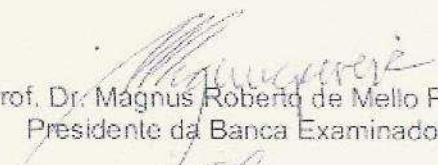



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716. fone/fax + 55 (41) 3360-5086.
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

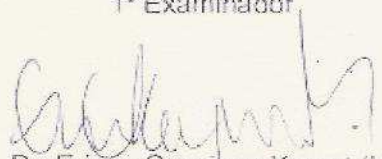
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

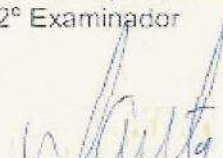
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de Loiva Canova, intitulada: **Antonio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua...*aprovada* completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de Doutor em História.

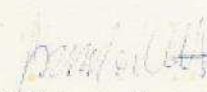
Curitiba, vinte e três dias do mês de março de dois mil e onze


Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Oséias de Oliveira (UNICENTRO)
1º Examinador


Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat (UEPG)
2º Examinador


Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos (UFPR)
3º Examinador


Prof. Dr. José Roberto Braga Portella (UFPR)
4º Examinador

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Magnus Roberto de Mello Pereira, que acompanhou e me auxiliou na construção deste texto. Suas sugestões teóricas foram instrumentos fundamentais à diretriz da discussão apresentada, os empréstimos de obras, a doação de seu tempo e a paciência com meus limites. A você, Magnus, agradeço a coragem de acompanhar por anos uma aprendiz que veio de “uma margem tão dilatada”.

Aos professores da banca de qualificação: Antonio Cesar de Almeida Santos e José Roberto Portella, por terem me apresentado subsídios de orientação, e de tantas dicas e sugestões.

Institucionalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), que forneceu, a partir do segundo ano de estudos da Pós-Graduação, suporte financeiro, tornando possível a realização da pesquisa.

À Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que concedeu licença para minha capacitação. À Universidade Federal do Paraná (UFPR), que me disponibilizou um espaço de aprendizado.

Aos meus amigos: Helio Wolfart, Eula de Ávila Wanti e André Akamine Ribas (os três anjos da guarda da tese), Elisabete Franczak, Adriana Giovanini, João Antônio Botelho Lucídio, Ana Moreira, Tiago Bonato, Rosângela Santos, Allan Kato, Luzinete de Souza, Sandra Maria de Moraes, Cerise, Laís Gluck, Giovana Gluck, Maria Noel, Hugo, Marlene, Dalva, Luzinete Xavier de Lima, João Moreira, Maria Cristina Parzwski (secretária da pós da UFPR). Às meninas bolsistas do IHGMT, Natalha e Débora, e ao mais atencioso dos ex-funcionários deste arquivo, Jorge. Aos meus mais doces amigos da pós: Andréa (de Ponta Grossa) e Rafael (de Florianópolis)... Amigos que tornaram possível minha estadia na cidade de Curitiba e em Cuiabá, amigos que me deram conforto e apoio, prestaram favores e serviços, ajudaram-me com os documentos, com leituras, com mapas, com o envio de fontes impressas de Portugal, revisaram, apresentaram dicas de teses, dissertações, artigos, disponibilizaram tempo de suas vidas e dividiram espaço doméstico...

À família Casagrande, em nome das tias Alice e Dorva, porque deram amparo em Curitiba. Agradeço à minha filha Laura, por ter sido minha parceira de vida e da tese e, para o fim dos agradecimentos, escrevo-lhe, que tornou significativa e estimulante para a tecitura destas palavras. Este texto é dedicado à Laura e à Ida Casagrande, minha mãe, a quem tenho amor e gratidão.

Meu primo e Senhor. Quanta terra, e quanta água tenho passado depois que vos escrevi. Rios tão caudalosos, matos tão espessos, e campos tão dilatados, que fazem admiração principalmente a quem vem de uma terra tão apertada, como o nosso reino.

Antônio Rolim de Moura

RESUMO

Esta tese tem por objetivo problematizar os múltiplos e ambivalentes sentidos que Antônio Rolim de Moura atribuiu à paisagem no interior da América portuguesa, mais especificamente na capitania de Mato Grosso, lugar que governou entre os anos de 1751 e 1764. O Governador, a partir da descrição da paisagem, possibilitou estudos das imagens de Mato Grosso, as quais, quando relatadas, trazem em si muitas visibilidades por terem sido apresentadas em suas dinâmicas culturais. Para atender à leitura e problematização das imagens textuais, foram consultados autores que discutem o conceito de paisagem, representação e espaço. Para discussão do conjunto de imagens produzidas pelo Governador, foi pesquisada sua correspondência oficial, atendendo ao período em que esteve à frente da administração capitania. Este estudo permitiu entender o olhar de Antônio Rolim de Moura e como suas representações contribuíram para a formação do imaginário dos lugares e pessoas. Tais imagens continuam dando forte sustentação às práticas, conceitos e pré-conceitos em relação à região e ao Estado.

Palavras-chave: Antônio Rolim de Moura. Paisagem. Representações. América Portuguesa. Mato Grosso.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss the multiple and ambiguous meanings that Antônio Rolim de Moura assigned to the landscape in the Portuguese America, more specifically in the Province of Mato Grosso, which he governed between the years of 1751 and 1764. The Governor, based on the landscape description, enabled the study Mato Grosso images, which register a lot of visibility when reported, as they were presented in their cultural dynamics. In order to meet the reading and questioning of the textual images, authors who discuss the concept of landscape, representation and space were consulted. Based on the discussion of the image set produced by the Governor, its official correspondence was investigated, relating to the period in which he was the head of administration. This study enabled the understanding of the perspective of Antônio Rolim de Moura and how his representations contributed to the formation of imaginary places and people. Such images continue to strongly support the practices, concepts and prejudices regarding the region and the state.

Keywords: Antônio Rolim de Moura. Landscape. Representations. Portuguese America. Mato Grosso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- A CAPITANIA DE MATO GROSSO	34
FIGURA 2	- A CAPITANIA DE MATO GROSSO E SEUS DISTRITOS: CUIABÁ E O MATO GROSSO (SÉCULO XVIII).....	44
FIGURA 3	- ROTA MONÇOEIRA SUL: SÃO PAULO-CUIABÁ	81
FIGURA 4	- POVOS INDÍGENAS NO DISTRITO DO CUIABÁ	107
FIGURA 5	- VISTA DA VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ: SÉCULO XVIII.....	123
FIGURA 6	- ROTEIROS MONÇOEIROS: SÃO PAULO A CUIABÁ	125
FIGURA 7	- ARRAIAL DE SANTA ANA: SÉCULO XVIII	162
FIGURA 8	- ARRAIAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER: SÉCULO XVIII.....	162
FIGURA 9	- PLANTA DA CAPITAL DE MATO GROSSO: VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DO MATO GROSSO, 1777	183
FIGURA 10	- CAMINHO DE TERRA CUIABÁ A GOIÁS	223
FIGURA 11	- O MAPA DE ANTÔNIO ROLIM DE MOURA	226
FIGURA 12	- ROTEIRO MONÇOEIRO NORTE	260
FIGURA 13	- MISSÕES: MOXOS E CHIQUITOS	272

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 O OBJETO E SUAS QUESTÕES.....	9
1.2 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS E A BASE DOCUMENTAL.....	20
1.3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS MINAS DO CUIABÁ, MATO GROSSO E CAPITANIA DE MATO GROSSO	32
1.4 ANTÔNIO ROLIM DE MOURA: A CONSTRUÇÃO DE UM PERSONAGEM HISTÓRICO	51
2 REPRESENTAÇÕES DOS CAMINHOS DESCRITOS POR ANTÔNIO ROLIM DE MOURA NO INTERIOR DA COLÔNIA PORTUGUESA	69
2.1 HISTÓRIAS A PARTIR DO RIO TIETÊ.....	80
2.2 REPRESENTAÇÕES DO PANTANAL.....	99
2.3 CHEGADA À VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ	121
3 IMAGENS DA VILA DO CUIABÁ, O SEU TERMO E A VIAGEM AO GUAPORÉ..	126
3.1 AS REPRESENTAÇÕES DO CUIABÁ.....	126
3.2 MISSÃO DE SANTANA.....	143
3.3 CAMINHO AO GUAPORÉ E AS REPRESENTAÇÕES DO LUGAR DA CAPITAL	154
3.4 ESCOLHA DO LUGAR DA VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	161
4 ANTÔNIO ROLIM DE MOURA: A PAISAGEM E AS IMAGENS DO MATO GROSSO	171
4.1 VIVER NA FRONTEIRA: UM REINO DE DIFICULDADES.....	172
4.2 AUTORREPRESENTAÇÃO.....	188
4.3 IMAGENS DO AMBIENTE NATURAL	205
4.4 REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO.....	215
4.5 ÍNDIOS MANSOS: OS PARESI E OS BORORO	231
4.6 NEGROS NA PAISAGEM DA FRONTEIRA.....	245
4.7 ECONOMIA DE VILA BELA E REGIÃO.....	257
4.8 ESPAÇOS DE PODER NA FRONTEIRA: AS MISSÕES E A FORTALEZA	269
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS.....	291

1 INTRODUÇÃO

1.1 O OBJETO E SUAS QUESTÕES

Esta tese, que recebeu o título: “Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)”, tem por objetivo problematizar os múltiplos e ambivalentes sentidos que o Governador de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, atribuiu à paisagem, desde o Rio de Janeiro, e sua saída do porto de Araraguaba, em São Paulo, em direção à Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, para depois seguir ao Guaporé, região de fronteira, que se faria portuguesa pelo trabalho dos agentes oficiais para lá enviados pela Coroa. O objetivo central desta reflexão é compreender a construção das múltiplas imagens da cultura, da natureza e dos espaços da paisagem descritas pelo oficial português.

Para discutir o conjunto de imagens que o Governador produziu a partir da paisagem do interior da colônia portuguesa na América, com destaque para a região de Mato Grosso, foi utilizada fundamentalmente a correspondência oficial por ele emitida e recebida, que abarca os anos de 1751 a 1764, período em que esteve à frente da administração capitania.¹

Esta tese pretende, também, responder às perguntas: Como Antônio Rolim de Moura construiu a paisagem do interior da colônia americana e, mais pontualmente, a paisagem mato-grossense? Qual o filtro histórico-cultural incluso em suas percepções?

Para entender a atuação política do Governador na capitania de Mato Grosso, é importante mencionar sua inserção no contexto das conquistas e colonização pelo interior colonial, realizadas pelos oficiais do Estado português e por diversos agentes dos sertões.

¹ No espaço de poder do Estado absolutista português, o Governador-General é o chefe supremo da administração capitania, com função essencialmente militar, mas também é o chefe da administração em geral, com poderes limitados pela vigilância da metrópole e pela ação administrativa de outros agentes régios. Cf. AVELLAR, Hélio de Alcântara. **A administração pombalina**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 54.

Ao tratar da penetração de colonizadores na parte mais a oeste da colonização portuguesa na América (a exemplo, as minas do Cuiabá e do Mato Grosso), é preciso necessariamente compreender o modo como foi se configurando o enredo da história colonial paulista, no sentido de mostrar a ida de colonos para uma vasta área que passou a ser conhecida por homens europeus, ou de ascendência europeia, que tinham por objetivo maior a caça aos índios. Os colonos, representados especialmente pelos sertanistas paulistas, exploraram o sertão, destruindo populações indígenas que nele habitavam. Considerando-os mercadoria, por meio da violência e da força os submetiam à condição de escravos. A penetração no sertão em direção ao centro-oeste colonial brasileiro é majoritariamente resultado do desdobramento das ações dos paulistas.

Logo no início da colonização, ainda no século XVI, foram organizadas as chamadas entradas pelo interior da América portuguesa. Primeiramente dirigiam-se a pontos próximos ao litoral e, a seguir, aos chamados sertões, terras mais distantes da costa e cada vez mais adentrando em direção ao oeste. No decorrer do século XVI, os colonos do planalto de Piratininga disputavam terras com os silvícolas ali existentes.

Foi um período de constantes e violentos confrontos, cujo resultado foi um grande e intenso aproveitamento dos índios como mão de obra escrava usada na economia de subsistência planaltina, ocasionando a dizimação de muitas sociedades ou seu afastamento para outras paragens mais ao interior da Colônia, onde se fixariam à procura de segurança.

A maioria das nações indígenas não conseguiu enfrentar o poder bélico dos portugueses, resultando, já no final do primeiro século de colonização, na falta de índios para suprir as necessidades produtivas dos paulistas. Naquele mesmo período, as plantações de açúcar do Nordeste superaram as do litoral da capitania de São Vicente, que, assistindo ao enfraquecimento de seus recursos econômicos, não obtinha ganhos necessários para aquisição de escravos africanos. Passaram, então, tanto no litoral quanto no planalto de Piratininga, a dar crédito às entradas como solução para o reabastecimento da sua força de trabalho. A capitania de São Vicente foi o centro de origem e estruturação dessas expedições armadas patrocinadas por representantes da Coroa portuguesa ou pela própria Coroa. Já as bandeiras foram empreendimentos de caráter privado e tinham por objetivo a busca de soluções para problemas sociais da Vila de São Paulo.

Desde o século XVII, o Planalto Paulista foi palco da organização dos mais diversos tipos de marchas para o sertão. Essas expedições variavam desde um pequeno grupo de escravos, chefiados por um índio domesticado, que embrenhavam-se pelo sertão aviados pelo seu dono, em busca de outros índios para a escravidão, até grandes contingentes compostos por milhares de homens, entre brancos, índios e mestiços.²

Embora o intento inicial das empresas itinerantes fosse a preação de índios, havia esperança de encontrar ouro. O sonho de encontrar esse minério, apesar de incerto, era também uma forte razão que levava os bandeirantes paulistas às longas e demoradas viagens por lugares distantes de sua capitania. Para essa empreitada, os colonos contavam com outro tipo de incentivo de Portugal: as promessas de benesses, como títulos ou terras, para quem ousasse tão arriscada peripécia. A Coroa almejava, por meio do bandeirismo, entendido como um movimento de interiorização nas terras ainda não penetradas pelos brancos, um objetivo mais audacioso: aumentar seu patrimônio territorial americano para além do Tratado de Tordesilhas. Assim, os sertões passavam a ser alvo das conquistas aos povos indígenas e a novas terras.³

A colonização da região de São Paulo, diferente das de outras áreas no litoral, teve na mão de obra indígena a base de sua formação econômica mercantil, e os colonos responsáveis pelo projeto deram as costas ao comércio dos negros africanos que acontecia em outras partes da colônia portuguesa. Essa história inicia-se com a consolidação da ocupação da região de São Paulo, no ano de 1553, tempo em que se abriu uma espécie de porta de entrada para uma vantajosa atividade econômica: a preação de índios.

Sabe-se que:

Nos campos chamados Piratininga fundaram no dia 25 de janeiro de 1554 a cidade de São Paulo, celebrando-se a primeira missa no dia da conversão deste apóstolo que depois se criou a cidade e capitania no ano de 1711 no reinado do sereníssimo rei Dom João V. Os paulistas penetraram todos aqueles sertões praticando muitos atos de posse e sujeitando muitos índios e aldeias. Os mesmos paulistas povoarão a cidade de Assunção do Paraguai, conservando-se muitos anos no domínio da Coroa de Portugal, entrando por todas as campanhas do Rio da Prata e Paraguai, chamada missões depois da entrada dos jesuítas, e continuaram por toda aquela

² VOLPATO, Luíza Rios Ricci. **Entradas e bandeiras**. São Paulo: Global, 1985. p. 62.

³ As informações da escravidão indígena no interior da Colônia podem ser conferidas em: VOLPATO, 1985; MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; HOLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). **História geral da civilização brasileira: época colonial**. 7. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985. tomo I, v. I.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

margem do norte do mesmo Rio a praticar os mesmos atos de posse sem [ilegível] nem demógrafo algum [...].⁴

Nessa perspectiva, o sertão representava uma fonte segura de mão de obra cativa. De início, a escravização dos índios era obtida pelos colonos paulistas que atacavam as várias missões, gerenciadas pela ação evangelizadora dos padres jesuítas. Já nos idos de 1580, quando a política de aldeamento não mais supria o contingente de trabalhadores escravos necessários ao projeto colonial desenvolvido em São Paulo, os colonos passaram a defender a apropriação direta desses trabalhadores por meio das expedições predatórias ao interior sertanejo, quando os índios dos arredores já haviam sido extintos, especialmente as sociedades localizadas nas proximidades do Tietê.⁵

O historiador John Monteiro relata que, durante o século XVII,

colonos de São Paulo e de outras vilas circunvizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões, trazendo milhares de índios de diversas sociedades para suas fazendas e sítios na condição de serviços obrigatórios. Estas freqüentes expedições para o interior alimentaram uma crescente base de mão de obra indígena no planalto paulista, que, por sua vez, possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando – ainda que de forma modesta – a região a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional.⁶

De forma resumida, foram relatados os conteúdos históricos construídos do sertão, e as práticas de interiorização em direção ao oeste das terras da Colônia. Um espaço do interior colonial, que foi conhecido pelo Governador, por onde pôde observar uma natureza desconhecida, com referências históricas de penetração e conquista, e com seus diversos recursos e riquezas. Nele Antônio Rolim de Moura interage socialmente, em ações de comando orientadas pela metrópole, Portugal.

Os documentos escritos pelo português Antônio Rolim de Moura apresentam informações a respeito dos perigos, dos ataques, da localização dos territórios indígenas, ora tratando da política de alianças, ora do seu combate. As nações indígenas que mobilizaram maior atenção dele foram os Caiapó, os Paresi, os

⁴ PECÚLIO dos fatos acontecidos desde o ano de 1500 em que foi descoberto o Brasil até o ano de 1777 em que houve a última guerra do sul, sobre os limites e demarcações entre a Coroa de Portugal e de Espanha. Arquivo Nacional. Códice 728, v. 1, 02852, 208/9.33.

⁵ MONTEIRO, 1994. p. 37 e ss.

⁶ *Ibid.* p. 57.

Guaicuru, os Paiaguá, os Bororo e os Mura. Por esse motivo são as nações que mereceram destaque nas narrativas.

Foram nações que ganharam maior número de representações: da localização geográfica dos territórios, do modo como se relacionavam com a natureza, e como as fez percebidas, comparando-as aos europeus em graus de maior ou menor “civilidade”. É com base nessas informações que foram selecionadas algumas nações indígenas, a fim de problematizar as representações construídas pelo Governador dos habitantes da capitania de Mato Grosso.

Suas considerações sobre a população negra também refletem imagens, na maioria pessimistas, excludentes e categorizadas em juízos qualificadores. Há nelas percepções sobre o seu cotidiano, fornecendo apreensões do social, com aqueles que lhe serviram na vida doméstica, no trabalho na fronteira, na exploração das riquezas, na construção da vila.

O olhar do Governador em relação ao interior da colônia, e especificamente à capitania de Mato Grosso, é fundamental para que se possa problematizar os níveis de percepções sobre os moradores locais. Percebem-se nele juízos com a função de construir a alteridade entre o colonizador, os nativos e os africanos. Os vários momentos de encontro com o outro, ensejado pelo cotidiano de Rolim de Moura, mostravam-se especialmente propícios para o afloramento de sua autorrepresentação, expondo a percepção das diferenças.

Ao escrever suas correspondências, ele mostrava dimensões muito peculiares de sua vida na capitania recém fundada. Estes assuntos tratam do tempo em que Rolim de Moura viveu no Mato Grosso e de várias situações da sua história no Guaporé, seus conhecimentos da região, seu trabalho e seu cotidiano.

Para atender a tal objetivo, de leitura e problematização das imagens textuais, foram consultados alguns autores que discutem o conceito de paisagem, representação e espaço. Antônio Rolim de Moura, a partir da descrição dos espaços do cenário da paisagem “natural” e cultural, possibilitou o estudo de imagens de Mato Grosso, nas quais deu ênfase ao cerrado, ao pantanal e à floresta amazônica. Quando relatadas, essas paisagens “naturais” trazem em si múltiplos espaços de muitas visibilidades, pois foram apresentadas com suas dinâmicas culturais.

As concepções teóricas da obra *Paisagem e Memória*, do escritor, historiador britânico e professor de História e História da Arte da Universidade de Columbia, Simon Schama, serviram de base para a construção metodológica, na

qual a leitura da paisagem é uma proposta para elaboração de estudos que compreendem a natureza e a percepção humana como inseparáveis.

A paisagem é uma abstração; apesar de ter sua concretude, como coisa material, sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social [...]. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto estratos de rochas.⁷

Simon Schama explica que a paisagem preserva suas marcas e fatos, e é representada formando um conjunto de possibilidades categóricas e explicativas do pensamento humano.⁸ O objetivo, nestas páginas, é mostrar como o Governador olhou para a paisagem, representando-a em textos, em um processo que vai da percepção à representação e vice-versa, em meio à criação sócio-imaginária.

Sendo assim, apropria-se das explicações do geógrafo Denis E. Cosgrove, quando entende que na construção da paisagem “os textos culturais têm muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas”.⁹

A paisagem reside no objeto e no sujeito; é o produto da interação complexa entre o sujeito que observa e o objeto observado. A respeito da abrangência do conceito *paisagem*, tem-se a definição:

a paisagem está entre o campo da visibilidade e da visualidade. A paisagem é real e é representação, ela guarda esse sentido dual. A paisagem é o resultado de um processo cognitivo mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos. A paisagem guarda duas categorias explicativas: ela corresponde ao campo da visualidade que significa a imagem do mundo físico, concreto e da visibilidade, que é a elaboração reflexiva do que é fornecido visualmente e transformado em fluxo cognitivo. A visualidade corresponde a um dado físico e referencial. A visibilidade é propriamente semiótica, partindo de uma representação visual para gerar um processo perspectivo complexo, marcado como experiência geradora de um conhecimento contínuo, individual e social. A visibilidade enquadra o visual para inseri-lo comparativamente, na pluralidade de outros

⁷ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 16-17.

⁸ “A natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. [...] Embora se reconheça (como se deve) que o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não foi puro benefício, a longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada. No mínimo, parece correto reconhecer que é a percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.” (SCHAMA, 1996, p. 17, 20). O termo “marca”, usado pelo autor, tem o significado de expressar a transformação que o homem opera na “paisagem natural”.

⁹ COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1998. p. 101 (tradução nossa).

olhares, individuais e coletivos, subjetivos e sociais, situados no tempo e no espaço. Se por um lado ela é vista por um olhar; por outro, ela determina.¹⁰

Pode-se afirmar que as imagens construídas por Antônio Rolim de Moura resultam das representações do espaço observado. Conforme escreve o historiador Tiago Bonato,

a paisagem, quando representada, torna-se uma imagem. O todo do espaço físico é compilado em uma representação – seja ela pictórica, descrita oralmente, textual ou quaisquer outros meios. A imagem está longe de ser o espaço real. Por definição, é apenas uma representação.¹¹

Deste modo, a imagem é material da imaginação e sem ela a percepção não pode ser ampliada. Ou, como explica a professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Sevilha, Maria del Mar Ramírez Alvarado:

La noción de “imaginario” hace referencia a dos aspectos. En primer término, se entiende como imaginario aquello “no real”, patrimonio de la imaginación (concebida ésta como la facultad que permite “representar cosas reales o inexistentes, materiales o ideales”). O imaginario resulta de la capacidad de imaginar, es decir, de figurar. Fantasear, fingir, sonar, inventar, idear, idealizar. Por lo general, el imaginario se asocia a la producción de imágenes de carácter fantástico. En le área de los estudios de imagen hay quienes piensan que le imaginario tiene que ver con la creación de imágenes mentales, es decir, con la capacidad de evocar objetos, seres e situaciones no presentes a los sentidos. En este ámbito, la noción de imaginario tiene como soporte esa “facultad creativa productora de imágenes interiores eventualmente exteriorizables.”¹²

O conceito de *representação* é abrangente e difuso,

as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação social. Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos.¹³

¹⁰ CASTRO, Demian Garcia. **Significados do conceito de paisagem**: um debate através da epistemologia da geografia. p. 4-5. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

¹¹ BONATO, Tiago. Construindo a paisagem da América portuguesa: imagens textuais nos relatos de viagem do final do período colonial. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (Org.). **Região**: espaço, linguagem e poder. São Paulo: Alameda, 2010. p. 226.

¹² RAMÍREZ ALVARADO, Maria del Mar. **Construir una imagen**: visión europea del indígena americano. Sevilla: Fundación El Monte, 2001. p. 37. (Colección América).

¹³ MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 109.

O historiador Francisco José Calazans Falcon define representação como “um conceito-chave do discurso histórico”¹⁴. A representação indica uma característica dele – sua dimensão ou função cognitiva – constituindo, assim, um conceito teórico-metodológico, isto é, epistemológico. Ainda de acordo com Falcon, ao descrever as relações entre história e representação:

[...] representar pressupõe uma atividade ou “faculdade” da consciência cognitiva em relação ao mundo exterior: [...] Representar [...] remete a uma atividade do sujeito do conhecimento e a sua capacidade de conhecer, isto é, de apreender um real verdadeiro para além das aparências de um real produzido pelo senso comum. [...] A representação é um conceito-chave da teoria do símbolo, uma vez que o objeto ausente é re-apresentado à consciência por intermédio de uma “imagem” ou símbolo, isto é, algo pertencente à categoria do signo.¹⁵

Seguindo estes pressupostos teóricos, com o intuito de demonstrar a construção das representações pelo Governador mediante suas percepções contextualizadas no princípio das experiências iluministas¹⁶, admite-se que toda a realidade descrita, como conhecimento produzido por ele, é uma representação. O conjunto de representações corresponde às apreensões da realidade observada, obedece à relação com o mundo mediante as estruturas complexas de seu universo cognitivo. Concebe-se, nestes conceitos, que a correspondência de Antônio Rolim de Moura remete a uma referência pré-existente, para ocorrer a compreensão no contexto social do qual apreendeu valores, sentidos e experiências.

¹⁴ FALCON, Francisco José Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 46. (Coleção Textos do Tempo).

¹⁵ *Id.*

¹⁶ Pierre Serna nos esclarece as características sociais de um nobre, que é alguém passível de ser identificado como um gentil-homem, bem-nascido, cavaleiro, aristocrata. Segundo o autor, o nobre desfruta de um sólido estatuto jurídico, que se manifesta por meio de poderes intangíveis. Arraigado à história que lhe confere arrogância, detém na sociedade uma função de prestígio, de cunho militar, associada aos seus valores morais. O nobre evolui no seio de um grupo legítimo, hierarquizado segundo dois princípios concretos: a Antiguidade, avaliada com base em alguns níveis simbolicamente associados, como a nobreza mais antiga, a alta nobreza, atributo dos fidalgos com quatro graus de nobreza, e depois, a capacidade de manter a própria condição por causa de sua riqueza. Todas essas qualificações remetem à realidade nobiliárquica, à realidade pessoal e histórica da família de Antônio Rolim de Moura. Cf. SERNA, Pierre. O nobre. In: VOVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 31-33. Durante o século XVIII, segundo Im Hof, abriram-se aos nobres melhores e mais honrosas oportunidades de carreira, com variedade de patentes, o que permitia uma ascensão a cargos de maior prestígio, de comandos superiores. Cf. IM HOF, Ulrich. **A Europa no Século das Luzes**. Lisboa: Editorial Presença, 1995. p. 34. Foi o que aconteceu na história de Rolim de Moura: depois de exercer cargos militares e civis em Portugal, foi nomeado Governador da capitania de Mato Grosso.

O português Antônio Rolim de Moura enquadrrou seu olhar, focou, criou significado ou deu novos significados aos espaços – uma vez que é neles que o olhar se constrói – neles depositou valores, projetou sonhos, construiu parte de sua história em distintos tons.

O termo *espaço*, várias vezes citado nessa leitura, conforme definido pelo filósofo e poeta francês Gaston Bachelard, pode, por vezes, ser entendido como “uma realidade exterior quanto uma representação”. Acrescenta o autor que “o espaço é sítio povoado por afetividades, habitado por intimidades, no qual moram desejos, medos e sonhos”.¹⁷

Para aprimorar o conceito de *espaço*, conforme argumentos do filósofo José Américo Motta Pessanha sobre as considerações de Bachelard, este autor

não fala do espaço apenas diurnamente, enquanto categoria física e matemática, espaço neutro, impessoal, resgata no nível do imaginário poético e filosófico, o espaço enquanto lugar: situado, singular, povoado por lembranças pessoais, sítio de experiências colorido por emoções datadas. Esse espaço, que se desdobra e singulariza em casa, concha, ninho, cofre, gaveta... é cenário da vida do corpo, morada de afetos, fonte de *poiesis* artística ou filosófica enquanto paisagem.¹⁸

Diz-se que paisagem não é espaço. Conforme citação do historiador Daniel Souza Leão Vieira, paisagem e espaço são categorias diferentes. Para ele, a paisagem é um conjunto de espaços transformados pelas relações humanas.¹⁹ Analogamente, o geógrafo Sandeville Junior vê a paisagem como resultado da ação histórica dos homens em interação com a natureza. Assim, a ideia de paisagem é percebida tanto em sua materialidade quanto em sua representação.²⁰

Os conceitos dos geógrafos Ana Fani Alessandri Carlos e Milton Santos se relacionam implicitamente com a postura teórica do também geógrafo John

¹⁷ BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Para a noção de vastidão como uma espacialidade interior, ver especificamente o capítulo 8: “A imensidão íntima”, p. 189-233.

¹⁸ PESSANHA, José Américo Motta. Bachelard e Monet: o olho e a mão. In: NOVAES, Adauto *et al.* **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 156.

¹⁹ VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, São Paulo, v. 3, ano III, n. 3, jul./ago./set. 2006. Disponível em <<http://www.revistafenix.pro.br/artigos8.php>>. Acesso em: 5 jun. 2008.

²⁰ SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem. **Revista Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 20, p. 6, 2005. Disponível em: <<http://www.espiral.org.br/paisagens/publicacoes/2005paisagem.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

Brinckerhoff Jackson²¹: para esses autores, a paisagem é o aspecto visível do espaço. É a epiderme do mundo, a visibilidade do território, exterioridade do relevo, manifestação do espaço. Essa superficialidade topográfica deve ser removida para que se chegue ao verdadeiro objeto de estudo, o espaço. Em síntese, a paisagem é um conjunto de objetos distribuídos em um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível.²²

O conceito de paisagem abarca também a perspectiva de uma forma de ver o espaço. Segundo o arquiteto e artista plástico Francisco Faria,

A paisagem é uma construção mental, e sempre é uma forma de ver, uma forma (que se aprendeu) de organizar o espaço observado com relação a um sistema interpretativo. Uma forma de diálogo esperado. Mas um tipo essencial de diálogo, em que a paisagem, um ardil, fala qualquer língua e a qualquer olhar.²³

O termo *paisagem* compreende concepções distintas e indissociáveis: ao mesmo tempo em que *paisagem* é a natureza em si – ou uma parte dela, um território, um espaço – é também a visualização desse espaço através de um observador e, ainda, a representação do mesmo espaço, seja pela pintura ou pela escrita.²⁴

Pelas definições vistas, o termo paisagem está vinculado à imagem. Na paisagem notada pelo Governador, há necessariamente imagens que passam pelo seu foco, isentando-as de qualquer neutralidade. “Dessa forma, a imagem cria uma relação dialética com a paisagem: uma vez que a representação dessa influencia o imaginário e a construção mental da nova paisagem”.²⁵

²¹ JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the vernacular landscape**. New Haven: Yale University Press, 1984. p. xi.

²² SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997. p. 12. CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 15, 31.

²³ FARIA, Francisco. **Significado da paisagem das Américas**. [S.l.]. Edição Policopiada. p. 9.

²⁴ COSGROVE, Denis E. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1988.

²⁵ BONATO, 2010. p. 227.

Conforme o historiador Jacques Le Goff, a

memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos* [...] Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.²⁶

A palavra monumento tem o sentido de evocação do passado, “perpetuar a recordação”. Ainda, o *monumento* tem como característica o “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”.²⁷

Para Antônio Rolim de Moura, ao que parece, a capitania de Mato Grosso apresenta uma paisagem cultural e física bem diversa daquela que seus olhos haviam percebido até chegar a terras sul-americanas. Observa-se que a paisagem é um olhar que compreende a exterioridade do que é visto e a interioridade de quem vê. Nessa perspectiva, entende-se o universo cognitivo de Rolim de Moura, com seus valores estéticos, culturais e sensoriais.

Conforme os conceitos do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, “o fulcro deste processo de percepção da natureza reside nas transformações sofridas pelas paisagens, que surgem como reflexo, como forma aparente e resultado da interação do homem com o ambiente natural”.²⁸ Para esse estudo, é preciso lembrar que a percepção é um processo seletivo de apreensão. De modo que a percepção abarca uma cena e exterioriza o que foi apreendido como resultado de um processo de saber histórico-cultural. A percepção é entendida como a interposição de uma camada de julgamento ou interpretação entre o que é visto e a consciência de quem observa. Desse modo, é intrinsecamente ligada à vivência de cada indivíduo. As percepções são carregadas de intenções, mesmo que não “percebidas” por aquele que observa. No simples fato de olhar existe uma carga de interpretação, visto que o olhar é sempre o resultado de uma elaboração cognitiva, fruto de um reconhecimento das coisas representadas.

Em diversos momentos, o português identifica o que aparece diante de seus olhos por meio de informações anteriormente recebidas. As várias imagens são

²⁶ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 535.

²⁷ *Ibid.* p. 536.

²⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 204-205.

construídas a partir de suas percepções e valores, do seu universo simbólico, nos quais buscou seus referenciais para dar significado ao novo. O sertão, o pantanal, sua imensidão de águas e baías, as fronteiras naturais de matas, rios, cachoeiras, povoados, vilas e arraiais são espaços reconhecidos no interior da capitania, vistos sob a ótica do Governador e que possibilitaram discussões de algumas das categorias representativas que compõem a capitania de Mato Grosso.

1.2 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS E A BASE DOCUMENTAL

A presente tese, intitulada “Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América: (1751-1764)”, foi dividida em três partes.

No capítulo “Representações dos caminhos descritos por Antônio Rolim de Moura no interior da colônia portuguesa”, são problematizadas as imagens construídas pelo Governador em 1751, quando teve a oportunidade de observar a natureza e a cultura durante o longo percurso que fez de São Paulo até as minas do Cuiabá. Mais pontualmente, ler-se-á as imagens da viagem monçoeira a partir do porto de Ararituaba²⁹, localizado na capitania de São Paulo, até a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, na parte mais central da América do Sul, na recém-criada capitania de Mato Grosso. Antes, porém, um item trata da paisagem do interior da capitania: do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esse capítulo tem quatro subdivisões: “Paisagem do caminho a Parati”; “Histórias a partir do Rio Tietê”; “Representações do Pantanal”; “Chegada à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá”. Cada item apresenta descrições de suas especificidades naturais e culturais, com suas histórias e recursos, e em cada um deles trata-se em grande parte das representações das imagens de encantamento e de pessimismo que a percepção de Antônio Rolim de Moura pôde emitir.

O capítulo “Imagens da Vila do Cuiabá, o seu termo e a viagem ao Guaporé” atende às decisões políticas e representações produzidas por ocasião da

²⁹ Na língua dos índios Guaianá, *Ararituaba* significa a pedra onde as araras comem. Cf. SILVA, Valdeez Antônio da. **Os fantasmas do rio**: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

permanência de Antônio Rolim de Moura na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no ano de 1751, e outras que construiu quando estava no Guaporé, trabalhando na construção da fronteira. Foram analisadas as percepções de Antônio Rolim de Moura do espaço da Vila do Cuiabá e o seu termo, e ainda a escolha do lugar da sede do governo. É o item no qual estão problematizados alguns assuntos, obedecendo à sequência: “Representações do Cuiabá”, “Missão de Santana”, “Caminho ao Guaporé e as representações do lugar da capital” e a “Escolha do lugar da Vila Bela da Santíssima Trindade”. O capítulo mostra inicialmente que a intervenção na paisagem deu-se em ações planejadas a fim de administrar a capitania. É um capítulo marcado pela posse do seu cargo na Vila do Cuiabá e sua chegada ao Guaporé, no papel de oficial construtor da fronteira.

O último capítulo, “Antônio Rolim de Moura: a paisagem e as imagens do Mato Grosso”, traz assuntos relacionados às percepções de Antônio Rolim de Moura da região de fronteira no lugar do Guaporé, nos anos de 1752 a 1764. As imagens do Mato Grosso e da capitania mostradas pelo Governador permitem ler o conteúdo informado sobre a vasta região, em especial o vale do Guaporé. É dali que projeta a maioria das inúmeras imagens, com percepções de um cotidiano vivido no Distrito do Mato Grosso, quando ali permaneceu por mais de uma década. Os registros de Antônio Rolim de Moura indicam sua face observadora de uma região que deveria receber uma estrutura política de capital quando ele, oficial da Coroa portuguesa, fundou, em 1752, a Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do Guaporé. Nesta parte do estudo foi relatada a visão de Rolim de Moura ao escrever os assuntos: “Viver na fronteira: um reino de dificuldades”; “Autorrepresentação”; “Imagens do ambiente natural”; “Representações do sertão”, “Índios mansos: os Paresi e os Bororo”; “Negros na paisagem da fronteira”, “Economia de Vila Bela e região”; e “Espaços de poder na fronteira: as missões e a fortaleza”.

Em todos os capítulos, estão registradas percepções da cultura e da natureza que serviram de conteúdo para reflexão, desde quando Antônio Rolim de Moura viajou para encontrar Gomes Freire no Rio de Janeiro, até quando esteve na capitania da Bahia, para governar, e de lá também escreveu sobre Mato Grosso.

As representações dos habitantes de Mato Grosso nos escritos do Governador não se apresentam separadamente das que se referem ao espaço e aos recursos naturais da região. Suas representações da população indígena, dos negros, dos colonos e como fala de si são partes que interagem, se complementam,

se imbricam e compõem o cenário de gentes que ocuparam o espaço e nele utilizaram-se dos recursos naturais.

As leituras historiográficas e documentais indicam que “a base da população em Mato Grosso era predominantemente indígena, formada por diversas nações. Também havia em expressiva quantidade a presença de escravos negros africanos trazidos para o trabalho de mineração, de produção agrícola e de criação”.³⁰

Para finalizar o texto, as “Considerações finais” apresentam algumas imagens da capitania, escritas pelo Governador quando esteve na Bahia, entre os anos de 1765 e 1767. Nesse capítulo, tem-se uma opinião das imagens das gentes da capitania, dos recursos naturais, das problemáticas enfrentadas e a enfrentar...

Parte significativa da tese se fez fundamentalmente por meio da leitura dos documentos produzidos entre os anos de sua administração na capitania, desde sua viagem de São Paulo às minas do Cuiabá, em 1751, até sua saída do Guaporé, em 1764. Esse é o recorte temporal muito importante dos assuntos relacionados às imagens construídas do “ambiente natural” e cultural, uma delimitação definida pelo tempo de seu governo na capitania.

Foram pesquisados quatro conjuntos de fontes. O primeiro é composto pelos *Anais de Vila Bela: 1734-1789*, incluídos entre as crônicas do século XVIII, por representar uma peça importante na história oficial de Mato Grosso. Resulta de um trabalho cronológico escrito no século XVIII e que hoje é fundamental para identificar acontecimentos de várias naturezas. É um importante registro da atuação política dos Capitães-Generais mato-grossenses em área de fronteira com as colônias espanholas. São informações que testemunham as necessidades, interesses, desejos e significam a continuidade das ações humanas no Guaporé. Além das informações relevantes sobre os tratados e transições entre as monarquias ibéricas, a economia, as lutas e negociações, oferecem ao leitor um panorama da vida cotidiana (de homens e mulheres – negros, brancos, mestiços e índios) na região.³¹

A leitura dos *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*, favoreceu a apreensão de múltiplos aspectos da história das minas do Cuiabá e da sua Vila, uma vez que eles representam um dos documentos mais importantes para

³⁰ ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2003. p. 47.

³¹ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). **Anais de Vila Bela: 1734-1789**. Cuiabá: Carlini e Carniato Editorial; EdUFMT, 2006. p. 7-38. (Coleção Documentos Preciosos).

se entender a história daquela região. “O assim chamado [sic] Anais do Senado da Câmara do Cuiabá foram produzidos por vereadores eleitos a partir de 1786, com atividade formal da câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá”.³²

Em 1982, ano do bicentenário da morte do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, foram publicados pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso, sua biografia e mais três volumes que guardam sua correspondência datada até o ano de 1758. Essas obras integram uma série de publicações de documentos históricos do período colonial. Com esse conjunto documental, é possível dar visibilidade às relações históricas entre os colonizadores, interpretando o conteúdo das cartas de Antônio Rolim de Moura nos dois termos: o Mato Grosso e o Cuiabá.

É nesta coletânea que está a *Relação de Viagem* realizada por Antônio Rolim de Moura do Rio de Janeiro à Vila do Cuiabá, em 1751, também conhecida como *Diário de Viagem de D. Antônio Rolim de Moura*.³³ É a fonte mais usada para a construção do segundo capítulo; nela, o Governador descreveu os lugares por que passou, apresentando as instruções de uma viagem, correspondendo a um guia de exploração. Traçou uma rota, observou os pontos, os rumos e “riscou mapa”, como se fosse um manual. É a partir da leitura da *Relação de Viagem* que se iniciam as problematizações das percepções do “ambiente natural” e cultural apreendidos por Antônio Rolim de Moura no interior da Colônia.

Segundo o historiador Virgílio Corrêa Filho, a “*Relação de Viagem*” foi escrita em forma de carta e dirigida ao seu “primo e senhor”, não há nela registrados data nem destinatário. Acredita-se que tenha sido redigida logo após sua chegada a Cuiabá, no ano de 1751, ou pouco depois, quando se enfrontava nas questões administrativas da capitania. É um guia repleto de informações úteis sobre a topografia dos caminhos terrestres e fluviais, também fonte de preciosas indicações

³² ROSA, Carlos Alberto. Mínima história dos Anais. In: **ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830**. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. p. 21.

³³ **RELAÇÃO** da viagem que fez o Conde de Azambuja da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá no ano de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.) **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências)**. Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1. p. 3-29. A primeira publicação dessa narrativa foi na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Tipografia de João Inácio da Silva. Tomo VII. O original pertence a essa instituição. A *Relação* também pode ser encontrada em: TAUNAY, Afonso de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 194-216; MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985. p. 30-47.

dos pontos de maior concentração de nações indígenas, das vilas, povoados, sítios. O autor Corrêa Filho avisa que há uma segunda carta que lhe serve de complemento, endereçada a Diogo de Mendonça Côrte Real.³⁴

O relato não segue exatamente uma sequência dos acontecimentos diários e que, para o Governador, o ato de escrever representava alívio e desafogo. Enquanto que, para o leitor, a quem ele dirigia sua correspondência, seu texto traria uma serventia de divertimento pelas novidades que os assuntos contidos poderiam causar. Entende-se que as informações contidas na “Relação de Viagem” e a carta³⁵ comentada por Virgílio Corrêa Filho constituem um mapa em prosa de caminhos em direção à Vila do Cuiabá e ao Guaporé.

Foi estudada a documentação publicada por Marcos Carneiro de Mendonça, que trata da correspondência do Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, distribuídas em três volumes.³⁶ Esse conjunto documental ilustra em detalhes um período da história amazônica brasileira e possibilita entender as ações políticas na fronteira. Trata-se de uma documentação da autoridade portuguesa no extremo norte do Brasil e apresenta, em parte, as relações políticas entre os dois Governadores, Antônio Rolim de Moura e Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A correspondência entre os agentes coloniais das capitanias de Mato Grosso e do Grão-Pará e Maranhão são ricas em informações da política da Coroa portuguesa, da economia, da fronteira, dos índios, do comércio, da carestia, das negociações e conflitos, dos negros, do cotidiano e se constituem em elementos de análise para a história da região.

Foi pesquisada, também, a documentação do Projeto Resgate³⁷, parte da qual foi transcrita para facilitar a leitura e apropriação dos escritos do Governador. A capitania de Mato Grosso representou o palco histórico da “chave e o propugnáculo do sertão do Brasil”. A trajetória política de Rolim de Moura em Mato Grosso foi composta por um jogo de força, astúcia e diplomacia implementada com diferentes

³⁴ A segunda carta referida por Virgílio Corrêa Filho tem essa referência: CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 maio 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64-87. Ver: CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande, MT: Fundação Júlio Campos, 1994. p. 355.

³⁵ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 maio 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64-87.

³⁶ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília: Senado Federal, 2005. 3 v. (Edições do Senado Federal, v. 49).

³⁷ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Catálogo de verbetes dos documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Lisboa: fontes primárias para a História da capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Campo Grande: CMAEF, 1999.

segmentos sociais e culturais. A organização administrativa da capitania de Mato Grosso, com sua realidade diferencial, oferecia vários desafios que deveriam ser enfrentados pelos agentes colonizadores. O estudo dessa documentação, bem como das outras, permitiu corporificar a história lusitana colonial no Mato Grosso, na fronteira do Guaporé, em sua margem direita. Região simbolizada pela conquista, destemor, aculturação, luta e resistência.

A parte conclusiva apresenta algumas leituras da documentação do Projeto Resgate, que trata das imagens construídas por Rolim de Moura da capitania de Mato Grosso, quando governou por menos de dois anos a Bahia, entre os anos de 1765-1767. As últimas linhas contidas na conclusão são informações que se alongam ao recorte temporal estabelecido nos três capítulos da tese.

Foram, ainda, lidos os artigos que compõem o “Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario”.³⁸ Esse conjunto de leis representa um documento jurídico que regulamentou na América portuguesa as ações dirigidas aos índios entre os anos de 1758 e 1798. Pelo “Directório” ficava estabelecido o uso da língua portuguesa e estimulava-se o casamento entre índios e brancos, que estariam regidos pelas mesmas leis civis que dirigiam a população de Portugal. Esse conjunto de leis auxiliou na análise de uma fração das ações que o representante português dirigiu aos índios, durante o período em que governou a capitania de Mato Grosso.

Outras fontes utilizadas foram os documentos oficiais da Coroa portuguesa: cartas, ofícios, bandos e Instruções Reais, para compreender as ações do governo de Antônio Rolim de Moura na dilatada margem do Mato Grosso. Esses documentos manuscritos foram pesquisados nos arquivos de Cuiabá, fundamentalmente no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR), e no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), que também mantém acervo importante do período.

Por fim, foram transcritos os “Livros de Registros de Provisões, Portarias, Editais, Cartas Expedidas e Recebidas no governo de Antônio Rolim de Moura” pertencentes ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Esses Livros de Registros contêm vasta informação do governo de Antônio Rolim de Moura na capitania de Mato Grosso e, principalmente, do tempo em que esteve à frente da

³⁸ **Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario.** Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

construção da sede do governo na capitania, Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da capitania na época. A documentação informa das várias dimensões políticas com outros Governadores da conquista, em assuntos que mostram preocupação com a construção da fronteira, da sua vivência cotidiana e das relações sociais ali construídas.

Toda a documentação manuscrita, no caso, os “Livros de Registros do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso”, a documentação do “Projeto Resgate”, a do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, a do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, arquivos localizados na cidade de Cuiabá e dos centros de pesquisa localizados no Rio de Janeiro, foi transcrita com atualização da grafia.

Além da exploração das fontes mencionadas, a elaboração da presente tese demandou o diálogo com uma vasta produção historiográfica sobre Mato Grosso. Parte dos estudos, entre teses e dissertações consultadas, é de autores que tratam do contexto histórico mato-grossense. Esses estudos representam os resultados da profissionalização de vários historiadores vinculados à Universidade Federal de Mato Grosso e de outras faculdades do Estado. Escritores identificados como integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, cronistas, viajantes, monçoeiros, escritores da época da conquista lusa, que registraram as impressões do que viram, foram também objeto de leitura e estão agregados à reflexão dessa tese.

As obras foram consultadas tendo em vista compreender diferentes aspectos da expansão, conquista e efetiva administração luso-brasileira da região das minas do Cuiabá e, posteriormente, da efetiva colonização do extremo oeste das terras da colônia Brasil. São obras que versam sobre o entendimento da política de colonização, da construção de um aparato político-administrativo e que, mesmo que não tratem diretamente da história da atuação de Antônio Rolim de Moura, ajudaram a refazer e a recompor o contexto das ações colonizadoras no qual esta história está inserida. A seguir, destacam-se as consideradas mais relevantes para a construção desta tese.

A tese do historiador Otávio Canavarros, *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*, é considerada para esta pesquisa o mais bem fundamentado estudo da construção da história da região. Caracteriza-se por um conjunto documental manuscrito e impresso, cujo objetivo fundamental é o de mostrar a estruturação do

poder de Portugal na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Suas hipóteses sobre o poder metropolitano, no sentido de assegurar a conquista das terras, da luta dos portugueses com os espanhóis, são discutidas no decorrer das páginas do livro. É uma tese que analisa a política do governo do rei de Portugal Dom João V-em relação à estruturação de uma estratégia a fim de assegurar as terras portuguesas que eram dos espanhóis até a vigência do Tratado de Tordesilhas.³⁹

A tese *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vida urbana em Mato Grosso no Século -1722/1808)*, do historiador e filósofo Carlos Alberto Rosa, permite entender as relações de poder que se dão no espaço urbano colonial. O autor destaca que as primeiras formas de espacializações deram-se na criação da freguesia eclesiástica do Cuiabá em 1722 e em seguida na fundação da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, em 1727, conferindo ações significativas sobre a criação “de uma rede urbana intra-capitania, que por sua vez dicotomiza-se em redes ‘parciais’, uma encabeçada por Cuiabá, outra por Vila Bela”.⁴⁰ Carlos Alberto Rosa apresenta a existência de uma política urbanizadora em Cuiabá, desde a época de arraial, resultado das ações das autoridades portuguesas na região. Ainda, identifica a rede articulada de consumo, produção e abastecimento que tornava possível o exercício do poder metropolitano no centro-oeste do Brasil naquele período.

A tese *Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII*, do historiador Jovam Vilela da Silva, argumenta, por sua vez, que, no processo de ocupação e povoamento da região em conquista, a “população nativa recebeu atenção especial e uma legislação própria”. Segundo o autor, o Diretório “veio transformar os nativos em vassalos da Coroa com os mesmos direitos e prerrogativas (....) Como se brancos fossem”. Conforme Vilela, a Coroa portuguesa investiu em aparatos administrativos que serviram para nortear a ação política dos governantes locais tornando os nativos “guardiões de fronteiras”. Com a política de sedentarização da população nativa, defendida em meados do século XVIII, alguns resultados foram obtidos: a garantia da navegabilidade pelas águas do Guaporé e do Paraguai e a fundação de aldeias, arraiais, vilas, missões, lugares, presídios e fortalezas, que viriam garantir a fronteira pretendida pelos

³⁹ CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

⁴⁰ ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p.6.

portugueses.⁴¹ A tese considera a análise da política metropolitana que instruíra os governantes locais a fazer das nações indígenas consideradas mansas aliadas da Coroa e subsidia uma discussão e compreensão da política régia no Mato Grosso.

A tese *Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII*, da antropóloga Denise Maldi Meireles, trata dos índios no vale do rio Guaporé, estudando a história das duas principais missões espanholas, *Mojos* e *Chiquitos*. Avaliando as relações entre as nações ibéricas ao longo da fronteira, apresenta acontecimentos importantes para o entendimento da ocupação oriental do *rio Guaporé* pelos portugueses e, em especial, seu estudo problematiza a história dos colonizadores que no avanço sobre o Chapadão dos Paresi investiam em práticas escravistas, preando, sobretudo, os índios da nação Paresi e os da nação Cabixi. Ainda sobre as questões envolvendo a temática indígena, a autora mostra que os portugueses praticavam a política de manutenção da “naturalidade” de algumas nações, conservando-as em seus territórios. Meireles afirma que enquanto os espanhóis, ocupando o lado ocidental do Guaporé, já haviam instituído as missões de Moxos e de Chiquitos, no lado oriental os portugueses pouco haviam feito na perspectiva de investimentos missionários.⁴²

O estudo *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, da historiadora Lylia da Silva Guedes Galetti, é fundamental para discutir as percepções do universo social apreendidas pelos colonizadores no período da Colônia. Auxilia no intento de compreender a noção de sertão como categoria espacial cujos sentidos se prestaram exemplarmente aos objetivos da colonização, e de que modo os índios figuram nas representações sobre o espaço definido como sertão.⁴³

A obra *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*, da historiadora Luíza Rios Ricci Volpato, apresenta o referencial administrativo e cronológico, que tem como fatos marcantes a descoberta

⁴¹ SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores**: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII. Cuiabá: EdUFMT, 1995. p. 13-28.

⁴² MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

⁴³ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000a.

de Pascoal Moreira Cabral e seus homens dos veios auríferos no rio Coxipó em 1719, a fundação da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá em 1727 e o topônimo Mato Grosso, que surgiria em 1734. Ainda, a criação, em 1748, da capitania do Mato Grosso, que compreendia as duas repartições, o Cuiabá e o Mato Grosso. O estudo busca explicitar, neste contexto espacial e temporal, aspectos da história dos colonizadores, dos colonos e das populações autóctones que habitavam as extensas terras ao centro e ao oeste da região em conquista. Tem como objetivo principal problematizar como a sociedade suportou o ônus material e humano de ser fronteira responsável pela preservação e ampliação dos domínios portugueses na América.⁴⁴

O relatório do historiador João Antônio Botelho Lucídio intitulado *A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII* tem sido referência recente para muitas pesquisas que tratam da história da ocupação portuguesa na região do Guaporé. É um estudo que apresenta o resultado do *Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História* com base documental e historiográfica minuciosa sobre a história da região fronteira desde os primeiros anos de exploração aurífera e de ocupação portuguesa na parte mais ao oeste da colônia portuguesa na América. O autor explica que todas as ações problematizadas no relatório estão circunscritas ao século XVIII, e desenrolam-se no Guaporé. Esclarece também que todo deslocamento humano de descendência europeia é entendido como esforço dos portugueses em consolidar o máximo possível as fronteiras no extremo oeste da América portuguesa.⁴⁵

O bibliotecário e historiador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso Edvaldo de Assis escreveu a obra *Cuiabá colonial: povoamento e sociedade*, na qual apresenta acréscimos importantes para a historiografia regional e, sobretudo, problematiza documentos inéditos, analisando os aspectos social, econômico e cultural da vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Delimita a pesquisa ao período de 1718 a 1808, considerando como balizas o início do processo de colonização com a chegada de Pascoal Moreira Cabral a Cuiabá e o com a vinda da família real para o Brasil. Nos capítulos do livro tem-se contribuições sobre as festas, as condições de vida da

⁴⁴ VOLPATO, Luíza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

⁴⁵ LUCIDIO, João Antônio Botelho. **A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII**. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 2004. (Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História: Vila Bela da Santíssima Trindade, MT. Relatório final, fase 2).

população pobre, o papel dos comerciantes e mineiros, a utilização da mão de obra escrava, as atividades econômicas, com ênfase no cotidiano vivido pelos habitantes da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.⁴⁶

O livro *História de Mato Grosso*, do engenheiro, geógrafo, historiador e secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho, tem a característica de ser uma obra bem argumentada, articulada e com rigor metodológico sobre a história de Mato Grosso. Apresenta centenas de documentos e episódios importantes do século XVIII, que versam sobre a expansão portuguesa para o oeste da Colônia. Nesta obra o autor deteve-se na situação dos portugueses nos vales do Madeira e Guaporé; exemplifica conflitos entre os agentes portugueses no Guaporé; relata parcialmente a viagem de Antônio Rolim de Moura para as minas do Cuiabá e para o Mato Grosso, o tempo da sua administração na Capitania, a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, as lutas fronteiriças dos portugueses com os espanhóis, os aspectos econômicos e políticos da colônia e do Mato Grosso provincial...⁴⁷

Carlos Francisco Moura, pesquisador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional e arquiteto mato-grossense, escreveu um esboço biográfico com o seguinte título: *Dom Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja: biografia*, em que apresenta importantes esclarecimentos sobre a vida do Governador Rolim de Moura e sua administração na Capitania de Mato Grosso. Embora os dados de sua vida não sejam tão relevantes, há na obra documentos importantes que permitem seguir uma linha coerente dos acontecimentos ocorridos fundamentalmente na capitania de Mato Grosso.⁴⁸

Quanto às crônicas e relatos sertanistas, a narrativa setecentista do sertanista Antônio Pires de Campos serve de referência básica. Trata-se do principal relato sobre a história de mais de uma centena de índios no início da colonização da região onde viria a se delimitar o território de Mato Grosso. Era um capitão paulista e foi ele o primeiro a elaborar notícias sobre diversas nações indígenas que tinham seus territórios plantados em parte da região que seria governada por Antônio Rolim

⁴⁶ ASSIS, Edvaldo de. **Cuiabá colonial: povoamento e sociedade**. Cuiabá: Barros, 1988.

⁴⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande, MT: Fundação Júlio Campos, 1994.

⁴⁸ MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja: biografia**. Cuiabá: EdUFMT, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-Generais, 1).

de Moura. O sertanista cria uma memória detalhada sobre várias nações e define suas características culturais e sua territorialidade. Muito do conteúdo da narrativa de Antônio Pires de Campos é corroborado nos documentos oficiais, de modo que seus escritos foram considerados como formadores de opinião. Apresentou uma descrição apurada das várias nações indígenas que estavam situadas às margens dos rios Paraguai, Cuiabá, Cuiabá-Mirim, Coxipó, Guaporé, Sararé, Galera e muitos outros que serviram de itinerário às monções que vinham ao extremo oeste. Esse documento foi enviado a Portugal e serviu de orientação para a aplicação da política pública colonialista em relação aos índios no Mato Grosso colonial. O conteúdo documental orientou as estratégias colonizadoras, determinando, por exemplo, através de guerras, a eliminação das nações que dificultavam a expansão da conquista portuguesa.⁴⁹

Além da narrativa de Pires de Campos, utilizaram-se, ainda, para explicar saberes desenvolvidos pelos índios e apropriados pelos colonizadores, as informações de João Antonio Cabral Camello, descritas em seu relato datado do ano de 1734. São resultados de uma viagem que fez às minas do Cuiabá entre os anos de 1727 e 1730. Camello não era um sertanista como Antônio Pires de Campos. Aparentemente, era um “homem de negócios”. Não se sabe ao certo quem era ele, onde nasceu, que experiência tinha nos “sertões”. O que se sabe é que escreveu sua “notícia” em 1734 por solicitação do “padre matemático” Diogo Soares.⁵⁰

Também são usadas, na elaboração da tese, as informações do importante cronista Joseph Barbosa de Sá⁵¹, que escreveu um texto bastante informativo sobre os acontecimentos das minas do Cuiabá e região. José Barbosa de Sá foi um dos principais cronistas da primeira metade do século XVIII que escreveu a respeito da história das minas do Cuiabá e região. Deixou muitas memórias da história da capitania de Mato Grosso, e desde o início dos achados auríferos, em 1718, nas minas do Cuiabá, escreveu a sucessão de outros achados, em várias outras regiões, concluindo sua crônica no ano de 1775. Sá contou em detalhes os ataques dos

⁴⁹ CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos, do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo (1723). In: TAUNAY, Afonso de Escagnolle. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 179 e ss.

⁵⁰ ROSA, Carlos Alberto. Apostila 3: **História e historiografia de Mato Grosso**. Disciplina “História e historiografia de Mato Grosso”, ministrada pelo professor Dr. Carlos Alberto Rosa, aula de 21 de maio de 2001. (Mimeo).

⁵¹ SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: EdUFMT; Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

Paiaguá às minas do Cuiabá, como, por exemplo, o ocorrido em 1725, quando estes índios tomavam ofensiva contra canoieiros vindos para as ditas minas. Foi testemunha ocular de inúmeros feitos por ele narrados, tendo inclusive participado da expedição exploradora que visitou as missões de Moxos, em 1743. Segundo Carlos Alberto Rosa, o advogado licenciado José Barbosa de Sá morreu no ano de 1776, na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Era “dono de uma das grandes bibliotecas particulares da vila, Sá deixava inédita duas obras: os *Diálogos...*, uma obra enciclopédica concluída em 1769 e dedicada ao Governador Luís Pinto de Souza Coutinho e a *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso, de seus princípios até os presentes tempos*, que é a mais conhecida. Esta última circulou dentro e fora da capitania de Mato Grosso, em cópias manuscritas”.⁵²

1.3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS MINAS DO CUIABÁ, MATO GROSSO E CAPITANIA DE MATO GROSSO

A extensa capitania de Mato Grosso, criada em 1748 para além da linha fronteiriça acordada com a Espanha, cobria uma superfície de 65 mil léguas quadradas, “limitava-se ao norte com a capitania do Grão-Pará e Rio Negro; ao sul, com a capitania de São Paulo; ao ocidente, com os governos de Chiquitos, Mojos e Paraguai, a leste com a capitania de Goiás”.⁵³ Região era distante das vilas litorâneas da Colônia, pois, segundo relato de Antônio Rolim de Moura, de São Paulo para a Vila do Cuiabá levava-se até cinco meses de viagem⁵⁴, sendo que de Portugal até São Paulo as naus gastavam cerca de dois meses.

O historiador Carlos Alberto Rosa trata da história da formação da capitania de Mato Grosso, relatando que nas minas do Cuiabá a colonização portuguesa inicia-se em fins de 1722 e no ano seguinte ordens reais mandavam “fundar vila” no Cuiabá, ato regulado pelo Governador de São Paulo. A partir de então, “a Vila Real

⁵² ROSA, 2007, p.25.

⁵³ MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira**: Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 128.

⁵⁴ RELAÇÃO da viagem que fez o Conde de Azambuja da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá no ano de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 7, 22.

do Bom Jesus do Cuiabá passou a sediar Câmara e estendeu jurisdição a outra região, mais ao oeste, que até 1751 ia do Guaporé⁵⁵ ao Araguaia, do Arinos/Juruena ao Paraná”. A região do Cuiabá compreendia as minas do Cuiabá e demais áreas que ficaram conhecidas na historiografia mato-grossense como termo do Cuiabá, mais propriamente o termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, com flora e fauna típicas do cerrado e pantanal e, segundo o que esclarece Rosa: “o *termo* era o que chamaríamos hoje de território municipal”.⁵⁶

Em 1734, quando se descobriram minas de ouro em território Paresi, passou-se a denominar a nova área mineratória de “Mato Grosso”, que seria Distrito do “termo” da Vila Real, que, por sua vez, era ligada à capitania de São Paulo.

Logo suas balizas foram ampliadas a noroeste, pelo sistema fluvial Guaporé/Madeira, novo elo entre os dois Estados da América portuguesa. [...] O Distrito do Mato Grosso, parcela do “termo” da Vila Real, passou a receber tratamento preferencial. Desde 1746 ficou definida uma “fronteira” entre o Cuiabá e o Mato Grosso.⁵⁷

A Repartição do Mato Grosso compreendia as terras localizadas à direita do Rio Guaporé.⁵⁸ Ao norte limitava-se com as capitanias do Estado do Grão Pará e Maranhão, a oeste com as missões jesuíticas espanholas de Moxos e Chiquitos, a leste e ao sul com o Rio Paraguai. Com a criação da capitania, em 1748 (FIGURA

⁵⁵ “O Rio Guaporé, também conhecido como Itenes, era de extrema importância para essa sociedade colonial, que tinha como estradas rios navegáveis. Era um rio encachoeirado, que permanecia com o nome de Guaporé até encontrar-se com o Rio Beni (atual Bolívia), e passa a se chamar Madeira. Seus principais afluentes na margem oriental (domínio português) são: Rio Sararé, Rio Galera, Rio Alegre, Rio Piolho; e na margem ocidental (domínio espanhol) são: Baures, Itonamas, Machupo e Mamoré”. LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso**: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

⁵⁶ ROSA, 2007. p. 25.

⁵⁷ ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá**: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 62-64.

⁵⁸ “O Guaporé nasce nos contrafortes da Serra dos Parecis, em Mato Grosso. Em seu percurso de 1.761 km corre inicialmente para o sul, a seguir para o oeste, e depois da cidade de Vila Bela toma a direção norte-oeste. A 13 graus da latitude sul recebe as águas do Mamoré que vem dos Andes. No seu percurso total, atravessa parte dos Estados de Mato Grosso e Rondônia. A cerca de 14 graus de latitude sul, passa a se constituir numa fronteira natural com a Bolívia”. MEIRELES, 1989. p. 15.

1), foi incluído o nome “Mato Grosso” ao do Cuiabá, e no ano seguinte se ordenava que sua capital deveria se localizar no vale do Guaporé.⁵⁹



FIGURA 1 - A CAPITANIA DE MATO GROSSO
Fonte: ROSA; JESUS (2003, p. 64)

Portanto, Carlos Alberto Rosa enfatiza que

a capitania de Mato Grosso foi territorializada sobre o “termo” da Vila do Cuiabá. A noroeste do “termo” do Cuiabá projetou-se novo “termo” para Vila a ser fundada no Distrito do Mato Grosso. Isso introduziu dupla espacialização, políticas de colonização diferenciadas para o Cuiabá e para

⁵⁹ Conforme descreve Meireles, “a palavra Guaporé é de origem indígena. Provavelmente a palavra viria de ‘Uarapore’ ou ‘Guarapore’ que aparece em algumas crônicas como o nome de ‘uma nação’ que vivia nas suas margens. Do outro lado da fronteira (a ocidental), o Rio é chamado ‘Itenez’, palavra de origem *more*”. (MEIRELES, 1989, p. 14-15). Guaporé, Rio que hoje fica entre Brasil e Bolívia, cuja continuação, para o norte, é o Mamoré e, a seguir, o Madeira. Às suas proximidades, na margem direita, foi descoberto ouro, fundada Vila Bela e o forte do Príncipe da Beira (este, em território pertencente a Rondônia). Ver: AMADO; ANZAI, 2006. p. 43.

o “Mato Grosso”. Desse modo, a capitania foi composta por dois “termos”, ou “repartições”: o Cuiabá e o “Mato Grosso”.⁶⁰

Ainda sobre a história do uso do termo *mato grosso*, Rosa explica: “quando teve início o topônimo *Mato Grosso* para referir as margens orientais do Guaporé, o topônimo *Cuiabá* estava consolidado – inclusive no título da única vila do centro do continente: a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá”, fundada em primeiro de janeiro de 1727. Topônimo urbano, que unia uma categoria de aglomerado normatizado (vila), uma determinação régia (Real) e uma invocação do Filho de Deus Cristão (Bom Jesus), ao nome ameríndio Cuiabá. A união das palavras *mato* e *grosso* como topônimo aplicado à parte mais central da América do Sul pode ser datada de fins dos anos de 1720 e início do ano 1730.⁶¹

A Repartição do Mato Grosso “recebeu incentivos fiscais e privilégios legais, marcantes nos vinte primeiros anos da implantação da capitania (1751-1771)”. A relação comercial com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁶² impôs integração estatal e comercial mais intensa daquela Repartição com a região norte. O Cuiabá esteve durante o período colonial “muito mais ligado ao Estado do Brasil e não estabeleceu monopólio com nenhuma Companhia de Comércio, mantendo diversificadas relações comerciais com a Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais”.⁶³

No início do século XVIII, antecedendo a condição de vila, as minas tão famosas foram administradas pelo seu descobridor e fundador Pascoal Moreira Cabral. Ele chefou a bandeira que chegou às paragens do Rio Cuiabá, afluente do

⁶⁰ O termo *Mato Grosso* é entendido na acepção relativa ao período correspondente aos anos de 1752-1808, conforme explica Rosa, da implantação propriamente dita da capitania de Mato Grosso, com dois Distritos distintos: o do Cuiabá, formado por Diamantino no eixo do Cuiabá, com Aricá-Açu e Aricá-Mirim e Nossa Senhora dos Remédios a nordeste, com Araés/Santo Antônio do Amarante e Ínsua a sudeste, com Nossa Senhora do Livramento, Poconé/São Pedro Del Rei, Tapanhoacanga, Sapateiro e Vila Maria a oeste, e com Albuquerque, Coimbra e Miranda a sudoeste; e o Distrito de Vila Bela, com Jauru e Lavrinhas a este, os antigos Arraiais (São Francisco Xavier, São Vicente, Pilar, Santana), acrescidos com Boa Vista e Ouro Fino a norte/nordeste, com Palmelas, Lamego, Loenil, Conceição/Bragança, Balsemão, Príncipe da Beira, Cubatão, Guarajus e Nossa Senhora do Pará no eixo Guaporé-Madeira e com Santa Barbara e Casalvasco a sul/sudeste. Cf. ROSA, C. A., *Op. cit.*, 1996. p. 4-5.

⁶¹ ROSA, 1996.

⁶² “Grão-Pará e Maranhão correspondem atualmente aos atuais Estados do Pará, Maranhão, Amazonas, Piauí, Acre, Amapá, e parte setentrional de Mato Grosso”. (LORDELO, 2010, p. 45).

⁶³ ROSA, Carlos Alberto. Confidências mineiras na parte mais central da América do Sul. **Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 46-47, jul./dez. 2000.

rio Paraguai, com intuito de apresar índios Coxiponés. Ali se estabeleceu devido à significativa descoberta de ouro no Rio Coxipó, onde se formou o primeiro núcleo populacional, o Arraial da Forquilha.

Após esse acontecido, muitas pessoas se dirigiram às novas minas e nelas exploraram minério nas margens dos córregos, dos quais o mais famoso era o da Prainha, afluente da margem esquerda do Rio Cuiabá. Nesse local, o bandeirante sorocabano Miguel Sutil descobriu “riquíssimas aluviões de ouro”, as minas cuiabanas.⁶⁴

De acordo com a historiadora Maria do Carmo Brazil,

a partir da descoberta de Pascoal Moreira Cabral nasceu, a 8 de abril de 1719, o arraial de Miguel Sutil, onde se verificou a extração de grande quantidade de ouro. Cuiabá, além de transformar-se num expressivo polo de atração da gente de Piratininga, converteu-se também numa sólida baliza de posse lusitana.⁶⁵

Virgílio Correa Filho menciona ter sido no córrego da Prainha, lugar onde Miguel Sutil descobriu ouro, que se iniciou o povoamento do que seria a futura Vila do Cuiabá. O autor afirma:

Assim, principiou o povoamento ao flanco do córrego, que tomaria o nome de Prainha, cavado na peneplanície algonquiana, de cascalhos refertos de ouro, em pepitas e granetes de vários tamanhos. A fama da sua opulência espalhou-se rapidamente entre os povoadores das imediações, e também das localidades litorâneas, contaminados pelo entusiasmo aventureiro, comparável ao que depertara Sabaraçu.⁶⁶

Segundo a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira, só na monção de 1726, em que viajou Rodrigo César de Menezes, Governador de São Paulo, chegaram ao porto do Rio Cuiabá cerca de 3 mil pessoas, entre índios, negros e brancos, num comboio com mais de 300 canoas. “A viagem demorou aproximadamente 5 meses, desembarcando no porto do Cuiabá, em novembro daquele ano”. Em primeiro de janeiro de 1727, o Governador de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses, elevou Cuiabá à categoria de vila, intitulando-a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá”. Afirma Elizabeth Madureira Siqueira que, há muito

⁶⁴ HOLANDA, 2000, p. 46.

⁶⁵ BRAZIL, Maria do Carmo. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, 4., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC, 2000. v. CD-ROM, p. 5-6.

⁶⁶ CORRÊA FILHO, 1994, p. 207.

aquelas terras eram frequentadas por sertanistas. O primeiro bandeirante pioneiro da região da atual cidade de Cuiabá foi Manoel de Campos Bicudo, com seu filho Antonio Pires de Campos, entre os anos de 1663 a 1682.⁶⁷

Muitos se dirigiram para o local das novas minas que, além de terem pertencido a São Paulo, foram também de Minas Gerais e dos Goiás. É o que conta o cronista e advogado José Barbosa de Sá:

Divulgada a notícia pellos povoados foi tal o movimento que cauzou nos animos que das minas gerais Rio de Janeiro e de toda a capitania de Sam Paulo se aballarão muitas gentes deixando cazas, fazendas, mulheres e filhos botando-se para estes Sertões como se fôra a terra da promissâm ou o Parahyso incoberto em que Deus por nossos primeiros paes.⁶⁸

Nesses anos, os monçoeiros partiam, e dos

Povoados bastantes gentes para estas conquistas divididas em diversos comboyos de canoas imbarcando na Aritagoaba descendo o Rio Tietê e o grande sobindo o Anahndohy asima da barra do Rio Pardo atravessando a vacaria descendo pello Mateteu e deste pello Paragoay acima padeceraó grandes destrosos pediçoens de canoas nas caxoeiras por falta de pillotos praticos que ainda os naó havia mortandade de gente por falta de sustento doenças comidos de onsas e outras muitas miserias.⁶⁹

Posteriormente à chegada de Rodrigo César de Menezes nas minas da região cuiabana, deu-se início às práticas burocráticas e à montagem do aparato político-administrativo, criando a câmara do Cuiabá. De acordo com Carlos Alberto Rosa, as “câmaras eram instituições locais, que tiveram papel fundamental na formação e manutenção da América portuguesa”. Ao iniciar a colonização do Cuiabá, nas primeiras décadas do setecentos, Portugal havia acumulado experiência na colonização imperial em três continentes, consolidando a instituição urbana das câmaras em séculos de domínio ultramarino.⁷⁰

Rosa explica que a

⁶⁷ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. p. 37, 33. Ver também: MENDONÇA, Rubens. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982. p. 67.

⁶⁸ SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: EdUFMT; Secretaria de Educação e Cultura, 1975. p. 4.

⁶⁹ *Ibid.*, 1975, p. 4-5.

⁷⁰ ROSA, 2007, p. 21.

câmara do Cuiabá normatizava o espaço urbano, o fornecimento de gêneros alimentícios a moradores da vila, o exercício de “ofícios mecânicos” na vila e seu termo por meio de “exames de Mestres de Ofícios”, a saúde contratando cirurgiões para atender as camadas mais pobres do “povo” e “seus escravos”, [...] a concessão de terras sesmarias.⁷¹

Ainda segundo o autor, nas câmaras eram feitos estatutos e posturas municipais, que normatizavam edificação, higiene, saúde, alimentação e festas, entre outras coisas. Havia concessão de privilégios e imunidades aos “homens da governança” (vereadores, juizes, oficiais camarários), para praticar com a isenção possível o “bem comum”.⁷²

O Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, foi responsável pela elevação do arraial à categoria de Vila. Nela criou a Câmara e empenhou-se em oficializar a conquista na parte mais central da América do Sul, além de simbolizar a rígida administração metropolitana, sentida, sobretudo na região das minas novas. Estabeleceu o fisco, aparelhou a burocracia, levantou Pelourinho e tomou casas para o Senado da Câmara. A elevação da povoação à categoria de vila deu-se em 1727, com governo local autônomo, que evidenciava a “governança” da vila sobre o vasto território. No termo do Cuiabá, Rodrigo César de Menezes estabeleceu poderes “sob os quais a fiscalização viria por decorrência e, assim, criar uma cabeça-de-ponte que facilitasse a demarcação das terras da Coroa portuguesa”. Em Cuiabá, criou-se a “Junta para tratar dos quintos e da questão das ‘entradas’, uma espécie de imposto de circulação de mercadorias na época”. Ao fundar a vila, “Rodrigo César de Menezes, deu início à instalação mais efetiva do poder metropolitano, tomando inúmeras providências, entre as quais principalmente aquelas referentes à segurança, à mão de obra indígena e ao aumento da Fazenda Real”.⁷³

Relata o cronista José Barbosa de Sá que no

Anno de mil setecentos e vinte e sete no primeiro de janeiro [...] mandou o General levantar pilourinho com grandes aplausos do povo que em repetidas vezes bradavaó: villa a villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyaba, tomou cazas para Senado da Camara citas na rua chamada do sebo defronte do oratorio nomiou por Ouvidor o Doutor Antonio Alvares Lanha Peixoto Ouvidor que era na villa de Parnagoá mandado por sua Magestade para o acompanhar e instruir no que fosse necessário para

⁷¹ *Ibid.*, p. 23.

⁷² *Ibid.*, p. 22.

⁷³ CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004. p. 85, 88.

administração da justiça mandou-o erigir Senado da Câmara na forma da Ley.⁷⁴

É certo dizer que a Vila do Cuiabá resultou de uma concentração da expansão dos bandeirantes, das monções, do sonho do ouro e da caça aos índios, dos quais muitos serviram à agricultura em terras de São Paulo.

O arquiteto Júlio De Lamonica Freire escreveu que os primeiros ranchos foram erguidos sem preocupações urbanísticas e localizavam-se nas cercanias das lavras, onde os moradores aproveitavam “os espaços livres das encostas escavadas pela garimpagem do ouro. Ruas e ruelas serpenteavam pelo terreno, ajustando-se a ele, ao longo do curso d’água”. Segundo Freire, a produção do espaço urbano resultou da expressão arquitetônica do barroco, tendo nele a matriz, o pelourinho, as igrejas do Senhor dos Passos e do Rosário, os primeiros “pontos de tensão em torno dos quais a vila se estruturava e se organizava”. Em torno das áreas das jazidas, principalmente nas da margem esquerda do riacho, em frente à colina, iniciou-se o povoamento, erguendo-se a Matriz, as igrejas, os largos, as primeiras ruas, as primeiras casas.⁷⁵

O historiador Carlos Alberto Rosa relata que na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, homens e mulheres trataram de aparelhar o lugar com produção agrícola, criações e vários outros afazeres. Construíram casas, quintais, levantaram capela com madeira, barro, taipa de pilão e alvenaria. Em Cuiabá, no ano de 1727, havia dois mil e seiscentos negros e índios labutando nas lavras de ouro. Esse espaço logo mostrou indícios de crescimento: com a movimentação dos “carros de boi transportando carga entre a vila e o porto geral”, e as edificações construídas em forma de “sobrado” confirmam a consolidação do centro da vila e a ostentação do poder. Os espaços foram multiplicados, a população foi aumentando, o cenário da vila mudou. O Mundéu, o Porto, o Coxipó, a Matriz, o Oratório: pequeninos focos de adensamento edificado, ligados entre si por caminhos, ruas e travessas, que iam do centro da Vila para o Porto, para o Coxipó, para as lavras da Conceição e do Jacé e, a partir de 1737, para “os Goiases”.⁷⁶

⁷⁴ SÁ, 1975. p. 11.

⁷⁵ FREIRE, Júlio De Lamonica. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997, p. 40 e 42.

⁷⁶ ROSA, 1996, p. 63 e ss.

Todavia, as buscas por minério e índios para escravizar resultaram na exploração de outras áreas, além do Cuiabá, por sertanistas, essas mais ao oeste das terras da colônia, em direção ao Guaporé. “Na verdade, o ouro se esgotara na principal lavra, aquela situada dentro da Vila, mas em seus arredores, desde 1724, havia outras em atividade”, e mais aquelas descobertas na raia oeste. “Para os que se encontravam em Cuiabá em fins da década de 1720, porém, a situação era desanimadora. Havia carências fundamentais: faltava água para as lavras, o abastecimento era difícil e cara a mão de obra”.⁷⁷ Otávio Canavarros explica que pelos idos de trinta do setecentos, houve escassez do minério, situação que fez muitos buscarem novas possibilidades em outras paragens, no extremo oeste das terras do Mato Grosso.

É o que está relatado nos *Anais de Vila Bela*:

Saiu da Vila do Cuiabá Fernando Pais de Barros, com seu irmão Artur Pais, naturais de Sorocaba e, sendo o gentio Pareci naquele tempo o mais procurado e já quase extinto, depois de conquistarem alguns nas suas vastas campanhas, cursaram mais ao poente delas, com o mesmo instinto; e arrancharam-se em um ribeirão que deságua no Rio Galera - o qual corre das nascente buscar o Rio Guaporé -, e aquele nasce das fraldas da serra chamada hoje a chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso, da parte oriental. Fazendo experiência de ouro, tiraram nela três quartos de uma oitava, na era de 1734. [...] Mandando ao dito brigadeiro [Antônio de Almeida Lara], notícias do descoberto do dito ouro lhe enviou por amostras os três quartos, pedindo-lhe ferramenta, pólvora e chumbo para poder melhor examinar e penetrar mais o sertão.⁷⁸

Frequentado desde o século XVII pelos bandeirantes, só com a descoberta do ouro nesse rio foi efetuada a ocupação lusa da margem direita do Rio Guaporé. O novo descobrimento deu início à segunda fase de exploração aurífera na região e estimulou a avidez dos sorocabanos que acabaram encontrando as minas dos ribeirões de Santana e Brumado, onde mais tarde foi erguida Vila Bela da Santíssima Trindade. Ao longo do percurso entre a Vila do Cuiabá e a região de

⁷⁷ “Entre 1731 e meados da década de 1740, o vale guaporeano foi sendo pontilhado de vários pequenos arraiais. Acompanhando os novos achados: São Francisco Xavier, Santana, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Brumado, Ouro Fino, Boa Vista, Lavrinhas. As novas minas representaram um importante alento para os cofres da Coroa portuguesa que, atenta à importância estratégica desses núcleos de povoamento, situados a cerca de noventa e quatro léguas da Vila do Cuiabá, cria o Distrito do Mato Grosso, denominação dada aos sertões a noroeste desta Vila, zona de transição para a floresta amazônica, que mais tarde seria estendida à capitania”. Cf. CANAVARROS, 2004, p. 158.

⁷⁸ AMADO; ANZAI, 2006, p. 39. Anais de Vila Bela desde o primeiro descobrimento do sertão do Mato Grosso no ano de 1734.

fronteira disputada pelos espanhóis, no Vale do Guaporé, em seus afluentes Sararé e Galera, foram descobertas minas de ouro e ali foram estabelecidos arraiais. O quadro fronteiriço muda e gente de todo lado se aventura às novas minas. A distensão espacial da Colônia atingiu o máximo, esbarrando nas Missões espanholas de Moxos e Chiquitos, e nas demais partes dos limites territoriais disputados por espanhóis e portugueses.⁷⁹

Por esse motivo houve o deslocamento para o Oeste da Vila Real do Cuiabá, em direção aos sertões dos Paresi, que foram palmilhados por novos pontos de extração de ouro, de conquista e de caça ao índio, atividade presente e recorrente em todo o período colonial.

O Distrito do Mato Grosso representou desde seu início uma fronteira política em constante alerta. Pelo cuidado com que foi escolhido o Governador da capitania, Antônio Rolim de Moura, percebe-se que ela merecia atenção especial da Coroa portuguesa; ele seguiu uma rígida política traçada para consolidar o poder lusitano na região da raia mais a oeste, cujo objetivo principal era manter os castelhanos além do Guaporé. Por isso, durante grande parte do século XVIII vigorou uma situação de constante tensão nas mais de quinhentas léguas fronteiriças entre os mal delimitados limites luso-castelhanos na América Meridional.⁸⁰

Com o intuito de assegurar as terras na região oeste, a Coroa portuguesa elaborou um bem traçado plano, escrito nas “Instruções dadas pela Rainha Mariana d’Áustria”, esposa do adoentado rei D. João V, contendo uma série de orientações que serviram a Antônio Rolim de Moura no encaminhamento da política relativa às questões regionais. Essas instruções destinaram-se ao Governador da capitania de Mato Grosso, em 19 de janeiro de 1749. Dividida em 32 capítulos, era precedida de

⁷⁹ Os novos espaços de extração de minério a partir dos anos trinta do setecentos, em terras mato-grossenses, são: Lavras do Brumado (ribeirão do mesmo nome-início da Minas de Mato Grosso-Rios Galera e Sararé, afluentes do Guaporé) – 1734; Arraial de São Francisco Xavier (próximo ao Rio Sararé) – 1736; Arraial de Santa Anna, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Ouro Fino, Lavrinhas (entre os Rios Alegre, Sararé e Galera, afluentes do Rio Guaporé) – 1731-1740; Arraial de Santa Izabel – 1744; Minas do Arinos. Minas do Corumbiara (em 1776 passa a ser conhecida como lavras do Vizeu) – 1745; Arraial Nossa Senhora do Parto (Alto Paraguai) – 1747; Minas do Araés ou Amarante (no Rio das Mortes), Arraial de Santo Antônio (Atual Leverger) – 1750. Cf. SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores**: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

⁸⁰ Da ação política de Portugal na fronteira oeste na primeira metade do século XVIII, ver CANAVARROS, 2004. Sobre os tratados de limites, ver GUERREIRO, Inácio. **Os tratados de delimitação do Brasil e a cartografia da época**. Lisboa: Chaves Ferreira, 1999.

Considerandos, dos quais foram destacados os seguintes itens: 1) Fundar a capital da nova capitania no vale do Rio Guaporé; 2) Fundar uma aldeia jesuítica para os índios mansos; 3) Incentivar a criação do gado vacum e cavalar; 4) Conceder privilégios e isenções de impostos àqueles que desejassem residir nas imediações da nova capital; 5) Construir, na nova capital, residência para os Capitães-Generais; 6) Agir com diplomacia nas questões de fronteira, evitando entrar em confronto aberto com os espanhóis; 7) Tomar cuidado com os ataques dos índios bravios, especialmente os Paiaguá e Guaicuru; 8) Fornecer informações mais precisas da capitania recém-criada, seus limites e potencialidades; 9) Proibir extração e comercialização de diamantes; 10) Criar Companhia de Ordenanças; 11) Incentivar a pesca no Rio Guaporé; 12) Informar da viabilidade de comunicação fluvial com a capitania do Grão-Pará.

Sobre a importância de estender os domínios de Portugal até a região do Guaporé, no Mato Grosso, a rainha Dona Mariana de Áustria escreveu:

Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave do propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru, quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se, e que para decência do governo e pronta execução das ordens se levantasse uma companhia de dragões, e ultimamente determinei se erigisse juiz de fora no mesmo distrito. Encomendo-vos que, depois que a ele chegardes, considereis e me façais presente quais outras providências serão próprias para o fim proposto de aumentar e fortalecer a povoação daquele território.⁸¹

Assim, incumbiu D. Antônio Rolim de Moura de construir uma Vila-Capital que plantasse definitivamente as bases do domínio português do novo território, articulasse o comércio com a Metrópole e assegurasse a posse da região mais indefinida de toda a colônia americana.

Para a capitania de Mato Grosso, formada pelos Distritos do Cuiabá e do Mato Grosso (FIGURA 2), era importante para os portugueses a fundação da sede

⁸¹ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, Carlos Francisco. **D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja**: biografia. Cuiabá: EdUFMT, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-Generais, 1). p.127-137. INSTRUÇÃO Real. Lisboa, 19 de janeiro de 1749, p. 128. Foi localizado em Cuiabá uma cópia manuscrita [a parte inicial está danificada, faltam os oito primeiros considerandos] da INSTRUÇÃO REAL enviada pela rainha de Portugal ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Pasta 23, n. 1391.

do Governo no extremo oeste⁸² que auxiliasse no povoamento do Distrito do Mato Grosso e que servisse de limite naquela margem:

Suposto entre os distritos de que se compõe aquela capitania geral [Mato Grosso], seja o de Cuiabá o que presentemente se ache mais povoado, contudo atendendo a que no Mato-Grosso se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do governo se pusesse no mesmo distrito de Mato-Grosso; no qual fareis a vossas mais costumada residência. Mas será conveniente que também algumas vezes vades ao Cuiabá, e a outras minas do mesmo governo, quando o pedir o bem de meu serviço e a utilidade dos moradores. [...] Na sobredita vila cabeça de governo é preciso se faça casa para morada dos governadores, e pelo muito que fio do vosso zelo e prudência hei por bem, que a mandeis levantar com aquela decência e comodidade que vos parecer necessária e bastante, atendendo ao remoto sertão em que fica situada a vossa residência [...].⁸³

⁸² Por “extremo oeste” entende-se a região mais ocidental do Estado do Brasil, em meados do século XVIII, isto é, aquele espaço geográfico do oeste compreendido pela capitania Geral do Cuiabá e Mato Grosso, de limites mal definidos à época. Era a região delimitada pelos rios Madeira, Guaporé, Paraguai e afluentes contravertentes deste e do Rio Grande (Paraná), até o Grande Salto (Sete Quedas). O Rio Paraná era o divisor da nova capitania de São Paulo, enquanto outro Rio Grande (Araguaia) separaria as capitanias de Goiás e Mato Grosso, caso fossem confirmadas as circunscrições administrativas. Para mais informações conferir: CANAVARROS, 2004, p. 13.

⁸³ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, 1982, p. 127-137. INSTRUÇÃO Real. Lisboa, 19 de janeiro de 1749, p. 128-129.

Significaram uma forma da Coroa Portuguesa listar uma série de disposições administrativas e políticas que deveriam ser seguidas por Antônio Rolim de Moura e por outros governadores que assumiram a administração da Capitania. Dividiu-se a capitania de Mato Grosso em dois Distritos (do Cuiabá e do Mato Grosso) e ordenou-se que se instalasse a sede de governo no vale do Guaporé, para melhor vigiar os espanhóis. Os colonos foram estimulados a irem à Vila Bela, por meio de privilégios e isenções fiscais: “Quanto aos privilégios e isenções que tenho concedido, considereis si poderão sem inconveniente acrescentar a alguns outros que contribuam, a convidar moradores e mineiros para irem aquele território”.⁸⁴

Conforme o historiador Jovam Vilela da Silva:

A estratégia portuguesa foi criar a capitania de Mato Grosso e Goiás em 1748, desvinculando essas regiões da capitania de São Paulo. Ao criar um governo próprio tornava-se mais fácil a fiscalização e as decisões mais urgentes. Adotou a Coroa portuguesa uma política de povoamento para o Mato Grosso ao instituir o que se denominou de Instruções Régias, ou seja, um dispositivo legal que diminuía ou isentava impostos, distribuía mercês concedendo título honorífico, remindo os criminosos, perdendo as dívidas contraídas em outras localidades a todos aqueles que se deslocassem para a região do Rio Guaporé. Muitas dessas atitudes já vinham sendo tomadas pelas autoridades paulistas antes de 1748, e agora se aperfeiçoavam com o objetivo de atrair mais pessoas, prioritariamente famílias, especificamente para a recém-criada capitania de Mato Grosso. Curiosamente ao se criar o distrito de Vila Bela e adjacências, no Rio Guaporé, se instituíram uma série de benesses e privilégios àqueles que fossem residir naquela região, enquanto que para o distrito do Cuiabá e cercanias não houve nenhuma disposição legal e administrativa neste sentido. Essas diferenças criaram na mesma capitania duas regiões geográficas separadas, política, econômica e administrativamente de forma a ser apresentada em sua documentação legal como capitania de Cuiabá e Mato Grosso.⁸⁵

À recém-criada capitania de Mato Grosso tocava uma raia extensa, e Antônio Rolim de Moura, em cumprimento às ordens reais, partiu em direção ao alto Guaporé, para ali fundar uma vila, que seria a capital de Mato Grosso, e trabalhar na defesa e demarcação das terras portuguesas estabelecidas pelo Tratado de Madri.

A respeito das linhas demarcatórias que definiram o Mato Grosso, Canavarros aponta que,

⁸⁴ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, 1982, p. 127-137. INSTRUÇÃO Real. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. p. 129.

⁸⁵ SILVA, Jovam Vilela da. **História de Mato Grosso**: um breve relato da formação populacional (século XVIII ao XIX). Cuiabá: KCM, 2006. p. 26-27.

por causa dos grandes acidentes naturais, apenas três artigos do Tratado, os de número VI, VII e VIII, descreviam toda a sua linha demarcatória externa, segundo a qual, subindo o Paraná, tomava-se o Igureí, deste passava-se ao contravertente Corrientes que desaguava no Paraguai. Subia-se o Rio Paraguai até a foz do Jauru, donde uma linha reta atingiria o Guaporé, na foz do Rio Sararé, e seguindo o Guaporé até o Rio Madeira e, pelo meio deste, nova reta procuraria encontrar o Rio Javari a Oeste.⁸⁶

A capitania de Mato Grosso compreendeu uma das mais extensas fronteiras geográficas da Colônia, balizada pelo Rio Guaporé, tributário do Amazonas e pelo Rio Paraguai, importante formador da maior planície inundável do planeta. Com essas características fluviais, tem-se uma região rica em águas doces e possuidora de mais de quinhentas léguas de fronteira. O historiador Otávio Ribeiro Chaves resume as distâncias da sede do governo e o Grão-Pará:

A distância entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém, sede do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, era de aproximadamente 3.000 quilômetros. O trecho a ser demarcado, povoado e militarizado era de aproximadamente 1.200 quilômetros, a partir do Marco de Jauru (fixado na boca do Rio Jauru) até o Rio Madeira, divisa natural entre Mato Grosso e aquele Estado. Ocupar e povoar esse dilatado espaço requeria considerável população, bastante reduzida à época [...].⁸⁷

Antônio Rolim de Moura dirigiu-se ao oeste da capitania para fundar uma capital que representasse a cabeça do governo e resultasse em uma marca política capaz de resolver os conflitos e relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, e assegurar a conquista das terras pelos portugueses na região.

Segundo Canavarros, da parte de Portugal, Antônio Rolim de Moura foi o maior encarregado do trabalho da demarcação das terras fronteiriças em disputa pelos Ibéricos, no trecho Jauru-Madeira, seguindo as orientações do Tratado de Madri. O trabalho de transcrição “da correspondência entre Rolim de Moura e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, demonstra que os portugueses haviam fundado Vila Bela na fronteira espanhola”, da linha de limites. Explica-se tal fato “porque a linha divisória era uma reta traçada na boca do Jauru à foz do Sararé (afluente do Guaporé, logo acima de

⁸⁶ CANAVARROS, 2004, p. 307.

⁸⁷ CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. p. 98.

Vila Bela)”.⁸⁸ Essas informações são confirmadas nos estudos feitos pelo historiador português Jaime Cortesão:

Desde a bôca do Jauru pela parte Ocidental prosseguirá a Fronteira em linha reta até a margem Austral do Rio Guaporé defronte da bôca do Rio Sararé, que entra no dito Guaporé, pela sua margem Setentrional; com declaração que, se os Comissários, que se hão de despachar para o regulamento dos Confins, nesta parte na face do País acharem entre os rios Jauru e Guaporé outros rios ou balisas naturais, por onde mais cômodamente, e com maior certeza se possa assinalar a Raia naquela paragem, salvando sempre a navegação do Jauru, que deve ser privativa dos Portugueses, e o caminho, que eles costumam fazer do Cuiabá para o Mato-Grosso, os dois Altos Contraentes consentem, e aprovam, que assim se estabeleça, sem atender alguma porção mais ou menos de terreno, que possa ficar a uma ou a outra parte. Desde o lugar, que na margem Austral do Guaporé fôr assinalado para têrmo da Raia, com fica explicado, baixará a Fronteira por todo custo do Rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o Rio Mamoré, que nasce na Província de Santa Cruz de la Sierra, e atravessa a Missão de Moxos, e formam juntos o rio chamado da Madeira, que entra no das Amazonas, ou Maranhão, pela sua margem Austral.⁸⁹

Canavarros esclarece ainda que:

Na mesma situação encontravam-se algumas lavras de ouro! De fato, de todas as capitânias Gerais [...] do século XVIII, a de Mato Grosso sempre foi a de limites mais confusos. Confusos com os seus vizinhos castelhanos, e confusos com os vizinhos de casa. Talvez por causa dessa confusão (Mato Grosso, como se sabe, teve problemas fronteiriços com Goiás, Amazonas, Bolívia e Paraguai...)⁹⁰

Antônio Rolim de Moura iniciou uma política local de defesa oficial das margens do Guaporé e trabalhou para manter os espanhóis distantes da margem oriental do Rio. Ainda, entre seus objetivos, traçou uma política de austero combate em defesa das terras, mais pontualmente na bacia do Guaporé, local onde os portugueses haviam descoberto ouro nos anos trinta do século XVIII, fundando ali a capital, Vila Bela⁹¹, às margens do rio tributário do

⁸⁸ CANAVARROS, 2004, p. 32-33.

⁸⁹ CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção Memória Brasileira). v. 2, tomo II, p. 368.

⁹⁰ CANAVARROS, 2004, p. 32-33.

⁹¹ “Vila Bela é hoje uma cidade de aproximadamente 14 mil habitantes, localizada no interior do estado de Mato Grosso, e que ainda tem uma forte tradição afro, como a dança do Congo ou Congada, Dança do Chorado, o Canjinjim, bebida que também dizem ser de origem africana”. Ver: LORDELO, 2010, p. 9. Em viagens feitas à cidade de Vila Bela, pode-se observar que mulheres da nação dos índios Chiquitanos da região sobrevivem do trabalho doméstico nas casas das famílias negras, nos serviços de limpeza na rede hoteleira e no comércio em geral. Comprovou-se que muitos moradores de Vila Bela apresentam problemas de saúde pública relativas ao uso de bebida alcoólica, a cachaça.

Madeira, limítrofe às Missões de Moxos e Chiquitos (nordeste da atual Bolívia) dos jesuítas espanhóis.⁹²

Portugal, no tempo do nascimento de Antônio Rolim de Moura, era governado pelo rei Dom João V. Era uma nação com forte presença eclesiástica e aristocrática e com uma burguesia pouco representativa. Nas colônias, sua economia era fundamentada na agricultura e no comércio. Conforme relata Jaime Cortesão:

A força de Portugal proveio da sua hierarquia de valores: é que ele ergueu sempre acima da lei dos interesses, que dirigiu e formou outros Estados, um ideal de missão religiosa e laica, um conceito isento de pátria, que tinha de realizar-se na criação contínua, [...] sempre com a consciência renovada e mais forte de nação [...].⁹³

Cortesão informa que Portugal havia perdido os domínios no Índico e por outro lado conseguiu manter aqueles do Atlântico, com novos graus de possibilidades de planejar suas medidas ultramarinas. Para manter seu poder nos espaços continentais, Dom João V buscou e aceitou a colaboração de estrangeiros, “como instrumento indispensável da expansão e da soberania política nas províncias ultramarinas”. Introduziu em Portugal métodos astronômicos para observar as longitudes, renovou a escola portuguesa de cartografia, impulsionou os estudos da Geografia em novas bases científicas, resultando num “novo Atlas do Brasil – guiado sempre pela previsão, a longo prazo, e a necessidade de resolver os problemas da delimitação de territórios com a Espanha, na América do Sul”. Além da Geografia, deu importância aos estudos da Matemática, e para tal cuidou em trazer ao Reino astrônomos, engenheiros, militares, cartógrafos, matemáticos para que trabalhassem na renovação da cultura portuguesa, bem como na aplicação de novas técnicas, necessárias à expansão no ultramar. Jaime Cortesão cita alguns nomes notáveis que trabalharam para o reino português, com a finalidade de precisar os interesses geopolíticos na América portuguesa:

[...] o Pe. Domingos Capassi, astrônomo e cartógrafo, o engenheiro Frederico Jacob de Weinholtz, instrutor e inventor de novas peças de artilharia, Fr. Estevão de Loreto, engenheiro e cartógrafo; o astrônomo e cartógrafo Miguel Ciera, o cartógrafo e engenheiro Schwebel, os

⁹² CANAVARROS, 2004, p. 11.

⁹³ CORTESÃO, 2001. v. 1, tomo I, p. 88-92.

astrônomos Brunelli e Stzentmartony, os engenheiros e cartógrafos Galuzzi e Strum [...].⁹⁴

Do mesmo modo, convidou à sua nação arquitetos, músicos, pintores, gravadores, empresários de ópera e cantores sacros e profanos, com o intuito de promover um movimento de renovação cultural e científica.

Segundo Jaime Cortesão, com a expansão dos sertanistas que se interiorizaram ao Brasil, criando pequenos povoamentos, a validade do antigo Tratado de Tordesilhas estava em xeque. O novo Tratado (o de Madri) tinha o objetivo de assinalar os limites dos dois Estados (Portugal e Espanha), tomando por balizas as paragens mais conhecidas, tais como a origem e os cursos dos rios e dos montes mais notáveis, a fim de que em nenhum tempo se confundissem, nem dessem ensejo a contendas, que cada parte contratante ficasse com o território que no momento possuísse, com exceção das mútuas concessões que nesse pacto se iam fazer e que em seu lugar se diriam. Assinado em 1750, o tratado não usava as linhas convencionais, mas outro conceito de fronteiras, introduzido neste contexto por Alexandre de Gusmão, a posse efetiva da terra (*uti possidetis*) e os acidentes geográficos como limites naturais. A definição dos rios como raias limítrofes entre as nações confinantes contou com o trabalho dos agentes administrativos da Coroa na Colônia, os quais deviam apresentar variados informes geográficos para a orientação e defesa dos planos de divisas naturais à Corte de Madri.

O interesse em reunir vasta documentação dos rios do extremo oeste colonial daria a Alexandre de Gusmão elementos para as negociações que precederam ao Tratado de 1750 em Madri. Recorde-se que os entendimentos diplomáticos foram negociados desde 1746 e se baseavam no estabelecimento de fronteiras reconhecidas pelos reinos de Portugal e Espanha na América. Foram anos de negociações para que, finalmente, pudesse ocorrer o estabelecimento do corpo diplomático que iria traçar os preceitos do Tratado. Em 1746, quando começaram as negociações diplomáticas a respeito do Tratado, Alexandre de Gusmão possuía os mapas mais precisos da América do Sul, que encomendara aos melhores geógrafos do Reino. Era um dos trunfos com que contava para a luta diplomática que duraria quatro anos.⁹⁵

⁹⁴ *Ibid.*, p. 92-93.

⁹⁵ CORTESÃO, 2001.

A historiadora Maria do Carmo Brazil afirma que este acordo, assinado em 1750, consolidou, na vontade das monarquias ibéricas, a necessidade de configuração e harmonização das fronteiras nos domínios coloniais na América. As instruções ditadas por D. João V, por meio dos órgãos administrativos coloniais, como o Conselho Ultramarino, imprimiram o caráter da política oficial e, sobretudo, a forma como foi orientada a questão do povoamento da capitania de Mato Grosso, depois de definido o Tratado de Limites de 1750. Diz ainda que, antes das negociações diplomáticas que redundaram no referido Tratado, em 1750, foi determinado, por ordem de D. João V, a organização de expedições de reconhecimento com o encargo de explorar os rios e de reconhecer os acidentes naturais estratégicos, com a produção de mapas e informações da região, para que Alexandre de Gusmão pudesse defender a legitimidade das fronteiras conquistadas. Como despachante dos negócios do Brasil, sobretudo as questões de capitação, Alexandre de Gusmão vinha, portanto, se inteirando da geografia dos possíveis traçados do Brasil enviando instruções régias que determinavam os registros minuciosos da geografia colonial.⁹⁶

O estrategista sabia que os espanhóis lutariam pela aquisição da colônia (Sacramento), se a perdessem para os portugueses, era certo que lhes prejudicaria as transações do comércio no sul do continente americano. Além disso, descobrira-se ouro no Brasil, não sendo preciso entrar em conflitos por causa da prata peruana. Para a compensação, tinha em vista as terras convenientes à Coroa portuguesa: os campos dos Sete Povos das Missões, oeste do atual estado do Rio Grande do Sul.

Quando Antônio Rolim de Moura foi nomeado o primeiro Governador da capitania de Mato Grosso, Portugal negociava com a Espanha os novos limites das terras americanas. O tratado foi assinado em Madri por Tomás da Silva Teles (Visconde de Vila Nova de Cerveira), assessorado por Alexandre de Gusmão, no dia 13 de janeiro de 1750. Nesse dia, ficaram acordados, entre as nações ibéricas, os novos limites das possessões das terras americanas. Portugal cedia a Colônia do Sacramento e as suas pretensões ao estuário da Prata, e em contrapartida receberia os atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (território das missões jesuíticas espanholas), o atual Mato Grosso do Sul, a imensa zona compreendida entre o alto Paraguai, o Guaporé e o Madeira de um lado e o Tapajós e Tocantins do

⁹⁶ BRAZIL, 2000.

outro, regiões estas que não pertenceriam aos portugueses se não fossem as negociações do tratado, que representou a primeira tentativa de pôr fim ao litígio entre Portugal e Espanha a respeito dos limites de suas colônias na América do Sul.

O tratado foi considerado admirável em vários aspectos. Determinou que sempre haveria paz entre as colônias americanas, mesmo quando as metrópoles estivessem em guerra. Abandonou as decisões tomadas arbitrariamente nas cortes europeias por uma visão mais racional das fronteiras, marcadas pelos acidentes naturais do terreno e a posse efetiva da terra. O princípio romano de *uti possidetis* deixou de se referir à posse de direito, determinada por tratados, como até então tinha sido compreendido, para se fundamentar na posse de fato, na ocupação do território.

No tratado também ficaram estabelecidas as linhas divisórias das possessões portuguesas e espanholas. Com a demarcação efetiva dos limites, perceberam-se certas “imperfeições” que geravam conflitos locais nas regiões fronteiriças, e o Tratado do Pardo de 1761 foi assinado, anulando o de Madrid, mostrando assim a hesitação dos dois governos, visto que este ordenava a restauração dos territórios afetados ao *status quo*, até que outro tratado fosse estabelecido.

Motivadas pelas “indefinições”, entre 1762 e 1777 foram travadas diversas disputas em batalhas na Colônia do Sacramento, Rio Grande, Santa Catarina e Mato Grosso. Até que, em 1777, as bases geográficas e os fundamentos jurídicos por que Alexandre de Gusmão tanto lutara em 1750 acabaram prevalecendo e aqueles princípios anulados em El Pardo ressurgiram no Tratado de Santo Ildefonso – que manteve a linha fronteira do Tratado de Madrid e garantiu a Portugal a posse da área da ilha de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e à Espanha a Colônia de Sacramento e dos Sete Povos das Missões. Com esses tratados, o Brasil tomou uma configuração bem próxima da atual.

1.4 ANTÔNIO ROLIM DE MOURA: A CONSTRUÇÃO DE UM PERSONAGEM HISTÓRICO

Devido à sua atuação na capitania de Mato Grosso, logo após sua morte, Antônio Rolim de Moura passou a ser alvo de um processo de construção biográfica,

que teve a intenção de enaltecer seus feitos. As historiografias de Portugal, do Brasil e, mais especificamente de Mato Grosso, competem em agregar qualificativos elogiosos ao governador.

Antes de mostrar a visão da historiografia que se ocupou da construção heroica do personagem em questão, serão apresentados alguns dados biográficos considerados significativos à leitura e ao conhecimento do leitor. Segundo Carlos Francisco Moura, pesquisador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional e arquiteto mato-grossense, o Governador da capitania de Mato Grosso nasceu em 12 de março na Vila de Moura, no Baixo Alentejo, no ano de 1709. Na ordem de nascimento, Antônio Rolim de Moura foi o sexto filho, entre os quinze que tiveram Nuno de Mendonça e Leonor Maria Antonia de Noronha. Dom Antônio Rolim de Moura descendia, por linha de varonia, da família dos Mendonças, entretanto foi o único filho a não usar do sobrenome Mendonça, “porque sucedeu na Casa d’ Azambuja, pela renúncia que fez, Dom João Rolim de Moura, último varão desta família”.⁹⁷

Sobre a sucessão da Casa de Azambuja, o bacharel Simão José da Luz Soriano, afirma:

Dom Antonio Rolim de Moura, um dos filhos do IV Conde de Valle dos Reis (Nuno de Mendonça) sucedeu nas commendas e senhorios do seu parente, D. João Rolim de Moura, último varão legítimo dessa antiga casa, sendo um dos ditos senhorios o da Vila de Azambuja que assim foi à casa do Valle dos Reis.⁹⁸

O linhagista português Antonio Caetano Sousa, ao escrever sobre o assunto da renúncia do sobrenome Mendonça – sobrenome de seu pai -, diz, entre outras informações, que Dom Antônio Rolim de Moura,

[...] foi senhor da Azambuja, e de Monte Argil, Comendador da choupana na Ordem de Cristo, em que sucedeu a seu parente D. João Rolim de Moura ultimo varão legítimo desta antiga casa, por certa convenção, que havia feito com seu pai, e o rei de Portugal D. João V, confirmou.⁹⁹

⁹⁷ MOURA, 1982, p. 15. Cf. SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico mato-grossense: período Colonial, 1524/1822: autoridades, bandeirantes, cientistas, conquistadores, índios, militares, religiosos, sertanistas, viajantes.** Cuiabá: Carlini & Carniato, 2005. p. 164-165.

⁹⁸ SORIANO, Simão José da Luz. **Revelações da minha vida e memorias de alguns factos, e homens meus contemporaneos.** Lisboa: Typografia Universal, 1860. p. 579.

⁹⁹ SOUSA, D. Antonio Caetano. **Memorias historicas, e genealogicas dos grandes de Portugal, que contém a origem, e a antiguidade de suas familias:** os Estados, e os nomes dos que actualmente vivem, suas Arvores de Costado, suas alianças das casas, e os escudos de armas, que lhe competem, até o ano de 1754. Oferecidas a El Rey fidelissimo D. João V. Nosso Senhor. Lisboa: Regia Officina SYLVIANA e da Academia Real, 1755. p. 493-497.

O historiador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso Virgílio Corrêa Filho também abordou a linha de varonia, confirmando o que o autor anteriormente citado disse em outros tempos:

Todos usaram o apelido – Mendonça – menos D. Antônio, a quem, aliás, o primo D. João Rolim de Moura de Silveira, XVII Senhor da Azambuja, levou os seus privilégios. Apesar de casado com D. Antônio Maurícia, dama do Paço, morreu sem prole, em fevereiro de 1718 e “seu morgado passou a Nuno de Mendonça, IV Conde Val dos Reis e o Senhorio da Azambuja a D. Antônio Rolim de Moura, filho terceiro do dito Conde, que é o XVIII Senhor de Azambuja.”¹⁰⁰

O Deputado da Junta de Bula Cruzada D. Antonio Caetano Sousa elucidou que o pai de Antônio Rolim de Moura foi Nuno de Mendonça. Nascido em 7 de junho de 1670, foi IV Conde de Val dos Reis, “Senhor da Póvoa, e Meadas, e Val dos Reis, Comendador, e Alcaide Mór das Comendas, e Alcaidarias que teve seu Pai, Deputado da Junta dos Tres Estados; faleceu em 3 de janeiro de 1732, na sua Quinta de Villa longa”. Casou-se “em 31 de outubro de 1700 com Dona Maria Antonia de Noronha, Dama do Paço da Rainha Dona Maria Sofia e filha de D. Pedro de Noronha I, Marquez de Angeja, e da Marqueza Dona Izabel de Mendonça”.¹⁰¹ Virgílio Corrêa Filho complementa que o pai, Nuno de Mendonça, descendia dos condes de Val de Reis, ao passo que pelo outro ramo, aparentava-se com o I Marquês de Angeja, D. Pedro Antônio de Noronha, seu avô materno.¹⁰²

Jaime Cortesão acrescenta que em Portugal alguns membros da nobreza haviam-se aliado a filhas de judeus com o propósito de acumular fortuna à linhagem familiar. Muitos linhagistas denunciavam a mácula da aliança e se prestavam a tornar a informação de conhecimento público, pois entendiam que as famílias deveriam obedecer à lógica de casta. Havia na sociedade portuguesa “nobres, que julgavam de geração imune, fundaram uma Confraria da Nobreza, por cujos estatutos os irmãos eram obrigados a fazer a prova incontestável de cristãos velhos”. Estes, que receberam o nome de “puritanos, zelavam com rigor a pureza do sangue e opunham-se a qualquer aliança com família, ainda que aristocrática, de geração viciada”. Isto foi dito para mostrar que as casas dos Marqueses de Alegrete, de Valença, de Angeja (família a que pertencia a mãe de Antônio Rolim de Moura) e

¹⁰⁰ CORRÊA FILHO, 1994. p. 307.

¹⁰¹ SOUSA, 1755. p. 493.

¹⁰² CORRÊA FILHO. *Op. cit.*, 1994. p. 307.

outras integravam a “Confraria racista e casticista da nobreza”, consideraram-se os puros de sangue e orgulhosos da condição, “ainda que menos elevadas em títulos”.¹⁰³

Segundo esclarecimentos de Jaime Cortesão, nem sempre foi possível em Portugal, no século em questão, casar os filhos entre as famílias pela falta de dinheiro para os dotes. Os pais, então, preferiam que os seus descendentes fossem vocacionados à vida religiosa, motivo pelo qual as irmãs de Antônio Rolim de Moura, Dona Joaquina Maria Mendonça, Dona Jozefa de Mendonça e Dona Francisca de Mendonça tenham sido encaminhadas ao “Mosteiro da Annunciação de Lisboa na Ordem de São Domingos”.¹⁰⁴ O mesmo ocorreu com os irmãos de Antônio Rolim de Moura. Pedro Gualberto Mendonça foi religioso na “Ordem de São Bernardo” e João Mendonça foi religioso na “Ordem de São Jeronymo”.¹⁰⁵

A primeira filha do casal de fidalgos, Dona Maria de Mendonça, faleceu depois de um ano de nascida. A segunda filha, Dona Izabel de Mendonça, nasceu em 6 de setembro de 1702. Em 28 de outubro de 1715, casou-se com Luiz Gonçalves de Camara Coutinho, Senhor das Ilhas Desertas e dos Morgados de Taipa, Regalados, Comendador das Comendas e Santa Maria de Cazevel, São Tiago de Caldelas no Arcebispado de Braga, Santo André de Vila Boa. Dona Francisca de Mendonça nasceu em agosto de 1713, esteve recolhida no “Mosteiro da Annunciada de Lisboa”, onde por falta de saúde não professou, morreu em março do ano seguinte. O quarto filho de Nuno de Mendonça e Leonor Maria Antonia de Noronha, Lourenço de Mendonça, faleceu quando tinha um ano de idade. Foi por isso que Lourenço Filipe de Mendonça sucedeu ao pai, tornando-se o V Conde de Val de Reis.¹⁰⁶

O Doutor José Antonio de Sá dedicou a obra *Elogio Fúnebre do Ilmo e Exmo Senhor D. Antônio Rolim Moura, Conde de Azambuja*, ao irmão de Moura José Francisco de Mendonça (por ter sido membro do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Principal Primário da Santa Igreja Patriarcal, Reformador e Reitor da

¹⁰³CORTESÃO, 2001. v. 2, tomo II, p. 81.

¹⁰⁴*Ibid.*, p. 81-82.

¹⁰⁵SOUSA, 1755. p. 493.

¹⁰⁶SOUSA, 1755. p. 493 e MOURA, 1982. p. 15-16.

Universidade de Coimbra) e com essa descrição, é possível saber mais alguns dados da história e das atribuições públicas da família de Antônio Rolim de Moura.¹⁰⁷

Simão José da Luz Soriano chama atenção ao nome Mendonça, pois, segundo ele, os nobiliários e genealogistas consideram essa família uma das maiores de toda a Espanha, por sua “antiguidade e ilustre principio como pela fecunda descendencia com que se espalhou por aquelle reino e Portugal”. Sobre a família Rolim esclarece:

O apelido de Rolim provem-lhe do fidalgo Flamengo, Childe Rolim, a quem D. Afonso Henriques fizera mercê da Vila de Azambuja, pelos serviços que lhe prestara na tomada de Lisboa. Os Rolins entraram na varonia dos Mouras pelo casamento de D. Urraca Rolim, Senhor de Azambuja Dom Alvaro Gonçalves Moura, bisneto de Vasco Martin Surão de Moura, no reinado de Dom Affonso IV.¹⁰⁸

Ainda, soma-se a esta informação sobre a família Mendonça, a citada por José Antonio de Sá:

Descende por Varonia da Antiquissima, e Nobilissima Familia dos Mendoças. Os soberanos independentes, e Senhores de Biscaia são a fonte, donde dimana esta Casa, D. Lopo Sarraciniz em 871 era Conde, e Senhor de Biscaia, donde descendem. O appellido de Mendoça foi tirado do Senhorio, que tiverão nesta terra, e delle usou a primeira vez D. Diogo Lopes de Mendoça IV. Senhor de Lodio, casado com D. Leonor Furtado, Senhora de Mendovil, filha de Fernão Pires de Lara, meio Irmão, por parte de sua Mãe, do Imperador Affonso VII.¹⁰⁹

A obra de Jaime Cortesão em menção aos nobres portugueses responsáveis pela delimitação do território do Brasil no governo de D. João V, afirma que muitos se formaram nas Academias Militares, sob orientação dos saberes do Engenheiro-mor, senhor Manuel de Azevedo Fortes e dos astrônomos jesuítas, os padres matemáticos, João Batista Carbone e Domingos Capassi, ambos naturais de Nápoles, os quais chegaram a Lisboa em 19 de novembro de 1722. Esses homens, com especialização nos conhecimentos da cartografia, geografia e engenharia, eram estudiosos contratados pelo rei de Portugal na Itália, os quais desenvolveram e aprimoraram estudos da longitude e latitude, técnicas aplicadas particularmente aos

¹⁰⁷ SÁ, Jose Antonio de. **Elogio Fúnebre ao Illmo. e Exmo. Senhor D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja**. Lisboa: [s. n.], 1784. p. 1.

¹⁰⁸ SORIANO, 1860. p. 579.

¹⁰⁹ SÁ, 1784. p. 12.

estudos em cartografia e nos da Geografia Astronômica do reino português. De forma breve, Cortesão apresenta a formação de Antônio Rolim de Moura:

As Academias Militares, sob o impulso do Engenheiro-mor e a proteção, ainda que inconstante, de D. João V, tornaram-se um viveiro de engenheiros, geógrafos e cartógrafos, donde vão sair os grandes construtores de Mato Grosso, como o seu primeiro governador, D. Antônio Rolim de Moura, e Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres [...]. Mais e melhor contribuíram para a formação dum novo tipo social e cultural, que as necessidades da época exigiam.¹¹⁰

De outro modo, a historiografia portuguesa foi capaz de imputar à educação de Rolim de Moura o esmero de seu caráter, evidenciando sua acirrada disciplina, talentos para ciências e moral. O escritor José Antonio de Sá relata que desde cedo o futuro Governador de Mato Grosso foi dado aos estudos. Uma formação educacional capaz de fazê-lo *glorioso*, de uma sagacidade adequada de torná-lo *verdadeiro* em atitudes, dono de um *espírito crítico, humano e justo*:

O menino conhece-se: despreza os divertimentos pueris, quer crear-se para a Pátria: He verdade, que da educação pendia a sua gloria, Engolfa-se na profunda lição das Artes, das Linguas, das Sciencias, tecendo por ellas os solidos raciocinios, que formão o espirito meditador, e profundo.¹¹¹

A partir das informações apresentadas por este escritor sobre Rolim de Moura, é possível perceber que fez dele, além de um jovem *disciplinado* nos estudos um cristão exemplar. Este modelo de historiografia portuguesa deu a entender que o Governador possuía *competência* para muitas ciências e *habilidades* para desenvolver diferentes artes. Dentre as competências morais, José Antonio de Sá o fez também um engenhoso seguidor dos ensinamentos cristãos, ou seja, um bom servo de Deus, que se prestou aos estudos dos escritos bíblicos e teológicos, das “Mathematicas puras às Sciencias, e Artes mais uteis, e interessantes”. Há referências abundantes indicando que o Governador de Mato Grosso foi um homem de *grandeza* e de *virtudes* por ter sido contemporâneo do Iluminismo, filosofia que trouxe *conhecimentos das Artes mais precisas à nação*, justificativa usada pelo escritor para afirmar que Antônio Rolim de Moura foi conhecedor das ciências exatas e também para descrevê-lo como um combativo militar português:

¹¹⁰ CORTESÃO, 2001. v. 1, tomo I, p. 291.

¹¹¹ SÁ, 1784. p. 13.

Pelas deducções sublimes de Euclides, e de Archimedes demonstra os principios da Mechanica, da Statica, da Hydraulica, da Marinha, da Pilotagem, da Fortificação. Elle se glorea de ter nascido n`hum Seculo Fiolosofico, em que a verdade se encaminha à evidencia, e à pureza por conclusões immediatas, e infalliveis. Mais de huma vez agradece ao Ceo de o fazer existir posterior a Newton para participar as luzes de hum tão grande Homem. Assim se prepara o General, que hum dia há de ser o terror dos Inimigos da Patria. Aprende tambem por um sistema a ser Militar, e habitua a sua alma nos calculos certos, que decidem mesmo o bom exito das manóbras.¹¹²

Sá não comediou esforços ao propósito de demonstrar a considerada formação erudita de Rolim de Moura nas leituras da História Universal, que o fazia capaz de assimilar a importância do imperialismo português nas terras das conquistas. Esses louvores e argumentos usados pelo escritor merecem destaque na medida em que se entende o prestígio que Portugal deu à História em construir heróis da pátria, um estímulo à formação do caráter, à luta em perseverar na continuidade ao trabalho de bem servir ao rei:

Instruido da Historia Universal de todos os Póvos, passa a ver com inspecção, e profundidade a so seu Paiz, volvendo todo o periodo da Nação Portuguesa até o seu tempo. Alli vê as diversas revoluções da Monarchia, admira os Heróes, que tem feito o esplendor dos seus dias. Glorea-se do tempo, em que se dobrou o Cabo da Boa Esperança, em que se achárão as Índida Orientaes, e Occidentaes, em que nos fizemos senhores, da Costa d`África, do Mar Vermelho, do Golfo Pérsico, das Ilhas de Ganges.¹¹³

José Antonio de Sá acrescenta ainda que Rolim de Moura foi capaz de conhecer profundamente muitos assuntos, resultado da sua aptidão intelectual e da sua conduta exemplar. Muito das escolhas de Rolim de Moura e da sua *boa índole* tem raiz na educação recebida, uma forma também de prestigiar e valorizar a educação formal do Reino. Para Sá, esses motivos serviram como instrumentos necessários a fim de fazer de Rolim de Moura *senhor da sua razão*, das *suas escolhas* e da *sua virtude*:

A instrução universal de Antonio Rolim não parava no simples conhecimento das cousas, profundando todas as materias, que lia, formava o sistema das regras, e ditames escolhidos, que o havião dirigir em quanto vivesse. As ações virtuosas, e grandes, que fazem o character Heroico, tendo origem na sua admiravel, e perfeita indoles [...].¹¹⁴

¹¹² SÁ, 1784. p. 17-18.

¹¹³ *Ibid.*, p. 19-20.

¹¹⁴ *Id.*

Ainda a respeito dos estudos, José Antonio de Sá enaltece o personagem em questão, dizendo que era um jovem interessado nas *Filosofias* e dono de um *gênio vasto*. Além de ser possuidor de *pensamentos solidos*, era capaz de realizar a *justiça distributiva*. Esses atributos o apresentam como um cidadão capaz de cumprir com *todas as obrigações reais* e esses predicados eram capazes de formar a *Grande Alma de D. Antonio Rolim de Moura*. O Governador também foi descrito como um sujeito indispensável à *perfeição, e equilibrio das Monarchias*.¹¹⁵

Nesse conjunto de informações escritas por José Antonio de Sá, há o intento de mostrar aos portugueses as qualidades de um Governador capaz de bem representar seu rei nas terras da América e que certamente serviriam de incentivo aos que sucederiam àquele cargo.

As informações citadas por José Antonio de Sá foram reproduzidas pelo historiador mato-grossense Carlos Francisco Moura, quando em sua breve biografia também tratou da formação que recebeu o Governador: “Por aí se conclui que D. Antônio Rolim de Moura, além da educação normal de um português da Corte, na época, teve também uma excepcional formação cultural e científica”.¹¹⁶ Este autor teve na leitura do *Elogio Fúnebre ao Illmo. e Exmo. Senhor D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja* sua principal fonte para pesquisa, e estas informações continuam a ser divulgadas por outros historiadores.

É nesta perspectiva que o escritor vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Luis-Philippe Pereira Leite, registrou os atributos de Antônio Rolim de Moura, dizendo ser ele *um militar disciplinado*, “uma qualidade que reunia um temperamento de energia, de caráter generoso e leal, além de ser arrebatado, com misto de bondade e violência”. Qualidades, que somadas à sua inteligência, “tornaram-no um homem precioso para administrar a Colônia, talhado naturalmente para suportar as consequências da frente que o governo português ia abrir na parte mais ocidental do sertão mato-grossense”.¹¹⁷ Pelos textos de Pereira Leite, são reconsiderados e reafirmados aqueles escritos portugueses publicados sobre Rolim de Moura há mais de dois séculos de história, que construíram o

¹¹⁵ SÁ, 1784. p. 15-16.

¹¹⁶ MOURA, 1982. p. 17.

¹¹⁷ LEITE, Luis-Philippe Pereira. Rolim de Moura: a capitania, o homem e a história. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Edição comemorativa aos 250 anos da capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomo CXLVI, ano LXX, 1998. p. 53.

Governador como um símbolo de perseverança, do grande homem capaz de vencer as mais diferentes situações quando da sua atuação política na capitania de Mato Grosso.

Outro escritor que tratou de Rolim de Moura, insistindo na visão idealizada do herói das terras americanas, foi Virgílio Corrêa Filho. Este autor, ao descrevê-lo, teve o cuidado em relatar um motivo pelo qual foi escolhido para o primeiro governo da capitania, e para enfatizar a ideia de heroísmo, diz: “o homem que ainda não completara o quadragésimo aniversário”; sendo ele o administrador de uma larga capitania fronteiriça. O autor procura demonstrar que o militar destacou-se ao desempenhar a função de Capitão de Infantaria de um dos Regimentos da Corte.

A unidade militar distinguia-se pelos elementos de escol de que se compunha, e não admira que de uma de suas companhias fôsse requisitado jovem oficial para inaugurar a administração autônoma da região longínqua, em circunstâncias que exigiam tato, energia e descortino de atilado estadista. Ao cogitar do nome que lhe deveria merecer as preferências, para governar a recém-criada capitania estremenha, lembrou-se a Coroa, ou acaso teria sido a seu pedido, como insinuam algumas informações, de um capitão que servia no segundo batalhão no regimento de infantaria da guarnição de Lisboa, cujo comandante, o Conde de Caculim, se ufanava de sua tropa afidalgada.¹¹⁸

Pode-se dizer que Virgílio Corrêa Filho apontou os contornos fundamentais daquele que era considerado um herói da nação portuguesa, ao dizer que Rolim de Moura representava os valores da instituição militar de Lisboa. Em sua descrição diz que Rolim de Moura foi um sujeito que se construiu socialmente pela sua ajustada capacidade em atender a especificidade de um cargo militar. Ele foi visto como adequado ao modelo da atribuição de um cargo público e foi capaz de evocar a legitimação da responsabilidade para governar uma região de fronteira em disputa com os espanhóis. Seu discurso teve a intenção de recuperar e reinventar o personagem em outro tempo histórico. Considerou a projeção de valores no desempenho dos cargos ocupados por Rolim de Moura, por ele ter sido construído como um homem de coragem e com capacidade de comando.¹¹⁹

Documentos localizados na Torre do Tombo informam que no ano de 1732 Rolim de Moura foi admitido como Cavaleiro Professo da Ordem de Santiago.

¹¹⁸ CORRÊA FILHO, 1994. p. 307.

¹¹⁹ Sobre o assunto Cf. CUNHA, Luis. **Entre ideologia e propaganda**: a construção de um herói nacional. Disponível em: <repositorium.sdum.uminho.pt/.../1995,%20Nov.%20Jornadas%20Poder%20e%20Sociedade%20U.Aberta.doc>. Acesso em: 18 dez. 2010.

Confirma-se no Alvará de Profissão, por meio do qual o Rei Dom João V comunica ao Superior Convento de Palmela daquela Ordem, que, tendo em vista a devoção e o bem servir de Rolim de Moura, a pessoa dele [do rei] e à Ordem, haveria o Superior do Convento de admiti-lo como Cavaleiro noviço da Ordem. Tendo evidentemente que ordenar a todos os atos e cerimônias que a instituição exigia e obedecia. É o que se lê no Alvará:

Eu El Rey faço saber a vos [ilegível] Andre da Silva Coelho Superior do Convento de Palmela em vezes de Prior mor, que Dom Antônio Rolim de Moura Cavaleiro noviço da dita ordem me enviou a dizer que desejava e tinha devoção de servir a Deus e assim na mesma ordem e nela permanecer para o que queria fazer sua profissão e aprovação dela, pedimos por mercê o admitisse a ela, e vendo eu sua devoção e como é pessoa que a ordem e a mim pode bem servir, e ter acabado o ano dia de seu noviciado na forma que dispõem os Definitórios da dita ordem de Santiago: Hey por bem e me prás de o admitir na dita profissão para o que vos mando dou poder e comissão para que nesse convento, lha façais com todos os atos e Cerimônias que a regra dispõem; e tanto que lhe for feita a dita profissão fareis assentar no Livro da matrícula de Cavaleiros professos e lhe passareis certidão nas costas deste meu Alvará que se cumprará inteiramente como nele se contém sendo passado pela chancelaria da Ordem.¹²⁰

Aos 35 anos de idade, Rolim de Moura foi escolhido pela rainha de Portugal, Dona Maria Ana de Áustria, esposa de Dom João V, para exercer o cargo de Veador da Casa da Rainha. “Foi capitão de Infantaria em um dos Regimentos da Corte, Veador da Casa da Rainha Dona Mariana de Áustria, por carta de 9 de julho de 1744”¹²¹ e depois de um ano assumiu o cargo de Tesoureiro do Hospital de Lisboa.

As orientações de D. João V diziam que a capitania de Mato Grosso deveria ser governada por Antônio Rolim de Moura. Assim, foi nomeado Governador por Decreto de Dom João V no dia 26 de julho de 1748. É o que diz o documento: “Hey por bem nomeá-lo Governador, e Capitão-General da capitania de Mato Grosso por tempo de três anos. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e lhe mandará passar os despachos necessários”.¹²²

¹²⁰ ALVARÁ de Profissão concedida pelo Rei de Portugal D. João V a Dom Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 28 de março de 1732. In: MOURA, 1982. p. 17.

¹²¹ SOUSA, 1755. p. 596.

¹²² DECRETO do Rei Dom João V nomeando Antônio Rolim de Moura Governador de Mato Grosso. Lisboa, 26 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 4, doc. n. 237.

Nesta época, segundo Virgílio Corrêa Filho,

não atendia D. João V aos encargos reais senão com doentia morosidade, de sorte que o documento foi assinado pela rainha. E preenchidas as formalidades protocolares, na Secretaria do Conselho Ultramarino, que lhe registrou a Carta Patente, a 5 de novembro de 1748, na chancelaria-mor da Côrte e Reinos, a 19, no Regimento, atestou, a 27, não ser êle, devedor de cousa alguma a fazenda real, sómente a 18 de janeiro compareceu à presença do monarca. E, em os Paços da Ribeira, onde ora assiste o Mui-Ato e Poderoso Rei D. João o V, fêz preito e homenagem em suas Reais Mãos segundo a ordenança, D. Antônio Rolim de Moura, pelo governo da capitania de Mato Grosso, em que é provido pela Carta Patente.¹²³

Antecedendo sua vinda ao Brasil, Rolim de Moura solicita ao rei D. João V a construção de uma casa para servir de residência aos Governadores. Em meio a essa requisição, o documento se refere a “uma Nova Vila no Matto Grosso”:

Diz D. Antônio de Moura nomeado por Vossa Majestade e Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, que ele suplicante tem notícia que na dita capitania não há casas de residência em que possa assistir o Governador por se achar criado vila no dito sitio há muito pouco tempo, e porque não será justo que o suplicante, depois de ter feito uma tão dilatada e trabalhosa viagem, [...] de empregar-se no serviço de Vossa Majestade, vá experimentar o incômodo de se achar sem casa em que possa residir e a sua família a que Vossa Majestade deve logo atender mandando passar ordem para que com a brevidade possível se faça na dita capitania a casa que parecer suficiente para a sua habitação e dos sucessores, quando as não haja capazes para o dito efeito, e nesta consideração.¹²⁴

Segundo Antonio Caetano Sousa, Antônio Rolim de Moura, nomeado Governador da capitania de Mato Grosso, partiu de Portugal em 3 de fevereiro de 1749,

com huma viagem trabalhosa, em que gastou mais de dous annos, onde ao presente assiste, edificando uma povoação, a que deu o nome de Villa Bella, que sera a capital daquele Governo, com porto de mar, que pertende navegar pelo rio das Amazonas, que sendo navegavel não será tão distante a sua communicação.¹²⁵

Rolim de Moura obedeceu às ordens reais, deixando Lisboa e seguindo em direção ao Brasil, chegou ao Pernambuco em abril de 1749. Dali, em junho, segue

¹²³ CORRÊA FILHO, 1994. p. 307-308.

¹²⁴ REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura, nomeado Governador de Mato Grosso, ao Rei Dom João V. Lisboa, 29 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 4, doc. n. 239.

¹²⁵ SOUSA, 1755. p. 595-596.

ao Rio de Janeiro. Só no início do ano seguinte dirige-se a São Paulo, e depois viaja a Cuiabá.

Permaneceu nas ditas minas por quase todo ao ano de 1751 – de janeiro a princípio de novembro – se inteirando dos problemas da capitania e tomando as primeiras providências administrativas. A 3 de novembro de 1751, D. Antônio Rolim de Moura partiu para as minas de Mato Grosso. A 7 de dezembro chegou ao Guaporé, e no dia 14 do mesmo mês estava no sítio de Pouso Alegre, o lugar em que seria fundada a futura Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira Vila-Capital de Mato Grosso, erigida a essa condição, em 19 de março de 1752, na margem direita do Guaporé.¹²⁶

Em resumo, a *Revista do Instituto Histórico do Rio de Janeiro* assim apresenta a história de Dom Antônio Rolim de Moura:

filho de Nuno Mendonça, IV Conde de Val de Reis, e de Leonor Maria Antonia de Noronha, filha do I Marquez de Angeja D. Pedro de Noronha. Nasceu em 12 de março de 1709: sentou praça de soldado no Regimento de Cavalaria de Alcantara aos 23 de janeiro de 1726, passou para Capitão de infantaria no regimento do conde de Cocolim em 1735, e ocupava o posto quando foi nomeado pelo Sr. rei D. João V em 1748 capitão-general para ir criar o Governo de Cuyabá e Mato Grosso. O dia de sua partida foi o de 3 de fevereiro de 1749: transportou-se em uma naó de guerra, e chegou a Pernambuco aos 14 de março do dito em companhia de Luiz José Correa de Sá, que ia suceder no governo de Pernambuco a D. Marcos de Noronha, nomeado capitão-general de Goyaz; com quem partiu para o Rio de Janeiro, e chegaram à cidade de São Paulo aos 15 de junho de 1749, quinta-feira de Corpus Christi. Partiu D. Antonio Rolim de Moura para o seu governo, e chegou à Vila de Cuyabá aos 12 de janeiro de 1751, onde se demorou até aos 3 de outubro, em cujo dia partiu desta vila, e depois a Mato Grosso ao 14 de novembro do mesmo anno. Estabeleceu a nova povoação com o apelido de Vila Bela aos 19 de março de 1752 nas margens do Rio Guaporé, em cujo dia se levantou o pelourinho e foram nomeados capitão-mór e vereadores. O Sr. Rei Dom José o nomeou brigadeiro em 1754, e depois o fez Conde de Azambuja e marechal de campo dos seus exércitos, e sendo passados mais de 13 annos de governo naquela nova capitania, [...].¹²⁷

Nos tempos em que Antônio Rolim de Moura esteve à frente da governança de Mato Grosso, o Desembargador de Agravos e Juiz intendente do Real Confisco Manoel Francisco da Silva Veiga põe em destaque imagens do sertão mato-grossense e reverencia o personagem em questão:

Veja V.E. como a distinta, e luzidissima Tropa em militares assentos lhe tece menos o grande elogio de seu general, que de seu generosos pai, lembrada da innata, e benevola condição, que experimentou tantos annos nos áridos, e bravísimos certões de Mato Grosso, e proximamente na antiga corte dos

¹²⁶ MOURA, 1982. p. 6 e ss.

¹²⁷ NOTÍCIA chronologica das pessoas que governaram a capitania de Mato Grosso, desde o ano de 1751 de sua criação. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laembert, v. 20, tomo 20, p. 282-283, 1857.

Vice-Reis da América. Veja como não há soldado, Official, nem Cabo maior, que se não prometta segurança na paz, na guerra gloriosos triunfos. [...] Veja como a mesma Tropa todas louca de prazer se oferece aos excessivos calores da estação mais desabrida, as penosas fadigas de violentas marchas, a subir terras altas, e escarpadas, e penetrar os mais distantes, e invandaveis matos, atravessar em frageis lenhos impetuosos rios, e a sustentar finalmente no meio de inospitas brenhas aquele mesmo ardor militar, que os antigos Portugueses conservaram com pasmo universal [...].¹²⁸

Além de insistir nos elogios pelo exercício de sua carreira militar, foi engrandecido como um aguerrido sertanista nas terras americanas. São manifestações que o homenageiam por ter atravessado um sertão que lhe trouxe cansaço e dificuldades. Descreve as razões que diz terem provocado nos portugueses espanto pelas façanhas vividas e construídas sobre um Rolim de Moura apto para ajustar-se às novas realidades impostas pela natureza americana. As suas realizações são apresentadas como justificativas para projetar os valores úteis às crenças e convicções dominantes, que são legitimadas pelos discursos políticos específicos da nação portuguesa. Em todos os discursos construídos pela historiografia portuguesa, brasileira e mato-grossense, o personagem Antônio Rolim de Moura ganhou uma acentuação do seu peso político sob a forma de narrativas que anunciam a determinação do herói.¹²⁹

Ainda em Mato Grosso, Rolim de Moura recebeu de D. José I, em 21 de maio de 1763, o título de Conde de Azambuja. Depois de governar a capitania por quase quatorze anos, navegou pela rota monçoeira do norte em direção a Belém. Dali seguiu à Bahia, quando o rei D. José I o nomeou ao cargo de Governador desta capitania, entre os anos de 1765 e 1767, para logo assumir o vice-reinado do Brasil, no Rio de Janeiro.

É o que indica o conteúdo das palavras de Dom José I, rei de Portugal:

Hei por bem nomeá-lo Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil por tempo de três anos, e o mais que eu for servido, enquanto lhe não mandar sucessor, e terá a sua Residência na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, enquanto eu não mandar o contrario, vencendo em cada um ano de seu governo o soldo de doze mil cruzados. Pelo que vos mando

¹²⁸ VEIGA, Manoel Francisco Silva. **Falla no Felliz dia 17 de novembro de 1767 em que tomou posse do governo desta Capitania do Rio de Janeiro o Ill.mo e Exc.mo Senhor D. Antonio Rolim de Moura**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1769. p. 41. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. (O autor foi Desembargador de Aggravos e Juiz intendente do Real Confisco).

¹²⁹ CUNHA, Luis. **Entre ideologia e propaganda: a construção de um herói nacional**. Disponível em: <repositorium.sdum.uminho.pt/.../1995,%20Nov.%20Jornadas%20Poder%20e%20Sociedade%20U.Aberta.doc>. Acesso em: 18 dez. 2010.

a todos em Geral, e a cada um em particular, que tanto que ele chegar a essa cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro o hajais por meu Vice Rei, e Capitão General de Mar, e Terra, e tudo o que da minha parte vos manda vos cumpraís, e façais interamente cumprir com aquela diligência, e cuidado, que de vos confio, como fizereis se por mim em pessoa, vos fosse mandado, porque assim o hei por meu serviço, [...].¹³⁰

Antônio Rolim de Moura passou a morar na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Ali lhe cabia responder pelos “delitos ou malefícios”¹³¹ que poderiam os Vassalos da Coroa cometer na Terra e no Mar. Por isso o Governador necessitaria:

passar da capitania da Bahia, onde se acha governando. Sou servido que entre a exercitar o novo governo na conformidade que se praticou com o da Bahia, debaixo do mesmo juramento, e homenagem que já deu pelo Mato Grosso, e pagou de novo direito hum conto novecentos, e dezessete mil quinhentos reis [...].¹³²

Nas correspondências, seus amigos o definem com vários qualificativos: Governador de Mato Grosso, primeiro Conde de Azambuja, Governador e Capitão-General da Bahia, Vice-Rei do Brasil; uma personalidade que transita entre o “brio do aristocrata” e a “humilde vassalidade”, o senso de oportunidade que pondera a eficácia dos meios administrativos que lhe foram confiados. Dentre outros exemplos dos elogios proferidos a Rolim de Moura, vários foram feitos por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal e Governador do Grão-Pará e Maranhão) e são encontrados na correspondência dele à corte dos negócios da Colônia.

É com exaltação dos predicados de Rolim de Moura como administrador, como soldado, como homem da cultura e da ciência que, também, Manoel Francisco da Silva Veiga fez a fala de posse, quando Antônio Rolim de Moura tornou-se Vice-rei do Brasil, na sede da Capital da Colônia, o Rio de Janeiro, no dia 17 de novembro de 1767. Seu discurso enalteceu a atuação política do ex-Governador de Mato Grosso de tal modo que pode-se ler as imagens:

Porém quando he preciso socorrer a patria, quando as obrigações de homem público devem prevalecer à particular inclinação de fazer crescer as elevadas palmas ao abrigo da paz, nem teme o rigor das estações, as eminentes terras, os caudalosos rios, nem receia o inimigo braço, antes

¹³⁰ CARTA Patente de D. José I nomeando Antônio Rolim de Moura Vice-Rei do Brasil. Lisboa, 31 de agosto de 1767. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Códice: 03, 04, 05, n. 88.

¹³¹ *Id.*

¹³² *Id.*

impavida sempre sempre constante uma vez contrasta a arte, outras a natureza. Deste modo que espera V. E. de um homem, que admira como eu com tantos títulos as suas brilhantes virtudes, de que os vastíssimos certões da América daram nos feculos vindouros os exemplos mais dignos da nossa admiração? Poderia por ventura ser neste dia desculpável o callar-me, vendo concorrer todas as Ordens, todos os estados, todas as idades, pequenos, grandes, velhos, moços a festejarem a inesperada fortuna V.E. tomar posse do mais importante governo das colonias portuguesas.¹³³

Manoel Francisco Veiga, em tons de exagero, com visível desconhecimento da fauna americana, discorreu sobre as dificuldades e enfrentamentos pelos quais diz ter passado Rolim de Moura:

Se eu pudesse exercitar com o exemplo de Rolim a todos aquelles, que attentamente consagram o seu descuido à defeza da Patria, como lhes mostraria para seu vergonhoso approbrio tantas noites perdidas, tantos dias consumidos entre serrados matos, em companhia de onças, tigres e outros animais ferozes, tomando por sustento não esquisitos, e delicados manjares, com que se inervam as forças, e corrompe a virtude, mas os poucos saborosos frutos da terra! Almas guerreiras, vós, a que sois dignais desse nome, se quereis merecer o titulo de mentes da pratria, se estimais a vaidosa distinção de um ilustre nascimento, aprendei a servir como Rolim. Segui os seus passos, imitai-o e só deste modos sereis dignos de respeito nas futuras idades. Oh Rolim, que novo, e desertos caminhos porcurasse para immortalizar o teu nome! Tu não seguiste a estrada da vaidade: não erigisse em Mato Grosso sobre dourados pedestaes as estatuas dos teus gloriosos antepassados, constrangendo os Póvos a que as incensassem, Nas tuas virtudes lhes deste hum exemplo mais nobre. Por elle nunca a posteridade te poderá negar os seus respeitosos cultos, o seu immortal apreço porem os que habitam aquelles vastos certões, que tu ditosamente governaste, devem-te hum mais sincero, e mais terno sentimento, devem aurar e respeitar a tua memoria.¹³⁴

A historiografia o construiu com o sentido de reforçar a nação portuguesa, evocando a memória de seu governo e fazendo das dificuldades um espetáculo apaixonante e dramático do super homem, capaz das melhores ações e das virtudes mais dignas. A respeito de Antônio Rolim de Moura ter governado o Mato Grosso, a Bahia e ao cargo de Vice-Rei que estava a assumir, diz:

Ditoso aquele, que pudesse agora falar pela syncera boca dos reconhecidos Póvos! Só então sahiria hum retrato digno de V. E. que vai fazendo a América feliz com três governos. As suas virtudes são superiores a todos os ornamentos frivolos da Retórica. Aceite V. E. o simples reconhecimento do que espera dever-lhe o Rio de Janeiro, em quanto felizmente o governar, augurando-se a mesma fortuna, que em quinze annos teve o Mato Grosso,

¹³³ VEIGA, 1769. p. 38.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 43.

e pouco tempo a Bahia, sendo por essa causa tão excessivo aquele na sua saudade, como essa nas suas lágrimas.¹³⁵

Antônio Rolim de Moura não só foi homenageado por governar com firmeza, mas também por ser considerado de caráter humilde, por representar um herói da nação, que assegurou a expansão do poder de Portugal; como também houve expressões apaixonadas vendo-o como detentor de uma índole generosa. Sua *alma* foi descrita como uma espécie de bem raro, como uma verdade própria da sua ação política. Com excessivo tom descreve-se o comportamento de Rolim de Moura quando retornaria juntos aos seus:

Voltando à sua Illustríssima Casa, não contará os thesouros, que adquirio, as terras, que ajuntou aos seus Senhorios, as copiosas heranças, que deixa à sua família, que nada disto préza huma alma independente; mas verás recompensas mais nobres, riquezas que enfeitam os corações magnanimos: verá os suspiros dos Póvos, que governou, as algemas; que tirou das mãos dos miseráveis, pendentos do templo da beneficencia, fruto dos seus generosos trabalhos de assumpto à Lyra, de argumento à Epopeia. Verá enfim, que o Rei o premeia, dando-lhe o título de bom, e virtuoso cidadão. Oh titulo mais honorífico, que quantos inventou a vaidade para premiar o orgulho!¹³⁶

Com o intuito de recordar dos feitos do homem Rolim de Moura, Manoel Francisco Silva Veiga descreve sucintamente seus cargos no Brasil e em Portugal:

Conde de Azambuja, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima. Senhor das Villas de Azambuja, e de Monte Argil, Commendador das Comendas da Chouparia, e Samora Correa na Ordem de Sant-Iago, Veador da Casa da Rainha Nossa Senhora, Marechal dos Campos Reaes Exercitos, Vice-rei, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brazil, e Governador da Relação dessa cidade de São Sebastião.¹³⁷

A cronologia apresentada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* sintetiza a saída do Mato Grosso e os últimos anos da permanência do fidalgo Rolim de Moura na colônia portuguesa com estas linhas:

o despachou para Governador da Bahia de Todos os Santos, onde chegou aos 25 de março de 1764, de onde veio em 1767 para o Rio de Janeiro com o titulo de Vice-rei a render o conde da Cunha. Chegou a esta cidade a 12 de novembro, e tomou posse na cathedral na terça-feira de tarde 17 do dito mez deu fim ao seu breve Governo aos 31 de outubro de 1769, em cujo dia chegou da Bahia o Marquez de Lavradio para seu sucessor. Partiu para Lisboa e foi despachado pelo Sr. Rei Dom José e por sua augusta filha,

¹³⁵ VEIGA, 1769. p. 51.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 53.

¹³⁷ *Id.*

presidente do Conselho da Fazenda, tenente-general dos exércitos de S. M., do Conselho de Guerra, e Governador de armas da Côrte e Extremadura. Faleceu finalmente em Lisboa na noite de 8 de dezembro de 1782. Tomou posse na vila do Cuyabá em 17 de janeiro de 1751, e governou por 13 anos, 11 meses e 15 dias. Sucedeu: João Pedro da Camara que tomou posse em Vila Bela no 1 de janeiro de 1765, governou 4 anos e 3 dias.¹³⁸

Conforme relata Moura, depois do Conde de Azambuja permanecer na Colônia americana por mais de duas décadas, retornou a Portugal e lá foi nomeado Presidente do Conselho da Fazenda de sua Majestade em 4 de outubro de 1770. Nove anos depois, foi nomeado Governador das Armas da Corte e Estremadura e na década seguinte foi eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, sendo colocado na Classe de Ciências de Cálculo. No ano de 1782, sentindo-se doente, Rolim de Moura pediu dispensa do Comando das Tropas da Corte. O consentimento ocorreu por meio de Portaria. Faleceu em 8 de dezembro de 1782, aos 73 anos de idade, sem nunca ter se casado, não deixando, portanto, herdeiros diretos. O seu sobrinho, D. José Maria Rolim de Moura Mendonça, foi quem herdou o título de nobreza – o de Conde de Azambuja.¹³⁹

Segundo nota redigida por Moura, o ex-Governador de Mato Grosso foi:

sepultado no Convento da Graça no dia seguinte do seu falecimento, conforme conta no livro de Registros dos enterramentos; [...] “a 9 de dezembro de 1782 veio a sepultar a este convento o Ilmo e Exmo. Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim de Moura, General das Armas da Província da Estremadura. Jaz na capela de São João Batista da capelinha do claustro e no carneiro que está por baixo da mesma capelinha, onde também está sepultada sua mãe D. Leonor”.¹⁴⁰

Para finalizar, citam-se as palavras de José Antonio de Sá sobre o Governador de Mato Grosso. Lê-se um conjunto de atributos que gabam o personagem em questão. De todas as leituras feitas ao fim de escrever sobre o Governador, esta parece ser a mais interessante na perspectiva da construção de um personagem, atribuindo-lhe o caráter e os talentos de um administrador e funcionário enquanto trabalhou para o império português. As palavras começam com

¹³⁸ NOTÍCIA chronologica das pessoas que governaram a capitania de Mato Grosso, desde o ano de 1751 de sua criação. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laembert, v. 20, tomo 20, p. 282-283, 1857.

¹³⁹ Cf: MOURA, 1982 e CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: um ilustrado na capitania de Mato Grosso. In: **Coletâneas do nosso tempo**, Cuiabá, ano 7, v. 7, n. 8, p. 75-87, ago./dez. 2008.

¹⁴⁰ MOURA, 1982. p. 174.

termos apropriados a um fiel cristão e finalizam com a despedida sentimental da ausência do Governador entre os vivos:

Religioso, Contigente, Benevolo, Justo, Dezinteressado, Liberal, Caritativo, Generoso, fiel a Patria; ao Rei: e teve todas as qualidades de hum grande General, de hum bom Ministro, de hum Catolico, de hum homem de probidade, de justiça, [...] o Governador do Mato Grosso, e Cuyaba, o Vice Rey do Estado do Brazil, o Presidente do Conselho da Fazenda, o Thenente general dos Exercitos da Raynha Fidelissima, o Governador das Armas da Corte, e Estremadura, o Conde d'Azambuja, o grande D. Antonio já não existe mais...¹⁴¹

¹⁴¹ SÁ, 1784. p. 25-26.

2 REPRESENTAÇÕES DOS CAMINHOS DESCRITOS POR ANTÔNIO ROLIM DE MOURA NO INTERIOR DA COLÔNIA PORTUGUESA

Antônio Rolim de Moura, no primeiro dia do mês de abril do ano de 1751, pôs-se a cavalo em direção à Vila de Parati, para ter contato com o Governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire. As informações da viagem a Parati estão narradas na Relação de viagem, também conhecida como *Diário de Viagem de D. Antônio Rolim de Moura*.¹⁴²

Para fazer essa viagem, Antônio Rolim de Moura levou consigo escolta de “bestas de carga com provimentos”, criados, pretos e o Ouvidor de São Paulo:

Por estarem os meus oficiais de Ordens doentes, levei comigo o capitão em lugar dele, e três dragões para me servirem de escolta, duas bestas de carga com bem pouco provimento para poderem acompanhar-me, dois criados, e alguns pretos.¹⁴³

É o único trecho da *Relação* em que o Governador menciona os *pretos* que o acompanharam na viagem ao Rio de Janeiro.

Aos olhos do Governador, o caminho pelo interior de São Paulo foi narrado com dificuldades, com transtornos dos mais variados e com passagens onde o prazer se fez apenas em momentos de descanso. Além das dificuldades do caminho, o Governador registrou que em alguns lugares faltaram os alimentos de que necessitavam os humanos e os animais.

Havia outras circunstâncias que faziam padecer o viajante na travessia do percurso terrestre. Uma das dificuldades a passar era o contratempo imposto pelo frio muito intenso:

[...] e faz, em curtos tempos, frios tão extraordinários, que têm já morto alguns passageiros; porque como ela [a Serra de Parati] não é capaz de andar de noite, aqueles a quem o dia falta antes de a vencer, ficam expostos a este perigo, pois não podem reparar o frio com o fogo por estar sempre o mato por molhado incapaz disso. Além disto tem duas passagens de rio bastante más.¹⁴⁴

¹⁴² RELAÇÃO da viagem que fez o Conde de Azambuja da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá no ano de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 3-29. Doravante a fonte será citada como RV.

¹⁴³ RV, p. 3.

¹⁴⁴ RV, p. 5.

Entre as dificuldades estavam os nevoeiros, a falta de pastos para os cavalos, as altas temperaturas, a violência do sol que os fazia andar ao entardecer, as noites extremamente frias, as tempestades que traziam areia, as fortes chuvas, os animais cansados, as doenças que acometiam os cavalos, as pedras no caminho, as poças d'água... Entre os tantos embaraços descritos na Relação, um deles era particularmente significativo: os percalços dos caminhos. Parte desse sofrimento ainda é assim relatado:

Saímos enfim da cidade [São Paulo] já tarde [...], e para mais ajuda erramos caminho por cuja causa andamos de noite umas poucas horas por estrada que ainda de dia se passa com dificuldade, cheia de más pontes, de ribeiros, e de atoleiros terríveis. Estas dificuldades me embaraçaram chegar ao sítio, que assim chamam cá, aos Casais, onde me esperavam, e fiquei noutro, em que não havia nada que comer para a gente, nem para os cavalos.¹⁴⁵

Segue contando sobre os acontecimentos do trajeto:

No dia seguinte fui jantar a Mogi marchando um grande pedaço através de várzeas larguíssimas, mas inúteis pela opinião, em que se está a gente da América de que só em roçar se pode semear [...]. Daqui fui dormir a uma fazenda dos Padres do Carmo, e no outro dia a Jacareí [...]. Seis léguas antes de chegar a ela todo o caminho é por morros muito altos, muito a pique, e de uma qualidade de barro, como sabão, quando chove, o que aconteceu nesta ocasião; por cuja causa passamos com bastante risco de quebrar as pernas, escorregando cada passo os cavalos; mas andam tão destros, que parece incrível as partes por onde se seguram. Eu não iria a pé por elas sem cair uma quantidade de vezes.¹⁴⁶

A má condição do percurso terrestre foi tema na “Relação”:

No dia seguinte ao jantar cheguei a Guaratinguetá havendo na noite antecedente ficado em sítio bom à vista dos mais; porém o caminho, que a ele me conduziu, era cheio de más pontes, atoleiros e caldeirões, que são umas covas, que os cavalos fazem com a continuação de andar, as quais, quando chove se enchem de água e lama, ficando entre cova e cova, como uma parede de barro duro, de sorte, que é necessário, que os cavalos vão por estes lugares muito sossegados, pondo os pés dentro nas mesmas covas; porque se assim não fazem, infalivelmente caem com o grande risco de quebrar as pernas ao cavaleiro. Este tão bom caminho passei com tanto escuro, que nós não vimos uns aos outros.¹⁴⁷

¹⁴⁵ RV, p. 3.

¹⁴⁶ RV, p. 4.

¹⁴⁷ RV, p. 4.

Todas essas impressões escritas por Rolim preenchem um campo de visão que o torna uma janela para um quadro de uma natureza exuberante em meio a vilas, caminhos sinuosos, difíceis e perigosos, alguns pisados em terra molhada e lisa. Rolim de Moura apresenta uma paisagem dinâmica, motivado pela inspiração dos lugares vistos, com passagens onde pôde hospedar-se em sítios, fazenda de padres, vilas, nos quais dormiu em rede, sentiu frio, comeu peixes, aves e pães.

O Governador de Mato Grosso descreveu algumas das vilas que visitou constatando atividades de exportação com certo dinamismo e com bases de ocupação normatizadas. Representou uma região aurífera, com um sistema de circulação do ouro, mercadorias, alimentos, pessoas e informações. É o que escreve da vila de Guaratinguetá:

A vila de Guaratinguetá, em que fiquei naquele dia por ser necessário mandar diante avisar os sítios por onde havia de passar, é já mais rica, do que as outras por ser passagem para as minas daqueles, que vêm buscar a estrada do Parati; pela qual me seguraram, nadavam mil, e trezentos cavaleiros conduzindo cargas. Aqui deixei o caminho da esquerda, que vai à Serra da Mantiqueira, e daí às Minas, e tomando a direita fui dormir ao Sítio de Paratinga.¹⁴⁸

Seu olhar com respeito à população da Colônia reflete imagens pessimistas, excludentes e categorizadas em juízos qualificadores. Compreende-se que as imagens resultam de um conjunto de regras sociais que determinam o vínculo entre a representação e a realidade representada; ou pode-se dizer que as imagens guardam uma carga de convenções em que a realidade visual é codificada de acordo com aquele que a vê.

Nas imagens construídas por Rolim de Moura há percepções de várias dimensões do cotidiano, fornecendo uma variedade de apreensões do social. Muitas vezes, são imagens carregadas de preconceitos e estereótipos, nas quais Rolim de Moura apresenta uma percepção distorcida e exótica, muito distanciada de sua autorrepresentação:

No dia seguinte fui jantar a Mogi [depois de ter pousado no sítio chamado aos Casais] marchando um grande pedaço através de várzeas larguíssimas, mas inúteis pela opinião, em que está a gente da América de que só em roçar se poder semear, ou plantar: a vila é pequena, como todas as que vi na comarca de São Paulo, porque a maior parte dos moradores assistem nos seus sítios onde lhes vai o tempo a cachimbar, em balançar-se na rede em camisa, e ceroulas, seu vestido ordinário, e mandando os

¹⁴⁸ RV, p. 4.

seus carijós, adquiridos pelos sertão em grandes trabalhos, e não menos ofensas a Deus.¹⁴⁹

O ambiente econômico da Vila referido por Rolim de Moura foi avaliado com mediana significação, resultado da preguiça de suas gentes. Nesse local, ele toma a paisagem como um retrato do social dos moradores, que têm pouco empenho em transformá-la ou fazê-la digna de um lugar próspero. Os habitantes ocupavam-se com coisas sem importância e vestiam-se de um modo que, para Rolim de Moura, não representava nenhum rigor. A molidão, a preguiça e a falta de iniciativa da parte dos seus moradores fizeram presente a ideia de uma paisagem inerte, de uma Vila que carecia de incentivos e de pessoas com ânimo e tino comercial. A Vila era o retrato da preguiça, das suas gentes largadas em redes, o que resultava numa paisagem esmorecida, sem vida, sem criatividade, bem como faltava-lhes a dedicação em fazer daquele ambiente um espaço que demonstrasse o crescimento, o empenho e a luta para torná-lo produtivo. Entende-se que Rolim de Moura atribuiu aos índios caçados nos sertões o trabalho produtivo do lugar, e o espaço não poderia ser outro, se nele seus habitantes não se movessem para fazê-lo rentável.

As representações da natureza e de seus moradores trazem, em especial, uma ideia de atraso, baixo grau de “civilização” e inferioridade racial. Em geral, as ressalvas quanto a estas apreciações foram feitas para diferenciar os portugueses, ou os brancos, das populações tidas como nativas ou miscigenadas, que eram caracterizadas como indolentes e apáticas. São imagens de americanos perdidos na largueza de terras produtivas e com um entorno de sertões e índios para sustentar os moradores da vila que tinham como aliados a preguiça e o descanso da rede.

Assim considerando, torna-se possível apreender nos discursos de Antônio Rolim de Moura as tentativas de inferiorizar os moradores da região das capitâneas do Rio de Janeiro e de São Paulo, e depois, no caminho monçoeiro, os grupos indígenas que ocupavam o território do centro-oeste sul-americano. Sua visão dos moradores são estereótipos capazes de colocá-los em situação desvantajosa diante de seus referenciais de sociedade, resultando em vilas que pouco representavam diante do esperado pelo militar Rolim de Moura. Visa garantir seus interesses de administrador colonial, o que implica que a percepção das práticas culturais fossem

¹⁴⁹ RV, p. 4.

minimizadas e elas fossem compreendidas como manifestações de indolência e de falta de capacidade.

O Governador, por meio de seus escritos, forma um conjunto de generalizações e preconceitos do social, com julgamentos que conformam e validam seu ponto de vista sobre a inferioridade da população americana. No caso da paisagem sertaneja, a figura dos moradores, que compõem o espaço, foi retratada sob a ótica da inferioridade, preguiça, atraso dos povos. Rolim de Moura produziu representações negativas e silenciou a respeito da complexidade cultural desses moradores que habitavam as vilas, sítios e demais lugares. Observa-se que o Governador apresentou identidades: reafirmando a sua como positiva através da negatividade do outro. Nessa passagem, Rolim de Moura mostra a construção da imagem do homem americano que, neste caso, foi-lhe atribuído a caracterização de preguiçoso, que desprezava a riqueza que o sertão ofertava, uma qualificação estereotipada da cultura daqueles moradores.

Nos relatos de Rolim de Moura, percebe-se a relação aos espaços do reino português e a sua memória gustativa, servindo como referência ao ineditismo e ao reconhecimento das coisas novas que viu, experimentou e sentiu. São elementos que afloraram sua memória sensitiva, tornando-o capaz de comparar, avaliar e apreciar:

[...] no primeiro dia fui ao sítio da Aparição, em que se experimenta o mesmo frio do Reino, [...]. Ao sair daquela vila há um pedaço de caminho, que parece rua de quinta, muito direito, largo, e cheio de boa sombra [...]. No dia 6 jantei em Pindamonhangaba, vila quase igual à de Jacaraí; nela comi pão do mesmo trigo da serra muito semelhante ao pão francês no gosto, no feitio e no amassado.¹⁵⁰

Visualidades de espaço, formas, tamanhos, cores, memória gustativa e olfativa, sensibilidades e sensações; são essas as lembranças contidas em conteúdo assimilado, quando relaciona e compara o que viu e sentiu na Colônia com sua terra natal. Em vários momentos do relato, ele menciona os lugares em que pôde se acomodar para descansar, a comitiva e os animais de carga. As imagens projetadas quanto aos lugares variam em gradações, entre a “civilização” e a “barbárie”, vistos quase sempre como locais desertos, distantes e primitivos. Suas reflexões mostram percepções e juízos do que testemunhou:

¹⁵⁰ RV, p. 4-5.

de acordo com a simetria das ruas é avaliado o grau de “civilidade” dos moradores:

Nesta noite, que foi a quarta, dormi bastante mal acomodado em sítio, que está dentro de um capão de mato de quatro léguas de comprido. Na seguinte fiquei na Vila de Taubaté, a melhor, que vi naquele caminho, bem assentada com boas ruas, largas, e compridas alegre, e os seus moradores mais civilizados [...].¹⁵¹

Nessa paisagem observada pelo Governador, há locais que se encaixam ao modelo entendido como “civilizado”, e outros como bárbaros, por se afastarem do padrão considerado como ideal urbano. Sugere, com seu olhar, que há um protótipo que emoldura o enquadramento das imagens dos espaços de vilas e demais povoações urbanas. Esse padrão deve-se aos conhecimentos urbanísticos que o Iluminismo, ou Filosofia das Luzes,¹⁵² propagava na época. A ótica do movimento filosófico dedicada à estética urbana apostava no planejamento das edificações; o espaço deveria ser racionalmente planejado, com traçados que representassem o ordenamento das ruas e o planejamento das casas.

Conforme descrição de Rolim de Moura, a disposição das ruas indicava o reconhecimento pelo qual um núcleo urbano teria na sua configuração elementos aplicados da racionalidade do pensamento iluminista. Sua narrativa também contém informações que caracterizam sua ocupação em observar se as ruas, as casas, as pessoas teriam graus de “civilização” semelhantes ao modelo português. Essas observações não são únicas no relato. Elas também aparecem quando viaja em direção às minas do Cuiabá, ao descrever, por exemplo, a fazenda de Camapuã. Ao construir narrativas sobre seus moradores e os ambientes dessa fazenda, tem-se elementos que mostram a sua percepção avaliadora do assunto em questão.

¹⁵¹ RV, p. 4.

¹⁵² Para Im Hof, o Iluminismo é um termo que faz referência ao movimento filosófico que trouxe atividades reformistas ao século XVIII. Um termo solicitado todas as vezes em que se fala de razão, liberdade e felicidade. O período axial desse movimento filosófico situa-se um pouco antes e um pouco depois de 1750. Em suas origens, a Ilustração articula-se com as conquistas da “Revolução Filosófica e Científica” do século XVII. Torna o absolutismo iluminado e produz as duas grandes repúblicas, a norte-americana e a francesa. O movimento das Luzes é reação ao Barroco, à Ortodoxia, à Contra-Reforma. IM HOF, 1995, p. 16-17. Mais obras foram lidas para atender à compreensão do assunto: HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. Lisboa: Editorial Presença, 1989; FALCON, Francisco José Calazans. **Época pombalina**. São Paulo: Ática, 1982; MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: UNICAMP, 1992; VOVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

Entende-se que o espaço geográfico específico das vilas e povoados é percebido por Rolim de Moura em função dos seus sistemas de pensamento, e a visão que tem destes núcleos urbanos que observa e descreve é elaborada culturalmente. Partes da narrativa trazem informações referentes a um projeto urbano que promovem percepções de espaços que podem ser comparados àqueles da paisagem conhecida por ele.

Essas informações possibilitam entender com maior propriedade o universo explicativo do Governador a respeito das projeções das imagens dos espaços urbanos, os quais observou ao longo de sua viagem nos caminhos que o levaram às capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Durante o trajeto da Vila de Guaratinguetá a Parati, no Rio de Janeiro, o Governador escreveu a respeito da intensidade do frio e da umidade na Serra de Parati, o que dificultou até o acender de fogueiras para o aquecimento nas noites geladas. Trilhas pontilhadas de rochas deixavam o Governador com “dor nas cadeiras” por dias, sem poder se endireitar. As imagens do caminho por ele feito são escritas em um encadeamento de subir e descer morros “tão altos e empinados, que quase todos os cavalos aguaram, até os que iam à mão, e foi preciso sangrá-los [...]”.¹⁵³ Essa paisagem mostrada pelo Governador apresenta inconvenientes que dificultavam o deslocamento das cargas, dos animais e dos homens.

A paisagem da capitania do Rio de Janeiro não foi descrita apenas com os rigores e dificuldades. Ela trouxe aos viajantes motivos de divertimento, espaços onde a caça e a pesca estimulavam seu cotidiano, momentos de prazer que minimizavam as agruras da árdua travessia pelos caminhos que ligavam as vilas e povoados que cruzaram. No “Sítio de Paratinga”, ocupou-se em descansar e desfrutar de prazeres oferecidos pela natureza, andou “pelo mato atirando aos papagaios e aos tucanos, de que havia boa quantidade”.¹⁵⁴

Nas paradas que fazia, em muitas ocasiões Rolim de Moura, além de divertir-se com pescarias e caçadas, aproveitava para tomar sol e passear em canoas. Há descrição de um momento de prazer na capitania do Rio de Janeiro: foi quando ele passeou de canoa enquanto aguardava o Governador Gomes Freire na vila de Parati. Informado de que o Governador não poderia sair do Rio de Janeiro

¹⁵³ RV, p. 4-5.

¹⁵⁴ RV, p. 5.

em tempo previsto para obter informações a respeito da política de Mato Grosso, Rolim de Moura relata:

[...] me serviu de divertimento passear por esta baía em uma canoa, que sem embargo de me assegurarem ser a menor de três, que se haviam tirado do mesmo pau, levava seis remos de voga, e na popa acomodava seis, e sete pessoas; [...].¹⁵⁵

Nessa passagem, Rolim de Moura lembra que a canoa “não se diferenciava de um escaler de seis remos”, portanto, um barco de origem europeia. Este é um dos momentos da *Relação* em que o Governador mostrou-se otimista e bem ambientado nas terras da América. O outro foi na ocasião de sua recepção em Parati com destacada deferência, momento em que se percebe uma relação de acolhimento, reconhecimento de sua função pública, serve a uma leitura representativa de seu personagem enquanto militar:

Na Vila de Parati me receberam como se fosse o próprio General; a passagem, que por ela se faz para as Minas, e a quantidade de aguardente de cana que ali se fabrica, lhe dão opulência. Fica quase norte-sul com a Ilha Grande e distante dela dez léguas, situada à borda de uma grande baía, que ali forma mar com fundo capaz de ancorarem naus de guerra, tão obrigada por causa das muitas ilhas que a amparam da banda do mar que em canoas de pá se vai por entre elas até a Sepetiba, que são vinte léguas, e daí ao Rio de Janeiro quatorze, caminho sumamente frequentado pelas muitas cargas que ali passam para as Minas.¹⁵⁶

A paisagem da Vila de Parati foi avistada com imagens de naus de guerra, inseridas naquele meio marítimo, feito em baías, em mar profundo, com capacidade para a sua ancoragem. Sobre essas águas Rolim de Moura navegou, posteriormente, descrevendo esse espaço como uma paisagem com baías, com mar de águas, também caminho para o “Rio de Janeiro” e para a “Ilha Grande”. Ele fez o reconhecimento de pontos estratégicos de navegação, com possibilidades de ancorar as naus, analisou a viabilidade de comércio pelo Atlântico, e apontou para o rio “Sepetiba” que o levaria ao interior.

Caminhos, vilas, água e saberes misturavam-se, formando a composição marítima de vila. A beleza desta Vila foi descrita com sua formação rochosa, de onde se podia ver outras praias e o mar aberto, com rio e trilhas. Além de ser

¹⁵⁵ RV, p. 5.

¹⁵⁶ RV, p. 4.

representada como a mais rica delas, pois também tinha a água ardente de fábrica, que ali era produzida e marcou o lugar com certa opulência.

As representações escritas por Rolim de Moura a respeito do Governador do Rio de Janeiro, quando de sua estadia em Parati, são apreensões que demonstram o reconhecimento do bom anfitrião, de um homem honesto no desempenho da função de um exemplar súdito real. Uma imagem que demonstra a visão do amigo europeu, não se esquecendo de sua origem portuguesa, da qual Gomes Freire e Rolim de Moura descendiam. Compartilhavam dos mesmos códigos sociais, lembrando-se dos tempos em que provavelmente foram amigos em Portugal,

Gomes Freire quando chegou me fez muita festa, e agasalho. Achei-lhe a mesma viveza, desembaraço, e a muita disposição, em que sempre o conheci. Todas as manhãs me foi buscar a casa, onde conferíamos até às dez horas; íamos à missa, e daí para sua casa, onde jantei, e ceei sempre com os seus oficiais, e as pessoas, que haviam ido comigo, o que me não era possível na minha, tendo-me sido preciso vir àquela jornada tão escoteiro, como já disse. Não se lhe pode duvidar a capacidade, nem o zelo, com que serve a El-Rei e com grande desinteresse e limpeza de mãos, e se ele tiver alguma coisa, em que a consciência o acuse, parece-me será mais depressa por puxar demasiado para a Fazenda Real, que por deixar perder coisa alguma dela. É ativo, e prudente, sofredor quando é necessário; não obra coisa alguma sem tenção: é polido, e atencioso com seus súditos. Finalmente, tenho-o em conta do bom governador.¹⁵⁷

O filósofo Robert Lenoble ressalta que no século XVIII entendia-se o mundo menos múltiplo que o atual, com mais tempo para aproveitar a intimidade do próximo, com capacidade de sentir, sonhar e refletir sobre o outro, e sobre o contexto. Pensava-se melhor sobre a qualidade das imagens e dos objetos, havia, por assim dizer, mais qualidade do que quantidade.¹⁵⁸ Quiçá tenha sido este o motivo por que Rolim de Moura impressionou-se com a paisagem da Vila de Parati e expôs ao leitor as minúcias da sua convivência com Gomes Freire.

Após sua permanência em Parati, em companhia do Governador Gomes Freire, Rolim de Moura seguiu viagem a São Paulo. Nesse trecho, o percurso do caminho foi mais tranquilo, e para não ter de esperar pela alimentação dos cavalos, ordenava que um de seus homens fosse à frente em aviso aos sitiantes para disporem com antecedência de milho e capim na chegada da comitiva:

¹⁵⁷ RV, p. 3-4.

¹⁵⁸ Ver: LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 203.

pois sem essa prevenção é preciso largá-los ao posto, de onde se não podem tirar sem amanhecer, e às vezes se espera por eles até muito tarde, e outras não aparecem de todo, e este é o maior descômodo, e embaraço, que têm as jornadas por estas terras, e as dificulta extraordinariamente, fazendo-se com grande comitiva.¹⁵⁹

Ao chegar a São Paulo, demorou-se até agosto, cuidando das necessidades para seguir “viagem pelos rios”. Em seguida, foi a Ararituaba (Porto Feliz ou ainda o Porto de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Ararituaba), onde ficou algum tempo no aguardo dos alimentos necessários à viagem: o preparo dos toucinhos e da farinha, das sementes que ainda precisavam ser colhidas e das coisas que viriam do Rio de Janeiro:

Em São Paulo me demorei dez dias, que foram precisos para dispor algumas coisas pertencentes à viagem dos rios. Parti para Ararituaba, onde cheguei em dois dias e meio. O Juiz de Fora Antonio da Silva Gusmão tinha muito adiantado o apresto das canoas: porém como dali nunca se tinha feito uma semelhante expedição, e a experiência é que foi mostrando a necessidade de muitas coisas, as quais elas não haver ali se mandaram vir do Rio de Janeiro, foi necessário esperar por elas, e também dar lugar a que crescesse o milho e o feijão e se fizessem as farinhas, e toucinhos; uma e outra coisa me demorou até agosto.¹⁶⁰

Da mesma maneira que descreve as maravilhas que deleitam seus olhos e os momentos de diversão, mostra nos antecedentes do embarque imagens das dificuldades que atribuíam à viagem pelos rios, a sisudez cotidiana.¹⁶¹ Além do aguardo pelas coisas que viriam do Rio de Janeiro e a espera dos alimentos, Rolim de Moura precisou enfrentar o contratempo da possível falta de pessoas para a expedição.

¹⁵⁹ RV, p. 4.

¹⁶⁰ RV, p. 4.

¹⁶¹ José Antonio de Sá (1784, p. 28-29) salienta: “a jornada para o Cuyaba he dificultosissima pelos Rios, e perigosa, porque succede em muitas partes não terem agua, e não se poder navegar e por isso he preciso levar todo o transporte por terra, e as Canoas, até chegar a novos Rios. Muitas vezes he necessario vadear Alagoas, regatos, cortar matos, abrir caminhos. No Rio de Janeiro aconselhárão e rogárão com instancia ao nosso Governador para que elle fosse por terra, por ser a viagem muito mais commoda e breve, mandando a companhia de Dragões, e mais equipagem embarcados nas Canoas pelos Rios. D. Antonio de nenhuma sorte quiz consentir nisso, dizendo que queria passar pelos mesmos trabalhos, porque paisaise a sua gente, e que nunca desampararia os seus companheiros, que tanto amava. A sua presença foi utilissima par evitar as desordens, que costuma haver sem semelhantes jornadas, obstando a todas as contendas com seu exemplo, por ser sempre o primeiro que acometia os perigos, Chegarão à Villa de Cuyaba a 12 de janeiro de 1751 com muito bom successo, não constando até alli, que a Tropa grande, como esta, não tivesse succedido na jornada alguma desgraça”.

Grandes foram as contradições, que desde o Rio de Janeiro experimentei a fazer a jornada por esta parte, e era tal sempre o horror, com que todos falavam nela tanto naquela Cidade, como em Santos, em São Paulo, e ainda na Ararituaba, que receei muito me fugissem os soldados todos por essa causa, o que foi uma das que me moveram a ela, e depois de tomada esta resolução, sempre em público me mostrei firme nesse propósito, para que eles se animassem. Tanto por estes receios, como por outros muito embarços, que seriam impossíveis de vencer, não vindo ou por onde vem, principalmente não achando no Rio de Janeiro a Gomes Freire, me parece não chegava cá soldado nenhum, e nestas minas não seria tão fácil recrutar-se a companhia, como nas outras pela falta de gente, e porque os soldados são poucos suficientes pela grande carestia da terra.¹⁶²

Esta paisagem estava marcada pela existência do mar, de mercados, vilas, produção de frutos, animais de carga, sítios e minas de ouro. Marcas de produção e comércio que reafirmam a ligação com outras partes do Brasil. Rolim de Moura representou nessa parte da Relação um dinamismo econômico mais acentuado do que aquele que descreveu na maior parte do tempo de viagem do caminho monçoeiro. As vilas e povoados das capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro foram espaços de ocupação que avançaram muito mais rápido do que a frente monçoeira. Como exemplo desse assunto, tem-se a descrição do movimento de homens que viajavam de Guaratinguetá a Parati e seus juízos sobre os assuntos relacionados às pessoas e as vilas. A produção de água ardente de cana desta Vila foi o que mais chamou a atenção de Rolim de Moura, ocupando o seu tempo de escrita e de permanência.

Revelou suas apreensões da ocupação dos espaços por gente menos ou mais “civilizada”, e muitas vezes com representações negativas sobre o contexto que conseguiu observar. A paisagem das vilas e povoados das citadas capitanias foi representada com inúmeras transformações socioespaciais, tais como o surgimento de caminhos, com rotas menores de circulação interna, com várias vilas interligadas a outras. As trilhas e os caminhos eram os elos entre as comunidades, nas quais havia trocas de mercadorias e informações. Mostrou que nesse território colonial havia um sistema de circulação capaz de garantir fluidez para o escoamento do ouro, às mercadorias vindas do litoral e aos gêneros da terra para abastecimento. Produtos empregados posteriormente na viagem monçoeira, usados durante o trajeto em direção a outro centro minerador colonial, as minas do Cuiabá.

¹⁶² RV, p. 6-7.

2.1 HISTÓRIAS A PARTIR DO RIO TIETÊ

Historicamente, sabe-se que o Rio Tietê foi usado por diferentes personagens coloniais desde os primeiros tempos dos descobrimentos e representa, enquanto elemento da paisagem, um curso d'água que transportou significativa carga histórica, como caminho fluvial da história das bandeiras e das monções.¹⁶³ Foi também porta de entrada e funcionou como meio de transporte em busca do ouro e de índios para o comércio escravista. O Tietê nem sempre teve esse nome. Em *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda nos informa que “Anhembí” era a designação primitiva do Tietê, cujo significado é “rio das anhumas ou de anhimas”, aves que causavam espanto ao europeu com seu unicórnio frontal, os esporões das asas, os pés desproporcionalmente grandes. Desde o início do povoamento eram procuradas pelos caboclos, que buscavam nelas o remédio ou a prevenção para toda sorte de males.¹⁶⁴

O Tietê era o primeiro da rota que levava ao Cuiabá a partir do porto de Ararituaba (FIGURA 3). Seguia-se viagem para alcançar as águas do Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, e dele, entrando pelo Taquari, Paraguai, Xianes, dos Porrudos (o São Lourenço) e Cuiabá, chegando enfim às minas.¹⁶⁵

¹⁶³ Sérgio Buarque de Holanda (2000, p. 43) assim define “monções”: “Qualquer das expedições que desciam e subiam rios das capitanias de São Paulo e Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX”. Ou, para complementar o assunto, é citado: As monções foram expedições fluviais próprias do século XVIII, partindo do porto paulista de Ararituaba, atual Porto Feliz, no Vale do Médio Tietê, e demandando as minas de ouro do Cuiabá, no Mato Grosso. Percorriam cerca de 3,5 mil quilômetros por diversos rios, superando obstáculos inúmeros, entre corredeiras, saltos, pestilências, ataques indígenas, para o fornecimento de víveres, manufaturados, transporte de homens e de ouro. Pelo conjunto de peculiaridades, técnicas específicas de marinharia e fabricação de canoas, bem como pela coleção de ocorrências trágicas, as monções se revestiram, ao longo dos tempos, de uma aura de empreitada grandiosa, quase absurda, semilendária. SILVA, 2004. p. 7.

¹⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 83.

¹⁶⁵ O primeiro trajeto dos monçoeiros que saíam de Ararituaba com destino ao oeste da Colônia fazia-se pelos rios Paranapanema e Ivinheima, afluentes do Rio Paraguai ou pelos rios Tietê, Pardo e Anhanduí-Guaçu. Das duas maneiras atingiam o Rio Paraguai, daí subiam o São Lourenço e, enfim, chegavam ao Cuiabá. Os transtornos por essas vias fluviais eram variados, como ataques dos Guaicuru e proximidades com terras ocupadas pelos espanhóis. Outra rota monçoeira se fez necessária a fim de facilitar o acesso às minas do Cuiabá. Em vez de desviarem do Rio Pardo como faziam os primeiros sertanistas, há indícios de que os irmãos Leme, por volta de 1720, foram os primeiros a navegar por um caminho que mais tarde seria o adotado pelas monções vindouras. Continuaram em águas do Pardo, subindo a parte encachoeirada, chegando ao Ribeirão do Sanguessuga, de onde se alcançava o Paraguai com menos demora e por ser este percurso mais apropriado à variação de canoas e, ainda, dele se alcançar um varadouro, a fazenda de Camapoã, fundada em 1725, uma paragem que oferecia certo conforto aos viajantes pelas suas roças. Para essas e outras informações dos caminhos monçoeiros, Cf: HOLANDA, 1994, p. 143.

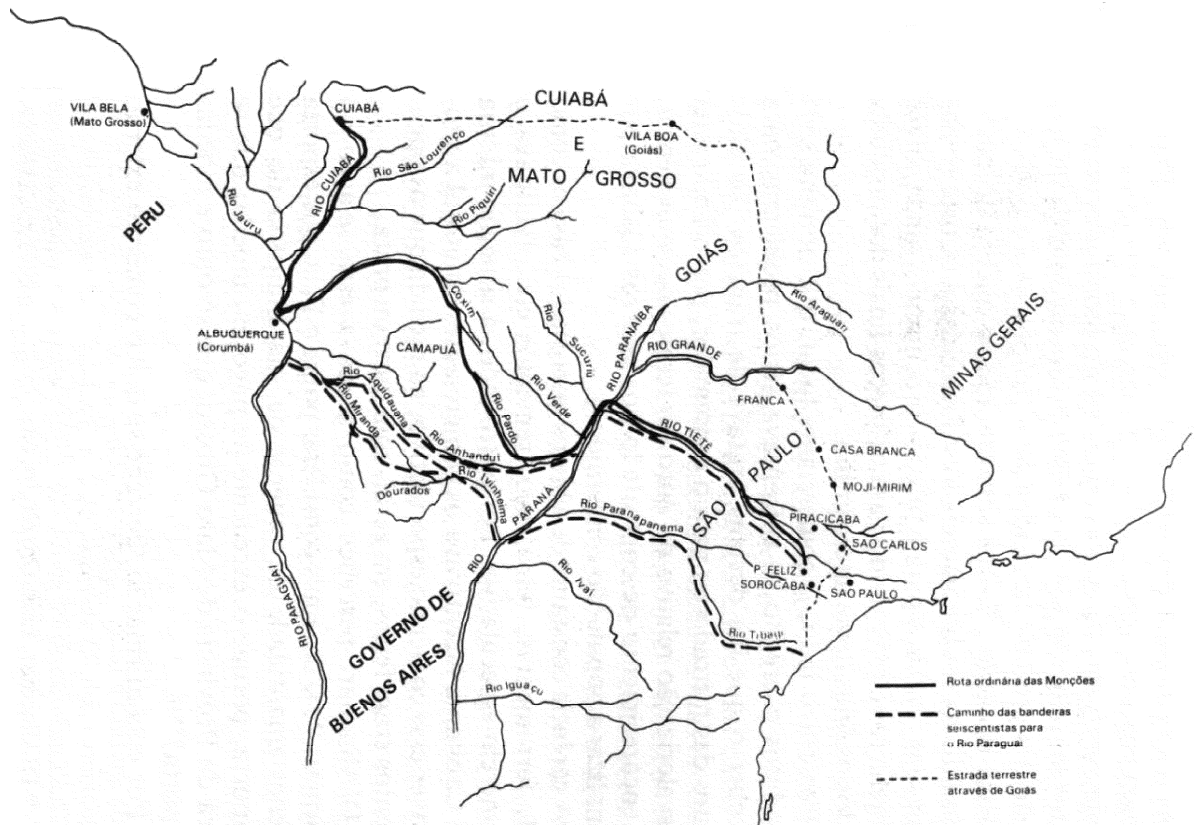


FIGURA 3 - ROTA MONÇOEIRA SUL: SÃO PAULO-CUIABÁ

Fonte: HOLANDA (2000, p. 145)

Os monçoeiros descreviam as dificuldades pelas quais passavam na aventura de chegar às minas do Cuiabá, incluindo nesse panorama as adversidades vividas nas águas, em corredeiras que balançavam as canoas, para desespero dos navegantes.¹⁶⁶ Esses caminhos se faziam por meio de mapas falados, relatos que indicavam os roteiros, as aventuras, as dificuldades e também ensinavam como tornar a viagem menos perigosa.

Sendo 5 de agosto em que demos princípio a nossa derrota, hindo sua Excelência embarcar estava a Companhia embaixo no porto formada, e

¹⁶⁶ Desde o ano de 1622, grupos de sertanistas provenientes de São Paulo vinham para as atuais terras mato-grossenses incumbidos do exercício da preação de índios e destruindo povoações de castelhanos. No ano de 1648, "Raposo Tavares atravessa a região de Vacaria, sobe o Paraguai, para ganhar os rios da Bacia Amazônica", e, seguindo esse exemplo, muitos outros o sucedem. Nessas entradas, nas últimas duas décadas do século XVII, as terras ao oeste do Brasil começam a ser efetivamente conhecidas pelas ações dos sertanistas e colonizadas. As monções "principiam a aparecer" quando as bandeiras já entravam em declínio e "aparecem servidas por instrumentos diferentes, guiadas por métodos próprios e movidas até certo ponto por uma nova geração de homens". Momento que se caracteriza pela falta de clareza do fim de uma e o início de outra. As monções se entroncam na história das bandeiras e prolongam a prática de escravização imposta às nações indígenas. A descoberta do ouro nas "minas do Coxipó Mirim representa o marco da partida para a história das monções". Expedições que exigiam dos sertanistas maior disciplina pelas condições exigidas às viagens, sujeitando-os a novos limites e novas pressões sociais e judiciais lançadas pelos administradores coloniais. Cf. HOLANDA, 1994, p. 135.

deram suas descargas, e depois se embarcaram em duas canoas, hindo Sua Exclencia embarcar estava a Companhia embaixo no porto formada, e deram suas descargas, e depois se embarcaram em duas canoas, hindo primeiro a canôa de Sua Excellencia com o Guia do Caminho todo muito bem vestido com farda azul, e chapeo de plumas tudo agalado, esse hia pilteando, levava seis remereiros com vestia, e calção encarnada, e carapuça, ou barrete, com as armas de Sua Excellência abertas em prata, logo se seguia a canôa da Missão, que hião dois Padres da Companhia, e logo a Canôa dos Officiaes da Salla, e atraz desta a Canôa de guerra capitania, em que comandava o Capitão de Dragões, e logo a dos criados, e atraz destas as demais de carga, nas quaes se embarcarão 1130 sacos de mantimentos, fora o fato, e barrilame, e outras cargas mais, e atraz de todas essa a Canôa Almitanta em que comendava o Tenente da Companhia, não deixando ficar canôa para traz, e essa ordem sempre se executou.¹⁶⁷

Para o conforto e mobilidade da viagem monçoeira, os oficiais da Coroa também contavam com o serviço dos remos executado pela mão de obra escrava de índios e africanos.¹⁶⁸ A respeito da mão de obra escrava usada por Rolim de Moura na viagem monçoeira, Zilda Alves de Moura afirma, baseando-se na mesma fonte, que Rolim de Moura e sua comitiva contaram com muita mão de obra cativa.¹⁶⁹ Sua afirmativa está assentada na lógica, pois considerou que o Governador e os 190 homens necessitassem levar na jornada fluvial, que posteriormente fariam, muitos mantimentos que haveriam de gastar em cinco meses. Contudo, com base na “Relação”, não é possível afirmar o percentual de cativos entre os remeiros, e muito menos o percentual de *pretos* entre os cativos.

Algumas canoas

chegaram a levar noventa sacos de mantimentos, e trinta e tantas cargas de barris, e frasqueiras, e tendo eu deixado para vir de aluguel em outras tropas a maior parte das cargas tanto de El-Rei como minhas, e dos oficiais, sempre vos há de fazer de dificuldade, que em tão pouco se acomodasse o mantimento, que haviam de gastar os cento e noventa homens em cinco meses, o que procede constar este de feijão, farinha e toucinho, e algumas galinhas só para os doentes de maior perigo. A as da (sic) para a minha mesa este era o fundamento; porque o mais, que levava de paios,

¹⁶⁷ RELAÇÃO da chegada, que teve a gente de Mato Grosso, e agora se acha em companhia do Senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Ararituaba, até a esta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Lisboa: Oficina Silva, 1754. 8 p. Biblioteca Nacional. Obras Raras 23, 5, 1, n. 23.

¹⁶⁸ A historiografia nacional tem produção significativa do uso da escravidão indígena na América portuguesa. Alguns autores que tratam do assunto: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HOLANDA, 2000; MONTEIRO, 1994.

¹⁶⁹ MOURA, Zilda Alves de. **Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso (séculos XVIII e XIX)**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 151.

presuntos, biscoitos, e carnes de vinha-d'alhos era a proporção do que as canoas podiam, e não do que era preciso.¹⁷⁰

A narrativa de viagem é a posição específica do colonizador: curioso sobre o outro e seguro de sua superioridade. Nesse sentido, a superioridade dele serve como ponto de discussão daquilo que lhe presenteia a visão, mostrando, por vezes, assuntos que apontam ou detalham os lugares a serem conhecidos. Essas palavras também são adequadas ao texto da “Relação da chegada que teve a gente de Mato Groço, e agora se acha em companhia do Senhor D. Antônio Rolim desde o Porto de Ararituaba, até a esta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá”.¹⁷¹ Nela há um rigor de dados que impressionam aos olhos do leitor contemporâneo, na medida em que detalha a localização, descreve os lugares, precisa a origem dos nomes, notadamente das cachoeiras.

De acordo com esclarecimentos encontrados em Robert Lenoble, há que entender que quando o mundo é menos rígido e solicitante, há do homem um maior aproveitamento da intimidade com a natureza.¹⁷² É o contexto no qual se encontrava o militar Rolim de Moura, via-se tudo porque interessava tudo, cada pormenor das terras da América foi-lhe motivo de contemplação e descrição.

Algumas fontes, como a citada anteriormente, e a “Relação de Viagem” serviram às informações cartográficas, ciência que auxiliou no domínio e conhecimento das terras americanas. Distingue-se neste documento também o tempo, marcado pelas horas, em percurso feito entre as cachoeiras:

Partimos sendo tres horas do referido porto, e se deram muito salvas, as pessoas principais da Vila de Itéc, logo demandamos a Cachoeira Canguira Ufú, que ficava duas voltas do Rio abaixo, e tem vocábulo sua significação Caveira Grande, e logo Canguiramerim Caveira pequena sendo meyo dia chegamos a pedra Itanhé egnh, pedra que falla, pela huma hora a pedra C'obauna cara suja, pelas duas horas Itaguaçaba pedra que passa o rio, e he Cachoeira Grande fizemos parada a passar todas as canôas de duas horas, e logo fizemos pouzo na Tapera do Alcaide mór 6 de agosto sahida do pouso 30 minutos par as sete, fomos a Pirapora Cachoeira Grandepeixe que esta faltando, de que se sirgue por cima das pedras por ser mais seguro, porque o canal estava muito furioso, saimos pelo meio dia passamos Muiguicara, buraco de rã, e a Cachoeira pequena, e no mesmo

¹⁷⁰ RV, p. 5.

¹⁷¹ RELAÇÃO da chegada, que teve a gente de Mato Grosso, e agora se acha em companhia de Senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Ararituaba, até a esta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Lisboa: Oficina Silva, 1754. 8 p. Biblioteca Nacional. Obras Raras 23, 5, 1, n. 23.

¹⁷² Cf. LENOBLE, 1990. p. 203-205.

dia passamos os Pilóca, cachoeira onde se afogou hum clérigo, e tem muitas pedras, embucarnos em terra a passa a Trop, sahimos pelas 3 horas, e sendo 4 horas pouzo mato embaraçado, sete de agosto sahido do pouzo oito horas e um quarto, sendo três horas passamos a Cachoeira chamada a do Giacia, por se afogar hú homem desse nome, e he Cacheira pequena, tambem se afogou sendo meio dia Capibari Rio à direita, huma hora Serocaba Rio à esquerda fizemos parada a ajuntar as canôas, passamos a Pedreneira Cachoeira Grande, e paramos [...].¹⁷³

O trecho a seguir faz perceber que na aventura pela paisagem monçoeira havia a riqueza da fauna, depositária de muitas curiosidades. Representa uma paisagem múltipla, com espaços marcados por singulares sentidos, em que as aves ocupam o seu principal enquadramento no episódio. O oficial português leva o leitor a uma viagem aos habitats das espécies, informando, comparando e identificando-as de acordo com seus referenciais.

A dois de janeiro, se matou um tamanduá, o bicho mais raro, que encontrei desde que ando pela América. O tamanho era de um porco grande ao qual se parece nas sedas, ainda que muito mais crescidas, e com suas malhas. O rabo é do feitio de uma pluma tão comprido e largo, que se cobre todo com ele. O focinho comprido e agudo. A língua em extremo delgada, e do comprimento de um côvado, ou mais. O seu sustento são formigas, que apanham metendo a língua pelo oco dos paus, em que elas estão, e em sentindo bastantes pegadas nelas, a recolhem. Com usarem de tão fraco sustento são animais muito forçosos, de sorte, que matam as onças. Assim como as vêm se deitam de costas, e quando a onça lhe dá o salto, a apertam nos braços em que têm muita força, e com duas unhas, que têm em cada mão muito rijas, as atravessam até o coração. Foi morto de uma canoinha, vindo nadando pelo rio, o que se fez com grande facilidade, dando-lhe com um pau no focinho.¹⁷⁴

As caças podiam ser mais ou menos saborosas que as conhecidas no Reino, enquanto outras foram identificadas a partir do seu tamanho. A paisagem mostrava-se agradável quando generosa e pródiga, ao ofertar quantidades e variedades para o paladar:

De onze de agosto por diante comecei a ter caça, e depois poucos foram os dias, em que me faltou. Patos bravos maiores, e mais gostosos, do que os do Reino; e outra casta de pássaros a que chamam jaós do tamanho de perdizes, e com algumas semelhanças no gosto; em certas paragens muita quantidade de papagaios, os quais não são maus com arroz. Há em algumas partes uma casta de barro que os pássaros comem; mas nem todos gostam do mesmo, e lhe chamam barreiros daquela espécie de

¹⁷³ RELAÇÃO da chegada, que teve a gente de Mato Grosso, e agora se acha em companhia de Senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Ararituaba, até a esta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Lisboa: Oficina Silva, 1754. 8 p. Biblioteca Nacional. Obras Raras 23, 5, 1, n. 23.

¹⁷⁴ RV, p. 26-27.

pássaros, que ali vão. Topando-se com eles, sem uma pessoa se tirar de um lugar, mata quantos quer; porque eles se não afastam. Além destes se mataram outros, que não são capazes de se comerem, entre os quais foram uns, que se chamam tuiuiús, que postos em pé, são mais altos, que um homem. Da caça de pêlo neste rio só vi pacas e capivaras. As primeiras são do tamanho de um leitão com os pés curtos, e pêlo como de cão pardo escuro. Das outras, o feitio é de rato, principalmente a cabeça: o pêlo na asperesa é de porco, mas pardo: são do tamanho de um marrão, e o gosto não é bom, a paca sim é mais gostosa.¹⁷⁵

É uma narrativa que informa o leitor da composição que anima a “paisagem natural”, que conduz os leitores pelo cenário de uma vegetação inesgotável, onde se confundem árvores imensas, cipós, raízes sinuosas, matas, troncos, pedras, rios, sirgas¹⁷⁶ e muitas cachoeiras. Tratando-se das muitas cachoeiras, há uma narrativa bem específica delas:

Cachoeira pequena da Ilhaque carece de noem Itaupaba porto da huma volta do Rio, sendo quatro horas passamos as ondas grandes, Cachoeira Grande que faz ondas, como o mar sendo cinco horas pouzo dia vinte e cinco sahido oito horas, sendo nove horas ondas pequenas Cachoeira Grande, porem menos ondas do que a primeira, sendo dez horas, e trez quartos passamos o funil grande Cachoeira Grande, e furiosa, siga juntamente até às onze horas e quarenta e cinco minutos esperamos as canoas e sahimos pela huma hora, e loga entramos ao funil pequeno, Cachoeira Grande atravessarão algumas canôas de que estiverão em perigo, esperamos até às cinco horas que passasse tudo, fizemos logo pouzo chama-se funil essas Cachoeiras, por ter, e ser canal das mesma fórmula como funil na entrada largo, e sahida muito estreito, que se acazo alguma canôa não vai equipada que na sahida tópa nas pedras e traveça, e logo vira, dia vinte e seis, sahida nove horas, sendo dez minutos para as dez horas paramos para passar a Cachoeira e Vacorituibá, lugar onde há muito palmito, he muito Grande Cachoeira [...].¹⁷⁷

Essas viagens eram verdadeiras epopeias fluviais. Demorava-se em média, dependendo da altura das águas, cinco meses para se realizar o percurso dos rios entre São Paulo e as minas do Cuiabá. A primeira parte do caminho monçoeiro era a mais difícil, quando era necessário transpor as cachoeiras e corredeiras dos rios

¹⁷⁵ RV, p. 11.

¹⁷⁶ Para definir sirga, Antônio Rolim de Moura expõe: “[...] O fundo dele [do Rio Tietê] é quase todo pedra quando esta é assentada por igual; mas com pouco fundo de modo, que algumas partes era calhau: onde roçam as canoas, chamam a isto itaupaba; quando é desigual, e com pedras espalhadas, e em altura debaixo da água que as canoas correm risco de se virarem, topando nelas, chamam-lhe sirga; porque é necessário lançarem-se os pilotos, e remeiros à água, e levarem as canoas às mãos para as irem desviando devagar sem as deixarem tomar força com a correnteza, que ali é sempre maior.” RV, p. 8.

¹⁷⁷ RELAÇÃO da chegada, que teve a gente de Mato Grosso, e agora se acha em campanha de Senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Ararituagaba, até a esta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Lisboa: Oficina Silva, 1754. 8 p. Biblioteca Nacional. Obras Raras 23, 5, 1, n. 23.

Tietê, Pardo e Coxim, os viajantes tiravam toda a carga das embarcações, transportando-a, juntamente com as canoas, por terra nas costas dos “camaradas”.

Os viajantes procuravam navegar pelo Tietê no tempo seco do inverno, período menos propício a febres e em que, com a baixa das águas, a pesca era mais favorável. Quando as águas do rio subiam ao nível máximo, as tripulações padeciam de fome. Contudo, o nível baixo das águas significava mais varações e arrasto de canoas sobre os bancos de areia.¹⁷⁸

As representações simbólicas dos espaços contidos na paisagem são informações presentes no relato da longa travessia pelos rios, encontrando no Tietê alguns pontos que chamam a atenção. As imagens representadas pelo Governador são aquelas ouvidas, observadas e contidas na paisagem. O olhar de Antônio Rolim de Moura percorreu meandros que lhe permitiram observar dinâmicas sociais a partir do estudo de certas singularidades.

O Governador conta as aventuras vividas por ele e seus companheiros de viagem ao navegar nas águas do Rio Tietê. Dentre os lugares que viu quando navegava pelo Tietê, escreve sobre determinada cachoeira cuja história entrelaça-se com a do Padre Anchieta:

Duas léguas abaixo do porto está aquela célebre cachoeira, a que chamam na língua da terra Avará-Manduaba, que quer dizer – lembrança do padre Anchieta – escapando ele milagrosamente, como relata a sua vida, e é tradição constante naquelas partes.¹⁷⁹

Nessa passagem há breve menção que expressa uma história de quase fatalidade. O espaço memorável, no caso a cachoeira, representou uma construção imagética do acontecimento de risco à vida do Padre. Conforme menciona Schama, quando determinada noção de paisagem, mito, visão se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário: “a paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado da mata, da água e da rocha”.¹⁸⁰ É, pois, o que a cachoeira representa: o referente que foi o fato está intimamente associado à cachoeira enquanto componente da paisagem.

¹⁷⁸ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 220.

¹⁷⁹ RV, p. 9.

¹⁸⁰ SCHAMA, 1996. p. 70.

O acontecimento é relatado pelo historiador Valdez Antônio da Silva, quando às margens do Tietê, próximo ao porto de Araraguaba, os jesuítas fixaram a aldeia indígena Maniçoba no ano de 1553. O aldeamento tinha por função “prover de gêneros a investida para o interior e a constituir um posto avançado nos planos de Nóbrega de catequizar os guaranis do Paraguai, resultou arrasada pelos índios e teve vida efêmera”. Alguns anos se passam, o Padre José de Anchieta desceu o Rio Tietê e observou que da antiga aldeia não restaram nem os vestígios. Na altura do porto de Araraguaba, naufragou “no local que tomou o nome de Avaremanduava”.¹⁸¹

Esse lugar da paisagem, com suas histórias de aldeamento jesuítico, com acontecimentos que marcaram significativamente a cachoeira “Avará-Manduaba”, manteve guardada a ideia de um sítio povoado por sentimentos, representando um símbolo perceptivo, ou melhor, uma memória simbólica. A paisagem é um conjunto de espaços, que nesse caso ganham significados; espaços esses transformados pela ação humana.¹⁸² O espaço é tanto um campo de visão como uma representação, e a cachoeira é esse espaço povoado de emoções, sítio povoado de afetividades e lembranças.

É percebido um “acto mnemônico”, fundamental enquanto “comportamento narrativo”¹⁸³, que se caracteriza pela sua função social, pois consiste em comunicar a outrem uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. A cachoeira e o fato acontecido marcaram a identidade do lugar e a narração reproduz um ato de memória, que se transforma em história. O acontecimento trouxe um encadeamento de lembranças e definiu a identidade daquele lugar. Na cachoeira foi assinalada simbolicamente a perpetuação do fato, pois ela é uma representação figurativa da memória. O triplo problema de tempo, espaço e homem constitui matéria memorável. A memória da cachoeira inserida na paisagem tem esses elementos; tornou-se um espaço da memória, por causa do

¹⁸¹ Do tupi *abaré* (padre), no sentido de local onde o padre naufragou. Reza a lenda que Anchieta teria se salvado graças aos esforços de um índio da expedição, que o teria resgatado do fundo das águas, onde o padre permanecia miraculosamente calmo, a ler seu breviário. Ler: SILVA, 2004. p. 17.

¹⁸² VIEIRA, 2006.

¹⁸³ LE GOFF, 1994. p. 355.

acidente que ocorreu com um padre de importância simbólica no processo de expansão e conquista.

A cachoeira foi transformada num espaço histórico e é um antídoto para o esquecimento, pois o Governador escreve para tal fim, informar a quem precisa ser informado, com uma seleção de fatos memoráveis. Nesse caso, a cachoeira pode ser vista como um monumento.¹⁸⁴ Na medida em que se pode incluir o espectador (no caso de Rolim de Moura) no processo de elaboração da imagem entre a tríade real-percebido-imaginário, vê-se que o oficial português, neste caso, editou, selecionou e criou uma representação. O referente, então, está tão colado ao signo que não se pode mais separá-los, tal como não faz sentido separar cultura e natureza.

A imagem adquire nessa passagem do texto relevo e é um espetáculo que pertence ao passado por ser um simples substituto do que foi. A mensagem da história da cachoeira permanece exatamente como um acontecimento, levado em consideração por ter se transformado numa imagem que determinou o resumo da dinâmica daquele espaço e a imaginação nesse caso reproduziu uma lembrança. Esse espaço, o da cachoeira, foi percebido pela imaginação e apreciado em todas as suas parcialidades e foi imputado à cachoeira um valor humano, um valor de posse, do acontecido, do sentimento de perigo. Uma imagem acrescida de outra imagem; há nesse jogo de lembranças um enriquecimento da realidade, com testemunho.¹⁸⁵ Ela é o signo acoplado ao referente, numa relação semiológica do elemento da natureza e cultura. O passado e o presente deram ao espaço da cachoeira um dinamismo de continuidade, agasalhando e se apropriando dos pensamentos e das experiências que sancionaram os valores humanos a ela concedidos.

Histórias como essas são incorporadas à paisagem do Rio Tietê e permeadas de elementos que tornam o “ambiente natural” possuidor de marcas, os quais trazem informações que formam um conjunto de espaços simbólicos para compor as representações assinaladas nos escritos do Governador, amplamente vistas na paisagem. O assunto relatado pelo representante português da cachoeira é um espaço da paisagem, um simbolismo da memória presente.

¹⁸⁴ Cf: LE GOFF, 1994. p. 535-536.

¹⁸⁵ BACHELARD, 2008. p. 18-19.

Ao trazer em sua narrativa alguns constructos da imaginação, a paisagem do Rio Tietê tornou-se rica nas observações, pois narra algumas histórias por ele consideradas prodigiosas. Após a passagem da cachoeira “Avará-Manduaba”, Rolim de Moura prossegue seu relato:

Dali a um dia de viagem se encontra outro prodígio ainda que de diferente espécie. Haverá uns poucos de anos se situou naquela paragem um homem tão só, e desacompanhado, que nem ainda cão, nem espingarda tinha consigo, por cuja causa chamavam ao mesmo Sítio do Homem Só, sem embargo do que fazia horta, plantava caçava tanto a caça do ar como a do chão, tudo com arte, e engenho, que lhe facilitava essas coisas. Fazia canoas, em que andava para baixo, e para cima estando no meio de uma das piores cachoeiras, que há no caminho. Algumas vezes se metia no mato quinze a vinte dias sem espingarda nem cão, como já disse. Quando eu passei já estava casado, mas fora essa não tinha outra companhia.¹⁸⁶

Há um ponto de referência incorporado à paisagem com o objetivo de que o lugar fosse lembrado. É uma representação do espaço com uma história em movimento, porque o “Sítio do Homem Só” representa um ambiente de produção e de solidão. Seu proprietário tudo fazia para tornar possível a existência naquele lugar. É uma representação da obstinação ao trabalho, bem como da natureza domada pelo homem. Esse personagem indica uma imagem de enfrentamento da realidade sertaneja, prova que a “paisagem natural” poderia ser habitada. No caso do homem só, a natureza foi abraçada pela cultura, traduzindo a perseverança, a renovação das relações entre a forma “natural” e as relações humanas, com a apropriação das riquezas naturais.

Os valores simbólicos atribuídos ao “ambiente natural” formam um conjunto de imagens, desde a mera identificação e nomeação das coisas que viu às representações espaciais constituídas. Desses valores simbólicos atribuídos ao espaço, o Tietê é representado com abundante pescaria. Onde o rio tinha maior largura, viam-se os peixes pulando para ganhar mais altura, era quando os pescavam usando paus e os fígavam em grande quantidade.

Não foi menor a abundância de peixe, ainda fora dos lugares, que já disse, a maior parte dourados. Alguns se pescaram, que custavam a um homem levá-los; os comuns eram como gorazes. Há outra espécie, a que chamam jaús, que são de pele, muito maiores, que os dourados; para me trazerem um à mostra; foi necessário carregarem-no dois homens.¹⁸⁷

¹⁸⁶ RV, p. 11.

¹⁸⁷ RV, p. 11.

Atenta-se a outra passagem em que transcreve sua percepção do espaço. Assim, transcreve-se outra de suas histórias no interior do sertão colonial:

A dez fiquei arranchado ao pé de um morro, aonde ouvi por duas vezes estrondos, como de artilharia, e parecendo-me que seriam trovões, me asseguraram os pilotos, serem estalos, que dava o mesmo morro, e que alguns práticos tinham aquilo por sinal de haver por ali ouro, e que querendo-o examinar várias vezes, se não atreveram a chegar perto pelo horror, que lhe fizeram os ditos estrondos. Na verdade o céu estava mais, como defumado, e semelhante ao que se vê na altura de Cabo Verde, que é de trovoada.¹⁸⁸

É uma descrição do imaginário que, acoplada à paisagem, tornou o morro um espaço do medo. O morro foi uma conexão por meio da qual se constituiu uma representação simbólica do espaço. Viu-se nesse trecho uma possibilidade de compreensão das formas de interação, apropriação e relação do Governador com o meio ambiente, pois a paisagem não é essencialmente “natural”, mas composta por rochas de memória, tem a capacidade de representar inúmeros movimentos ou momentos da ação humana. O oficial português representou a significação do seu imaginário, da apropriação de seu aprendizado, dos seus juízos...

A excelência da terra é apresentada no relato de viagem, com uma ideia de uma natureza dadivosa e generosa. Em diversos momentos assinala a presença de plantas não nativas que crescem aparentemente sem nenhum cultivo. Perscrutando os espaços localizados, o Governador relata haver próximo ao sítio de Avenhandaba uma marca expressiva na paisagem monçoeira: “um laranjal, que está dentro do mato sem cultura alguma, e, contudo as laranjas são maravilhosas”.¹⁸⁹

Antônio Rolim de Moura não informa quem as transportou para a paisagem monçoeira e qual a espécie que experimentou; entretanto, há uma ideia que pode ser relacionada aos sentidos, à visão e ao paladar. Supõe-se, pela localização, que possam ser resultado da ação missionária dos jesuítas, conforme mencionou Valderez Antonio da Silva. O laranjal localizado dentro de um mato, sem cultura alguma, destacado pelo conhecimento de Rolim de Moura, pelo que seus olhos enxergaram, focaram e editaram, representa um espaço demarcado na paisagem. A

¹⁸⁸ RV, p. 10.

¹⁸⁹ RV, p. 10.

passagem referente ao laranjal é a imagem de um fenômeno produtivo em terras tropicais, mostrado como a representação da imagem de fertilidade da Colônia.

Tem-se uma natureza exuberante, expressivamente bela, com a riqueza dos recursos naturais, com a grandeza das terras, da diversidade de animais, da largura dos rios e cachoeiras. É uma visão da paisagem na qual a jornada é custosa, com a exigente tarefa de empreender a travessia pelo interior da Colônia, diante de uma natureza oponente ao conforto físico, com os dissabores do mau tempo, das friagens, dos fortes ventos, das chuvas.

Não só os caminhos terrestres eram perigosos; também o trajeto feito por via fluvial expunha os viajantes a inúmeras ameaças, com as corredeiras, as sirgas e itaupabas. Os rios proporcionaram impressões do horizonte da paisagem das águas; nelas o oficial português vivenciou as dificuldades que tiveram os remeiros, pilotos e guias em dominá-las para percorrer a paisagem da travessia das centenas de léguas em direção à capitania de Mato Grosso.

Ao passar pelo Rio Pardo, Rolim de Moura escreve:

Há nele um célebre passo; que chamam Jupιά, quer dizer cova na língua da terra, o qual é um redemoinho, que a água faz nessa figura, bastante largo, e fundo, e a água corre com violência para aquela parte, de tal sorte, que é necessário passar o mais distante daquela parte, que pode ser, e fazendo grande força no remo; porque se chegam dar ali as canoas infalivelmente as sorve a água. Este perigo e o de vento encontrei dia seis, mas ambos livre de bom sucesso.¹⁹⁰

Ao adentrar no Rio Coxim, Rolim de Moura relata:

A vinte e três pela manhã entrei no Coxim, que também naveguei para baixo. Este é já mais largo, pelo que se não experimentam nele os incômodos do antecedente; porém no primeiro dia é o perigo muito maior. Tem de muitos anos vários paus debaixo da água; a corrente é violenta com excesso; leva-se a remo por se navegar pelo meio dele, aonde é fundo. As voltas são curtas, de sorte que quando se conhecem os paus, não é tempo de tomarem os pilotos partido, e se resolvem por que parte hão de meter a canoa. Para acautelar este perigo mandava ir diante as canoas de montaria, que como mais ligeiras não tem tanto, estas avistam os paus, e da parte por que se haviam de tomar, e a mesma palavra se ia passando de canoa em canoa em altos gritos, o que fazia um arruído continuado com algum horror. Alguns destes passos eram mais dificultosos por causa do que ficava estão neles algumas das ditas canoas de montaria para os mostrar.¹⁹¹

¹⁹⁰ RV, p. 10.

¹⁹¹ RV, p. 18.

Seu campo de percepção, nessa cena, apresenta intensas e conflitantes situações nas quais o “ambiente natural” punha medo e exigia dos homens técnicas de sobrevivência específicas para vencerem cada uma delas, fazendo da viagem uma operação criativa, os tripulantes tinham também que exercer habilidade no transporte de canoas, fazendo caminhos entre paus, corredeiras e gritos causados pelo medo.

Observador das condições impostas pelos perigos e das técnicas criadas para enfrentá-los, Rolim de Moura descreveu saberes sutis para a lida ante as forças da natureza:

[...] é necessário lançarem-se os pilotos, e remeiros à água, e levarem as canoas às mãos para as irem desviando devagar sem as deixarem tomar força com a correnteza, que ali é sempre maior. Se em alguma parte deixam estas pedras canal aberto fundo, é a que chamam cachoeira [...] e as sirgas [...]. Estas diferenças estão debaixo da água, e os pilotos as conhecem tanto pela experiência, e memória, como pelo movimento da mesma água, e qual se mostra aonde é fundo, ou baixo, aonde há canal ou pedras. Porém, além desta ciência necessitam também da que lhes ensina a regular a forma por que se hão de haver em todos esses passos. Uns vão buscar da mesma sorte, e com a mesma gente, que trazem, em outros põem nas canoas tudo pilotos em lugar de remeiros, em alguns se tiram às canoas meias cargas, e outras todas. Para dispor todas estas manobras se escolhe sempre um piloto mais capaz, a que chamam guia, o qual vai diante para os outros se irem governando por ele. Nas cachoeiras dificultosas passam estes muitas vezes só diante em canoa pequena, para as examinarem fazendo entretanto parar a tropa, a qual vêm buscar [...]. Finalmente é uma arte esta, maior do que se representa à primeira vista; pois é necessário estarem estes homens com lembrança em uma viagem tão comprida de mais de cem cachoeiras, que ela tem, e da parte, e forma por que as hão de tomar, sendo tão diversas, não só entre si, mas cada uma de si mesmo à medida que os rios levam mais, ou menos águas, e havendo algumas tão compostas, que, parte se passa a sirga parte a remo [...]. Uma houve que por esta causa gastei nela três dias.¹⁹²

Segundo informações de Sérgio Buarque de Holanda, na travessia dos sertões os colonos usavam o saber dos índios. Servindo-se da técnica do fabrico das canoas, utilizaram da navegação para facilitar as entradas pelo interior da Colônia. Havia aquelas feitas de casca de árvores e outras, as mais resistentes, feitas de lenhos inteiriços e esculpidas em madeira. Geralmente eram construídas de “madeira da peroba e da ximbaúva, devido não só ao diâmetro relativamente grande que podem atingir, como ao fato de suportarem bem a umidade”. A madeira era retirada na lua minguante, particularmente nos meses de junho e julho, e no trabalho

¹⁹² RV, p. 9.

de escavação usavam “machados, enxós, fogo” e “água”, seguindo o saber dos índios. O casco da canoa deveria medir, depois de preparado, quando muito, seis centímetros. Para aumentar a segurança, durante as viagens, “costumavam os construtores rematar a borda com uma faixa adicional de madeira. A essa operação chamavam de bordar”. O trabalho de falquear a canoa, de escavar o tronco, de encumeirá-la e de transportá-la do mato a um rio contabilizava semanas de atividades. Quanto mais inóspita a floresta, maior era a possibilidade de encontrar árvores com troncos muito longos e de grande espessura. Com os anos, muitas árvores foram arrancadas, cortadas e queimadas, o que levou ao surgimento de dificuldades na construção de grandes canoas. Há notícias de que algumas canoas mediam 17 metros de comprimento. Conta-se que a população de Piracicaba viveu, durante um bom tempo, do fabrico de canoas. O tamanho de uma canoa girava em torno de dez a doze metros de comprimento, com metro e meio de boca. A relação entre a largura e o comprimento estaria na aproximação de um para dez. Nas viagens que se fazia era costume ficar a parte central destinada às cargas. À frente iam seis remeiros, além do piloto e do proeiro. Nessa arte de fazer canoas, prevaleceu a tradição indígena como técnica de construção naval. A esse costume, por exemplo, ficou marcado o uso dos tripulantes remarem a canoa em pé, tradição e marca dos povos americanos.¹⁹³

O Governador também relata pormenorizadamente nos seus detalhes expressando sua admiração pela grandeza da terra, dificuldades e obstáculos enfrentados pela monção: o grande número de rios encachoeirados, o temor aos índios, como também o desconhecimento da fauna e da flora. Dos alimentos encontrados pelo caminho, Rolim de Moura, descreve-os quase sempre em elogios no sabor, fazendo referência a algum outro que havia no Reino. Segundo os escritos, era comum encontrarem pela mata palmitos de excelente qualidade que lhes serviam de alimento na forma *in natura*. O Governador os achou, no sabor, parecidos com as castanhas. Em referência a este alimento da paisagem monçoeira registra:

[...] Fiquei arranchado em um reduto, cujo mato eram palmitos, como estes têm um tronco grosso, e dele lançam vários ramos em roda todos arqueados, e estavam os tais palmitos bem compassados; de qualquer parte, que se olhasse, se via uma rua como de quinta coberta com aquela espécie de abóboda formada daqueles ramos. Não somente foi agradável à

¹⁹³ HOLANDA, 1985, tomo I, v. I, p. 31.

vista aquele rancho; mas também ao gosto; porque os palmitos eram de excelente qualidade, e foi a primeira vez que os comi crus, em que lhe não achei inferior sabor ao das castanhas [...].¹⁹⁴

A descrição dos palmitos em seus pormenores dá elementos suficientes até para identificação da espécie - trata do grupo das pupunheiras - com seus troncos perfilhados e sua característica ornamental. Mas não especifica a parte da planta que usou para estabelecer o comparativo de sabores - tanto há duas possibilidades: o gomo terminal do caule cortado ou os frutos colhidos da pupunheira. Levando-se em conta o fruto que serve de referência, a castanha, a similaridade recai sobre os frutos da pupunha. Ambos farináceos, ricos em nutrientes, usados para fabrico de farinhas, tanto para as populações nativas da América, quanto para os povos europeus contemporâneos de Rolim de Moura. Outra descrição que concorre para reforçar essa hipótese são os elogios que tece à sua qualidade ornamental - ao contrário da coleta dos frutos, o corte do caule é um processo predador. Mas a recomendação é que se evite consumir ambos os frutos *in natura* por terem entre seus componentes alguns que dificultam a digestão. Pelo fato de se referir à castanha como um substantivo simples, sem adjetivos, denota que se trata de uma espécie única, que não necessita de maiores descrições - portanto, é seguro afirmar que se trata da castanha europeia, também conhecida no Brasil como Castanha Portuguesa, uma iguaria natalina.¹⁹⁵

Estes serviam de alimento aos viajantes, eram encontrados entre a paisagem monçoeira,

[...] horas paramos para passar a Cachoeira e Vacorituibá, lugar onde há muito palmito, he muito Grande Cachoeira, todo esse dia gostamos em passar essa trabalhosa Cachoeira cheia de correntezas sirgas, e encalhações e fizemos pouzo.¹⁹⁶

Havia também os alimentos produzidos pelos agentes coloniais nas margens dos rios. Esses produtos tinham importância para a região, pois demarcavam a

¹⁹⁴ RV, p. 24.

¹⁹⁵ FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 40.

¹⁹⁶ RELAÇÃO da chegada, que teve a gente de Mato Grosso, e agora se acha em campanha de Senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Ararituaba, até a esta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Lisboa: Oficina Silva, 1754. 8 p. Biblioteca Nacional. Obras Raras 23, 5, 1, n. 23.

conquista, a ocupação e forneciam alento aos sertanejos, que contavam com os roçados para reabastecimento próprio e dos animais.

Os índios foram agentes importantes à sobrevivência desses homens. Dominavam e transmitiram aos conquistadores técnicas de caça, da coleta de frutas, do mel, atividades normalmente executadas por índios integrantes das monções. Em algumas ocasiões, os índios antecedia a viagem, providenciavam roçados e neles plantavam os alimentos que serviriam para o sustento da expedição: “eventualmente, alguns desses arraiais desenvolveram-se em povoados, sobretudo nas rotas para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso”.¹⁹⁷

João Antônio Cabral Camello¹⁹⁸ enumera as unidades produtivas coloniais existentes nas proximidades das rotas fluviais, nas quais os monçoeiros, na vinda para as minas do Cuiabá, abasteciam-se de alimentos. Havia notícias de duas roças às margens do Rio Pardo com muito feijão e bananas, e na barra do Nhanduí Mirim e nos rios Coxim e Taquari havia roças povoadas. Em Camapuã existiam duas roças povoadas, bastante milho, feijão, bananas e cana-de-açúcar, porcos, galinhas e cabras. No Cuiabá eram muitas as unidades produtivas, quase todo o rio de mesmo nome “está cercado por roças e fazendas”.¹⁹⁹

Em se tratando de apropriações do conquistador (das estratégias de comunicação, do trabalho e do saber de indígenas) para vencerem os sertões, Mário Neme e Valderez Antônio da Silva destacam que a estrada que ligou Cuiabá a Goiás (na historiografia regional mato-grossense há registro oficial de sua abertura no ano de 1737) era um caminho antigo feito pelos índios Caiapó. Nação temida e combatida pelas constantes ameaças aos núcleos de povoamento do interior colonial. O “sertão dos bilreiros”²⁰⁰ constituía a banda noroeste do atual Estado de São Paulo, da margem direita do Tietê acima, rumando para Goiás e Mato Grosso”.²⁰¹ Acrescenta Mário Neme que,

¹⁹⁷ MONTEIRO, 1994. p. 90.

¹⁹⁸ João Antônio Cabral Camello descreveu, em seu relato datado do ano de 1734, informações de uma viagem que fez às minas do Cuiabá entre os anos de 1727 e 1730. Aparentemente, era um “homem de negócios”. Escreveu sua “notícia” em 1734, por solicitação do “padre matemático” Diogo Soares. Cf. CANOVA, Loiva. **Os doces bárbaros**: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757). 105 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003. p. 21.

¹⁹⁹ CAMELLO, João Antônio Cabral. **Notícias práticas das minas do Cuiabá**. Cuiabá: EdUFMT; Secretaria de Educação e Cultura, 1975. p. 6-14.

²⁰⁰ Tinham esse nome os Caiapó por usarem, os homens, um adorno pendente do lábio inferior em forma de bilro de rendeira. SILVA, Valderez Antônio da. **Os fantasmas do rio**: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 76.

²⁰¹ SILVA, 2004. p. 76.

para ir aos Caiapó, em 1607, os paulistas não careciam de viajar por rio, e isso independentemente do fato de sabermos que uma infinidade de trilhas de índios cruzava em várias direções o interior de São Paulo desde épocas passadas: não careciam de viajar por rios porque existia então um caminho que levava direta e precisamente aos Caiapó ou Bilreiros.²⁰²

Esse é um exemplo da apropriação das marcas na paisagem, produzidas pelo trabalho do índio, em específico da nação Caiapó, no espaço do sertão. Ampliadas com o intuito de estabelecer comércio, as estradas também serviam ao transporte de animais, o vacum e o cavalariço, resultando no dinamismo social de uma paisagem em construção.

Em meados dos setecentos, no vasto interior da América portuguesa, havia uma diversidade de espaços em processo de “civilização” inseridos na paisagem, novas marcas impulsionadas pela ação de colonizadores. Um período no qual os sujeitos sociais foram capazes de enfrentar as distâncias no interior do mapa colonial ibero-americano para viver a experiência de novos projetos.

Antônio Rolim de Moura citou na *Relação* a fazenda de Camapuã, que tinha ali relações de uma vida intensa e produtiva. Para Rolim de Moura, eram imagens de produção expressiva: “Tem sempre grande abundância de milho, farinha do mesmo, feijão, arroz, porcos e vacas, das quais se não sabe o número pela largueza dos pastos, e se entende passarem de seiscentas cabeças”.²⁰³

De todos os lugares de pouso monçoeiro, é o mais bem detalhado, com descrição da quantidade de animais de criação, com casas e capela. A fazenda ficava ao lado do rio com o mesmo nome, tinha muitas casas de sobrados, suficientes para acolher a família²⁰⁴

²⁰² NEME, Mário. **Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo**: separata do tomo XXIII dos Anais do Museu Paulista. São Paulo: [s. n.], 1969. p. 15.

²⁰³ RV, p. 15.

²⁰⁴ Antônio Rolim de Moura escreve tanto na viagem como também quando residiu no Guaporé estar acompanhado de sua família. Essa informação possivelmente serve à referência de ser essa família: “seus afilhados”. Na pesquisa feita, foram encontrados alguns documentos, além da *Relação de Viagem*, que mencionam a informação, são eles: CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 16, [f. 8v-20]. CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de março de 1759. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 240, [f. 151v-153]. CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192 [f. 98v-107v].

do Governador e mais os oficiais, que se alojavam em um grande pátio fechado, que, segundo o Governador, serviria até para tourear.

Havia outras construções, elogiadas pelo Capitão-General, compondo o cenário do lugar, inclusive um espaço para o sagrado: “uma capela com mais asseio do que ali se podia esperar”. A fazenda também é descrita como distante de qualquer outro lugar, e com o empecilho de não haver sacerdote que ministrasse os remédios espirituais à população.

Camapuã tinha quatro proprietários que formavam uma sociedade para a divisão dos lucros, “que são grandes nas carregações das canoas, e fazendas, e no mantimento, que vendem aos passageiros”.²⁰⁵ Foi construída em ambiente físico próprio para seu crescimento. Identificada como lugar de passagem e espaço de favoráveis condições de estada aos viajantes, onde podiam descansar os animais e repousar as comitivas e famílias. Representava uma confluência de interesses nesse ambiente de sertão, lugar de cuidados necessários aos monçoeiros com destino às minas do Cuiabá e fonte provedora de mantimentos.

Este aspecto da Fazenda de Camapuã a torna uma imagem de produção e de descanso, marcas na paisagem que singularizam os poucos momentos de uma vida cotidiana de conforto, fé e “civilidade”. Uma das raras vezes em que a viagem oferecia comodidade para os afazeres diários. Espaço que sinalizava o exercício de intimidade no qual, após meses de viagem, o Governador diz ter se despedido pela primeira vez para um banho. O Governador também pareceu divertir-se com o ambiente, pois, durante os dias em que ali esteve, caçou perdizes e tomou sol, quando a chuva lhe dava lugar.

Nas descrições do ilustre oficial português aparecem mantimentos importantes para a subsistência dos viajantes, como a farinha de milho, o arroz e o feijão que ali eram produzidos. Junto aos bois e aos porcos, compunham o cenário da produção de animais.

Apesar das possibilidades de lazer, da produção agrícola e da criação, Camapuã não é um lugar seguro: é representada distante dos demais povoados e os moradores da região, brancos, índios e negros, estavam expostos aos ataques dos Caiapó.

²⁰⁵ RV, p. 15.

Os moradores e viajantes ali também enfrentavam obstáculos. Rolim de Moura refere-se a outro aspecto importante: a dificuldade de transporte e locomoção, mesmo naquele importante entroncamento dos caminhos monçoeiros:

Sem embargo do muito gado, que há naquela fazenda, como a conveniência dos donos é para os passageiros se demorarem, nunca é muito o que tem manso, e capaz de andar com os carros, os quais também ordinariamente não passam de dois os que têm cada uma das fazendas, e ainda que com o aviso, que eu lhes tinha feito, estavam mais alguns prontos, nunca pude desembaraçar-me antes de vinte de novembro; pelas muitas canoas, e cargas, que houve que passar, e pela pouca força dos bois, que sem embargo de serem formosos, são necessários três a quatro juntas para o trabalho, que faz uma dos nossos, o qual estes não podem fazer, senão de noite, ou com muito pouco sol. Finalmente naquele dia me pus a caminho a pé com toda a gente; e me fui embarcar dali meia légua no Rio Camapuã, porque ainda que este passa ao pé das casas, aonde eu estava, leva ainda naquele lugar tão pouca água; que o caminho, que eu fiz por terra em pouco mais de meia hora, leva às canoas pelo rio algumas vezes dois e três dias com grande trabalho, tanto pela falta de água, como pelas muitas voltas, e embaraços de paus.²⁰⁶

As impressões do representante português corroboram o que escreveu Sérgio Buarque de Holanda a respeito de Camapuã. É o que conta:

Os inconvenientes do longo transporte por terra, principalmente enquanto o recurso às bestas de carga não chegara a generalizar-se, ou era pouco praticável nestes sertões, parecem justificar a extensão do itinerário fluvial até as margens do Sanguexuga. Com o tempo, fizeram-se nesse porto as acomodações indispensáveis para um trajeto assíduo. Chegando ao Camapuã, já encontravam, os navegantes, grandes carros de boi, que se destinavam expressamente ao transporte de canoas. A carga ia em carros menores, de duas rodas apenas, quando não às costas dos negros. Em poucas horas de trajeto, por entre capões de mato e campos cerrados, chegava-se à sede da fazenda de Camapuã, junto ao ribeirão do mesmo nome. Era aqui que os viajantes tratavam de reformar seu mantimento e retemperar energias para o prosseguimento da jornada.²⁰⁷

Sobre a monção na qual esteve Rolim de Moura, Holanda relata:

Do porto à fazenda, os viajantes, mesmo os mais grados, como um D. Antônio Rolim de Moura, tinham de caminhar a pé, devido ao pouco número ou ao pouco préstimo dos animais de sela. Os carros nunca seriam em quantidade suficiente para o transporte de todas as canoas e cargas de uma só vez, de modo que efetuavam várias viagens para cada frota que chegasse. Lerdos e provavelmente mal nutridos, os bois de tração não suportavam o menor esforço ao calor do sol, e por isso as carregações eram feitas quase só à noite. Embora cada carro fosse puxado por diversas juntas, isso pouco alteraria a situação, é certo, como afirmou o Conde de

²⁰⁶ RV, p. 16-17.

²⁰⁷ HOLANDA, 2000. p. 90.

Azambuja, que três ou quatro juntas faziam o serviço de um “boi dos nossos”.²⁰⁸

Confirma-se pelos escritos de Rolim de Moura e pela documentação utilizada por Sérgio Buarque de Holanda que até homens de maior grado precisavam, ao longo dessa jornada, usar de suas próprias forças para a locomoção e andar a pé. O Governador também caminhou em trechos onde os animais de sela eram poucos ou estavam muito cansados para deles se fazer uso. As carregações de canoas e mercadorias eram feitas geralmente à noite, pois os animais suportavam o peso da carga com maior facilidade.

Esses exemplos das apreciações do representante português contêm a percepção quanto à utilidade de um recurso; apropriou-se daquilo que tinha como referencial e agregou valores à paisagem. Apresentou uma paisagem portadora de mensagens histórica, expressando valores, crenças e mitos, componentes que lhe conferem sua dimensão simbólica.

2.2 REPRESENTAÇÕES DO PANTANAL

O Pantanal, lugar de experiências interessantes vividas por Rolim de Moura, é uma imensa área alagadiça que sofre influência das águas do Rio Paraguai e seus afluentes, com maior destaque para o Rio Cuiabá. As águas pantaneiras assumem características diferenciadas, obedecendo à sincronia das épocas de enchente, que correspondem à cheia, e de vazante, sinalizando o período das secas. É uma vasta planície situada entre os paralelos 16 e 22 S e os meridianos 55 a 58 O.²⁰⁹ Na época das chuvas, entre outubro e fevereiro, o Pantanal fica praticamente intransitável por

²⁰⁸ HOLANDA, 2000. p. 91.

²⁰⁹ A respeito do Pantanal, Cf. LEITE, Mario Cezar Silva. **Águas encantadas de Chacororé: natureza, cultura, paisagens e mitos do Pantanal**. Cuiabá: Cathedral-Unicen Publicações, 2003. v. 4, p. 36. (Coleção Tibanaré de Estudos mato-grossenses); COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999; SILVA, Carolina Joana da; SILVA, Joana Aparecida Fernandes. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: NUPAUB-USP; Cuiabá: Ed. UFMT, 1995.

terra. No período de cinco meses de cheia, a água invade uma área que corresponde ao estado de Santa Catarina; dois terços das terras são tomadas pelas águas da bacia hidrográfica do Alto Paraguai. O clima do Pantanal é úmido, tem alto índice pluviométrico, quente no verão e seco e frio na época do inverno. Seu ecossistema apresenta uma impressionante diversidade de flora e fauna. Segundo o WWF (World Wide Fund for Nature, em português Fundo Mundial para a Natureza), o Pantanal abriga 1.132 espécies de borboletas, 656 de aves, 122 de mamíferos, 263 de peixes e 93 de répteis.

Em sua tese, Thereza Martha Borges Presotti destaca que o Pantanal “estende-se por três países da América Latina: Bolívia, Brasil e Paraguai. A sua maior parte situa-se no Brasil, nos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e abrange uma área de cerca de 136.700 km²”. A historiadora acrescenta que o Pantanal pertence ao sistema hidrográfico da “bacia Paraná-Paraguai, integrado à bacia do Prata. Seus amplos limites são: a Norte e Nordeste, os planaltos dos Parecis e dos Guimarães; a Leste e Sudeste, os planaltos do Taquari-Itiquira e Maracaju; e a Oeste e Sudeste, os planaltos residuais do Urucum e do Amolar”.²¹⁰

Atualmente, o Pantanal é considerado patrimônio da humanidade, no entanto, sofre perdas das suas imensas riquezas naturais pelas ações praticadas pelo homem: a pecuária, a pesca predatória, queimadas, agricultura indiscriminada, extinção de animais, poluição e lixo tóxico provocam grandes impactos ambientais.²¹¹

Essa vasta região foi estudada pela historiadora Maria de Fátima Costa, que pôde reconstruir a história dos primeiros exploradores, no início do século XVI, da maior área alagada do mundo, a qual chamavam de “Laguna de los Xarayes”, ou “região inundada”.²¹² Cartógrafos e jesuítas espanhóis se empenharam na elaboração de relatos nos quais mostram uma região de geografia ímpar, ora

²¹⁰ PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na trilha das águas**: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII). 270 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. p. 45. Disponível em: <<http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=+assunto:%22Backwoods%22>>. Acesso em: 16 maio 2010.

²¹¹ Mais informações sobre o Pantanal em: <<http://www.brasil-turismo.com/pantanal.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

²¹² COSTA, Maria de Fátima. Rolim de Moura e a criação do Pantanal. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Edição comemorativa aos 250 anos da capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomo CXLVI, ano LXX, 1998. p. 35.

paradisíaca, ora inóspita ao extremo ou, pode-se dizer, em constante mutação. Os mamelucos paulistas, no início do século XVIII, utilizavam outros termos, como “pantanal, pantanaís, campos alagados, lagoas com sangradouros”.²¹³ Os relatos monçoeiros dão-lhe como limite as águas estendidas entre os rios Taquari e Cuiabá. O termo “pantanal” também é uma palavra-conceito, criada pelos monçoeiros ou mamelucos, para definir as águas da paisagem da bacia do Paraguai.²¹⁴

A água é o elemento norteador das relações ali estabelecidas. Os ritmos das águas definem a paisagem do Pantanal. Em canoas a remo, os navegadores cruzavam as baías desses mares de águas doces; águas donas do espaço, que carregam a história, regulam os acordes da vida, movimentam a magia da reprodução de todos os seres. Águas que regulam plantações, definem percursos, espalham-se nas chuvas e se encolhem nas secas.

Ao entrar nas águas do Pantanal, Rolim de Moura registra outras agruras e incômodos que acometiam os aventureiros nessas terras distantes. A convivência com os insetos enseja passagens que revelam momentos de sofrimento e inquietude. Descreve um “ambiente natural” dominado por formigas, mosquitos e carrapatos que infestavam e atormentavam os mais tolerantes dos homens:

Desde o fim do Taquari comecei a experimentar piores pousos, porque com as poucas chuvas estavam as margens dos rios alagadas, e os mesmos matos molhados, de sorte, que várias vezes nos vimos obrigados a comer o almoço e a ceia meios engrolados. A este descômodo se ajuntava outro maior. Aqueles matos, desde a paragem, que disse, até estas minas, estão cheios de algumas árvores a que chamam de paus de formigas; porque elas se apoderam deles de forma, que, neles vivem, e deles se sustentam, e cada pau tem em si uma imensidade; se por engano se corta algum pau daqueles, se espalham, e fazem uma perseguição extraordinária; porque a sua mordida ainda que não faz inchar coisa alguma, causa uma dor tão veemente como a das vespas.²¹⁵

Entre os maiores incômodos estava a companhia impertinente dos mosquitos, que vinham aos milhares, para o tormento dos que labutavam nos percursos monçoeiros. Rolim de Moura pinta nesse texto uma imagem de severidade natural, a paisagem se tornou um lugar de martírio, fonte de desencanto, de desassossego e angústia, somando a mostra do comportamento das formigas.

²¹³ COSTA, 1999. p. 179.

²¹⁴ COSTA, 1999. p. 187.

²¹⁵ RV, p. 25.

O Taquari também foi referência da presença dos mosquitos, que assim é contada:

Extraordinária perseguição de mosquitos, que desde o Taquari já nos davam bastante, que fazer. Eram estes de duas castas, uns pernalongos do mesmo feitio que os nossos, e outros a que chamam brancos, que parecem uma aresta; estes perseguiam de noite, e aqueles de dia, e as suas picadas deixam bolha, e comichão para muito tempo, e eram tantos, que nos cansávamos em os enxotar, e nós não podíamos livrar destes por mais, que trabalhássemos. O alívio, que tínhamos era quando apareciam umas borboletas, que os comem, porque então se sumiam todos, e nos deixavam por algum tempo; fora disso foi o maior martírio, que tive em toda a jornada.²¹⁶

Em outra passagem, Antônio Rolim de Moura apresenta ao leitor a existência de três tipos de mosquitos, os quais distinguia por “castas”, assim descrevendo-os:

[...] uns muito pequenos a que chamam pólvora pela grande comichão, que fazem: outros borrachudos, que são maiores e barrigudos, que logo que mordem tiram sangue, cuja nódoa fica por muitos dias, e com dor; os terceiros, que mais propriamente são moscas pequenas, me perseguiam mais, quando saía ao campo à caça não picam, mas buscam os olhos com tal prolixidade, que sempre andava na diligência de os tirar deles, o que algumas vezes mos fez agravar.²¹⁷

Para suportar esses ataques, faziam os homens, desde o início da paisagem monçoeira, uso do mosquiteiro, apetrecho dos precavidos que consistia em:

uma cobertura de linhagem, ou de outra droga leve, a qual lançam por cima de uma corda, que prendem aos mesmos paus, a que atam a rede, por cima dela dois palmos. Esta coberta chega até ao chão por todas as partes, fechada pelos lados, e pelas cabeceiras, deixando-lhes nestas umas mangas para se enfiarem os punhos das redes. Quando chove, cobrem esta máquina com uma baeta singela, da largura, que basta para alcançar alguma coisa mais abaixo da altura, em que a rede fica, depois de seu dono deitado nela. É incrível, o que isto resiste ainda nas maiores chuvas, do que eu não podia capacitar, enquanto o não vi, e o vão, que fica entre a rede, e o chão, serve como de pequena barraca para todos os usos da vida.²¹⁸

Nas viagens pelos sertões, os carrapatos eram, como os mosquitos, perseguidores implacáveis do sangue humano, “os quais ferravam muito o corpo, e

²¹⁶ *Ibid.*, p. 26.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 16.

²¹⁸ RV, p. 8.

faziam brotoeja, e comichão desesperada”. O Governador descreve um produto natural do qual fez uso durante a viagem para eliminá-los: a água de fumo. A mistura passada no corpo provocava a queda dos carrapatos: “para os tirar foi preciso lavar-me, ou para melhor dizer, sujar-me com água de tabaco de fumo, que é o que os faz cair”.²¹⁹ Havia também carrapatinhos a que chamavam de “mucuins”, essa espécie causava intermitentes coceiras, que produziam ferimentos.

Próximo ao Rio Pardo, o Governador encontrou formigas que roíam tudo; até as roupas dos membros da comitiva eram literalmente comidas por elas. As aranhas, sempre próximas, nos galhos das árvores e nas plantas ribeirinhas, tornaram-se familiares. As “besperas”, em enxames, eram muito grandes; aqui na América, diz, eram conhecidas por “barinbudos”.

As altas temperaturas enfrentadas por Rolim de Moura e sua comitiva agregam-se ao conjunto das dificuldades impostas durante a travessia pelas águas do Pantanal:

A água deste pantanal e dos mais, que passei, é claríssima. Não se lhe percebe movimento, mas sumamente mole, e tão quente, que não era preciso aquecer-se para fazer a barba: por cuja causa achei ainda pior, que a dos rios, que pela sua correnteza apanhava menos o calor do sol, sem embargo de que de Camapuã até as minas cada vez mais turva, e cheia de terra pela repetição das trovoadas.²²⁰

A paisagem do Pantanal foi, para Rolim de Moura, a pior em riscos e inconvenientes de insetos. São imagens que sombreiam a beleza e a exuberância em águas que, além de quentes, ofereciam perigos:

A muita água, que o rio levava e a grande correnteza dele davam um grande trabalho aos remeiros, e com pouco fruto; porque não avançavam quase nada; porque como as varas não chegavam ao fundo, custava infinito vencer com o remo a corrente. Pelo rigor do trabalho iam adoecendo muitos remeiros, principalmente não os deixando os mosquitos sossegar de noite, nem de dia, e achando os pousos molhados. A isto se juntava um calor excessivo e chuvas continuadas. Nem podiam ter o refrigério de se banharem no rio; porque do Paraguai para estas minas há duas castas de peixe, que o não consentem. Ao primeiro chamam tesouras: o seu tamanho é de um palmo; mas têm uns dentes tão agudos e fortes, que os vi várias vezes cortar anzóis capazes de sustentar peixes muito maiores. Pouco tempo basta, que apanhem um homem na água para o deixarem em miserável estado. A segunda casta é das arraias, as quais, com um ferrão, que têm no rabo dão picadas tão peçonhentas, que os primeiros dias se não pode passar com dores, principalmente as primeiras vinte, e quatro horas, e

²¹⁹ *Ibid.*, p. 16.

²²⁰ *Ibid.*, p. 23.

depois levam muito tempo a curar-se, o que vi suceder ao proeiro da minha canoa, que sendo picado, passou até o outro dia em contínuos gritos.²²¹

Navegar pelas águas do Pantanal representou um rastro atrevido por este horizonte geográfico da América portuguesa, que passou a ser reconhecido pela presença dos monçoeiros. Dentre todos os relatos do período, o de Antônio Rolim de Moura é o mais completo e o que mais detalha a paisagem pantaneira. Representa o Pantanal num cenário em figuras, cores e movimento e define o espaço das águas do Pantanal quando avista o Rio Taquari:

pois logo acabado o Taquari se entra em um pantanal de três dias de viagem sumamente embaraçado de secos e de uma casta de erva a que chamam Aguapé por onde as mesmas canoas passam com grande trabalho e esta mesma há em alguns rios que se seguem. E além disto o Rio Cuiabá quando está muito cheio, o que sucede muitas vezes na vinda das tropas para estas minas, corre com tanta violência que me parece impossível pelo que experimentei vencer-se a sua corrente a ponta de remo em outras embarcações pesadas.²²²

O que o oficial português apresenta é um estranho encantamento, por aquilo que é ao mesmo tempo uma paisagem hostil, fantástica e paradisíaca. Essa paisagem é, sobretudo, uma geografia móvel, em constante refazer-se e remodelar-se.

As imagens representadas pelo Governador transmitem conhecimento e beleza, é uma vista da entrada de uma região tropical, descortinando os elementos naturais e humanos que falam de uma particularidade da América portuguesa, o Pantanal. Descreveu as dimensões da grande lagoa por meio de informações obtidas com os viajantes, que sabiam localizar os limites.

A treze dei por fim ao Taquari, dividindo-se este em uma quantidade de braços, e sangradouros pelos quais deságua em uns larguíssimos campos, formando neles pantanaís tão largos, que a vista se perde para lhe alcançar o fim. Alguns práticos lhe dão trinta e quarenta léguas, e outros muito mais afirmando, que se estende até a cabeceira dos Porrudos, cujo fica para o caminho que vem do Goiás.²²³

²²¹ RV, p. 27.

²²² CARTA de Antônio Rolim de Moura ao Rei Dom José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 13 de julho de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 6, doc. n. 357.

²²³ RV, p. 23.

O Pantanal foi representado pelo Governador de maneira dúbia, descrito como um espaço de bárbaros e se prestando à função de criatório natural de bichos estranhos e grandes.

Para ele, a paisagem do Pantanal é ao mesmo tempo selvagem e bela, majestosa e desafiadora. A vida animal foi expressivamente descrita em imagens que refletem uma dimensão de beleza e encantamento, de diversidade de espécies e pluralidade de informações do “ambiente natural”. Um belo quadro de formas, seres, cores e movimento:

quando leva pouca água deixa várias praias descobertas, as quais se enchem de caça, principalmente patos de extraordinária grandeza, e outros mais pequenos, a que chamam marrecos. Há também pelos matos muitas araquás, jacus e jacutingas; passam de bom gosto, saudáveis de modo que se dão aos doentes principalmente as araquás, que sendo destes os mais pequenos, sempre tem o tamanho dos nossos perus novos, muito airosos, e bem feitos, e de bom gosto. A caça de pêlo também é infinita: muito porco bravo, muito veado e capivaras.²²⁴

Nesse “ambiente natural”, há outro espaço apresentado por Antônio Rolim de Moura, que ele nomeou de “Ilha dos Pássaros”. Relata uma grande caçada nessa ilha que mantinha muitos tuiuiús, os quais facilmente eram mortos com armas de fogo. A imagem de abundância está presente quando descreve esse espaço pantaneiro:

A doze passei pela Ilha dos Pássaros, aonde saltei um pouco em terra. É aquela ilha uma das coisas raras, que se encontram neste caminho. Dão-lhe aquele nome por se criarem ali várias castas de pássaros muito grandes, a que chamam tuiuiús [...] quando de longe avistamos a ilha estavam as árvores, que é tudo mato fechado tão cheias de tais pássaros, que parecia roupa, que estava a enxugar. Cada um dos caçadores se pôs debaixo da sua árvore, e dali matou os que quis, porque por mais que caíssem, os que ficavam na mesma árvore se não afastavam. Enfim eu receei, que arrebatassem algumas armas; pois não medeava mais tempo entre tiro, e tiro, que o que leva o carregar; só tinha um desconto, que a menor parte era dos que vinham abaixo. A sua mesma molidão os fazia ficar presos nos ramos.²²⁵

Observa-se nas citações a exploração das riquezas oferecidas pela natureza americana. Com recursos naturais que parecem ser interpretados por Rolim de Moura como inesgotáveis, esse não é o único trecho do relato que expressa o

²²⁴ RV, p. 19.

²²⁵ RV, p. 22-23.

domínio da força humana sobre a natureza. A descrição da fartura de animais, peixes e insetos é frequente nos escritos:

A dois de setembro cheguei ao Salto Itapura, onde também depois de um baixio de lage, forma ela, como um tanque ovado aberto só pela parte de baixo, e em roda dele caía água de muito maior altura, que no antecedente. No meio se levanta uma ilha, ou reduto de pedra. Aqui foi tanta a quantidade de peixe, que se pescou, que muito se tornou a deitar ao rio por não haver já quem o quisesse, sem embargo que ali tivemos três dias de demora.²²⁶

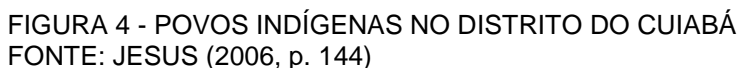
A essa descrição da paisagem do Pantanal somam-se outras, em que índios no distrito do Cuiabá, de acordo com as nações a que pertenciam, foram descritos como *inimigos*, *brutos* ou *traíçoeiros*. Esses valores atribuídos ao Pantanal mostra-o como um lugar de perigo, fez dele um espaço de selvageria dos povos e residência de animais raros, peixes ferinos e insetos impertinentes.

Esta região, a do Pantanal, também foi representada pelo Governador como um espaço da “barbárie”, além daquela que se prestava à função de “criatório natural” de bichos estranhos e singulares, nela havia a ameaça de três nações indígenas: os índios Caiapó, os Paiaguá e o Guaicuru.

As três nações indígenas, descritas por Rolim de Moura em seu relato, há muito haviam sido descritas por sertanistas que se aventuraram em viagens monçoeiras antes do Governador, no final do século XVII. A narrativa de Antônio Pires de Campos (datada do ano de 1672, reconhecia mais de uma centena de diferentes nações indígenas naqueles sertões) é referência importante para tratar das nações indígenas da região onde se delimitaria o território de Mato Grosso que, segundo o sertanista, “narrá-lo seria processo infinito... por se perder o algarismo”.²²⁷ Entre eles estavam os índios da nação Caiapó, os Paiaguá, Guaicuru, Bororo, Paresi (FIGURA 4).

²²⁶ RV, p. 10.

²²⁷ CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos, do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo (1723). In: TAUNAY, 1981. p. 179.



selvagens. Muito do conteúdo da narrativa de Antônio Pires de Campos é corroborado na correspondência de Antônio Rolim de Moura.²²⁸

A exemplo do que se disse, há no relato monçoeiro de Antônio Pires de Campos as seguintes nações indígenas: *Caiapó*, localizada no oeste de Minas Gerais, nos rios Vermelho/Araguaia, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Guacuruí, Verde; os *Gualaxo*, localizados às margens do Rio Nhandui; os *Hahuno*, *Juniaca*, *Tiquinito*, às margens do Rio Taquari, os *Humegay*, às margens do Rio Claro; os *Paiaгуá*, no Rio Paraguai até o Porrudos; *Guaicuru*, localizados no Paraguai, Embotetei, Claro, Taquari; os *Guató*, *Caracará*, *Guacharapo*, *Surucuha*, *Guacamão*, *Cuvaqua*, *Tuque*, no Paraguai; *Tacahoca*, *Gueleche*, *Ariocone*, *Taraqui*, *Araripoçone*, *Cruara*, no Porrudos; *Porrudo*, Cabeçeira do Porrudos; *Vanharej*, no Rio Piquiri; *Elive*, *Cuchiane*, no Rio Cuiabá e na paragem chamada Arraial Velho; *Guachevane*, *Curiane*, *Guahone*, *Candaguari*, *Pavone*, *Guale*, *Cathaxo*, *Bobiare*, *Acocopone*, no Rio Cuiabá; *Itapore*, cabeceiras do Cuiabá; os de nação *Cuiabá*, localizados no Cuiabá-Mirim; os *Chacrure*, terra adentro; *Tuete*, *Jape*, *Cruane*, *Gregone*, *Curiane*, *Tamoringue*, *Arica Poçone*, *Cope Mirim*, no Rio Cuiabá; os *Coxipone* tinham por distrito todo o circuito do Rio Coxipó; os *Pupone*, no Coxipó-Açu; os *Popu*, *Araripoçone*, no Rio Cuiabá e no Rio Manso; os *Ahigua*, *Crucuru*, no Paraguai acima, após lagoa Guaíba uma ilha de morro; *Haycare*, no Rio Paraguai; *Sarayé*, no Rio Paraguai; *Yupará*, no Rio Paraguai, barra com Yahuri; *Tembez*, Jauru acima; os *Aravira*, *Guahone*, *Caypane*, *Arapri*, *Itapori*, no Rio Paraguai e no Sepotuba acima; os *Iorauvahiva*, nas cabeceiras do Sepotuba; os *Paresi*, “e rematado este Rio de Sepotuba se dá em chapadas mui grandes e dilatadas [...] e todas as águas correm para o norte; os Mahibare, adiante dos Pareci; para a parte norte; os Cavihi, desta chapada [dos Paresi] indo para baixo [norte]”.²²⁹

A descrição apresenta ao leitor um demonstrativo dos povos e seus territórios no contexto setecentista. Essas mesmas terras foram alcançadas e passaram a ser de domínio dos colonizadores. Destaca-se daqui por diante aquelas que Antônio Rolim de Moura mais documenta.

Dentre tantas situações inéditas que se apresentavam ao Governador, havia a presença de nações inimigas que tinham seus domínios na região do Pantanal ou

²²⁸ Cf. CANOVA, 2003. p. 21.

²²⁹ CAMPOS, 1981. p. 179-196.

que circulavam em suas proximidades. Nessa área, revezavam-se as nações dos Caiapó, dos Guaicuru e dos Paiaguá na tarefa de enfrentar as expedições que por ali passavam.

A respeito do transcurso da viagem, percebe-se que, embora o Rio Paraguai fosse mais seguro do que outros, havia ali ainda os Paiaguá (apesar dos muitos investimentos privados dos moradores do Cuiabá em fazer guerra contra esses índios); mais numerosos do que os Guaicuru, eram ágeis no remo, na arte de viver sobre as águas, dominavam técnicas e saberes aplicados que “causavam muitos transtornos aos colonizadores”. Também faziam das águas seu campo de batalha contra os que também navegaram no Pantanal. Lugar onde mostravam sua força e arte guerreira; marcas da sua história em desfavor aos que trabalhavam na expansão da política portuguesa ou àqueles que eram movidos por outros interesses. Os Paiaguá inspiraram mais terror: habilidosos na lida com canoas e nas braçadas, frequentaram e resistiram nas cercanias do Rio Paraguai mais do que qualquer outra tribo, e foram “protagonistas de inúmeros ataques a embarcações, no meio dos rios, habilíssimos remeiros que, de acordo com as narrativas, despencavam velozmente sobre os navegantes a golpes de borduna, chuços e flechas”.²³⁰

Os índios Paiaguá e outras sociedades, quase sempre vistas como “pestilentas e infiéis”, por terem seus territórios na região que vinha sendo dominada pelos colonizadores, demandavam da parte do governo e de moradores do Cuiabá, políticas e investimentos para o fim de sua derrota e do seu silêncio. Dos registros oficiais a propósito dos ataques da nação Paiaguá, as notícias relatam que eles iniciaram ações de guerra contra expedições monçoeiras no ano de 1725. Esses índios investiam de maneira inesperada e violenta, “assaltando mercadorias” e destruindo as munições. Holanda conta que num dos ataques dos Paiaguá contra os monçoeiros, em uma viagem datada de 1725, de um total de seiscentas pessoas, distribuídas em vinte canoas, só duas se salvaram, um negro e um branco.²³¹ Os ataques indígenas às expedições tornaram-se recorrentes. É o que conta José Barbosa de Sá: no ano de 1726, novamente a monção que vinha a Cuiabá foi atacada pelos Paiaguá, e a luta entre os índios e os monçoeiros foi sangrenta. Do

²³⁰ SILVA, 2004. p. 49.

²³¹ HOLANDA, 2000. p. 64.

combate restaram dois rapazes, que lutaram até as últimas forças. Barbosa de Sá escreve a respeito desse ataque:

[...] Vindo neste ano monção, junta em uma grande frota, foi assaltada do gentio Paiaguá [...]; com eles embarcaram dois fortes mancebos, que mereciam seus nomes letras de ouro escritas nas asas da Fama [...], naturais da vila de Itu. Cercados [...] do gentio pelas oito horas do dia, pelejaram até as duas da tarde, primeiro com armas de fogo, deixadas estas à espada, rebatendo as lanças dos gentios, arrancando-lhas das mãos e com elas ferindo-os. Perdidos os companheiros e remeiros, mantiveram a peleja eles sós, matando muitos bárbaros e ferindo-os [...], em tal forma que sobre eles caiu todo o ferino poder, até que renderam as vidas a troco das muitas que tiraram [...].²³²

Os ataques aos monçoeiros foram frequentes, resultando em mortes e raptos. Informações documentais revelam enfrentamentos desde os anos iniciais da colonização nas minas do Cuiabá, quando os Paiaguá destroçavam completamente a leva de canoeiros. Uma centena de brancos, negros e mestiços morreu na monção do ouvidor Antônio Lanhás Peixoto, em 1730. Nesse episódio, os Paiaguá levaram cerca de dez arrobas de ouro, roupas e armas. Comercializaram essas mercadorias com os castelhanos em Assunção.

O ataque provocaria a represália oficial, através de expedição armada pelo capitão Antônio Almeida Lara, em Cuiabá, no ano de 1731, numa investida que matou muitos índios e os perseguiu até os arredores de Assunção. Os choques, contudo, prosseguiriam ainda por várias décadas.²³³

A nação Paiaguá, pela sua conduta guerreira, foi vista como “inimiga, infiel, selvagem”... Essas são representações dos Paiaguá na Repartição do Cuiabá, imagens que ganharam visibilidade nos discursos oficiais dos administradores coloniais e da Coroa. Em um discurso oficial da metrópole, datado do ano de 1749, com respeito aos índios Paiaguá, a Rainha mandou fazer ataques “às suas ilhas”, que ficavam nas águas do Rio Paraguai. Ainda consta que “aos Governadores de São Paulo” se ordenou que “mandassem alguns bergantins armados com gente de ordenanças para castigar os insultos d’aqueles bárbaros, e segurar a navegação dos ditos comboios”. Com respeito às ações políticas destinadas aos índios Paiaguá, as orientações da Rainha são de rigor e de atenção com relação àquelas orientações dirigidas ao governante,

²³² Sobre a guerra dos moradores da Vila do Cuiabá contra os índios Paiaguá, Cf. SÁ, 1975, p. 2.

²³³ SILVA, 2004. p. 49.

Confio do vosso zelo atendeis a preservar os navegantes e vizinhos do dito rio do susto d'aquêle gentio, e quando exaustos todos os meios de persuasão e de brandura, não possais conseguir que desista das suas hostilidades, procurareis eficazmente reduzi-los com castigo a viverem racionalmente. E si para isto necessitardes de alguma cousa que faltem n'aquêle sertão, o avisareis pelo dito conselho, para se darem as providencias convenientes.²³⁴

A imagem da ameaça e do horror também ganhou espaço nos escritos do oficial português Antônio Rolim de Moura. Em imagens do perigo e do medo, apresentou os índios com aspectos indesejáveis, definiu-os como irracionais, seres de atitudes muito distantes das dele. O representante português descreve a localização geográfica dos ataques, dos domínios, da fragilidade diante das armas de fogo e suas técnicas de defesa:

[A nação dos índios Paiaguá] e a de quem temos recebido mais, e maiores danos: servem-se de arco e flecha e também de lanças pequenas com pontas de ferro muito aguçadas com as quais ofendem de perto, e também de arremesso. Os seus ataques são de ordinário nos rios, e em canoa; porque em terra não valem nada, e três ou quatro armas de fogo bastam a fazer opposição a um grande número deles. Em cada canoa embarcam oito até dez, metade dos quais rema, e outra se serve das armas. A sua povoação está muito perto da cidade de Assunção. Quando os rios enchem, e fazem pantanais pelas suas margens, sobem então a vir buscar o nosso caminho, buscando sempre os mesmos pantanais, e lugares difíceis às nossas Canoas por se não verem obrigados a baterem-se conosco por força, o que lhes sucederia se andassem pela madre dos rios, onde encontrando-nos não poderiam escapar com facilidade. A sua cautela é grande, e nunca atacam tropa alguma, sem que primeiro a venham vigiado muito tempo. Escondem-se pelos ribeirões, e sangradouros; que desembocam nos rios por onde é a nossa viagem, para o que têm maior facilidade no Paraguai-Mirim, e no Paraguai Grande, e quando os rios levam já muita água no mesmo Rio Cuiabá até muito perto do porto. Dali nos espiam, e quando nos vêem descuidados, saem de repente com uma grande gritaria, e o seu empenho todo é molharnos as armas, e abordar para se livrarem do dano, que elas recebem, se nos dão lugar a isso. Suposto pois que tenho dito me preveni para os receber da forma seguinte. Mande por desembaraçadas três canoas, mandando tirar delas tudo o que podia servir de algum impedimento aos soldados.²³⁵

A respeito da nação indígena dos Paiaguá, Rolim de Moura apresenta atribuições de poder e força, de domínio do espaço das águas e descreve seu território como um lugar de transtornos, com baías que dificultavam a ação mais combativa contra os exímios remadores, situação causada pela falta de experiência

²³⁴ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, 1982. p. 132.

²³⁵ RV, p. 21.

com a lida dos pilotos na grande “região inundada”. Narra uma imagem de insegurança da expedição e dos especialistas na arte de navegar por entre baías, no Rio Paraguai em tempos de cheia, pois, por serem os Paiaguá conhecedores do Pantanal, desenvolveram técnicas no manejo dos recursos naturais em seu favor:

[...] Porém esta mesma surpresa tem grande dificuldade; porque este gentio não passa para os nossos rios, senão quando as suas margens estão alagadas, e por elas é que marcha, o que as nossas canoas não podem fazer com a mesma facilidade, assim pelo seu tamanho, como pela falta de conhecimento pelas suas veredas nos nossos pilotos, cuja circunstância lhe dá uma grande vantagem sobre nós, que é observar-nos sempre, e atacar-nos só quando tem partido.²³⁶

As representações dos caminhos monçoeiros que levavam às minas do Cuiabá foram feitas por meio de palavras que deram sentidos a “um percurso longo, demorado e distante”. Além dessas imagens construídas da “paisagem natural” do sertão das minas do Cuiabá, foram retratados também os índios. Os de maior “perigo”, os Paiaguá, eram capazes de tornar a vida do colonizador um martírio.

Antônio Rolim de Moura, com recorrência, reportava-se ao perigo enfrentado por aqueles que saíam de São Paulo em direção à capitania de Mato Grosso. Há registros das muitas vezes em que os colonizadores, ao navegarem pelos rios da bacia do Paraguai, entravam em combate com índios, principalmente os Paiaguá, vistos como os mais poderosos sobre as águas, destros no nado e sagazes nos ataques às canoas de negociantes que seguiam pela rota monçoeira sul em busca do comércio e outras atividades correspondentes àquele período. Assim, Rolim de Moura não nega a distância cultural posta entre ele, como colonizador, e os Paiaguá. Por serem tão diferentes, tão resistentes, justificava-se a prática da “guerra justa”²³⁷, ou seja, era defensor da luta armada, que foi viabilizada por meio da organização de grupos de homens moradores da Vila do Cuiabá. As tropas corriam perigo ao se afastar das minas, conforme informa o Governador:

²³⁶ OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a ordem de reduzir o gentio Paiaguá por bem ou por meio das armas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de julho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. 433.

²³⁷ O Conde de Sarzedas, em 15 de agosto de 1732, publicou um bando aprovando a “guerra justa” aos Paiaguá e outros grupos ameríndios tidos como inimigos, “através do qual abria alistamento e prometia aos participantes da luta a repartição de cativos, além de patente de oficial aos mais capazes”. CANAVARROS, 2004. p. 255 e CHAVES, 2008. p. 52.

Sobre esta matéria se me faz preciso expor a Vossa Majestade que na distância destas Minas ao Taquari em que as ditas tropas correm perigo de serem atacadas pelo Gentio Paiaguá ou Cavaleiro não há cachoeira alguma mas sem embargo disso tem aquele Distrito várias paragens em que é impraticável navegarem as embarcações acima ditas [...].²³⁸

Estas atitudes de enfrentamento armado facilitaram, por exemplo, a livre circulação de comerciantes pelos rios pantaneiros ou, mais pontualmente, a tranquila travessia pelas águas feita pelos 400 homens que mandou Gomes Freire de Andrade irem ao Jauru, para fazerem a demarcação das terras portuguesas em litígio com a Espanha. Essa comissão passaria pelo “Distrito do Gentio Cavaleiro, e Paiaguá, nações mui bárbaras, e ferozes [...]”.²³⁹

As contradições discursivas são interessantes. Apesar de ver os Paiaguá como hostis, de criar uma imagem de uma nação habitante do sertão desdenhoso de artefatos “civilizados”, Rolim de Moura também trabalha com a hipótese de viverem racionalmente:

Vossa Majestade por bem recomendar-me nas suas Reais Ordens e que procurasse reduzir o Gentio Paiaguá a viver racionalmente e que se para este efeito necessitasse de algumas coisas que não houvesse neste sertão e fizesse presente a Vossa Majestade pelo seu Conselho Ultramarino.²⁴⁰

Mesmo estando o Governador no Guaporé, ele se mantinha informado sobre a ofensiva dos Paiaguá na Repartição do Cuiabá. Pelo visto, esses índios continuavam agindo contra os que andavam pela região do Pantanal. Ele, por sua vez, tomou decisões políticas com o intuito de fazer dos Paiaguá índios com menos “atrevimento”:

A vista disto, chegando ao Cuiabá, dei conta a Sua Majestade para que me determinasse o que devia obrar, vendo que o dito Sr. me recomendava também muito evitasse todo o motivo de escândalo aos vassalos d'El Rey de Castella. Naquele tempo, nem o poder nem a ousadia era tanta no gentio quebrantado ainda da última derrota que havia tido; porém agora me veio parte do Cuiabá, que ele havia chegado com vinte e seis canoas a Figueira, dois dias de viagem até o porto da vila, e que ali matou um pescador e lhe levou quatro índios e depois encontrando-se com uma canoa em que iam três brancos e outros escravos, dois destes se haviam retirado, e dos mais se não sabia. Nestes termos me resolvi escrever ao Governador da

²³⁸ CARTA de sua Majestade, D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 13 de junho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 46.

²³⁹ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 62.

²⁴⁰ CARTA de sua Majestade, D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 13 de junho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 46.

Assumpção a carta, cuja cópia remeto inclusa, e enquanto não chega a sua resposta ou resolução de Sua Majestade determino mandar canoas de guarda costa para desinfestarem os rios, principalmente o Cuiabá, e ver juntamente se podem alcançar ocasião de bater o gentio, e refrear-lhe assim mais o seu demasiado atrevimento.²⁴¹

Em algumas fontes Rolim de Moura descreveu como atributos dos Paiaguá a vileza e a insolência, apresentando-os como “pestilentos, hostis e violentos”, em outras passagens, os índios Paiaguá eram “gentios nossos inimigos”.²⁴² A política de Rolim de Moura em relação aos Paiaguá foi de austeridade: como representante das forças militares de Portugal e principal autoridade na Capitania, agiu para impulsionar a destruição desta nação, e suas representações animaram ações para tal fim.

Em sua análise, os Paiaguá deveriam ser tratados com severidade:

Exmo. Sr. o gentio Paiaguá inimigo antigo e novo meu que depois de uma grande vantagem que sobre ele tivemos andara mais abatido, agora torna outra vez a afoitar-se, e são repetidos os assaltos com que tem infestado os rios que servem de comunicação a este governo com os portos de mar; pelo que me vejo precisado a procurar os meios de pôr fim as suas hostilidades, e como este não poderá conseguir-se sem atacar nos seus próprios alojamentos, e os principais deles se acham não somente dentro da demarcação determinada pelo novo Tratado, pertencente a Sua Majestade Católica, mas muito vizinho à Cidade da Assumpção, não quis dar a execução este projeto sem participá-lo a V. Exa. e pedir-lhe o Seu beneplácito, assim pela atenção que V. Exa. merece pelo Seu lugar e parte, como pela que meu amo me manda ter com tudo que diz respeito a Sua Majestade Católica.²⁴³

Ainda, Rolim de Moura escreve dos índios Paiaguá, tendo como amparo aos seus argumentos as instruções da Rainha, que prescreviam morte à nação. O enfrentamento armado foi argumento bastante difundido na lida com os Paiaguá. Avaliados na impossibilidade de transformá-los em seres racionais e diante da constatação da ausência de virtudes domesticáveis, a solução seria a destruição da nação:

²⁴¹ OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a ordem de reduzir o gentio Paiaguá por bem ou por meio das armas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de julho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 433.

²⁴² RV, p. 18.

²⁴³ OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a ordem de reduzir o gentio Paiaguá por bem ou por meio das armas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de julho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 433.

Nas minhas Instruções me ordena Sua Majestade que não podendo acabar por bem com o gentio Paiaguá se abstenha de nos fazer hostilidades que costuma, o reduza a isso pelo meio de armas. O primeiro é impossível por ser aquele gentio bárbaro, e sem fidelidade, da sorte, que ainda quando se pudesse fazer alguma convenção, ficaríamos com ela tão seguros, como não a havendo. O segundo também parece impraticável, sem serem atacados nos seus próprios alojamentos, os quais estão muito dentro da demarcação pertencente à Castela nas vizinhanças da Cidade de Assunção; porque ainda que se surpreenda nos nossos rios algum corpo deles, nunca essa ação termina a guerra, somente a moderará por algum tempo. Porém esta mesma surpresa tem grande dificuldade porque este gentio não passa para os nossos rios, se não quando as suas margens estão alagadas, e por elas é que marcha, o que as nossas canoas não podem fazer com a mesma facilidade assim pelo seu tamanho, como por falta de conhecimento das veredas nos nossos rios, cuja circunstância lhe dá uma grande vantagem sobre nós, que é observar-nos sempre, e atacar-nos só quando tem partido.²⁴⁴

Esse excerto demonstra que o Governador alertava da necessidade da frota para acompanhar as canoas que poderiam ser atacadas pelos Paiaguá. Desde os primeiros escritos de sertanistas e outros agentes coloniais, há registros de narrativas que expõem os contumazes ataques desta nação. É certo que, por ocasião da derrota na guerra contra os invasores de seus territórios, os Paiaguá se tornavam menos hostis, apesar de ser uma situação circunstancial. As vozes, com o fim de atacá-los, bem como sua hostilidade, são também proferidas por Rolim de Moura, que determinava a execução de projetos que “desinfestassem a comunicação dos rios que levavam aos portos do mar”.

De outro, os Paiaguá foram assimilados à política de aldeamento na missão de Santa Ana, localizada Serra Acima. Esses eram informantes sobre assuntos relacionados aos espanhóis. Sabe-se que muitos Paiaguá estabeleceram política de aliança com os vizinhos fronteiriços:

[...] Tendo eu notícia de que um Paiaguá casado fora com toda a sua família buscar de paz o sítio de Camapuã; o mandei vir para o Cuiabá, e dali passá-lo para a aldeia de Santa Ana vizinha àquela Vila; e lhe mandei fazer perguntas sobre a situação das povoações daquele gentio, e sobre o trato que tem com os espanhóis pela suspeita que há nesta Capitania de que eles os ajudam a fazer-nos a guerra; a qual é fundada em se lhe haverem achado por várias vezes lanças [ilegível] choupas de ferro muito bem tiradas; e argolas de bronze, com pontas nos seus porretes que são as armas de que se servem mais ordinariamente; e de uma causa e outra se acham na minha mão amostras que foram apanhadas já no meu tempo pelo Alferes de Dragões em um dos comboios das Canoas de Comércio. E como os ditos Paiaguás se não sabe que tenham forjas, antes é uma casta de gentio volante, e que não faz permanência por muito tempo em uma parte parece sem dúvida que só lhe podem vir as duas armas do comércio que tem com os espanhóis seus vizinhos da cidade de Assumpção e mais

²⁴⁴ OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a ordem de reduzir o gentio Paiaguá por bem ou por meio das armas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de julho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 433.

povoações que há para aquela parte sendo pois perguntado o do Paiaguá, e as mais pessoas da sua família.²⁴⁵

Na história do Mato Grosso setecentista, foram os índios Paiaguá os que mais resistiram ao poder colonizador. Nos múltiplos registros em documentos escritos por Antônio Rolim de Moura, aparecem dados dos arriscados ataques desta nação. Esses índios foram descritos como destros na arte da navegação; chamados de corso, viviam ao longo do Rio Paraguai, eram nômades, moravam nas canoas, sobreviviam de assaltos e dos recursos do Pantanal mato-grossense.

Por estarem sempre suscetíveis aos seus ataques, procura meios para eliminá-los. Seria a decisão a ser tomada pelo Governador diante da crença de que os Paiaguá não conseguiriam desenvolver a razão. Vistos como pragas, danosos à tranquilidade dos colonizadores. Uma dificuldade posta por Antônio Rolim de Moura para combater os Paiaguá era atribuída à grande área fluvial por onde circulavam. Os escritos da época dizem que “muitos rios eram empesteados pelas ações dos índios”, e o governo enfrentava impedimentos de ordem, talvez, econômica, pois eram muitos para combater e também “civilizar”, se assim permitissem e se fosse possível. A imagem construída por Rolim de Moura e os escritos predecessores de sertanistas e cronistas levaram a uma percepção desumanizada dos índios Paiaguá; o que provocou ações oficiais para fazê-los desaparecer da paisagem mato-grossense. Seu olhar os circunscreveu à condição de índios ferozes, incapazes a uma vida que se aproximasse da sua. Ou talvez, sua visão fosse mediada por estereótipos e preconceitos, definindo-os em uma incapacidade, dada a condição de ferozes. Essa imagem do índio, transformados em inimigos, é um exemplo de sua percepção da sociedade que descreve. Além expressar os detalhes a respeito das estratégias ameríndias em relação ao branco que se arvorava em tomar suas terras, o Governador os descarta da política de alianças, assimilando-os a uma imagem de incredulidade.

Quanto ao percurso de viagem que fez Antônio Rolim de Moura com o fim de chegar às minas do Cuiabá, as imagens também se fizeram em alusão às nações indígenas que por ali tinham seus territórios, que para os colonizadores representavam perigos interpostos aos caminhos monçoeiros. Caminhos que ligavam os lugares mais próximos do litoral ao interior da Colônia: “custosa [...] para onde não pode passar sem trabalho, nem subsistirá sem grande incômodo

²⁴⁵ OFÍCIO enviado pelo Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça da Côte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, em 26 de junho de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 518.

principalmente quando na conformidade do encontro que muitas vezes sucede naquela derrota com os ferozes gentios Caiapós, Guaicurús e Paiaguás”.²⁴⁶

De maneira semelhante, foram descritos os índios Caiapó. Localizavam-se em uma extensa faixa de terras que abarcava o varadouro de Camapuã e as imediações das conquistas portuguesas nas minas de Goiás. Foram vistos ocupando a foz do Tietê e nos arredores da fazenda de Camapuã, centro de abastecimento das monções, cujos roçados atacavam com frequência, queimando moradias e matando inúmeros brancos. Rolim de Moura também reconhecia e ressaltava as habilidades e técnicas dos índios dessa nação, seus planejamentos de ataque e seus dotes físicos, com especial destreza corporal. Essas informações representavam um olhar classificador das características desses ameríndios. Depois das narrativas que ilustram os confrontos, Rolim de Moura os qualificava como infiéis, inimigos, incapazes de estabelecer algum compromisso de submissão com os brancos:

Três são as nações que costumam perseguir aos viandantes deste caminho, a primeira é dos Caiapós. São forçosamente, e ligeiros. Usam por armas de arco, e flecha, e de porretes. A primeira bem conhecida é, e por isso me não canso em explicá-la; a segunda são uns paus do tamanho de um côvado pouco mais ou menos, de uma parte redondos, por onde lhe pegam a pela outra espalmados, como pás dos remos; enfeitam-nos cobrindo-os com seus tecidos feitos de cascas de árvores de várias cores à imitação de esteiras: porém muito ajustados e unidos aos paus. O seu modo de planejar é atraçoadamente. Tomando sentido onde alguma tropa se arrancha, e parecendo-lhe, que tem partido a vem atacar quando a acham descuidada; porém se a tropa tem algum poder, se não resolvem a isso. O mais comum é esperar os que saem ao campo a caçar; escondendo-se de modo, que ficam da cor do mesmo mato, e de repente darem sobre os que vão passando, atirando-lhes primeiro com as flechas, e depois quebrando-lhes a cabeça de perto com porretes, o que feito fogem logo, largando a arma, com que fizeram a morte. Contra esse basta uma pouca cautela nos ranchos, e também que não saiam menos de três, ou quatro a caçar, e que estes se recolham juntos, pois na retirada é que eles costumam mais dar de assaltos.²⁴⁷

A nação dos índios Guaicuru tinha seus domínios mais para oeste das terras da conquista. Eles passaram à crônica monçoeira como os “índios cavaleiros”, “gentio que se apropriou de montarias perdidas pelos castelhanos e se adaptou a

²⁴⁶ REQUERIMENTO do Juiz de Fora de Itu bacharel Teotonio da Silva de Gusmão, nomeado para o Mato Grosso, ao Rei [D. João V] em que pede seja graduado o lugar que vai criar com o título de Ouvidoria. Lisboa, 21 de janeiro de 1751. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de julho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 5, doc. n. 332.

²⁴⁷ RV, p. 20.

esse novo recurso, cavalgando em pêlo, munidos de lanças, atuando nos descampados com suas cargas fulminantes de cavalaria”.²⁴⁸

O Governador mostrou-se informado a propósito da área de domínio dos índios Guaicuru; da sua habilidade com os cavalos, resultado da apropriação de saber trazido pelos espanhóis para a América. Demonstra estar prevenido contra o inimigo, pois conhece suas fraquezas e suas habilidades de combate, que assim foram descritas:

[Índios] Cavaleiros, a que chamam assim por andarem sempre a cavalo. Vivem a bordo do Rio Paraguai da parte do poente, e vizinham com as povoações dos castelhanos, que experimentam deles alguns insultos e se estendem pela mesma borda do rio às vizinhanças do caminho, que eu trouxe. Pelo tempo que os rios estão baixos, vêm buscar o Taquari, e atravessando-o vão fazer guerra ao gentio das várzeas assim chamado, por terem nela as suas povoações, dos quais cativam muitos, e deles se costumam servir. Há certas paragens no Taquari, onde se tem já encontrado com eles as canoas por serem baixios onde costumam passar, e se viram bem embaraçados com eles. As armas, de que usam são lanças compridas, e laços; porém nunca no rio se podem servir bem delas; pois não ajudam aí a ligeireza dos cavalos. Nos pousos também não há receio deles; porque estes se fazem em matos, em que eles perdem a vantagem dos cavalos, em que consiste a sua maior força. Pelo que só um ataque repentino, e imprevisto naquelas passagens, se dê lugar a se começarem a servir das armas de fogo, é o que pode causar destroço grande.²⁴⁹

Observa-se que à medida que Rolim de Moura apresenta alguns indícios sobre o assunto da “civilização”, divulga ideias do “progresso” dos povos e afirma a desigualdade entre nações e pessoas; promove a intervenção, por exemplo, na organização social dos índios. Tinha ele como base para todos esses elementos a assertiva da superioridade europeia em relação àquelas sociedades que se encontravam na paisagem do sertão. São povos de cultura diferente e estabelecem relações de sentidos distantes dos esquemas sociais do Governador. Sociedades que se confrontam, negociam e outras que estabelecem espaços de tensão.

O Governador mostrou-se na maioria das ocasiões seguro dos seus juízos e de sua superioridade. Defensor da supremacia dos portugueses e agente da conquista portuguesa em nome dos valores da “civilização”, agiu no sentido de exercer a diferença sobre os outros em juízos de comparação e de hierarquia. Uma hierarquia que determina o que vale mais do que aquilo, que representa forçosamente relações egocêntricas, e é na época moderna que ocorre a crescente

²⁴⁸ SILVA, 2004. p. 49.

²⁴⁹ RV, p. 21.

tomada de consciência da existência do outro. Por isso, para melhor problematizar os escritos de Rolim de Moura, entende-se que: “é através da analogia que o exótico se torna inteligível e domesticado”. “O olhar pode freqüentemente expressar atitudes das quais o espectador pode não estar consciente, sejam elas de medos, ódios ou desejos projetados no outro”. Ainda: “O estereótipo pode não ser completamente falso, mas frequentemente exagera alguns traços da realidade e omite outros”.²⁵⁰

Antônio Rolim de Moura, ao deslocar-se para o interior da América portuguesa, foi observador arguto das imensas reservas de produtos primários essenciais para a sobrevivência e no processo de descobrir, penetrar e dominar politicamente a região mais interiorana de todo o Brasil. Conhecendo e descrevendo seus povos e referindo-se à geografia, informava aos portugueses sobre as riquezas e possibilidades de interferência no processo de colonização. Ainda, no pantanal havia os espaços das baías que eram também os componentes geográficos da região que tinham lá seus inimigos, servindo ao processo de resistência e conflitos entre os diferentes agentes históricos.

Quando navega no Rio Cuiabá, afluente do Rio Paraguai, ele lembra e constrói o espaço do Pantanal em largas baías. Por elas o representante português navegou no tempo das cheias. Inclui em suas observações uma noção de familiaridade, que assim mostra:

Como cada vez custava mais vencer a corrente sem embargo de ser mal sucedido a primeira vez, a seis tornei a tomar o pantanal, deixando o rio à mão esquerda, e entrei nele por um sangradouro, que chamam o Cuiabá-Mirim. Era aquele pantanal diferente dos outros; porque eram tudo baías muito largas, e limpas, e com bastante altura da água. Para passar de umas a outras se atravessavam pedaços, que estavam cobertos de capim, e aguapé, o que lhe servia de divisão. Naquele dia passei quatro baías todas largas, mas na última me pareceu, que estava no Porto de Lisboa pela sua largura, e ainda pelas ondas, que fazia, o que não deixou de dar algum cuidado; porque as embarcações, em que íamos, não são para resistir ondas, se não para passar cachoeiras.²⁵¹

Rolim de Moura, ao encontrar-se nas águas da baía de Chacororé, a baía que faz ondas, tem uma vaga lembrança do Rio Tejo, uma saudade deslocada do seu lugar de afetos e lembranças; sítio povoado de histórias suas, do lugar do Porto de Lisboa. A imaginação criadora mais uma vez se manifestou em seus sentidos,

²⁵⁰ BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 154-156.

²⁵¹ RV, p. 28.

trazendo um espaço para definir outro. Afirma-se que a imaginação é a faculdade de produzir imagens. A imaginação visa determinar o valor humano dos espaços amados, dos espaços de posse, dos espaços vividos e apreendidos.²⁵²

O que o Governador chama de baías “são áreas deprimidas do terreno”, são lagoas encontradas em quase toda a região do Pantanal. Formas circulares, elípticas, em crescente, irregulares ou periformes, podendo ter ilha no centro. Suas dimensões variam desde poucas centenas de metros a mais de uma dezena de quilômetros.²⁵³

A paisagem que descreve é múltipla. Ele traz a *visualidade* das formas e apresenta os seus elementos formadores, que são seus dados materiais somados a uma *visibilidade* subjetiva, ou elementos imateriais ou culturais que complementam a carga histórica da realidade observada.

Ainda seguindo as histórias e construindo reflexões da identidade de um lugar enquadrado pelo Governador, segue o assunto:

A vinte e dois entrei no Porrudos, que naquele lugar se divide em dois braços, um que conserva o seu nome, e vai buscar no Paraguai, o qual me ficou à esquerda, e o outro, que forma o Arxianes, por onde eu havia subido; logo mais adiante lança o mesmo rio outro braço, que também me ficou à esquerda, onde se divide o caminho para Mato Grosso; por cuja razão se chama uma praia, que ali há – a Praia dos Abraços – por ser o lugar até onde foram os de Cuiabá no ano de 35 e 36 acompanhar, e despedir-se dos primeiros descobridores, que foram para o Mato Grosso.²⁵⁴

Mais um espaço definido pelas ações afetivas: a Praia dos Abraços, um lugar de saudades e despedidas, um espaço identificado como aquele que serviu aos que seguiam para o Mato Grosso. Um espaço povoado singularizado pela história que ali fora construída, inserido na paisagem do Pantanal, marcado pelas despedidas.

²⁵² BACHELARD, 2008.

²⁵³ Sobre os mitos construídos no espaço do Pantanal ler: LEITE, 2003, v. 4, p. 46. A respeito da geografia da região, ver: ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de; LIMA, Miguel Alves de. **Planalto centro-ocidental e Pantanal mato-grossense**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1959.

²⁵⁴ RV, p. 25.

2.3 CHEGADA À VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ

Outro espaço semelhante a Avenhandaba, em que as culturas alimentícias vicejavam de modo aparentemente espontâneo, porém devendo-se esta “espontaneidade” ao abandono, que foi registrado quando a viagem aproximava-se de seu final, nas proximidades das minas do Cuiabá:

[...] A vinte e sete, cheguei à Casa de Telha, cujo nome dão àquele lugar, por ter havido ali uns sítios com casas telhadas, que se desemparraram por causa dos Paiaguá, mas ficou ali sempre um grande bananal que serve aos passageiros por não ter hoje dono. Quatro canoas se encheram delas, que mandei repartir à tropa.²⁵⁵

No Rio Cuiabá, encontrou vastíssimos arrozais, que estavam a cinco ou seis palmos sobre a água e nasciam “sem ninguém plantá-los”, alimento colhido todos os anos pelos índios. Encontrava-se o arroz em “rodela entrechassado” com o capim. Relata Rolim de Moura que teria sido difícil de acreditar se seus olhos não o tivessem visto o que provavelmente já haviam lhe contado. Essa é uma das notícias de destaque descrita na relação que antecedeu a sua chegada em Cuiabá, destino quase final de sua incursão pelo sertão mato-grossense. Nessa paisagem observava-se a produtividade das terras pantaneiras; há nelas, além dos animais, alimentos que certificam a riqueza da flora, entre os quais: o arroz e o palmito.

Após sua saída de Ararituaba, contados cinco meses de viagem, Antônio Rolim de Moura chegou à Vila do Cuiabá em 12 de janeiro de 1751 (FIGURA 5).²⁵⁶ Ouviu missa na pequena ermida de Santo Antônio e ordenou saudar “o Santo com três descargas de mosquetaria e vinte e uma peças”. Sinal anunciador do sucesso da viagem. Antes de chegar à vila, algumas pessoas o encontraram em canoas, e no dia “seguinte todos os Ministros, e a Câmara” o acompanharam até o porto da vila, “onde estavam duas peças de artilharia, que estiveram salvando” desde que o viram. Ao saltar em terra, escreve que o “salvaram também os Dragões com três descargas de mosquetaria, e a peça com vinte e um tiros”. No porto da Vila, todos estavam a cavalo, e o Governador registrou que havia “também um preparado para mim por ser

²⁵⁵ RV, p. 26.

²⁵⁶ “Chegou a esta Villa em sete de Janeiro o General o Exellentissimo D. Antonio Rolim de Moura, que depois foi Conde de Azambuja com hum grande trossa de Infantaria e officiais de Guerra [...]” ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. Anno de 1751. p. 76.

distância até a Vila de meia légua”. Todos o acompanharam até a porta de sua casa, na Vila do Cuiabá, onde convidou os principais a sua ceia.²⁵⁷

“As recepções eram feitas em uma ‘casa’²⁵⁸, após o que em cortejo iam à Matriz para o *Te Deum* que, concluído, recolhiam-se os Governadores e só então à ‘residência’ ou ‘palácio’”.²⁵⁹

O representante português finaliza a *Relação* descrevendo um ritual de apresentação militar, bem como informa a data de posse no cargo de Governador: “Ali estavam formadas as ordenanças da terra, muito bem fardadas de uniforme, as quais eu mandei retirar, e antes de o fazerem deram três descargas; e no domingo seguinte dezessete do mês tomei posse”.²⁶⁰



FIGURA 5 - VISTA DA VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUIABÁ: SÉCULO XVIII

Fonte: SOUZA NUNES; ADONIAS (1985)

²⁵⁷ RV, p. 28-29.

²⁵⁸ Segundo Rosa (1996, p. 145), Antônio Rolim de Moura possivelmente deve ter residido na rua de Cima – o que pode aproximá-lo mais, no limite, da rua da Mandioca. Sistemáticamente, os Governadores recém-chegados eram homenageados pelo Senado da Câmara na “paragem da Mandioca”.

²⁵⁹ ROSA, 1996. p. 145.

²⁶⁰ RV, p. 29.

A chegada à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá encerrava, para Rolim de Moura e sua comitiva, a primeira e grande etapa da sua permanência na capitania. A narrativa dessa viagem foi construída com intencionalidades marcantes, que independentemente das dificuldades reais da viagem, que eram grandes, serviu também para causar certo impacto nos seus leitores em Portugal. Antônio Rolim de Moura carregou nas tintas da dificuldade um processo de auto enaltecimento, construindo-se como o destemido, o personagem capaz de enfrentar todos os obstáculos para bem servir ao Rei, representando o seu relato uma odisseia do viajante. É possível ler em sua narrativa de viagem a mensagem que significa um ato heroico de uma batalha contra o tempo, contra o desconforto, contra as intempéries naturais. Contudo, em nenhum momento do seu *Relato de Viagem*, o Conde de Azambuja menciona a presença de trabalhadores indígenas, negros africanos ou de outros “pobres da terra” que o serviram ou que trabalharam para que a expedição monçoeira chegasse ao seu destino. Seu enredo apresenta a visão de um sertanista capaz de engessar os discursos contemporâneos da grandeza dos bandeirantes, da capacidade expansionista dos paulistas, ou dos “novos sertanistas” capazes de tratar os recursos naturais com total descaso, usando de políticas utilitárias e mercantilizadas. Ainda, para ressaltar sua heroicidade Rolim de Moura não poupou seus leitores de informações que mostraram resistência às doenças provocadas pelo clima, enfrentamentos às surpresas que se revelaram no percurso, cenas de perigos espelhadas na composição de uma natureza que se fazia projetada em grandes distâncias, vencidas em dezenas de dias, contados em torno de cinco a seis meses de longas caminhadas e navegações.

É nesse sentido que Rolim de Moura informou a um correspondente português sua chegada às minas do Cuiabá,

[...] 12 de janeiro cheguei a esta Vila, havendo partido da Ararituaba a 5 de agosto. Muita parte desta demora não provam somente da distância do caminho, porém também da sua qualidade, sendo grande dilação que causam mais de cem cachoeiras, e a passagem do Rio Pardo para o Rio Camapuã, na qual se carregam por terra as canoas, e as cargas duas léguas boas. Também o mesmo Rio Camapuã faz seu embaraço pela quantidade de paus de que está atravessando os quais é preciso cortar ao machado para se continuar a viagem. Muitos destes embora faz são vencíveis, e se poderiam encurtar o tempo de uma boa parte, porém o que dificulta isto é ser todo este espaço deserto, e ainda pouco frequentado o caminho pelas poucas fazendas que nestas minas se gastam, e ainda essas serem pagas com grande dificuldade e demora.²⁶¹

²⁶¹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 8 de agosto de 1751. Arquivo Público

A rota cumprida por Antônio Rolim de Moura obedeceu à sequência dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá. Totalizando 3.504 quilômetros, ou 531 léguas, do Porto de Ararituaba à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Descreveu rios de duas bacias hidrográficas, a do Paraná e a do Paraguai, cuja ligação era feita no único trecho percorrido em terra: os 14 quilômetros do varadouro de Camapuã, onde se usava da força braçal e das juntas de bois para arrastar as embarcações e toda a carga até o retorno às novas águas, rumando para os domínios pantaneiros. O número de saltos, cachoeiras e corredeiras que se interpunham aos viajantes ultrapassava a centena, mais de 50 deles apenas no Tietê. Essa ocorrência somava-se à distância percorrida, por si só impressionante, os esforços das inúmeras varações, o lento contornar dos trechos por demais arriscados para serem navegados, arriando a carga nas margens, abrindo picadas e conduzindo nos ombros as canoas, até novo embarque rio abaixo.

Segundo a historiadora Nauk Maria de Jesus, a rota monçoeira sul feita até as minas do Cuiabá era perigosa por causa dos rios encachoeirados, possíveis ataques indígenas e a demora do trajeto. Era mais recomendável que os monçoeiros partissem de Porto Feliz, entre os meses de março e abril, com a possibilidade de dilatar o prazo até fins de maio ou meados de junho, desde que não ultrapassasse o mês de julho. A razão da escolha desses meses era por causa das cheias dos rios que ocorriam nesse período, tornando a navegação menos sujeita a riscos. “Esse trajeto era feito por dois roteiros fluviais: um, pelos rios Tietê, Grande, Pardo, Anhenduí, Mboteteu, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá; outro, pelos rios Tietê, Grande, Pardo, Sanguessuga, travessia por terra pelo Varadouro de Camapuã, rios Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá”²⁶² (FIGURA 6).

do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 68, [f. 27-28]. CARTA de Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 8 de agosto de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 54-58.

²⁶² JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos**: a administração na fronteira oeste na América Portuguesa (1719-1778). 438 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 165.

3 IMAGENS DA VILA DO CUIABÁ, O SEU TERMO E A VIAGEM AO GUAPORÉ

O olhar de Rolim de Moura sobre essa grande região é fundamental para se observar as construções históricas e os níveis de percepções do ambiente, a fim de entender as imagens construídas em uma porção de terra constituída pelos ecossistemas de cerrado, pantanal e floresta, formando uma “paisagem natural” bastante diversificada. Objetivamente, para tratar dos itens que integram esse conteúdo, surgem os questionamentos: como Rolim de Moura representa a Vila do Cuiabá e seu termo? Como representou o lugar de fundação da missão de Santana? Quais as imagens do caminho que o levou ao Guaporé?

A Vila do Cuiabá simbolizou, no setecentos, um espaço de conquista, um minúsculo fragmento da montagem de um aparelho burocrático do projeto colonial português, com a intenção de assegurar a posse territorial no extremo oeste. Nela se concentraram os mais diferentes personagens da colonização, entre eles os administradores coloniais, representantes do poder metropolitano, escravos, índios e africanos. Compunham o quadro dos agentes oficiais no comando da conquista, responsáveis pela execução do reconhecimento do espaço e pela defesa do território.

3.1 AS REPRESENTAÇÕES DO CUIABÁ

Cuiabá foi o ponto mais avançado da ocupação portuguesa a oeste. Os efeitos da penetração se deram em 1719, quando ocorreu a fixação do povoamento português na região mais interiorana do Continente. Até então a área, habitada pelos índios Bororo, Kayapó, Paresi, Bakairi, Guaikuru, Payaguá, Guató, Guaná, Terena e Guarani, fora invadida por expedições de bandeirantes que a cruzavam em busca de gentios para apresar. Após a descoberta do ouro na região, o espaço passou a ser povoado por agentes da política colonial portuguesa.²⁶³

As representações das minas do Cuiabá foram elaboradas desde o início do século XVIII, quando sertanistas registraram informações, com relação às

²⁶³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza**: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819). São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987. p. 20-21.

descobertas do ouro e de índios para escravizar, presentes naquelas paragens. Na terceira década do século XVIII, o lugar da Vila do Cuiabá e a sua Repartição receberam de seus administradores múltiplos sentidos, escritos em vocábulos que assim as qualificava: “larga extensão”, “desertos”, “dilatadas jornadas”, “dilatadas campinas”.²⁶⁴ Foram descritas pelo Capitão-General de São Paulo, em 1732, como as de “mais larga extensão do domínio da Coroa”; sobre a sua localização, escreveu: “ficam no mais interior de todo o estado do Brasil”.²⁶⁵

A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá estava em meio ao “vazio”, aos caminhos demorados e difíceis. As imagens das grandes extensões coroam os argumentos do Governador, informando ao Reino os impedimentos naturais e a existência das sociedades guerreiras que habitavam territórios que vinham sendo apossados pelos luso-brasileiros e se ocupavam em navegar nos rios que interligavam as partes mais distantes da geografia americana; impedimentos que tornavam a vida mais árdua e perigosa na perspectiva do colonizador, segundo imagens projetadas pelo Governador. O historiador Otávio Canavarros diz das inúmeras nações indígenas que povoavam densamente o território que começava a ser invadido pelos colonizadores.

Bem logo, as nações indígenas se colocaram em conflitos, com aqueles que, descobrindo a nova terra, agiam como donos dela. Como se sabe, a conquista de Mato Grosso e, aliás, de todo o Brasil, resultou de conflitos violentos com os primeiros habitantes da terra.²⁶⁶

A ideia do “vazio” é uma representação recorrente das dificuldades registradas pelo Governador: a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, além de se distanciar de outras vilas, guardava a imagem de ser um lugar cujo acesso exigia dos homens enfrentarem a “perigosa presença” inimiga dos índios Paiaguá, Caiapó e Guaicuru. Os rios que serviam de comunicação às minas, com seus vários contratempos e a presença dos índios “irracionais”, como os Paiaguá, eram justificativas e entraves até para atender às ordens reais de proteção e defesa àqueles que precisavam navegar pelos caminhos monçoeiros, passagem fluvial

²⁶⁴ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. São Paulo, 2000a. p. 23. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

²⁶⁵ PARECER do Conselho Ultramarino enviada por Rodrigo César de Meneses. Lisboa Ocidental, em 8 de janeiro de 1732. Micro-ficha 06, doc. 80/AHU. NDIHR/UFMT.

²⁶⁶ CANAVARROS, 2004. p. 247-248.

obrigatória que fazia a ligação dos lugares mais próximos do litoral com a parte mais interior da Colônia:

Vossa Majestade foi servido ordenar a meu antecessor mandasse fazer dois lanchões ou barcos com força bastante para se lhe poder montar alguma peça ou pedreiro para com mais segurança e vantagem acompanhar e defender os comboeiros e tropas que freqüentam os rios que servem de comunicação a estas minas e o mesmo houve Vossa Majestade por bem recomendar-me nas suas Reais Ordens e que procurasse reduzir o Gentio Paiaguá a viver racionalmente e que se para este efeito necessitasse de algumas coisas que não houvesse neste sertão a fizesse presente a Vossa Majestade pelo seu Conselho Ultramarino. Sobre essa matéria se me faz preciso expor a Vossa Majestade que na distância destas Minas ao Taquari em que as ditas tropas correm perigo de serem atacadas pelo Gentio Paiaguá ou Cavaleiro não há cachoeira alguma mas embargo disso tem aquele Distrito várias paragens em que é impraticável navegarem as embarcações acima ditas pois logo acabado o Taquari se entra em um pantanal de três dias de viagem sumamente embaraçado de secos e de uma casta de erva a que chamam aguapé por onde as mesmas canoas passam com grande trabalho [...]. E além disto o Rio Cuiabá quando está muito cheio o que sucede muitas vezes na vinda das tropas para estas minas corre com tanta violência que me parece impossível pelo que experimentei vencer-se a sua corrente a ponta de remo [...].²⁶⁷

A resistência dos índios da nação Paiaguá, ou dos índios Cavaleiros que os colonizadores tiveram de enfrentar, não foram as únicas complicações do Governo, houve também contendas judiciais, que Rolim de Moura analisa como injustas, pois considerou ter havido mau desempenho do Ouvidor, por não terem os oficiais recursos necessários em local “tão distante”, faziam os despachos não serem “justos”. As grandes distâncias serviram para justificar muitas situações das ações políticas do Estado, que aos olhos do oficial português representavam dificuldades em cumprir as ordens reais. A localização das minas percebido em grandes distâncias servia aos argumentos do Governador para solicitar a Dom José I que nomeasse para a Vila corretos e interessados Oficiais da Justiça, capazes de exercer o serviço de forma regular.²⁶⁸

Seguiram-se muitos despachos injustos; aos muitos requerimentos que faziam o meu parecer justos, obrando o Ouvidor João Antônio Vaz Morilhas só o que queria o dito João da Fonseca da Cruz, que feito parte, e pessoalmente acusador nas audiências com menos respeito no decore de quem havia acabado de ser Ministro de Vossa Majestade; passou o processo vergonhoso, dizendo uns dos outros até os mais pesados defeitos. [...] Concluo esta matéria, expondo na presença de Vossa Majestade à vista do que tenho referido, o quanto maior necessidade tem estas minas, pela

²⁶⁷ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade D. José I. Cuiabá, 13 de julho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 43.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 38.

distância, em que se acham, em que o recurso é tão dificultoso, de Ministros desinteressados, e de sã, e reta consciência, cuja falta é o maior embargo, que pode ter o adiantamento desta capitania.²⁶⁹

É possível inferir dessa passagem que o oficial português estava num lugar onde a distância e a falta de recursos estimulava ou tornava permissíveis “pesados defeitos” entre aqueles que executavam os ofícios da Intendência e da Ouvidoria.

As imagens da falta de recursos nas Minas do Cuiabá não se restringiram às justificativas da precariedade das ações judiciais. Quando o Governador foi avisado da “funesta notícia do falecimento” do rei de Portugal, Dom João V, mandou “executar [...] na Matriz desta vila [Cuiabá] os sufrágios e demonstrações possíveis de sentimento”. Essas manifestações de dor pela perda do rei, segundo o Governador, se fizeram “conforme ao que podia chegar a possibilidade e pobreza deste povo”.

A gente da vila, nessa passagem, foi inserida na categoria de pobres. Essa realidade percebida por Rolim de Moura pretendeu avisar aos oficiais da Coroa que, ali na vila, a pobreza inviabilizava as dignas homenagens ao rei morto.²⁷⁰

Agregada à pobreza das gentes da Vila Real, havia a limitação da Real Fazenda da capitania de Mato Grosso, que dificultava maiores investimentos na Vila capital. As dificuldades em obter recursos fazendários impediram o Governador, em 1751, de adiantar os soldos “que a Vossa Majestade foi servido mandar-me dar aos oficiais e soldados quando viemos para estas minas nem tão pouco das mesmas mesadas que eles deixaram em Lisboa por conta dos seus soldos” e também de remeter a Portugal os impostos anuais relativos aos Quintos Reais; essa falta de recursos fez das minas do Cuiabá e região um local que tinha lá suas dificuldades com a administração.²⁷¹

Os lugares das minas do Cuiabá “deram ao princípio ouro com muita grandeza”, oportunizando a prosperidade para a população. No ano de 1751, tempo em que esteve na vila, Rolim de Moura constata: “[...] hoje custa já aos mineradores tirarem jornais de meias patacas no tempo das águas aqui na roda da vila e no das

²⁶⁹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade D. José I. Cuiabá, 3 de julho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 38.

²⁷⁰ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Cuiabá, 6 de agosto de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 53.

²⁷¹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade D. José I. Cuiabá, 18 de julho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 48.

secas ordinariamente não tiram mais de quatro vinténs [...]”. Interpondo-se à escassez do minério, outro problema foi apontado pelo oficial português: a falta de água nas minas para poderem os mineradores lavrar o ouro. Para resolução da dificuldade, viam que com o desvio por canais do Rio Motuca poderiam amenizar a necessidade de se extrair o ouro nas redondezas do Cuiabá e na Vila.²⁷²

A escassez do minério nas minas do Cuiabá foi analisada por Rolim de Moura em 1751, quando residia na Vila. Em antevisão das despesas ordinárias que gastaria para o estabelecimento da Vila no Mato Grosso e das Missões, solicitou ajuda ao Rei Dom José I:

a providência necessária nesta matéria ordenando aos Governadores das Gerais e Goiás ou Rio de Janeiro remetam das suas Provedorias à desta capitania a importância que Vossa Majestade julgar conveniente para se poderem fazer as despesas que Vossa Majestade tiver mais acertada pois com as rendas que ora há nesta Provedoria e ainda incluindo os Reais Quintos se não satisfazer a todas as despesas e muito escassamente se poderá suprir as ordinárias.²⁷³

A essa falta de recursos para prover os custos de suas atribuições políticas, fundamentadas nas instruções da Rainha, somava-se o mau “estado em que estas minas se acham é muito pouco o ouro que sai para fora como pelos muitos privilégios que Vossa Majestade foi servido conceder à dita Vila do Mato Grosso”.²⁷⁴

Contudo, passados seis anos, quando esgotadas as possibilidades de se encontrar o minério, Rolim de Moura noticia à Corte um novo descoberto de ouro. Era nas minas do Cuiabá, terras que ainda ofereciam surpresas e riquezas aos seus moradores:

Quando menos se cuidava, e aonde menos se presumia, apareceu um novo descoberto nas vizinhanças do Cuiabá, que todas as informações que de lá tem vindo, seguram ser melhor que até afora houve naquele Distrito, não só por ter ouro de boa conta, mas porque aqui [Vila Bela], se tem achado já em légua e meia de comprido também com bastantes largueza, para os lados, e ainda se não sabe até onde continuará.²⁷⁵

²⁷² CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Cuiabá, 8 de agosto de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, 54.

²⁷³ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade D. José I. Cuiabá, 18 de julho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 48.

²⁷⁴ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade D. José I. Cuiabá, 18 de julho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 18.

²⁷⁵ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 24 de novembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 101.

O minério tinha suas funções: mantinha a população nos núcleos das Vilas, subsidiava as roças, que serviam tanto para a subsistência como para o abastecimento das expedições que por ali passavam. A descoberta de novos achados de mineração trazia a possibilidade de uma demanda crescente de mercadorias que envolviam desde os implementos para mineração até produtos de primeira necessidade. Em Cuiabá e nas minas do Mato Grosso, a exploração de minério transformou o perfil da produção de abastecimento, com intensificação do trabalho, diferentes formas de ocupação do espaço e organização fundiária, dilatando as fronteiras do Império e colocando em constante litígio as terras portuguesas e espanholas. Motivo pelo qual a busca pelo minério não fazia cessar os interesses dos homens da Vila do Cuiabá:

O descoberto de Nossa Senhora dos Remédios, junto ao Cuiabá, de que Vossa Excelência dei conta, não correspondeu a grande expectação, que havia dele, por ser ouro de manchas que ainda que pintava em partes com riqueza, que foi o que ao princípio lhe deu a fama; em outras não tinha mais, que os jornais ordinários, sem algumas ainda menos que isso; e como o mais precioso se acha lavrado, o que ficou, segundo as informações que tenho, o reputo por uma faisqueira ordinária nos tempos das águas, que no das secas, por ser o terreno muito falto delas, não dá lugar a se minerar, Mas o estado que o Cuiabá se achava, sempre lhe serviu de muito o dito descoberto, não só pelo ouro, que se tirou, se não também pelos que se irá tirando na faisqueira, que é bastantemente largo.²⁷⁶

É bastante frequente nos escritos de Rolim de Moura a informação de que os homens persistiam nas práticas auríferas e com esperanças de encontrar ouro no “vão, que medeia entre o Cuiabá, e Goiás, e me dizem se faz diligência por ambas as partes”.

As imagens do lugar da vila ganham visibilidade de caráter prático quando ela é vista sob a ótica das possibilidades do descanso e do conforto. Nesse sentido, a vila do Cuiabá atendia a estrutura que servia ao descanso de expedicionários, que, vencendo as distâncias do Porto de Ararituaba à Vila, contraíam muitas vezes doenças graves ou sofriam de debilidades físicas. Era ali na Vila do Cuiabá que muitos se tratavam e buscavam se restabelecer. Foi o que aconteceu com o Juiz de Fora do Mato Grosso, Teotônio da Silva Gusmão, que, apesar de sair antes da

²⁷⁶ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, em 2 de julho de 1758. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 136-137.

expedição comandada por Rolim de Moura, chegou às minas do Cuiabá junto com o Governador,

[...] E sem embargo desembarcar muitos dias depois de mim, chegou as estas minas junto comigo mas tão molestado com o trabalho do caminho, e por causa da queixa do peito que com ele se lhe agravou muito que lhe foi preciso estar-se curando até agora, ele não deu lugar a fazer mais cedo aquela jornada para que o incapacitava a sua queixa além da ruindade do caminho no tempo das águas, que neste ano foram excessivas, e de muito dura.²⁷⁷

A Vila do Cuiabá representava a possibilidade de descanso para os convalescentes, diferente do Mato Grosso, que era tido como um lugar doentio, de poucas possibilidades de cura:

Tanto neste rio como no Guaporé se tem igualmente achado bons matos para roças, ainda que não em todo, porque ambos estes rios formam seus pantanais e sangradouros. Parece que esta circunstância havia fazer mais doentio este sítio. Porém, cá na América os pantanais que se comunicam com rio são sadios, o que se vê dos do Cuiabá para onde costumam ir convalescer os doentes quando se viam muito perseguidos, esse está experimentando neste rio a onde alguns melhores que há são os mais bem livrados de todo o distrito do Mato Grosso, e passam livres de edropezias [ilegível], pleurises, e malignas, e dos mesmos papos queixas muito comuns pelas outras partes.²⁷⁸

Afirmou o historiador Edvaldo de Assis que as pessoas no Cuiabá, em muitas ocasiões, substituíram o conhecimento científico pelo saber do povo. Muitos usavam de alguma garrafada para a cura de enfermidades e, por vezes, contavam com os serviços de sangradores, de cirurgião e com o auxílio das irmandades religiosas, que em alguns momentos de desamparo se prestavam à solidariedade, “como por exemplo, por ocasião dos sepultamentos e em caso de alguma condenação à força”. A população pobre usava de “curandeiros, das rezas, das benzeduras e de plantas medicinais como a erva de bicho, a quina, angico, poaia, barbatimão, erva-de-santa-Maria, picão, caroba, erva-de-santo Inácio, água-pé”.²⁷⁹

²⁷⁷ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Joaquim José Lopes de Lavre. Cuiabá, 4 de julho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 40.

²⁷⁸ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura ao Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 19, [f. 21v-22].

²⁷⁹ ASSIS, 1988. p. 60, 63.

As informações das doenças representam uma constante ameaça à população que vivia nas minas do Cuiabá no século XVIII.²⁸⁰ Segundo Assis, a região das minas do Cuiabá era propícia a vários tipos de enfermidades que atacavam especialmente a população mais pobre, por não terem uma dieta alimentícia rica em nutrientes. Era comum o aparecimento de reumatismo, sezão ou malária, gripes e tuberculose. As epidemias por diversas ocasiões ocasionavam perdas de vidas, matando sobretudo velhos e crianças. Os piores sofrimentos das pessoas “eram entre os meses de setembro e novembro, período chuvoso, ou das águas”. Com as águas as doenças respiratórias alastravam-se trazendo a pneumonia, pleurises e as febres. Na vila do Cuiabá inexistiam canais de esgoto ou qualquer sistema de higienização. Todo o lixo e dejetos eram jogados nos córregos ou postos em locais impróprios.²⁸¹

As doenças faziam vítimas não só entre os negros e o restante da população mais empobrecida, mas atacavam também os mais afortunados. Há registro de pessoas com sezões que permaneciam com os sintomas por mais de um mês, ao que ainda se juntavam outras doenças, a do escorbuto, por exemplo; tornando-os impossibilitados para seguir a outros compromissos para enfrentar novas e prováveis aventuras. Um Desembargador que se dirigiu à Vila do Cuiabá, não conseguiu viver ali por mais de um mês:

Chegou ele [José de Sousa de Azevedo] a esta Vila a 13 de dezembro, o pior tempo que há para entrar neste clima, como bem o experimentou, porque o primeiro repiquete que teve, já neste Distrito lhe fez cair a maior parte da gente, afirma ele, como ao Desembargador, cujas moléstias lhe continuaram, não só nos pretos, mas em todos os camaradas, ultimamente ele mesmo está há quase um mês com sezões, que se lhe juntou a queixa do escorbuto, o que até agora o tem impossibilitado para a viagem. Todos os mais que vieram na sua companhia, tem padecido o mesmo: e o Desembargador não chegou a viver um mês nesta Vila com grande infelicidade do povo de Cuiabá, pelas virtudes que já tinha dado a conhecer.²⁸²

²⁸⁰ “Viu se em principio de Abril hum cometa ao nascente sobre a madrugada, passados alguns dias pareceo outro, que se mostrava logo a boca da noite para o Sul, e passados alguns mezes digo alguns dias pareceo outro, digo, e passados alguns mezes comessou a laborar a peste com toces, e curços de sangue, de que morreo muita gente, principalmente velhos, e crianças; e durou thé o seguinte anno”. ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830, 2007. Anno de 1758, p. 88. Na mesma fonte lê-se: Durou ainda a peste do anno antecedente, morrendo bastante gente. Anno de 1759, p. 88.

²⁸¹ ASSIS, 1988. p. 62 e 63.

²⁸² CARTA de Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 60-78.

Havia um período recomendado para se chegar às minas do Cuiabá sem tantos riscos de contrair doenças. O mês de maio, período da seca, era o mais indicado para os viajantes adentrarem as terras do Cuiabá. Obedecendo a tais determinações, ditadas pelas previsões e experiência dos monçoeiros, os viajantes expor-se-iam menos às doenças, evitariam as sezões, pagando, porém, o preço de enfrentar a maior violência das chuvas pelo caminho, que resultavam muitas vezes em alguns reveses:

Ainda que este ano entrou com maior rigor, contudo, eu com mais ou menos força, é quase infalível adoecerem os que entram nestas minas em fim das secas, ou principio das águas; e essa é a razão de eu haver escrito a Vossa Excelência na minha última, que me parecia muito conveniente que os comissários fizessem a sua viagem de forma, que chegassem aqui em maio. Eu bem vejo que para este fim será preciso apanharem as águas em caminho, o que é bastantemente trabalhoso, o que se lhe dá de fazer árduos a eles; mas como aqui não há meio, vista a grande dilação da viagem, parece-me, que é melhor sujeitarem-se a esse descômodo do que exporem-se a virem estar nesta Vila meses doentes, e talvez anos, como a mim me sucedeu, e a toda a minha comitiva, que também aqui chegamos em dezembro; e o mesmo João de Souza pode dizer a diferença desta viagem agora, da antecedente, em que chegou a esta Vila no primeiro de junho.²⁸³

Além de ser o lugar onde as pessoas poderiam se curar com maior rapidez e comodidade, Cuiabá também foi apresentada como o lugar mais “sadio e seguro” para atender aos doentes em período de tratamento do que Vila Bela. Mesmo depois de cinco anos de sua fundação, Rolim de Moura ainda considerava que “penetrando-se do temor das doenças não se dará por seguro, senão no Cuiabá que é mais sadio”.²⁸⁴

Populações esparsas em terras tão amplas geravam em Antônio Rolim de Moura a sensação de isolamento e de abandono. Além disso, observa-se uma imagem de povoados perdidos num sertão sem fim. É o que se lê a seguir:

As estradas por cá são muito despovoadas, e assim quando se mandam alguns Dragões, a alguma diligência distante, como daqui [Vila Bela] para o Cuiabá, ou do Cuiabá para o Goiás, necessitam estes de levarem mantimentos pelo caminho, o que puxa por bestas de carga a proporção do mesmo caminho, e juntamente para lhe levarem as malas, porque os cavalos de sela não aturam, garupas sem afrontarem: pelo que para conduzir estas são precisos pedestres, como também para nos pousos ajudarem aos Dragões a recolher pela manhã umas e outras dos campos,

²⁸³ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, em 14 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 60-78.

²⁸⁴ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de março de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 61.

aonde se deitam sempre a pastar, e aonde sendo os pastos maus se afastam e espalham demasiado, e quem não está acostumado a andar por sertão corre risco de se perder pela muita largueza das terras.²⁸⁵

A narrativa de Rolim de Moura a respeito do Cuiabá constituiu uma imagem infestada de índios, num local cuja natureza exigia providentes cuidados, até mesmo dos viajantes, que poderiam perder-se na largueza de alguns caminhos ou na “largueza das terras”.

As relações de Rolim de Moura com o espaço da natureza do sertão representaram a capitania e seus povoados como lugares pobres e longínquos, habitados por “selvagens indômitos”, cuja natureza, em sua exuberância e abundância, precisava ser vencida pelo avanço da colonização.

As representações da Vila do Cuiabá guardam histórias que remetem à memória de um lugar que apresentava problemas com as distâncias, caminhos difíceis, demora nas decisões políticas e falta de recursos na Câmara e das gentes. Significava também um refúgio aos males adquiridos durante a longa travessia pelo sertão colonial. Era aquela paisagem um espaço longínquo, se comparado a outros núcleos de povoamento, e ao mesmo tempo foi representado como o espaço dos recursos às inúmeras solicitações do Governador, a fim de construir a fronteira a partir de Vila Bela.

Além disso, Cuiabá representou muitas vezes e contraditoriamente a ideia de pobreza, o lugar do aprovisionamento, onde Rolim de Moura contava com ajuda para Vila Bela, e servia também como referencial de comparação aos preços, se em Cuiabá os preços dos gêneros eram altos, muito maiores eram na capital. Segundo avaliação do governador, os preços dos gêneros, acrescidos pelos fretes e pela capitação das entradas, faziam

subir as fazendas, que vêm de fora, e, por conseguinte, os gêneros da terra a preços tão altos, que sendo os de Cuiabá excessivos como mostrei a Sua Majestade em conta que dei pelo Conselho Ultramarino, aqui [Vila Bela] em muitas coisas são quase dobrados e em outras mais que dobrados.²⁸⁶

Rolim de Moura, depois de anos, continua a comparar Vila Bela com Cuiabá ainda naquilo que remetia aos preços dos gêneros. A espera da mudança de preços menores se assentava na possibilidade de Vila Bela comerciar com o Pará. Para

²⁸⁵ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 25 de fevereiro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 47-48.

²⁸⁶ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 79.

Rolim de Moura, Cuiabá representava a mostra mais próxima à Vila Bela, daí a necessidade de comparar preços, condições e vantagens.

É certo que com a continuação de se comunicarem estas minas com o Pará se hão de abaratar muito todos os gêneros pelo tempo adiante, porém a grande distância do caminho e as dificuldades que todas as coisas experimentam no seu princípio faz com que este benefício não seja tão pronto, que nestes primeiros anos se espere cheguem os preços ao estado dos do Cuiabá, e muito menos das outras minas, posto que tem já uma grande diminuição, para o que experimentei.²⁸⁷

Nos documentos pesquisados são frequentes as queixas a respeito dos muitos problemas que emperravam o bom andamento da sua administração, causados, segundo o Governador, pela pouca gente branca em toda a capitania. A falta desses indivíduos podia significar insuficiência de soldados e de mão de obra para o plantio em roças e, conseqüentemente, baixa arrecadação fiscal. Em 1751, a falta de pessoal na capitania repercutiu na fraca composição para integrar a guarnição. Fato desastroso para uma capitania que deveria atuar como guardião do território português:

[...] por esta causa se acham estas minas com tão pouco adiantamento que pela lista que mandei tirar me constou serem os seus moradores brancos capazes de pegarem em armas somente 352, os bastardos e mulatos 130, dos quais todos somente há 129 casados. [...].²⁸⁸

De tal modo que, quando Rolim de Moura precisou de homens para construção de equipamentos urbanos na sede do governo contou com o Destacamento de Dragões do Cuiabá,

Sem embargo de não trazer ordem para quartéis me vejo precisado a essa obra, porque como já dei conta a Vossa mandei vir um Destacamento de Dragões do Cuiabá, que me parece não tem sido inúteis nesta terra, ainda para o mesmo aumento da vila e como nela não há casas senão as que se vão agora levantando necessariamente lá hei de fazer para os acomodar.²⁸⁹

²⁸⁷ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 31 de janeiro de 1755. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 109, [f. 49-50v].

²⁸⁸ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, em 8 de agosto de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 54. CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 8 de agosto de 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 68, [f. 27-28].

²⁸⁹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 105.

Não era apenas o Destacamento de Dragões que ia do Cuiabá a Vila Bela. Da Vila Real, Rolim de Moura precisou de “fazendas” e de gado bovino:

Já no meu tempo tenho visto a experiência da diferença que faz ser provida a terra por esta parte, ou pelo Rio de Janeiro; porque acabada de gastar a pouca fazenda que trouxeram as canoas, que noticieei a Vossa, ficou a terra exausta, e foi preciso recorrer ao Cuiabá [...]. Também procurei e ajudei a que trouxessem gado daquela Vila, porque ainda nestas minas há pouco [...].²⁹⁰

Isto denota que os moradores da Vila do Cuiabá forneceram à capital estrutura e apoio de homens; desde gêneros alimentícios, material de construção, animais e negras forras para trabalho doméstico e para outros serviços na Vila. De acordo com Edvaldo de Assis, os pobres da Vila do Cuiabá tinham seus pequenos roçados e criatórios de porcos, garantindo rendimentos provenientes “da venda de carne e do toucinho, que eram bastante consumidos pela população”. Nas roças os produtores tinham “o arroz, o milho, abóbora, o feijão”, ainda havia homens que trabalhavam na curtição do couro e nos engenhos de cana de açúcar e água ardente. Alguns homens pobres também praticavam a atividade pesqueira, aproveitando-se do rio e das práticas indígenas como o “uso do timbó, da flecha, e das iscas de genipapo”. O peixe era o principal alimento da população “pobre da vila e o excedente era aproveitado ou vendido para o uso da iluminação das casas”.²⁹¹ Rolim de Moura, mesmo escrevendo, por vezes, imagens conflitantes do Cuiabá, ainda assim fez dele um lugar de referência, fonte de soluções às privações no Mato Grosso. Foi do Cuiabá que requereu suporte humano para defesa e incentivos à construção da sede do governo. Como também do Cuiabá recebeu assistência para os trabalhos de demarcação da fronteira:

Estas minas são tão despovoadas [Vila Bela], e faltas de tudo que bem necessitava eu ter aviso muito tempo antes da sua vinda para pôr pronto o mantimento, e cavalarias que lá hão de conduzir na marcha que fizerem, e mandar abrir as picadas, ou estradas por onde pouco mais, ou menos acham de fazer; porque no Cuiabá sendo bem diferente disto deu grande consternação o socorro, que se mandou à partida, que veio por o marco na barra do Jauru, que a esta hora entendo estava levantado; porque os comissários me escreveram no primeiro deste mês, dando-me conta se achavam distantes daquele lugar 6 dias de viagem, mas que a 14

²⁹⁰ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 104.

²⁹¹ ASSIS, 1988. p. 58.

esperavam ter acabado a diligência eu também previno o Governador do Pará sobre esta circunstância, e sem embargo disso irei fazendo algumas prevenções [...].²⁹²

Por vezes, lê-se que em Cuiabá residiam pessoas habilitadas para determinados ofícios escassos em Vila Bela. Edvaldo de Assis escreveu que entre a população pobre da Vila Real do Cuiabá existiam pessoas capacitadas para “ofícios mecânicos ou artesãos, como sapateiros, alfaiates, pedreiros, seleiros, carpinteiros, barbeiros, oleiros, pintores, caldeiros, músicos e outros prestadores de serviços à comunidade”.²⁹³ Supõe-se ter sido por esse motivo que Rolim de Moura contratou serviços destinados ao reconhecimento das terras no Distrito do Mato Grosso. Teve dificuldades em enviar informações a Portugal, para o conhecimento da realeza, por estar doente e despreparado para o ofício:

[...] receava não levar ao fim o meu intento, assim por ser muito superficialmente instruído nos princípios necessários a este efeito, como por não saber se acharia quem me pusesse em limpo, o meu risco. [...] A ocupação do Governo, e as minhas moléstias me não deram também lugar a concluir esta obra mais cedo, principalmente, sendo-me necessário depois de feito o risco mandá-lo ao Cuiabá, por se achar naquela vila quem só achei capaz de pô-lo com o asseio que necessitava para poder apresentar-se a Sua Majestade.²⁹⁴

Ao que se sabe, Rolim de Moura requereu da Vila do Cuiabá o profissional capaz de se dedicar no desenho de mapas, o mesmo que trabalhou nos que foram enviados ao rei no ano de 1754:

Muito estimei que os mapas fossem a satisfação de Sua Majestade. A perfeição deles se deve a quem os desenhou que é um moço chamado Diogo José que se ocupa em minerar, e se acha presentemente nesta vila para onde veio do Cuiabá, por eu lhe haver escrito poderia ter em que ocupá-lo, vindo os comissários para as demarcações; porque sucedendo faltar algum ou embarçar-se; na capitania não achava pessoa que pudesse supri-lo como ele.²⁹⁵

²⁹² CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 117.

²⁹³ ASSIS, 1988. p. 58.

²⁹⁴ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 114.

²⁹⁵ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de junho de 1756. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 216.

No processo do ofício da demarcação no Jauru, Cuiabá serviu a Rolim de Moura, visto que poderia enviar os materiais para a construção dos marcos naquela parte em que trabalhavam os comissários. Ainda que com as tantas dificuldades que impediam maior rapidez de transporte, era também do Cuiabá que Rolim de Moura solicitou a cal que serviria para a demarcação das terras do Distrito do Mato Grosso:

Esqueceu-me dizer a Vossa Excelência na outra carta que aqui não há cal, e ainda que eu a tenho mandado encomendar a Cuiabá, como poderá ter algum embaraço, pela distância, e dificuldade do caminho, sempre será bom vir juntamente com os marcos.²⁹⁶

Quando era de seu interesse, havia intencionalidades bem claras a favorecer os feitos de Rolim de Moura, especialmente quando precisava defender-se de acusações a ele impetradas. Nestes casos, ele se beneficiava do que já tinha realizado na Vila sede do governo e depreciava a Vila do Cuiabá, que a ele se apresentava muito desorganizada nos trabalhos da Câmara e no comportamento dos escravos, apesar de ser Vila mais antiga. Entre os desafetos que construiu no Cuiabá, serviu-se em dizer das confusões que se encontrava na Vila Real, diferentemente daquela que ele havia construído e administrava. As comparações mais interessantes cabem à dificuldade da Câmara do Cuiabá em coibir desordens provocadas por mineradores em símile à quietude de Vila Bela e seus escravos.

O primeiro é que estando os mineiros nesta distância, não se avesam a viver na vila. Mas cada qual assiste no seu sítio, governando, e administrando os seus escravos. E se a vila estivesse ao pé das lavras muitos mineiros assistiriam dentro dela, e com o bulício, e divertimento da povoação, não se aplicariam tanto ao ofício de minerar, como sucede no Cuiabá com tanta desordem, que já a Câmara tem intentado requerer me providencia nesta matéria. O segundo é que da vizinhança das lavras, se segue as povoações, que os mineiros acabado o seu trabalho, vêm de noite em tropas a elas, e fazem mil desordens do que também o Cuiabá é bom exemplo, e todas as mais terras de semelhante situação, e pelo contrário assim nesta vila, como nas minas, que lá pertencem se vive com sossego, e quietação, porque os negros que estão na vila, como são somente aqueles que os senhores precisam para se servirem, e por esta causa são menos em número, andam sempre à sua vista, e não trazem ouro consigo, como os mineiros, não tem tanto lugar de fazer distúrbios, e os das minas são também mais bem rígidos pelos seus senhores, como acima disse [...].²⁹⁷

²⁹⁶ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 86.

²⁹⁷ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 192 [f. 98v-107v].

Quando precisou justificar a escolha da Vila sede do governo, soube articular discurso que aprofundou os contratempos encontrados em Cuiabá. Por isso, valeu-se em dizer das facilidades de impostos que promoviam a ida de colonos a Vila Bela, que no Cuiabá foram avaliados como “opressores”:

Do Cuiabá no tempo do inverno se não sai para nenhum dos povoados que lá pertencem sem grande trabalho e com água não só pela barriga, mas pelos peitos dos cavalos. À vista disto não é muito que uma vila, que fez há poucos dias cinco anos que foi fundada, não tenha ainda a sua estrada livre de todos os descômodos, principalmente nestas terras, aonde a água chove toda junta; porque ordinariamente, desde dezembro ate fevereiro é raro o dia que deixa de chover. [...] Tanto que o povo foi crescendo lá fazia grande falta não ter açougue pelo que oferecendo-se um soldado a ir buscar gado ao Cuiabá, e tomar isso por sua conta, o ajudei, com trezentos oitavas de empréstimo, com a obrigação somente de me pagar na mesma carne, que para minha casa se lá fosse tomando com que este foi o primeiro que pôs açougue regular, e com o seu exemplo é que depois outros foram tomando o mesmo contrato. [...] Finalmente dois dos maiores mineiros destas minas vieram do Cuiabá estabelecer-se nelas por diligências minhas e a outras muitas pessoas tendo procurado trazer para cá por diferentes modos, sendo um deles a pagar lá as dívidas que mais os oprimiam.²⁹⁸

Edvaldo de Assis diz que a formação social na vila Real do Cuiabá proporcionava a intranquilidade e a violência nas ruas, especialmente por ocasião das festas religiosas e profanas, mobilizando pessoas de todas as condições sociais. Homens de todas as categorias econômicas envolviam-se com “algum crime, roubo, descaminho do ouro, ou de outros quaisquer escândalos, e a ganância pelo poder, pelo enriquecimento ilícito ou pela vingança faziam parte do cotidiano da vila”. A sociedade da vila do Cuiabá carecia de oportunidades para homens pobres e estes muitas vezes, “cometiam roubos, crimes e outros tipos de violência”. Era comum, o poder público aproveitar-se desses “desocupados para o serviço militar, ou como componentes das bandeiras que saíam à caça de índios e de quilombolas ou escravos fugidos”.²⁹⁹

Além disso, quanto ao social, que também Rolim de Moura, fazia conhecida a situação da penúria dos presos da cadeia do Cuiabá, mais uma vez emitiu imagens daquelas minas como um lugar de transgressores. Além de apresentar

²⁹⁸ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

²⁹⁹ ASSIS, 1988. p. 33 e 59.

novamente a precariedade econômica da Câmara, mostrava sua incapacidade de cuidar da saúde da população. Também nessa passagem participa sua defesa da pena de morte dirigida aos pretos, mulatos e carijós;

A Câmara da Vila do Cuiabá me tem representado do que a cadeia dela se acha sempre cheia de presos, os quais por muito passam grandes misérias, e que podem também prejudicar ao comum, por poderem originar-se dali epidemias, que entrem a lavrar pela terra. Duas são as causas disto a primeira é correrem somente os livramentos dos que têm que gastar, e os que são pobres se eternizam na prisão, a outra o não haver nesta capitania a ordem para se sentenciarem em junta de justiça até pena de morte de pretos, mulatos, e carijós [...].³⁰⁰

Edvaldo de Assis escreveu que a população pobre da Vila do Cuiabá sofria ações de agentes do Estado português, no sentido de aplicar e oprimir severos castigos com a finalidade de garantir o sistema escravocrata e a ordem pública. As violências contra a população pobre em Cuiabá eram comuns e entre as mais contumazes eram as prisões e as condenações ao enforcamento.³⁰¹

A maneira com que Rolim de Moura retrata a Vila do Cuiabá mostra que, apesar de suprir, muitas vezes, as carências administrativas, institucionais, de recursos e de pessoas de Vila Bela, continuava com a cadeia cheia de presos. Neste caso, a imagem da pobreza da Câmara persiste, impedindo ações políticas capazes de pôr fim àquela situação, por ser uma vila com “muitos malfeitores”. O agravante da situação era que a Câmara não provia recursos para enviá-los ao Rio de Janeiro, para lá os presos serem penalizados, e a distância mais uma vez comprometia ações judiciais que exigiam providências mais rápidas:

E daqui está resultando um grande prejuízo a esta capitania porque a cadeia do Cuiabá se acha cheia de malfeitores desta qualidade cujas causas estão empatadas por este princípio. Já a este respeito dei conta ao Conselho Ultramarino, que determinou fizesse eu observar, o que manda a ordenação de que os Conselhos paguem a metade das custas dos réus, que não têm com que se livrar; pois lá dizia eu que um dos motivos do seu empate, era a pobreza dos mesmos R.R. Porém, pelo que toca aos do Cuiabá, é maior o embaraço do que o Conselho o ponderou, porque este não consiste somente na falta que os R.R. têm para pagarem as custas ordinárias, ao que a câmara poderia suprir; mas a dificuldade toda está em que não sendo sentenciados afinal na capitania devem ser remetidos para o Rio de Janeiro com as culpas, e sendo esta remessa por conta do

³⁰⁰ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 3 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 59.

³⁰¹ ASSIS, 1988. p. 60.

Conselho, não tem este para essa despesa, e obrigar os viandantes, a que os levem, lá faz grande vexação sendo a jornada tão dilatada tão cheia de trabalhos e de perigos. E ultimamente raro será o réu, que por esta forma chegue ao Rio de Janeiro porque os ditos viandantes chegando às povoações os entregam nas cadeias delas, e as que se acham em caminho, que são as de Itu, São Paulo e Santos, não têm segurança alguma.³⁰²

Passados treze anos de governo na fronteira, segundo Rolim de Moura, Cuiabá ainda era fonte prestadora de munições, mantimentos e servia no preparo dos soldados. De acordo com Assis, homens pobres eram aproveitados para o serviço das vilas e muitas vezes foram incorporados como soldados nas companhias militares, com a garantia de um parco salário, entretanto, algumas companhias, como a companhia de Ordenança pagava seus soldados com “munição de boca (alimentos)”.³⁰³ Ainda, segundo o Governador, nessa data a Vila do Cuiabá, incongruentemente era vista como aquela que mais dispunha de recursos e pessoas para o trabalho da defesa:

O rendimento de Mato Grosso é muito pouco por causa dos seus privilégios; e o do Cuiabá que avulta mais, se tem exercido, e carregado de empenhos, com os contínuos comboios, e preparos de soldados, e com as remessas de munições, e mantimentos; que até isto tem sido necessário vir de lá, pelo apoucado destas minas; e as quatro arrobas, que Vossa Excelência me fez honra de remeter, depois de se satisfazer o militar até o fim de setembro, o resto não chegou para pagar aos filhos da folha. Como, por outra parte, todas as notícias que vêm chegando confirmam houvesse retirado para Santa Cruz o governador daquela capitania, com todas as tropas que tinha por estas vizinhanças, pelo que se me faz de alguma sorte provável que ao menos este ano não tornaram a entender conosco, esperando também que o socorro de Vossa Excelência não tardaria muito, por não montar maiores despesas, me resolvi a despedir toda a gente que aqui estava no Pará, que saiu deste porto a dois, e a três do corrente; e da mesma sorte despedi a que se achava aqui, e em Mato Grosso, da Vila do Cuiabá; que uma e outra havia de deixar a trezentas, para quatrocentas pessoas.³⁰⁴

A natureza próspera, a imensidão territorial, a pobreza dos recursos da Câmara e dos moradores, a pouca quantidade de gente não índia e as grandes

³⁰² CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de julho de 1759. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo D. Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Sousa Coutinho, capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo. Livro C-04, Estante 1, Doc. 242, [f. 155-156].

³⁰³ ASSIS, 1988. p. 58 e 59.

³⁰⁴ CÓPIA da carta de Antônio Rolim de Moura a João Manoel de Mello. Presídio da Conceição, 30 de janeiro de 1764. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Cartas, Bandos, Instruções e Correspondência expedida e recebida**. Governo D. Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Sousa Coutinho. Manuscrito, Livro C-14, Estante 1, Doc. 15, [f. 11v.].

distâncias são elementos fundantes da imagem da capitania de Mato Grosso como um grande, “*incivilizado e longínquo espaço*”. Essas imagens, recorrentes em todo o discurso do Governador, foram projetadas em discursos que mediam a política na mais nova capitania, em imagens que começam a ser criadas quando chegou à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

Essas são algumas representações na visão do Governador Antônio Rolim de Moura do lugar das minas do Cuiabá, da sua localização e da sua condição econômica. Das observações escritas pelo Governador, as representações a propósito da Vila do Cuiabá e o seu Termo não estão isentas de neutralidade. Todas as percepções passaram pelo seu filtro cultural, resultando em imagens. De forma que a imagem é uma representação do que viu, a qual, ao passar pelo seu imaginário, constrói novas projeções socioimaginárias.³⁰⁵

3.2 MISSÃO DE SANTANA

A região escolhida para a fundação da missão de Santana, conhecida como Serra Acima, atual Chapada dos Guimarães, foi ocupada nos anos vinte do setecentos, quando o Capitão-General de capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, doou a Carta de Sesmaria ao Tenente Coronel Antônio de Almeida Lara, paulista de Sorocaba, em 1726.

Maria Amélia A. Alves Crivelente explica que o lugar da Serra Acima ou Chapada dos Guimarães, distanciava da Vila do Cuiabá 9 léguas. Lugar de agradável temperatura, de solo rico e onde a prosperidade com a produção de engenhos de cana-de-açúcar e o número da escravaria negra africana melhor se destacou em toda a capitania. Nas sesmarias produziu-se gado, cana-de-açúcar e aves. “A ocupação da região, portanto, dá-se quase que simultaneamente às descobertas auríferas em Cuiabá no início do século XVIII”.³⁰⁶

³⁰⁵ BONATO, 2010.

³⁰⁶ Dessas informações ler: CRIVELENTE, Maria Amélia A. Alves. Poder e cotidiano na capitania de Mato Grosso: uma visita aos senhores de engenho do Lugar de Guimarães (1751-1818). **Revista de Demografia Histórica**, ano XXII, n. 2, p. 129-152, segunda época, 2003. p. 131. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=857544>. Acesso em: 15 fev. 2010.

As unidades produtivas em muito abasteceram a população moradora da Vila do Cuiabá nas décadas iniciais da colonização, pois os mineiros necessitavam dos alimentos comprados dos engenhos da Chapada. Os mais destacados eram o açúcar e a farinha, produzidos nos engenhos daquelas sesmarias. Consta que o primeiro engenho de cana de Mato Grosso foi montado em Chapada dos Guimarães, no ano de 1729, por Almeida Lara, com o nome de Alambique do Brigadeiro.

Esses são alguns dados da economia da região, nos anos vinte do setecentos, bem antes da compra de uma sesmaria pelo oficial português, para estabelecer uma missão naquele local. Sua estada na Vila do Cuiabá deu-lhe oportunidade de conhecer os problemas da capitania e tomar as providências necessárias anteriormente instruídas pela rainha de Portugal. A problemática correspondente ao item, ou seja, a análise da escolha do lugar da missão, decorre da seguinte orientação real:

Pelo que toca aos índios das nações mansas, que se acham dispersos servindo aos moradores a título de administração, escolhereis sítios nas mesmas terras donde foram tirados, nas quais se possam conservar aldeados e os fareis recolher todos às aldeias, tirando-os aos chamados administradores, e pedireis ao provincial da Companhia de Jesus do Brasil vos mande missionários para lhes administrarem a doutrina e sacramento. Igualmente lhe os pedirei para a administração de qualquer aldeia ou nação que novamente se descubra, não consentindo que se dissipem os índios ou se tirem das suas naturalidades, ou se lhes faça dano ou violência alguma, antes se apliquem todos os meios de suavidade e industria para os civilizar, doutrinar em tudo como pede a caridade cristã.³⁰⁷

Na Repartição do Cuiabá, segundo o Governador, a situação de muitos índios era lastimosa: índios “miseráveis”, vivendo em condição de “abandono”, sob “o mando dos seus administradores”, e em “sua maior parte andavam inteiramente nus”. As doenças eram motivos de muitas mortes e em nada eram assistidos por seus administradores. Para mediar os problemas do descaso e da falta de assistência aos índios mansos, Rolim de Moura escreve para mencionar a necessidade do recolhimento e que era preciso “acudir a muitos, com alguma cobertura e curá-los das queixas que padeciam sem remédio”.

A política de proteção e conservação dos índios executada por Rolim de Moura logo após sua chegada à Vila do Cuiabá precede a publicação das leis que

³⁰⁷ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, 1982, p. 127-137. INSTRUÇÃO Real. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. p. 133.

constituíam, posteriormente, o “Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario”, a qual tinha por objetivo fundamental a “civilização” dos índios, transformando-os em vassallos da Coroa portuguesa.³⁰⁸

Em conjunto com outros poderes administrativos do Estado, a Igreja trabalhava seu espaço de conquista religiosa e desempenhava papel importante no contexto de formação de uma história ocidental marcada pela conquista do europeu sobre as nações indígenas.

É visível, nos escritos de Rolim de Moura, um jogo de forças sociopolíticas no qual emerge a disputa entre o poder do Estado e os colonos pelo controle da população indígena. Existia a tendência dos colonizadores a desrespeitar as condições oficiais de utilização da mão de obra aldeada. Os documentos que tratam da construção de missões no espaço colonial mostram intenções fundamentadas na convicção da possibilidade de transformar os índios mansos em “civilizados”. O aldeamento defendido pelos agentes cristãos e pelos homens do poder público na capitania de Mato Grosso tem por objetivo a realização do projeto colonial, pois garantiria a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico da frente colonizadora.³⁰⁹

O Governador também mostrou sua face contraditória naquilo que diz respeito à política destinada aos índios mansos, em situações que o fizeram agir publicamente. Em alguns de seus bandos³¹⁰, deu margem à continuidade de práticas escravistas, favorecendo àqueles sertanistas que encontravam no sertão uma fonte de lucros.

Isso pode ser observado na implementação feita pelo oficial português das orientações ditadas pela Rainha, que fez conhecida sua desaprovação à escravidão

³⁰⁸ ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios**: um projeto de civilização no Brasil no século XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 14.

³⁰⁹ A respeito do assunto, ver: CANOVA, 2003, p. 21; CANOVA, Loiva. Imagens dos índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2005. Cuiabá: EdUFMT; Carlini e Caniato, 2005; CANOVA, Loiva. Os índios em Mato Grosso no governo de Antônio Rolim de Moura (1761-1765). **Revista Histórica**, ano, 4, n. 32, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao32/materia04/>>. Acesso em: 31 maio 2010.

³¹⁰ Nesse texto a palavra bando tem o seguinte sentido: “Lat. med. *bandum*. S. m. Pregão, aviso, publicação de uma lei”. Ver: BUENO, Francisco da Silveira. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. Vocábulos, Expressões da Língua Geral e Científicas sinônimos contribuições do Tupi-Guarani. São Paulo: Saraiva, 1964, v. 2, p. 480.

dos índios mansos. Desde o início de seu governo, na Vila do Cuiabá, em bandos publicados em locais públicos, Rolim de Moura proibiu a escravidão dos índios que continuava a ser praticada pelos sertanistas de modo geral. Percebe-se claramente, nesses documentos, a persistência dos preadores de índios em manter as práticas escravistas. Da parte do governo, vale ressaltar as ameaças de punição àqueles que insistiam em levar para fora da capitania de Mato Grosso os escravos sem sua autorização.

Entretanto, da parte de Antônio Rolim de Moura, percebe-se com nitidez uma política de proteção um tanto questionável quanto à saída de índios da então capitania:

[...] Por quanto me consta que muitas pessoas desta capitania saem em bandeiras a buscar gentio ao mato ainda daquelas nações que Sua Majestade não tem mandado dar guerra, e trazendo-os violentamente das suas aldeias, com morte e ferimentos de muitos, o que é tanto contra as ordens de Sua Majestade, que proíbe expressamente e contém a mesma lei divina: ordeno e mando que daqui em diante pessoa nenhuma vá a tal diligência sob pena de ser castigado. Conforme as ordens de Sua Majestade e de lhe serem tirados não somente os índios que trouxer, mas também o que eles tiverem de baixo de sua administração: outro sim ordeno também que pessoa alguma possa levar para fora da capitania índios nenhum de qualidade que sejam mos apresentar primeiro a tirar licença minha por escrito, e o que ao contrário fizer serão tomados os ditos índios e prezo e castigado ao meu arbítrio e para que venha a notícia de todos se lançará este bando a som de caixas, e se fixará na parte pública desta vila do Cuiabá [...].³¹¹

A legislação contida no “Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario”, prescrevia ser dever dos índios, quando requisitados, trabalharem mediante pagamento de salários, devendo ser bem tratados porque deles dependia, também, a defesa do território. Segundo o “Directório”, a legislação indígena é tradicionalmente considerada contraditória e oscilante por declarar a liberdade com restrições do cativo a alguns casos. Existia, evidentemente, a tendência dos colonizadores em desrespeitar as condições de utilização da mão de obra indígena, tivessem ou não a prerrogativa de mansos.³¹²

³¹¹ CÓPIA de Bando que se mandou deitar para que ninguém vá fazer guerra aos gentios sem licença do governo, nem saiam desta capitania índio algum. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 27 de janeiro de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas (1750-1763)**. Manuscrito, Livro C-05, Estante 1, [f. 3-4].

³¹² Sobre essa discussão, ver: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.116-122; ALMEIDA, 1997; DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações e Descobrimientos Portugueses, 2000.

Na Repartição do Cuiabá havia índios que foram persistentemente caçados por sertanistas que tinham a intenção de escravizá-los. Foram também objeto de interesse dos agentes missionários e do Governador Antônio Rolim de Moura, com o fito de os reduzirem em sistema de aldeamento.

Na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em julho de 1751, Rolim de Moura segue a orientação régia e explica um dos motivos da sua ida a Cuiabá: encarregar-se da fundação de uma aldeia de índios administrada pelos “Padres da Companhia”.

Antônio Rolim de Moura confirma sua atuação na formação de uma aldeia de índios mansos no Distrito do Cuiabá. Para o trabalho missionário na capitania, levou dois padres jesuítas, Estêvão de Castro e Agostinho Lourenço. Castro se responsabilizou pela organização de uma missão jesuítica em Santana do Sacramento, atual Chapada dos Guimarães. Agostinho Lourenço acompanhou Antônio Rolim de Moura à região do Guaporé para lá fundar uma missão.³¹³

O Governador, acautelado, antes de sair do Rio de Janeiro em direção à Vila do Cuiabá, comprou aquilo que considerou indispensável para a fundação da missão na região da Serra Acima. Pois, segundo o Governador:

[...] satisfazendo a esta ordem, trouxe logo comigo do Rio de Janeiro dois missionários da Companhia; fazendo comprar na mesma cidade todas aquelas coisas que para a fundação da primeira aldeia poderiam ser precisas, e cá as não haveria, ou as que houvesse, custariam preços mais subidos, no que se despendes quatro mil cruzados.³¹⁴

Ao chegar às minas do Cuiabá, o oficial português buscou logo um sítio para o aldeamento, para nele mandar “plantar os frutos necessários, levantar Igreja e fazer casa”. Em função da demora do envio de recursos por parte do Provincial do Conselho da Companhia de Jesus, e atendendo à necessidade de fundação de um local para destino dos índios que fugiam aos maus-tratos e rigores dos

³¹³ “A Missão de Santana do Sacramento, criada em 1751, com a chegada do Governador da recém-criada capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, tem alterado seu nome para *Lugar de Guimarães* em 1769, pelo então terceiro Governador da capitania, Luiz Pinto de Souza Coutinho”. Cf. CRIVELANTE, 2003. p. 130.

³¹⁴ CORRESPONDÊNCIA enviada pelo Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para o Rei D. José. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 11 de julho de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 6, doc. n. 355. Este documento também é lido na: CÓPIA da carta de Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 11 de julho de 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 193, [f. 13-13v].

administradores, “comprou” por oitocentas oitavas as benfeitorias de um sítio que estava sem carta de sesmaria, cuja terra tinha bons matos para plantar.³¹⁵

Apesar de se incumbir da criação da missão de Santana, Rolim de Moura tinha dúvidas quanto à eficácia dela. Para ele o lugar escolhido apresentava alguns problemas que devido à baixa temperatura, impediriam a ambientação dos índios, que a seu ver era mais adequado aos brancos. De outro, o representante da Coroa avaliava-os incapazes de transformar culturalmente a paisagem e, de acordo com suas observações, o lugar de Santana atendia em parte às precisões dos índios. Levados à inércia e ao comodismo, não tinham como agir no espaço, e assim visto, Rolim de Moura dizia que a natureza ali presente possibilitava a sobrevivência dos aldeados, pois oferecia fartura de peixes e produção agrícola. A partir da “paisagem natural”, o Governador pôde construir classificações atribuindo uso racional ao espaço e construindo perspectivas para fins utilitários. A natureza deveria ser mais bem usufruída ou ajustada em correspondência ao grupo que ali fosse estabelecido. A visão que o Governador tinha do “ambiente natural” tornou este espaço uma projeção de possíveis alternativas de articulação e interação cultural dos grupos indígenas que ali habitariam.

Em momentos de seu discurso, a propósito da escolha do lugar da missão e seus juízos em relação aos índios, o Governador identifica qualidades naturais por meio de informações que provavelmente havia recebido dos membros da Junta, e projeta imagens que são construídas a partir de seus valores, do seu universo simbólico. Antônio Rolim de Moura representou uma propriedade de conhecimento que foi além das aparências do senso comum.³¹⁶

Rolim de Moura foi capaz de enquadrar seu olhar, focar e dar sentido ao espaço da missão. Nele construiu suas percepções, depositou valores, projetou perspectivas para os futuros índios aldeados. Esse espaço da missão deu significado tanto a uma realidade física, quanto a uma representação.³¹⁷ Esse espaço observado por Antônio Rolim de Moura tem a marca da ação histórica dos

³¹⁵ CORRESPONDÊNCIA enviada pelo Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para o Rei D. José. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 11 de julho de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 6, doc. n. 355.

³¹⁶ FALCON, 2000. p. 46.

³¹⁷ BACHELARD, 2008. Para a noção de vastidão como uma espacialidade interior, ver especificamente o capítulo 8: “A imensidão íntima”, p. 190-230.

homens que lidaram com o lugar de forma a projetar ações evangelizadoras e simultaneamente resolver questões práticas como a da produção de alimentos necessários à vida. A escolha do lugar resultou de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social.

A construção mental que o Governador faz do espaço da missão, sob determinada perspectiva, é uma forma que aprendeu com relação a um sistema interpretativo, do qual faz uso ao analisar o objeto observado. É a exterioridade da interação complexa entre o sujeito que observa e o objeto observado.³¹⁸

Do sistema interpretativo sobre os índios, pode-se dizer que Antônio Rolim de Moura apropriou-se do método comparativo e hierarquizador usado pelo Estado português para discriminar as diferenças entre as sociedades do velho e do novo mundo. Essa observação é elucidada em sua correspondência, na qual afirma suas posições, em análise que conceitua os índios como menos capazes se comparados aos brancos. Ele os classificou como sujeitos socialmente imaturos para o trabalho e na maioria das vezes, como indivíduos sem razão. Nessa perspectiva, o discurso tem representações de um edifício cultural que promoveu padrões de normalidade e de exclusão social com o objetivo de enquadrar o índio obrigatoriamente na cultura do colonizador, com este último decidindo o que lhe faltava.

Retornando ao assunto da escolha do lugar da missão, tem-se que os argumentos apresentados pelo missionário Estêvão de Castro demoveram as dúvidas de Rolim de Moura sobre lugar de fundação da missão. Os assuntos do padre tinham caráter elucidativo e avaliava o local ponto por ponto, enfatizando o sítio como o melhor lugar para a instalação da missão. O primeiro motivo apresentado foi o do espaço da Chapada estar livre de doenças, fácil acesso e proximidade da Vila do Cuiabá:

Pelo Reverendíssimo Padre Estevão foi dito o seguinte: Eu que a vinte e três meses cuido do Cargo dos índios para que Deus me chamou, e a minha religião me entregou, e havendo quatro meses que estou no Cuiabá, em cujo distrito ordena Sua Majestade, se funde a nova aldeia para os índios que estão dispersos e maltratados por alguns moradores, não tenho achado sítio mais cômodo que o da Chapada, distando nove léguas desta Vila para o nascente, pelas razões seguintes. Primeira por ser o sítio mais saudável deste distrito por voto de todos, mostrando-os experiência, que estando ardendo este presente ano todo o distrito do Cuiabá em doenças, vi

³¹⁸ CASTRO, 2009. p. 4-5.

eu que só no sítio da chapada não havia doença alguma que se pudesse chamar epidêmica [...].³¹⁹

Para o padre, poderia haver investimentos em roças, pois ali existiam matas que, cuja extensão ele associou à capacidade nutricional do solo. A fertilidade do solo, segundo item avaliado, foi projetada a partir do indicador da existência de matas, “que dizem continuar por três dias de viagem, circunstância muito elogiável para roçarias [...]”.³²⁰

Apesar de não existirem rios navegáveis, existiam recursos fluviais com peixes que, mesmo no tempo das chuvas e das enchentes, os índios da região, os Bororo,³²¹ usavam dos ribeirões para a rica atividade da pesca, a qual fornecia boa quantidade de peixes;

terceira porque ainda que não tem Rio navegável, tem contudo ribeirões em que se acha peixe, e se tem pescado em abundância, como que experimentei na quaresma deste presente ano, que sendo tempo de enchentes no Cuiabá, e por isso [ilegível] me trouxeram uns índios Bororo os dezoito peixes de competente grandiosa, os quais comemos frescos neste dia, e com sal em seis dias seguintes [...].³²²

A região, mesmo com temperaturas baixas, ganhava nos elogios da fauna, e esse item deveria ser considerado na escolha do lugar da missão:

quarta porque tem caça terrestre de montaria principalmente como eu experimentei, que mandando uma só vê duas pessoas à caça dos veados,

³¹⁹ CÓPIA do Termo da Junta, que fez para a determinação do sítio em que se devia fazer para aldeia dos Padres da Missão. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 9 de maio de 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751-1808)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Manuscrito, Livro C-08, Estante 1, [f. 6-14]. Doravante a fonte será citada como CÓPIA do Termo da Junta.

³²⁰ CÓPIA do Termo da Junta, (...).

³²¹ Segundo a autora: “O termo ‘bororo’ foi usado pelos primeiros exploradores para identificar os membros desse mesmo grupo, mas que também podem ser pesquisados pelos diversos nomes e apelidos recebidos no decorrer da história. Foi possível levantar os seguintes nomes: Araés, Aracys, Ararirá, Aravirá, Araripoconé, Biriouné, Biriwoné, Bororo da Campanha, Bororo Cabaçal, Bóe, Bóe, Bororó, Bororo Oriental, Bororo Ocidental, Coxipó, Coxiponé, Cuiabá, Koxiponé, Coroadó, Porrudos, Oráripoconé, Orári Mógó-dóge, Oraril, Purianas e Pararioné”. Ver: ZAGO, Lisandra. **Etnoistória Bororo**: contatos, alianças e conflitos (séculos XVIII e XIX). 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, 2005. p. 25.

³²² CÓPIA do Termo da Junta.

e sendo em dias de friagem, em que a caça anda mais escondida, mataram e me trouxeram quatro veados frescos [...].³²³

O lugar tinha suas baixas temperaturas, porém, mesmo com o frio, índios Bororo que lá habitavam puderam, com suas vestimentas, enfrentar por décadas tal circunstância:

quinta porque o frio que dizem que lá há eu experimentei, é sofrível, nessa paragem estão vivendo a dez anos alguns casais de Bororos com aquela cobertura que costumam trazer para os demais, que ou poucos ou muitos têm os moradores da chapada [...].³²⁴

Os pastos de antigo curral foram considerados importantes à escolha do lugar, apesar da vegetação da Chapada não ser a indicada para o gado; haveria ali um potencial de aproveitamento do espaço anteriormente trabalhado,

sexta porque, ainda que atualmente os pastos da mesma chapada sejam agrestes, têm na distância légua e meia, lugar onde teve já muito gado que conserva ainda o curral, com bons pastos, entre três ribeirões onde se pode, agora, tornar a criar: [...].³²⁵

A terra era fértil para a produção de hortaliças e árvores, era mais uma possibilidade da diversificação de alimentos na propriedade,

sétima porque estima mais fiel para mantimentos, arvoredos e hortaliças que tenho visto, e me tem, contudo, assim como livre invasão de gentios; e estas são as razões principais que me moverão além da que agora digo que é, que sendo urgente o recolher já muitos índios nos estão clamando pelo resgate da sua liberdade, em a doutrina, e tiranias, que experimentam sendo muitos deles ainda por batizar, não obstante que estão há dez e mais anos nas mãos, ou poder, dos administradores, sendo, digo necessário o recolher já a estes miseráveis só neste sítio se acha que lhe dar logo a comer em mil, e que [ilegível] alqueires de milho seguros, em seis alqueires de feijão de planta, o que em qualquer outra lgarité se não [danificado] era se não com exorbitante [ilegível] da Fazenda Real, e disto com [ilegível] dos mesmos índios, que mesma paragem acham só ranchos, e casas feitas, ainda que não para todos, assim como engenhos de fazer a farinha da mandioca [...].³²⁶

Percebe-se que o missionário foi cuidadoso na escolha de um espaço para a fundação da missão, que serviria para a evangelização dos índios. O padre classificou o local como um espaço que deveria oferecer as condições de manejo e

³²³ CÓPIA do Termo da Junta.

³²⁴ *Id.*

³²⁵ *Id.*

³²⁶ *Id.*

o espaço foi o referente discutido pelos integrantes da Junta³²⁷, que observaram naquela paisagem uma natureza possível de atender aos aspectos culturais tanto dos índios como dos colonizadores. Na paisagem de campo, cerrado e mata visualizaram possibilidades de implantar a comunidade religiosa e apresentaram um ambiente propício à pesca, à caça e à produção de alimentos.

Na discussão do espaço para a construção da missão, há várias imagens representadas por Antônio Rolim de Moura a respeito da paisagem que seria destinada aos índios aldeados. As construções da viabilidade da redução de índios na Serra Acima mostraram que a visão que Rolim de Moura tinha da natureza compõe-se de um campo de visualidades e de visibilidades que foram expressas em juízos, saberes, intenções e projeções. A partir da visualização do espaço, se construiu as visibilidades em conceitos e pré-conceitos que promoveram projeções político-evangelizadoras, tendo no índio o principal alvo de atuação.

A região serrana deveria ser escolhida por apresentar determinados elementos:

para refúgio, amparo e doutrina destes pobres, miseráveis, para esta diligência havia escolhido o sítio da Chapada, por ser sadio, com boas águas, bons matos para doentes, nem perto, nem longe desta povoação, a este respeito se [me moverão] algumas dúvidas, aquele sítio que é bom e próprio para [ilegível] dos brancos, pode não dar para os índios, e na verdade algumas pessoas notarão grandes inconvenientes nesta escolha, o frio que ali é saudável para os brancos, que andam em resipados, é prejudicial à saúde dos índios, estes, pela sua natural preguiça, não são capazes de sustentar-se somente das plantas, necessitam da vizinhança dos rios para remediarem a fome com a pescaria, além disso, ou por essas

³²⁷ Para a discussão do local da Missão de Santana, a primeira a ser construída no governo de Antônio Rolim de Moura contou com uma Junta Governativa que estava assim constituída: D. Antônio Rolim de Moura (Governador), João Antônio Vaz Morilhas (Ouvidor da Câmara do Cuiabá, posteriormente inimigo do Governador), João de Almeida (militar, cabo da esquadra, posteriormente participou da Comissão das Demarcações de Fronteira de Santo Ildefonso), Francisco Lopes de Araújo (primeiro mestre de Campo do Regimento de Auxiliares do Cuiabá e dono de terras), Loureiro João de Brito, Luiz Reis Vilares, Francisco Guimarães B. da Costa, Estevão de Castro (Padre), Agostinho Lourenço (Padre), Joseph Moraes Salgado, Antonio A. Sardinha (morador do Cuiabá, minerador nas minas de São Francisco Xavier). Ver: SILVA, P. P. C., 2005; CÓPIA do Termo da Junta. O documento inicia com a convocação dos seguintes membros: Aos nove dias do mês de maio do ano de mil, setecentos e cinquenta e um, nesta Vila do Senhor Jesus do Cuiabá, na casas da residência do Ilustríssimo e Exmo. Sr. Dr. Antonio Rolim de Moura, Governador e Capitão-General desta capitania, foram convocados perante ele o Dr. Intendente e Provedor da Fazenda Real, Francisco Xavier dos Guimarães de Brito e Costa, o Dr. Ouvidor João Antonio Vaz Morilhas, o Revmo. Dr. Vigário da Vara João de Almeyda Silva, Revmo. Padre Estevão de Castro, Revmo. Padre Agostinho Lourenço, o Capitão-mor desta Vila, Francisco Lopes de Araujo, o Sargento-mor, Lourenço Soares de Brito, o Dr. Jozé Martins Machado, Luiz Rodrigues Villares, Antonio Aranha Sardinha, aos quais pelo do Sr. Governador e Capitão-General.

razões, ou por outros se tem descoberto neles grande repugnância a irem para a Chapada.³²⁸

A missão ali erigida tomou o nome de Missão de Santana, em homenagem à avó de Jesus. Optou-se pelo lugar por ali existirem casas, ranchos e engenhos de fazer farinha de mandioca, oferecendo aos índios (Bororo, Paiaguá e Paresi) o seu sustento, juntamente com o plantio de milho e do feijão, mais a atividade de pesca.

Outros espaços haviam sido apontados para a sede da Missão de Santana. Um deles foi assinalado por Antônio Aranha Sardinha: o sítio encostado ao Rio das Flexas, vizinho ao Rio Paraguai. O espaço foi descrito e a ele foi agregado valor por causa dos elementos constituintes da natureza, a abundância de águas, terras lavradas, campos para matos, caça e a presença de muitos índios pela redondeza. Assim defendeu Antônio Aranha Sardinha:

Foi dito por Antonio Aranha Sardinha o seguinte: que eu não aprovava o sítio da Chapada por entender se não havia de conservar os índios, e que o sítio que lhe parecia mais conveniente era encostado ao Rio das Flexas, vizinhos do Rio Paraguai, pela abundância para pesca, caça, terras lavradas e campos para matos porque para aquelas partes andavam muitos índios, alguns já batizados por comunhão, que haviam fugido aos seus administradores, e que não sabia fosse doentio.³²⁹

O espaço da missão deveria estar ocupado com o plantio dos frutos para a alimentação, a construção de igreja e de casas; esse foi o projeto idealizado por Rolim de Moura. Feito isso, partiria para o Distrito do Mato Grosso, para lá fundar a capital. Porém, nessa iniciativa percebeu-se a falta de recursos para aparelhar a missão com todas as obras necessárias. Em suas palavras, o Governador reconhece que a construção da igreja e da residência dos missionários deveria ser postergada, pois os recursos da Provedoria eram insuficientes para tanto. Sobre a manutenção da Missão, o tom é de alerta:

A assistência com que será preciso ajudar Vossa Majestade a aldeia que está começada, e as mais que de novo se forem ficando, não é possível os serve, pois dependem da distância em que ficassem desta Vila, e do mesmo tempo, pois o em que aqui cheguei por causa da grande [danificado], tem sido o que aumentou mais os gastos e juntamente à proporção que a aldeia forem crescendo em gado, plantas e criações, irão necessitando menos do que se lhe assista pela fazenda real, porém sempre me parece impossível que hajam de governar-se os missionários com quarenta mil reis cada um por ano. Eu até agora lhe tenho mandado assistir com todo o preciso. À

³²⁸ CÓPIA do Termo da Junta.

³²⁹ *Id.*

vista das dificuldades que tenho exposto para se continuar nesta obra, justamente tão recomendado por Vossa Majestade, me vejo obrigado a representar a necessidade dela.³³⁰

A “paisagem natural” ofereceu a cada um dos integrantes da Junta referentes que fizeram possível ver neles os espaços de possibilidade da implantação do projeto missionário. Projetaram em relação ao espaço as perspectivas da ação missionária e pensaram nas possibilidades de crescimento e manutenção dos índios. A escolha de Santana da Chapada atendeu a uma das obrigações de governo contidas na Instrução. A decisão política foi tomada pelos que formaram a Junta de Governo com o fim de instaurar a missão de Santana, convencida pelos argumentos do padre Castro. Na missão, sob seu comando, desenvolveu-se uma economia voltada à produção de cana-de-açúcar, farinha de mandioca, milho, feijão, arroz e criação de aves. Contudo, a missão indígena de Santana da Chapada, “experiência inédita da atuação jesuítica em solo mato-grossense, não resistiu por muito tempo”. Foi “desativada após a expulsão dos inácianos do território colonial português, em 1759”.³³¹

Supõe-se que a escolha do lugar de Santana também deve ser atribuída à significativa produção econômica ali estabelecida desde os anos vinte do setecentos. A economia da região prevaleceu sobre as outras regiões da Repartição do Cuiabá, fazendo dela a maior fornecedora de produtos alimentícios à população da Vila.

A paisagem da Chapada dos Guimarães foi analisada por detentores da burocracia colonial, comerciantes e padres que, convocados na casa de Dom Rolim de Moura, em Cuiabá, escolheram o espaço da aldeia. Usaram do reconhecimento e mapeamento das riquezas de suas terras que permitiu a instalação dos índios, atraídos pelo clima ameno, a fertilidade de seus vales úmidos, com a salubridade da região, disponibilizando mão de obra à produção de alimentos para os moradores da Vila do Cuiabá.

3.3 CAMINHO AO GUAPORÉ E AS REPRESENTAÇÕES DO LUGAR DA CAPITAL

Ainda antes de dirigir-se à região do Guaporé, Antônio Rolim de Moura recebeu informações da Repartição do Mato Grosso, que apontavam quão desafiador seria assumir o governo naquela margem mais a Oeste. As dificuldades

³³⁰ CÓPIA do Termo da Junta.

³³¹ SIQUEIRA, 2002. p. 44.

eram muitas vezes impostas pelas características do ambiente ou pelas condições econômicas, desfavoráveis à execução do projeto de criação de uma região de colonização e povoamento. As imagens do Distrito do Mato Grosso e dos arraiais não convenciam os ânimos daqueles que iriam lá se estabelecer:

Aquela povoação teve princípio no ano de 1736 em que depois de muitas diligências se descobriu o ouro com tanta grandeza, que moveu a muitos moradores desta, que então se achava muito mais populosa a virem-se de lá estabelecer. Depois se foram diminuindo os jornais, e pondo-se quase no estado das mais minas como sempre sucede. Tem dois Arraiais da Chapada de São Francisco Xavier e de Santa Ana ambos doentios, o que é ordinário nos descobrimentos novos, e enquanto a gente e o gado é pouco, e faltam os meios os remédios, e quem os aplique, mais naquele distrito concorre para este efeito de mais a mais a irregularidade do clima, que é muito quente, e ao mesmo tempo tem friagens rigorosíssimas, com que padecem muito, principalmente os pretos, de que por esta causa é necessário aos mineiros refazerem-se a miúdo. As jornadas daqui para lá por terra de vinte, e cinco dias com cavalos carregados e no tempo das águas se não pode fazer, e pelos rios se gasta um mês até o posto, e daí ao povoado oito dias.³³²

O Governador explicava aos representantes da metrópole os custos dos produtos no Mato Grosso, questões que o preocupavam antes de chegar ao local e formar a Vila. Os preços elevados, segundo o Governador, eram atribuições decorrentes da enorme distância que separava Mato Grosso do Rio de Janeiro:

[...] eu por um bando lhe concedi que sem tocarem neste porto pudessem ir endireitura ao Mato Grosso, com o que fica sendo a viagem de Araraguaba lá de cinco meses, como é para aqui sem embargo, de que sempre as fazendas, que leva na frota não devem lá chegar, senão há um ano depois, o que junto com os trabalhos, e perigos do caminho lhe aumenta o preço extraordinariamente.³³³

A distância entre os arraiais e entre as Repartições do Cuiabá e do Mato Grosso, consideradas as condições dos transportes da época, encarecia os produtos e prejudicava a comunicação, principalmente em tempos de chuvas, quando os caminhos tornavam-se alagados. Na passagem a seguir, a Repartição do Mato Grosso aparece como um lugar isolado, distante, difícil de se viver e com inexpressiva população, praticamente desabitado, sem privilégios. Não obstante, as conveniências serem avaliadas como maiores:

³³² CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, 27 de junho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 30.

³³³ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, 27 de junho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 30.

[...] Mato Grosso se acha ainda muito menos povoado do que este distrito, [do Cuiabá], pois me asseguram as informações que tenho não passarem de 60 os seus moradores brancos, também me dizem que as conveniências são lá maiores, sem embargo de que o clima e a distância não tem dado lugar a terem os seus arraiais maior aumento. Poucos dias há chegou aqui a notícia de um grande descoberto a ser verdadeiro porque é matéria sobre a qual por estas terras se deve fazer muito pouco caso das primeiras informações. Também dá grande incômodo àqueles moradores a dificuldade da comunicação com esta Vila porque a caminho, que até agora houve no tempo das águas, se alaga de modo que fica de todo impraticável, e ainda no das secas tem bastante dificuldade [...].³³⁴

Embora as notícias confirmassem a Rolim de Moura quão desafiador seria executar as ordens reais do governo português no oeste da capitania, das dificuldades muitas vezes impostas pelas características do ambiente ou pelas condições econômicas, desfavoráveis à execução dos projetos de colonização e povoamento por brancos na larga fronteira, ele se determinou a administrar a governança na parte mais oeste da capitania.

Durante os preparativos para a ida do representante da Coroa portuguesa ao Mato Grosso, a fim de dar prosseguimento aos propósitos dos quais estava incumbido, ou seja, a fundação de Vila Bela, houve problemas decorridos pelas distâncias que faziam a delonga da chegada dos animais. Os cavalos, meio de transporte tão usual na época, tardariam a chegar por causa das condições ruins das estradas:

Os cavalos do Rio Grande com que S. Majestade houve por bem aprovar que se mandasse a companhia não são ainda chegados, nem os espero antes das secas do ano que vem, pelas grandes distâncias da jornada, e vagar com que é preciso fazerem nas semelhantes tropas, e assim me vi obrigado a comprar alguns para fazer a guarda do Paraguai não somente para melhor resguardo dos diamantes, mas também pelo que se poupa a real fazenda, como se vê da conta que dou pelo Conselho Ultramarino pela qual consta também a despesa que faz cada cavalo que está em serviço, com o seu sustento, que alguma coisa é maior do que nas outras minas, porém também é certo que os dragões desmontados de pouco uso ficam servindo. Da mesma sorte me há de ser necessário montar alguns para me acompanharem a Mato Grosso, para onde pretendo ir brevemente.³³⁵

³³⁴ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 8 de agosto de 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 68 [f. 27-28]. CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 8 de agosto de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 54-58.

³³⁵ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 8 de agosto de 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 68 [f. 27-28]. CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 8 de agosto de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 54-58.

Quando estive em Cuiabá, o Governador ordenou a um sertanista abrir um segundo caminho que o levasse ao Rio Paraguai. A rota que levava da Repartição do Cuiabá até a fronteira era feita com dificuldades e incômodos, assim descritos:

querendo remediar a isso encarreguei a um sertanista de bom nome me abrisse outro, por me afirmar ser possível que fosse livre dos incômodos do antigo, e havendo já entrado a pôr isto em execução, me dá boas esperanças de o conseguir o que tendo e efeito lhe prometi um ofício na nova Vila do Mato Grosso, pelo benefício que a ela e a esta Capitania resulta desta obra por cuja causa me parece se não opõem esta concepção ao intento com que Sua Majestade mandar dar os ditos ofícios aos moradores casados no Mato Grosso, porém não seguro ainda que o dito sertanista leve ao fim o que tem prometido.³³⁶

Antônio Rolim de Moura saiu do Cuiabá em 3 de novembro de 1751 e chegou à passagem do Rio Paraguai dia 19 do mesmo mês. Sua viagem foi anunciada por carta a Diogo de Mendonça Côrte Real, meses depois de ter chegado ao Guaporé e ter fundado a Vila.

A viagem do Cuiabá ao Guaporé é representada em passagens que retratam a demora, a precariedade do caminho, a falta de água para beber e a travessia por territórios indígenas, espaços do medo e do perigo. Ao descrever o Rio Paraguai e a formação do Pantanal, Rolim de Moura não deixou de apresentar em seus escritos que ali estavam os índios Paiaguá, significando para o colonizador uma ameaça à vida:

Esse grande rio já aqui leva bastante largura, e forma seus pantanais, o que dá lugar ao gentio Paiaguá de subir até esta altura, e assaltar os viandantes, como com efeito fez, depois que aqui cheguei a uns próprios, que levavam cartas do serviço para o Cuiabá. Não tem só esse embaraço aquela paragem, pois da parte de lá do mesmo rio se segue um pantanal de duas léguas, que em tempo de águas se passa com ela pelo peito, e em partes a nado mas eu o passei ainda tão seco, que a não tive para beber, senão de um charco, e a mesma falta me continuou nos dois dias seguintes, vendome obrigado no último a abrir os caminhos.³³⁷

³³⁶ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 8 de agosto de 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos.** Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 68, [f. 27-28]. Esse documento também pode ser encontrado nas correspondências publicadas pelo NDHIR. CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64.

³³⁷ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64.

Nessa passagem, Rolim de Moura constrói imagens de uma paisagem de riscos, na qual foi preciso vencer a aspereza, o risco e dificuldades em mais de 150 léguas até chegar ao Guaporé. Novamente passou pelas águas do Pantanal, habitado pelos Paiaguá, uma paisagem inculta, rodeada de perigos, que nem ao menos permitiria ao Governador e aos caminhantes saciarem a sede pela falta de água.

No dia 27 de novembro de 1751, Rolim de Moura atingiu as águas do Jauru e, no mesmo dia, seguiu viagem, andando por quatro dias e meio até chegar à Cachoeira Grande que “se vai meter no Paraguai, da parte do poente, que é o rumo a que quase sempre caminha quem faz esta jornada”.³³⁸ Instruindo e orientando sobre a paisagem que se lhe ia descortinando, também informava das atividades econômicas que pôde observar naqueles espaços. O relato de Rolim de Moura evidencia a preocupação em enfatizar a utilidade das áreas em processo de conquista para a política ultramarina portuguesa, tanto no que dizia respeito à geografia quanto às potencialidades e possibilidades do desenvolvimento das atividades produtivas.

Diz ter visto às margens do Rio Jauru “poucos moradores pobres”, evidenciando as marcas da colonização por meio de unidades produtivas de significação econômica e apontando a perspectiva da projeção de futuros meios de desenvolver a região, vendo ali uma possibilidade para a manutenção da fronteira, por meio de investimentos: a concessão de sesmarias produtivas às terras de Portugal. Na sequência dessa viagem, o olhar do Governador demarcou a percepção da paisagem, referendando um espaço, o de um sítio, que pertencia ao senhor “Antônio da Silveira Fagundes, assistente nestas minas”, um dos maiores sítios da região. Antônio Rolim de Moura o vê como o mais rico, e “tem uma boa fazenda de gado que é aqui se gasta”. Ao distinguir o sítio de Antônio da Silveira Fagundes como o mais promissor, o Governador menciona: “lhe mandei passar várias sesmarias das mesmas terras que está cultivando e de que se está servindo, ficando ele obrigado não somente de aumentar a mesma fazenda de gado, mas de pôr também nela bastantes éguas, para o que as terras têm excelentes pastos”.³³⁹ O

³³⁸ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64.

³³⁹ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64.

espaço do sítio foi representado pelo Governador como o das possibilidades e expectativas de investimentos em criação de animais, para melhor enfrentar o trabalho e facilitar o transporte. Esse sítio tinha lá sua história. Foi ele que: “no tempo em que estas minas estavam florentes [as minas do Cuiabá], havia maior comércio para eles, era ali o porto aonde vinham descarregar as canoas, de donde então passavam para cá as fazendas em cavalos, com doze, e quinze dias de marcha”. Ou, para complementar:

[...] a distribuição de sesmarias nas proximidades do Rio Guaporé foi uma medida que visou assentar os colonos luso-brasileiros, e também criar setores produtivos que possibilitassem atender às exigências de consumo de gêneros alimentícios da sociedade mato-grossense, em especial, do distrito do Guaporé. Cabe também ressaltar que a concessão de sesmarias era uma forma de apropriação das terras ameríndias, que estabeleceu bases econômicas que interessavam à Coroa.³⁴⁰

Dali, escreve o Governador, ia-se a espaços de colonização espanhola. Entre as terras disputadas pelos espanhóis e portugueses, havia as missões religiosas, que eram espaços de evangelização de domínio dos missionários espanhóis. O sítio avizinhava-se com as missões castelhanas, que retinham fartos aspectos simbólicos da história da fronteira.

pois dele a Aldeia de São Rafael, pertencente aos Chiquitos, são vinte e cinco dias de jornada, e daí a Santa Cruz de La Sierra, outros vinte e cinco, e o primeiro caminho se acha aberto pelo terreno freqüentado por alguns moradores destas minas, com intuito de comprarem gados à dita Missão, de que é muito abundante [...].³⁴¹

Havia a percepção que existia o acesso a outros pontos de colonização, que compunham uma outra rede de poder, de comércio de animais e pessoas, o que tornava plausível a ideia de que não era um lugar incomunicável, perdido nas distâncias intransponíveis.

Antônio Rolim de Moura vai identificando os lugares de memória nessa paisagem de águas e seu olhar demonstrava prudência em relação aos novos limites acordados entre as nações ibéricas. Incentivou perspectivas de resguardar a fronteira lusa constituindo estratégias administrativas, tornando-a produtiva, estimulando e incentivando políticas de ocupação e otimizando o que já existia. O

³⁴⁰ CHAVES, 2008. p. 207.

³⁴¹ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64-65.

olhar do Governador obedeceu a um mecanismo jurídico regido pelas Instruções Reais, fundamental para administrar e, além de tudo, explorar o que lhe vinha sendo apresentado. Considerou as distâncias, as dificuldades da navegação, as fragilidades da fronteira, as possibilidades de invasões. Essas são algumas das impressões em relação às marcas da paisagem mato-grossense, mediadas pelas suas percepções, como um olhar gerenciador e protetor do espaço.

Além de estimular a produção dessas marcas produtivas na paisagem, desenvolveu nessa política de ir e vir pelos caminhos monçoeiros, a legitimação da conquista naquela margem. A fronteira foi produzida historicamente por imagens que constituem o movimento de conquista, do fortalecimento e povoamento dos espaços definidos pela Coroa e pelos colonos como sede das atividades de poder, de defesa e de produção.

Ainda na região do Jauru, Rolim de Moura recomendou que se fundasse uma povoação para fortificar o Distrito do Mato Grosso, com o fim de acomodar os que saíam do Porto de Araritaguaba rumo às minas do Cuiabá. Essa ordem pode ser entendida como uma representação do domínio colonizador na fronteira que aos poucos foi construída, pois o Distrito apresentava-se exposto a possíveis invasores, e a povoação teria a importância de assegurar as terras da conquista em seu limite. A Repartição do Mato Grosso é representada como um espaço de fragilidade e o Governador sentia-se apreensivo, mostrando suas preocupações a respeito das negociações travadas entre as Coroas peninsulares, dizendo: “Deus não permita perturbe a boa harmonia em que por hora se acham as duas Coroas”.³⁴² Essa frase ganha sentido na medida em que a fronteira representava um espaço onde os portugueses deveriam evitar quaisquer incidentes que viessem perturbar a boa harmonia entre as nações ibéricas. A fronteira acompanhava a opinião de um lugar que precisava de uma política de boa vizinhança, de cuidadoso resguardo, de novos espaços legitimados. Entende-se que esses espaços representam as marcas do poder lusitano na paisagem de fronteira, ganhando ela a visibilidade da estrutura do poder, pela representação da sede do governo. Assim entendido que “a constituição da fronteira é, acima de tudo, ato de legalidade política”.³⁴³

³⁴² CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64.

³⁴³ ARAÚJO, Olga Maria Castrillon Mendes. **Nas raias de Mato Grosso**: o discurso da constituição da fronteira. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. p. 49, 34. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000205871>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

Depois de uma viagem de dimensões impressionantes, o oficial português registra sua chegada ao Guaporé em 7 de dezembro de 1751, gastando do Jauru até ali cinco dias de marcha. A comitiva levava muita cavalaria e carregava mantimentos.

3.4 ESCOLHA DO LUGAR DA VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Chegado à região das minas do Mato Grosso em dezembro de 1751, Antônio Rolim de Moura percebeu que nenhum dos arraiais ali existentes serviria para sede da Vila. A correspondência com Portugal revela sua preferência pelo local denominado Pouso Alegre: “Eu cheguei a este sítio para dar princípio a Vila depois de haver considerado os outros, e haver assentado, que este era o melhor, e mais conforme as ordens de Vossa Majestade”.³⁴⁴ Os outros locais considerados por ele foram os arraiais de São Francisco Xavier e Santa Ana, núcleos auríferos nas imediações do Guaporé. O lugar escolhido pelo Governador destinado à fundação da Vila não foi aprovado pelos moradores da região pelo fato de que o sítio na época da cheia era tomado pelas águas do Guaporé, cujas margens se dilatavam para além do curso do rio. Um morador, senhor Marcos Antônio de Azevedo, defendia a implantação da sede de governo na Aldeia de Santa Rosa, porém o Governador se opôs, em razão da distância das novas minas descobertas e da necessidade imediata de se construir a cabeça de governo próxima aos povoados auríferos de Santa Ana e São Francisco Xavier (FIGURAS 7 e 8).³⁴⁵

³⁴⁴ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 71.

³⁴⁵ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 70-71.



FIGURA 7 - ARRAIAL DE SANTA ANA: SÉCULO XVIII

FONTE: GARCIA (2000, p. 197)

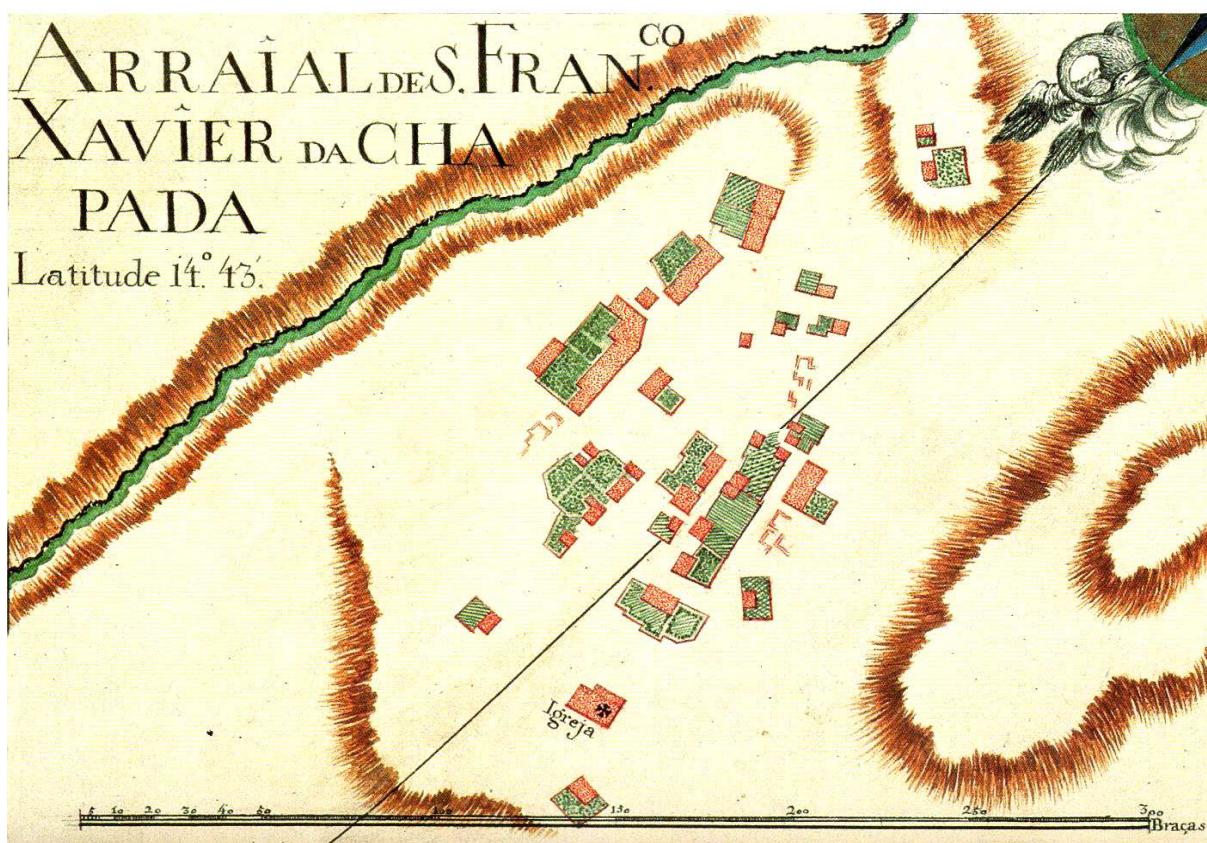


FIGURA 8 - ARRAIAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER: SÉCULO XVIII

FONTE: GARCIA (2000, p. 198)

Em 18 de dezembro de 1751, Antônio Rolim de Moura se pôs a caminho para o Arraial de São Francisco Xavier que, segundo ele, “fica na nascente dessa vila, aonde cheguei a 19 pela manhã, tanto para tomar conhecimento das minas, e dos seus arraiais, como reservando tempo mais oportuno tornar para baixo, para com a própria experiência desenganar aquela opinião”.³⁴⁶

Um espaço nada agradável ao seu olhar, um panorama de desolação: estas foram as impressões em referência ao povoado de São Francisco Xavier:

[...] compõem-se aquele arraial todo de casa de pau-a-pique, barricadas, e cobertas de capim e assim serão as que eu me acomodei postas à aventura sem ordem nenhuma, nem formatura de ruas e só uma morada há, e a igreja, que sejam telhadas. Está a povoação no alto de uma serra a que chamam Chapada, e para onde se sobe de toda parte légua e meia, e duas léguas, e na mesma distância lhe fica a lenha e a madeira ainda mais longe a cuja dificuldade se ajuntam a da condução, por causa do íngreme, e empinado sãs subidas pelo que se faz muito custosa qualquer obra de carpinteiro.³⁴⁷

Segundo avaliação de Antônio Rolim de Moura, o arraial de São Francisco Xavier não era propício à criação de animais: “inda que têm boas vargens, não são capazes de trazerem gado, por serem os pastos resfriados nascidos em terras muito úmidas, e frias, o que os emagrece, e mata. Também se não pode ter cavalos, nem a pastos pelo que disse, nem na cavaliariça por não haver daqueles capins que costumam comer nela”.³⁴⁸

Uma imagem de pestilência, de impropriedade, de uma terra úmida incapaz de proporcionar saúde e sustento ao gado. Quanto ao clima, Rolim de Moura ajuíza: “é o mais destemperado que tenho visto, e se pode considerar. No pouco tempo que lá estive e cheguei a experimentar em alguns dias a calma, e frio, sol, chuva, vento, e névoa”. Se comparado ao de Pouso Alegre, o clima “era de todo inconveniente”.³⁴⁹

Para o Governador, os negros, que significavam mão de obra necessária ao desenvolvimento da capitania, eram os maiores prejudicados pelas baixas temperaturas, as quais davam origem a muitas doenças: “Daqui procedem as muitas

³⁴⁶ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 71.

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 72.

³⁴⁸ *Id.*

³⁴⁹ *Id.*

queixas que padecem os seus habitantes, principalmente de sezões, que são contínuas em muitos, e em quase todos os mais de todos os anos”.³⁵⁰

O argumento das doenças desfavorecia a escolha daquela região. Além das sezões, outros males afligiam os moradores, especialmente no tempo do frio: “também se experimentam febres catarrais, e pleurizes pelo tempo das friagens que são tão excessivas, que obrigam a fechar as portas, e janelas, e chegam a matar principalmente aos pretos por menos enroupados se os apanha no campo”.³⁵¹

No princípio do descobrimento destas minas era maior o estrago, tanto nos brancos, como nos pretos. Muitos, e muitos homens, não fizeram mais que chegar a elas, e morrer, e os vivos andavam todos arrimados a paus encostando-se pelas paredes, porque os mais bem livrados eram os que tinham sezões somente um dia sim outro não.³⁵²

O local era, portanto, insalubre, encharcado, de capim frio, de instáveis temperaturas. Seu olhar, em perspectiva desfavorável, revela uma escolha e uma exclusão. Porém, mesmo com todas essas adversidades, era lugar de ouro, ouro que fazia gente migrar e investir. Mas depois de seis anos já não se colhia tanto minério como no início. Mais um motivo que remetia à escolha de outro lugar, aquele à margem do Guaporé.

O Governador visitou também o Arraial de Santa Ana, núcleo urbano aurífero que também não apresentou os requisitos necessários para o projeto de vila. Primeiramente por sua localização: “muito encostado à Chapada, que pela sua altura lhe faz sombra”. Se o clima parecia mais agradável, comparado ao de São Francisco Xavier, o elemento mais desanimador eram as doenças: “Enquanto ao clima é mais quente, e temperado que o da Chapada, e por isso menos sujeito as febres catarrais, e pleurizes, mas pelo que toca as sezões é o mesmo, ou pior ainda”.³⁵³

Em diversas situações, Rolim de Moura apresenta uma natureza que punha em risco a saúde dos habitantes dos dois arraiais mineradores, situação que interferiria drasticamente na qualidade de vida daquela população. Pelo fato de os elementos da natureza que compunham o meio ambiente, como água, terra e ar,

³⁵⁰ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, v. 1, p. 72.

³⁵¹ *Id.*

³⁵² *Id.*

³⁵³ *Ibid.*, p. 74.

deixarem convallescentes os negros, atribuiu-se à natureza o comprometimento da saúde dos homens. Em nenhum momento os problemas de doenças que os negros apresentavam foram atribuídos à inadequada ou insuficiente utilização alimentar, ou à falta de vestes adequadas ao clima e temperatura.

O oficial português acrescenta outros aspectos restritivos aos dois povoados auríferos da região do Guaporé, relacionados à pouca população e à debilidade do comércio:

[...] acham-se porém estes arraiais tão despovoados que em ambos não chegam os brancos a setenta, dos quais só sete são casados. Os mulatos, bastardos, e pretos forros podem ser outros tantos. Matricularam-se na última matrícula do ano passado mil e setenta escravos. E para que Vossa Excelência veja a pobreza da terra tem somente cinco vendas da segunda classe, e entre lojas, boticas e corte de carne entrando quatro adventícias talvez pela minha vinda doze, todas de terceira classe ao mesmo tempo que valem aqui as fazendas uns preços exorbitantíssimos. Os ofícios todos não passaram a dita matrícula de dezesseis. O rol da desobrigada do ano passado contém 2.227 pessoas entrando carijós.³⁵⁴

Ele abarcou as cenas dos arraiais e exteriorizou o que foi apreendido como resultado de um processo de saber histórico-cultural, demonstrando seus julgamentos e suas interpretações. Suas percepções resultaram em uma consciência carregada de intenções, fruto do reconhecimento das coisas e dos lugares. Deixou registrado, na capitania de Mato Grosso, informações que indicam a fraca presença de brancos na região do Guaporé.

Eram essas algumas explicações apresentadas pelo Governador para a escolha do lugar de fundação da sede do governo. O Sítio de Pouso Alegre, à margem do Guaporé, tinha bons capins para o gado, boa visibilidade em caso de combate, boas possibilidades de fuga. Era, portanto, ponto estratégico na perspectiva geopolítica. Foi o espaço que mais atendeu às estratégias geopolíticas, afinadas com as ordens reais contidas nas instruções da rainha. Foi assim documentado por Rolim de Moura:

A quatorze cheguei a este sítio pela manhã cedo, de que direi as circunstâncias que me moveram a estabelecer nele a Vila. A borda da melhor volta do rio, o mais alegre está um campo de uma légua pequeno de comprimento, e outra de largo, que parece veio a molde para servir de logradouro à vila, assim pelo cômodo de poderem os moradores trazer sua vaca, e o seu cavalo a pasto, como por ter o mesmo campo bastantes capões de mato, que com facilidade, e abundância darão lenhas à Vila, e

³⁵⁴ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, v. 1, p. 74.

ainda madeiras por estarem cheio de opiúbas, que são excelentes para toda obra de torno, como também para esteios de casas. Termina este campo pela parte do nascente um capão de uma boa légua de comprido, a que se segue outro campo muito mais largo, que o primeiro, em que me parece se poderão descobrir algumas paragens próprias para fazendas de gado, porque, ainda que por onde eu andei não vi pastos capazes contudo estes se melhoram com as queimadas, e para outras partes tenho notícia é a terra mais in natura e com melhores capins. Estende-se este campo duas léguas grandes para a mesma parte do nascente, até pegar com um mato, que borda o Rio Sararé, que poderá ter meia légua de largo. Da parte leste deste rio estão à borda dele vários sítios e roças e da parte de cá se poderão estabelecer outros, e todos com facilidade, para proverem esta vila, assim por terras em carros por ser caminho todo plano, como pelo mesmo rio Sararé [...].³⁵⁵

O Governador examinou o ambiente físico do local a fim de averiguar as riquezas naturais que pudessem incentivar o desenvolvimento de atividades de subsistência e de comércio. Para o espaço, seu olhar foi o de um administrador que explorou o conjunto da natureza e apresentou o lugar de acordo com seu grau de conhecimento, identificando a utilidade da terra, da geografia, das boas condições climáticas.

As justificativas apresentadas na carta endereçada a Diogo de Mendonça Côrte Real explicitam vários elementos favoráveis à escolha do sítio de Pouso Alegre. Quanto ao “ambiente natural” observado, surpreendeu-se com o que viu na região e o sítio foi visto como funcional às atividades agrícolas e à criação do gado bovino. O lugar oferecia boas madeiras para construção de casas e comodidade para os moradores na lida com a alimentação dos animais, havia por perto bons pastos. O local trouxe a perspectiva de projetos agrícolas, como o plantio de roças onde a margem oriental do rio poderia atender a esse fim, facilitando a provisão futura dos moradores da vila.

O representante português continua evidenciando a riqueza da terra em pastos, madeiras e bons lugares para plantio, acrescentando comentário sobre a fartura de peixes dos afluentes do Guaporé:

Além do Sararé entra neste rio outro da parte do poente chamado Rio Alegre, cuja barra está quase à vista do porto desta vila, o qual não só traz peixe bastante mas nele se tem já descoberto, como também por este Rio Vapore, madeiras, e alguns estabelecimentos bons para roças, e campos com excelentes pastos para gado [...].³⁵⁶

³⁵⁵ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 66.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 66-67.

Somam-se a seu discurso em defesa do local as informações a propósito das distâncias em relação às possessões espanholas, detalhando as vizinhanças do lugar e a raia fronteira que legitimou o tratado:

Como ela está ao poente da minas (a Vila), e dos demais arraiais (São Francisco Xavier e Santa Ana), fica cobrindo uma e outra coisa pela situação que é capaz de fortificar-se com toda regularidade, sendo preciso, e sem que se contravenha ao tratado, pelo qual esse rio é privativamente nosso até a barra do Sararé, que como o já disse dista seis léguas desta vila, e da dita barra é que começa ser comum, e também pedindo-o a ocasião da facilidade para a penetrarmos para a parte de Castela, não havendo coisa que no-lo embarace até as Missões dos Chiquitos, que nos ficam diretamente a oeste, e em menos distância do Jauru.³⁵⁷

O oficial português escolheu o lugar da vila no Sítio de Pouso Alegre por observar questões estratégicas de defesa e segurança dos moradores. Aquela região era útil, pois protegia “os vários moradores que estão por este rio, e alguns muito chegados às Missões e os mais, que poderão estabelecer-se pelo tempo adiante da vexação ou violência que poderá causar-lhe a imprudência ou má vontade dos nossos vizinhos”.³⁵⁸ Discurso legitimador do espaço, cujo objetivo era salvaguardar a entrada interior do Brasil. Seu olhar cuidou de escolher um local que estivesse vinculado à defesa da fronteira e à construção territorial. Nesses escritos, fez a identificação histórica e física do espaço e se apropriou simbolicamente dele com o fim de construí-lo como fronteira. A dimensão simbólica do espaço, neste caso, se fez com a discussão do lugar de fundação da vila, que marcou e definiu um dado sentido. A intervenção estatal no espaço se deu primeiro com a escolha do lugar de fundação da vila.

A escolha do local deve-se também a motivos relacionados ao bem-estar: “deveria atender-se a que o assunto do Governo tivesse as comodidades de bom ar, e do fácil acesso de todas as partes, deixava, porém, sua Excelência ao meu arbítrio a vista do país o sítio que melhor me parecesse”.³⁵⁹

Em se tratando de salubridade, Pouso Alegre parecia atender a todos os requisitos; uma vez que Rolim de Moura ressaltou a boa saúde de seus habitantes:

³⁵⁷ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 67.

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 69.

³⁵⁹ *Ibid.*, p. 70.

Não pouco ajudaria aí mesmo efeito o descômodo com que aqui temos vivido servindo-nos de casas de ranchos de palha, que nem bem resguardam as chuvas, nem o calor do sol, e muito menos os ventos e as friagens, e em que o assoalho é a mesma terra úmida. Estes descontos se evitam tanto que houver casas no lugar da Vila, que por estar mais alta, e afastado do rio é também mais desafogada e enxuta, e lhe chegaram com menos atividade os vapores, que o sol levanta nas suas margens, quando as vazantes a deixam a descoberto, de que me parece procedem no tempo delas as epidemias. Além disso o ar aqui é temperado, nem se experimentam com tanto rigor as friagens como na Chapada, e no calor do sol moderam as virações de quase todos os dias, principalmente na parte do norte o que até agora não encontrei em terra alguma do sertão depois, que estou na América. A água é boa, e sendo a mesma no Guaporé tem a singularidade de correr sempre clara, ainda na maior força das enchentes e vazantes. As conjecturas, que destas observações se podem tirar confirma mesma experiência, porque os moradores, que estão por este rio abaixo, e alguns em distância de um só dia de viagem desta Vila sempre foram, e os são os que melhor saúde têm logrado em todo o Distrito do Mato Grosso.³⁶⁰

Depois de avaliar as condições dos arraiais no Guaporé, o Governador conta sobre seu retorno ao sítio e descreve a fundação da sede do governo:

A quatorze de janeiro mês em que é a força da águas tornei para este lugar, tanto por esta razão como para se disporem as coisas necessárias para o estabelecimento da vila, a que se deu princípio em dezenove de março levantando-se o pelourinho, e começando a servir os oficiais da Câmara, e se deu o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade.³⁶¹

Nesse dia de festividade cristã, o do Patriarca São José³⁶², Rolim de Moura funda a cabeça de governo na fronteira, em lugar mais próximo do Guaporé e entre os seus dois principais afluentes (Sará e Galera) no sítio de Pouso Alegre.

Antes de tornar-se capital, Vila Bela era local de produção de roças, um sítio. Na ocasião da vinda de Antônio Rolim de Moura, havia uns ranchinhos construídos no barranco do rio, onde os pescadores faziam pouso quando iam às pescarias. No meio do descampado, apresentava-se como um marco da futura praça. O

³⁶⁰ Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 77.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 74.

³⁶² O conhecimento popular acredita que o dia 19 de março, início da primavera no Hemisfério Norte e final do verão no Hemisfério Sul, é o período de maior enchente nos rios abaixo da linha do Equador. Se os rios não encherem até esta data, não encherão mais naquele ano. Cf. LUCIDIO, João Antônio Botelho. **A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII**. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 2004. p. 45. (Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História: Vila Bela da Santíssima Trindade, MT. Relatório final, fase 2).

representante português escolheu o dia de São José para enfim fundar a capital, convocando para tal ato as autoridades locais, *homens bons* e o povo.³⁶³

Segundo Nauk Maria de Jesus, ser capital representava muito mais do que um título, “pois a capital garantia melhor posição na hierarquia urbana, rendas, estabelecimento das autoridades régias e comunicações políticas mais amplas com o corpo do Império português” Para que assim parecesse, e fosse respeitada enquanto tal, precisava expor visual e, simbolicamente, seu poder ante as demais localidades da região.³⁶⁴ Diz a autora que “toda capitania tinha sua capital, podendo ser ela uma cidade ou vila”. Nela residiriam os Governadores juntamente com “todo o aparelho administrativo referente à justiça, à defesa e à finança. O Governador era o representante do rei, portanto, nos locais distantes do Reino, era cabeça do corpo político”.³⁶⁵

O lugar da Vila foi estrategicamente pensado, e sua edificação representou a legitimação do poder lusitano no extremo oeste da América portuguesa, Rolim de Moura, como representante do Estado português, esteve atento ao movimento da conquista das terras no extremo oeste da América portuguesa. Antes de fundar a Vila, certificou-se do potencial do lugar e dos povoados próximos, com seus recursos e dificuldades. A partir dela, o oficial português pôde organizar um poder centralizado que deveria administrar questões de ordem interna, as quais remetiam à organização cotidiana da capitania, e questões de ordem externa, que diziam respeito às estratégias e ações para consolidar a posse do território ocupado.

Contudo, passados cinco anos da fundação da Vila, Antônio Rolim de Moura ainda apresentou argumentos quanto à escolha do Sítio de Pouso Alegre. Ele tinha que atender “aos interesses do Estado” e não “mais ao conforto dos moradores”.³⁶⁶ A fundação da Vila deveria acatar a função de criar um espaço de vigilância e ocupação na fronteira, com a estratégia de solidificar a posse do Estado português no Guaporé. De maneira que Vila Bela representaria a oficialização da conquista e

³⁶³ CANAVARROS, 2004. p. 323.

³⁶⁴ JESUS, 2006. p. 314.

³⁶⁵ *Ibid.*, p. 314-315.

³⁶⁶ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

apropriação do Estado português de um espaço limite. A Vila deveria criar uma demanda que pudesse notar a comodidade de seus moradores, atestar a existência da governabilidade, mantendo a hegemonia do poder lusitano naquela linha fronteira.

Entende-se que as imagens construídas pelo oficial português resultam das representações dos espaços observados. A paisagem representada pelo Governador dos vários povoados resultou em imagens projetadas do ambiente fronteiro, as quais constituem a apreensão de uma realidade física dos lugares visitados. O conjunto de representações construídas por Rolim de Moura corresponde às apreensões da realidade observada por ele e obedeceram à sua relação com o ambiente em que se encontrou, mediante os referentes contidos nas Instruções Reais.

Seu olhar estava voltado ao plano estratégico e nessa fronteira imprimiu uma nova marca. Um novo espaço de significação às margens do Guaporé. Uma marca administrativa foi fundada na fronteira para dar visibilidade ao novo, ressignificando um espaço, sobretudo naquilo que trata sobre a representação do poder lusitano na linha fronteira. Ele cria esse espaço e a ele dá legitimidade, com o sentido de ampliar as posses do Reino, demarcando as terras pertencentes a Portugal.

Rolim de Moura mostrou que a paisagem do lugar da Vila foi defendida por: oferecer uma natureza que concorreu para ornar todas as ações por ele projetadas; levantar a Vila, unir uma povoação onde o terreno era fértil e agradável; ter clima puro e generoso, com ares sadios e temperados, lugar rodeado de vizinhança numerosa, de povos “civilizados” e cultos, com que podia entreter um comércio, que trazia facilidades aos moradores da povoação. Embora tivesse que trabalhar muito para desenvolver esse projeto, a natureza ali habitava um clima que prometia felicidade. De outro, as dificuldades que teria de vencer era ter de administrar um Mato Grosso perigoso, com ares impuros, desagradáveis, remotos das mais capitanias, desabitado e inculto.

Sua autorrepresentação é uma imagem que o torna oficial construtor das coisas grandiosas, um homem ocupado com as observações da fundação da Vila que serviria de Capital daquele governo. Essa foi a primeira de suas ações no Mato Grosso.

4 ANTÔNIO ROLIM DE MOURA: A PAISAGEM E AS IMAGENS DO MATO GROSSO

Em meados do século XVIII, Portugal preocupava-se com a manutenção das zonas auríferas coloniais para equilibrar a economia frente às demais nações europeias. O desmembramento da capitania de Mato Grosso e Cuiabá da de São Paulo ocorreu após o avanço dos sertanistas e monçoeiros impulsionados pela procura de índios e de ouro no vale do Guaporé, lá formando os primeiros núcleos populacionais não índios.

Segundo afirmações da historiadora e arquivista Ana Mesquita Martins Paiva, a descoberta de minério em áreas limítrofes com a América Espanhola exigiu de Portugal ações políticas no sentido de garantir as posses das terras conquistadas, o que explica o interesse dos portugueses em fomentar o ingresso de pessoas no noroeste da capitania, “por meio da instalação de efetivo povoamento, montagem de contingente militar e viabilização de condições para o desenvolvimento comercial”. Paralelamente ao avanço português para a região do Guaporé, os espanhóis se deslocavam para o oriente. Concomitantemente ocorria no sentido Sul/Norte a ocupação do poderio jesuíta, que formava um cordão de forças entre as Américas Luso-Espanholas.³⁶⁷

Rolim de Moura, com experiência militar nas terras de Portugal, deveria usar de tática e perspicácia no confronto com os vizinhos castelhanos, e estimular a política de povoamento nos circuitos das aldeias missionárias espanholas, com o intento de garantir a posse das terras para os lusos pelo lado ocidental.

Paiva explica que no governo de Antônio Rolim de Moura a questão do povoamento se tornou problemática, o momento não favoreceu a ida de colonos para a região. O recurso para sanar tal situação foi a utilização da população indígena que deveria ser trazida para a “civilização” por meio de atrativos, oferecendo-lhes quinquilharias e ferramentas. Soma-se a esse contexto o discurso de Rolim de Moura mostrando a necessidade de desenvolver práticas de

³⁶⁷ PAIVA, Ana Mesquita Martins de. **A ocupação da fronteira oeste da colônia**, no período de Antônio Rolim de Moura. 39 f. Monografia (Curso de Especialização: Mato Grosso: História e Historiografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, 1982. p. 4.

cruzamento dos índios com os negros e os brancos. Assim se tornariam “menos inúteis à República”.³⁶⁸

O Distrito do Mato Grosso teve, em números, se comparado ao do Cuiabá, impressões muito mais negativas, construídas pelo olhar de Antônio Rolim de Moura, pois suas observações mostram condições pouco favoráveis à conservação da vida e da falta de estrutura [na saúde, de médicos e remédios, nas grandes distâncias, na política e no setor governamental] a que estavam expostos os habitantes daquela região. O Governador desempenhou a tarefa de remeter a Portugal informações sobre o território que administrava, mostrando as potencialidades econômicas dos recursos naturais, e estabeleceu um inventário das informações daquele novo domínio ultramarino. Neste conjunto de elementos, havia aquelas que garantiam a sua projeção, enquanto executor do plano político de conquista ultramarina, com o caráter de fazer-se um destacado e virtuoso Governador do Império.

4.1 VIVER NA FRONTEIRA: UM REINO DE DIFICULDADES

Na descrição do contexto dos recursos naturais e da escolha do lugar da capital, em aspectos inseridos no campo do simbólico, juntavam-se as dificuldades em enfrentar as adversidades da natureza. O Governador, ao notificar aos seus superiores as condições de vida da região, transmitia-lhes as inconveniências por que passava, as doenças, a distância que separava a Vila dos outros núcleos de colonização. Ainda que o lugar da Vila fosse considerado “o sítio mais sadio” se comparado a outras minas do Mato Grosso, visto “pela fama das suas doenças [era] o terror de toda a América”³⁶⁹, era, contudo, o lugar defendido para a sede do governo. São imagens que conformam o espírito do homem aplicado ante os projetos do avanço da conquista e do povoamento da nova capitania, mesmo que cercado por um sertão considerado bruto. As imagens desse processo de conquista mostram sempre as agruras de um cotidiano de sofrimento, as condições do espaço

³⁶⁸ PAIVA, 1982. p. 12.

³⁶⁹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 144.

doméstico, as doenças que não davam trégua nem ao governador e nem aos companheiros da sua comitiva:

Com as influências das vazantes, que em toda a América são prejudiciais, começaram a cair todos com sezões não ficando pessoa alguma de minha comitiva, que as não tivesse, e não recaísse várias vezes, em que eu entrei também, assim em as ter, como em recair, contudo estou persuadido ser este sítio mais sadio, ou ao menos não tão doentio como o resto do Mato Grosso, porque as doenças me não fazem admiração, havendo feito uma jornada tão trabalhosa, como do Cuiabá aqui bebendo águas de charco, e de cacimba, e outras muitas, ainda que córregos salobras, de mau cheiro, e sabor, fazendo sempre as marchas pelo rigor do sol, que neste clima é sumamente pernicioso, e senão pode evitar, porque os cavalos ficam de noite soltos a pastar, e quando pela manhã se recolhem do campo são muitas vezes nove, e dez horas. Não pouco ajudaria ao mesmo efeito o descômodo com que aqui temos vivido servindo-nos de casas ranchos de palha, que nem bem resguardam as chuvas, nem o calor do sol, e muito menos os ventos e as friagens, e em que o assoalho é a mesma terra úmida.³⁷⁰

Em diversos momentos, o Governador presta satisfações ao Conselho Ultramarino acerca de Vila Bela, descrevendo situações que constituíam entraves para o desenvolvimento da região. Havia uma interdependência de fatores internos para que a vila prosperasse. Assim sendo, a deficiência de um elemento interferia em outro, a exemplo das dificuldades nos trâmites políticos, que impediam a agilidade dos mandos oficiais do Governador. Se, por um lado, por parte da Coroa portuguesa havia a necessidade de povoar o local, por outro, os moradores da Colônia não se sentiam atraídos para estabelecer-se em Vila Bela, pois, por mais que fossem relatadas as suas características positivas, o local contava com todo tipo de adversidades. Os infortúnios, tema muito frequente nos discursos de Antônio Rolim de Moura, compunham o cenário de um cotidiano de fronteira, em terras onde a vida se situava quase sempre em situação de perigo. Diante dessa paisagem, a abertura do comércio com o Pará pelas vias fluviais amazônicas seria um alento aos moradores, necessitados de uma via de comércio mais ágil:

Como este sítio está distante dos arraiais e das roças, servem de grande obstáculo a concorrer mais gente a falta e a carestia de mantimentos, para o vencer tenho feito diligência, para que se plantem nestas vizinhanças, e com efeito dez roças há já a borda do Guaporé, e perto da Vila com a planta, que basta para fazer abundância grande para o tempo da colheita. Nunca porém pode a povoação crescer muito enquanto tirar só deste distrito o seu aumento, estando ele tão falto de gente, como representei a Vossa Majestade, e necessita para esse fim de outras providências, que só Vossa Majestade pode dar para que de outras Capitanias, ou do Reino, ou das

³⁷⁰ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 76-77.

ilhas lhe entre o povo de que precisa, não só a Vila para ficar estabelecida com firmeza, mas ainda a conservação das mesmas minas, que cada vez vão a menos, pelos muitos, que todos os anos morrem enquanto a mim, não tanto pela malignidade do clima, como por não terem com que se curar, em razão da grande carestia, e falta de remédios, procedida do dilatado, e dificultoso caminho; que é preciso vencerem para cá chegarem a vista do que me parece, que só a franqueza do comércio com o Pará pode ter mão na ruína destas terras.³⁷¹

Seus textos constroem uma paisagem que é o reino das dificuldades, adicionando a outros aspectos negativos os perigos das doenças que constituíam elemento devastador naquela região, fazendo da Vila e dos arraiais ambientes fatais aos moradores, especialmente no tempo do frio. O período de maiores intempéries vivido pelos moradores no Guaporé era a estação das águas, que também significava riscos à saúde. Doenças, *febres catarrais* e *sezões* que os *miasmas* traziam, levavam muitos à morte. Vivendo nesse “ambiente natural”, era previsível que as doenças deixariam suas marcas:

porque a dez do corrente faleceu nesta Vila [Fernando Caminha de Castro] de umas sezões de que já havia tido seus ameaços pelo caminho, que este ano tem perseguido esta terra com maior força que os mais neste princípio de águas, em que sempre se experimenta o maior rigor do clima: e assim fico com bastante cuidado no efeito que fará esta nova no povo do Cuiabá, que só na vinda do novo Ministro punha as esperanças da sua redenção. E para Sua Majestade se capacitar mais do muito que tem padecido o dito povo com o Ouvidor atual [João Antonio Vaz Morilhas] remeto as cópias inclusas, e a relação de várias coisas que me ficaram mais na memória, porque referir tudo não é possível, nem ainda sabê-lo porque até de se queixarem têm receio [...].³⁷²

São recorrentes as reclamações quanto à falta de médicos e medicamentos. Para solucionar tais carências, o Governador e um italiano praticante de outro ofício [a carpintaria] ofereciam alento na Vila àqueles que padeciam com as enfermidades:

³⁷¹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 39, [f. 51-52v]. CARTA de Antônio Rolim de Moura ao Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 100-102.

³⁷² CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 31 de janeiro de 1755. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 109, [f. 49-50v]. CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 31 de janeiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 49-58.

Nos primeiros tempos até chegamos a estar aqui sem médico, nem cirurgião, pelo que me vi obrigado a servir eu disso, e mais um carpinteiro italiano que aqui se achava, e assim ia pelas choças de brancos e negros tomar-lhes o pulso, e aplicar-lhes os remédios, e depois disso não adoeceu pessoa de cuidado nesta Vila que eu não mandasse logo visitar, e dar-lhe dos meus remédios, quando necessitavam de alguns que não havia nas boticas; isto é, não sendo pobres, porque sendo-o lhes assistia com tudo, até com enfermeiro, pelo que algum houve ainda dos Arraiais, que veio curar-se a minha casa.³⁷³

A deficiência de médicos e medicamentos verificou-se também quando o Governador acompanhou o trabalho de demarcação das terras na fronteira em disputa com os espanhóis. Ao ir para a Aldeia de Santa Rosa³⁷⁴ – lugar que teve importância estratégica na política de colonização, uma vez que, nesse período, o Governador cuidou de ali montar guarda integrada de dragões, pedestres, soldados e aventureiros, entre índios e escravos –, contraiu uma doença que o indispos por algum tempo.

Dessas suas idas ao Destacamento e retornos à Vila, escreve:

Na minha carta de 8 de novembro do ano passado, disse eu a V. Exa. passageiramente, na [ilegível] da do Mestre de Campo Espanhol a esta Vila me repetiu uma enfermidade, que padeço desde que fiz a viagem a Santa Rosa: a qual parece ramo de apoplexia. De então para cá se não tem descuidado, nem eu de usar dos remédios, que me têm noticiado alguns livros de Medicina; a que de necessidade, recorro eu mesmo, por não haver nestas Minas médico nem cirurgião; e com efeito, a frequência dos vomitórios, ou, para melhor dizer, a misericórdia de Deus, me tem restituído em parte, e me acho com bom princípio de melhora: porém como a fragilidade da vida humana, ainda sem tais antecedências, se não deve pôr em esquecimento, me parece que devo expor a V. Exa. que nesta capitania não há nenhum oficial militar que possa substituir a falta de Governador, nem ainda suprir na minha ausência, se para se concluir a demarcação dos Limites Setentrionais houver de passar eu ao Rio Negro, em virtude das Ordens Reais; pois o Capitão de Dragões, que é o único oficial de Patente que cá se acha, se incapacitou com o estupor alto, que o acometeu na Vila do Cuiabá, como tenho representado algumas vezes.³⁷⁵

³⁷³ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192 [f. 98v-107v].

³⁷⁴ A missão de Santa Rosa fora fundada pelos padres da Companhia de Jesus que atuavam pelo reino de Espanha, na margem direita do Rio Guaporé, na década de 1740, e teve que ser desocupada no início dos anos de 1750 por força do Tratado de Madri. O lugar foi conhecido pelo nome de Santa Rosa, Nossa Senhora da Conceição e, finalmente, Forte de Bragança. Foi reocupado pelos portugueses a partir de 1760, quando Rolim de Moura nele ativou um destacamento militar. Cf: LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato-Grosso (1719-1856). **RIHGM**, Rio de Janeiro, v. 205, p. 64-68, 1949.

³⁷⁵ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de abril de 1761. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas**. Manuscrito, Livro C-05, Estante 1, Doc. 196 [f. 113v-115].

Descreve a existência de muitos índios aptos para a política de aldeamento e as relações estabelecidas entre os interessados. Porém, suas informações indicam as dificuldades do crescimento populacional nas aldeias em razão das epidemias. Demonstração disso eram as mortes na aldeia de São José, localizada nas proximidades de Vila Bela da Santíssima Trindade:

Somente de gente é que se aumentava pouco, em razão das epidemias que quase todos os anos há pelo tempo das águas, das quais houve ano que morreram mais de 90 dentro de 3 meses, o que tem feito que a gente seja ainda pouca nela, sem embargo de se lhe haverem metido algumas 600 almas desde que começou. Fácil seria continuar a recrutá-la porque antes que o dito Padre se retirasse para cá, se havia descoberto por sua via, e tomado conhecimento e amizade com umas poucas de nações novas de muitos milhares de almas. Porém, como a experiência tem mostrado, que a maior parte que se tiram das suas terras, cá para a borda de Rio morrem dentro de pouco tempo por causa das epidemias, que acima disse isso havia já motivado algum escrúpulo ao dito Padre de os fazer conduzir delas, e o mesmo tem, também o Padre Domingos Gomes da Costa, porque Monte Negro diz que, em semelhantes casos, se não podem tirar da suas terras, ainda que seja com o fim de os trazer ao grêmio da Igreja.³⁷⁶

O registro destaca os resultados da desvantagem populacional dos índios provocada pela política de aldeamento. Colocados sob os cuidados de alguns padres que intencionavam catequizá-los, aldeando “os que estavam metidos pelos matos”, “na obra da fé”, “ao serviço de Deus”, como para o “serviço da Sua Majestade”.³⁷⁷ Lembrando que o Governador, ao sair do Rio de Janeiro, levou consigo os primeiros jesuítas para o Mato Grosso, os padres Estevão de Castro, que zelou pela missão de Santana, e Agostinho Lourenço, também com o fim de fundar aldeamentos de índios para evangelização missionária. Este acompanhou Antônio Rolim de Moura à região do Guaporé para fundar a Missão de São José, em 1754.

Além dos livros de medicina usados por Rolim de Moura para cuidar das situações de enfermidades e do italiano bem intencionado em atender aos pobres da Vila, solicitavam do Rio de Janeiro os medicamentos para botica na vila.

³⁷⁶ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Thomé Joaquim da Costa Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de março de 1759. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 240, [f. 151v-153].

³⁷⁷ OFÍCIO enviado pelo Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de junho de 1759. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 604.

O Dr. Intendente, e Provedor da Fazenda Real mande vir da cidade do Rio de Janeiro, por José Pereira Nunes da Vila do Cuiabá, ou por outra pessoa de confiança, [...] duas arrobas de Kina, uma libra de tártaro emético, uma libra de tártaro [ilegível], uma libra de quintilho, uma libra de antimônio em vidro, e uma libra de rum, tudo para a Botica da Fazenda Real desta Vila. E

o custo de uma, e outras encomendas, mandará satisfazer na Província Comissária do Cuiabá.³⁷⁸

As doenças eram assuntos que faziam parte dos discursos do Governador, quer como construção imagética que conferia à paisagem um caráter infernal, quer como questões práticas do cotidiano colonial. Ele teve que suportar, no Mato Grosso, sezões, enfermidades e incômodos de toda sorte. Seu sucessor ao cargo de Governador, seu sobrinho João Pedro da Câmara,³⁷⁹ mencionou que o tio Antônio Rolim de Moura partiu do Mato Grosso padecendo de alguns problemas de saúde, e, ainda, privado de riquezas: “[...] meu tio, o Sr. Conde de Azambuja³⁸⁰, que vai [para o Grão-Pará] surdo, com obstruções, vertigens e papadas, e sobre todos estes achaques, sumamente pobre e empenhado”.³⁸¹

A surdez de Antônio Rolim de Moura, lembrada por João Pedro da Câmara, segundo informações de Leny Caselli Anzai, pode ter sido provocada pelo uso continuado da quina, o que resultava em perturbações visuais e auditivas. Muitas pessoas ficavam praticamente surdas quando faziam uso excessivo desse

³⁷⁸ CÓPIA do Regimento Portaria para se mandarem vir por conta da Fazenda Real da cidade do Rio de Janeiro uma imagem de Nossa Senhora da Conceição para a capela do Presídio desta Invocação e alguns medicamentos. Com a rubrica de Diogo José Pereira. Registrado em Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de junho de 1762. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Portarias e Bandos da Provedoria Real da Fazenda (1761-1766)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-12, Estante 1, [f. 14].

³⁷⁹ Consta no ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá (2007, anno de 1765, p. 91): “Chegou a esta Villa noticia da chegada do Excellentissimo General João Pedro da Camara, sobrinho do passado a Mato Grosso, vindo pella navegação do Pará, e que já havia tomado posse do seo Governo”.

³⁸⁰ D. Antônio Rolim de Moura recebeu o título de Conde de Azambuja por sua atuação durante o episódio de Itonomas. Na barra do Rio Itonomas houve enfrentamento entre militares luso-brasileiros e espanhóis. O rio era território espanhol. Dali Rolim de Moura e os soldados saíram vitoriosos. “No ano de 1763, as tensões latentes na Europa entre Portugal e Espanha finalmente eclodiram no Guaporé e, num ponto mais ou menos perto do Presídio da Conceição, os Castelhanos fizeram a Paliçada de Itonomas. Os portugueses de Vila Bela e os espanhóis de Moxos trançaram armas. A guarnição do Presídio consistia em 224 pessoas a saber: 3 oficiais, 1 sargento, 6 cabos e 60 soldados, 3 aventureiros, 13 pedestres, 24 índios e 114 negros. A contenda pouco durou e foi firmado um acordo reconhecendo aquelas terras como pertencentes à Coroa de Portugal”. Ler em: LUCIDIO, 2004, p. 56 (grifos do autor).

³⁸¹ Cf: MOURA, 1982. p. 91.

medicamento,³⁸² usado com recorrência pelo Governador, por sua eficácia na prevenção e combate às sezões decorrentes da malária.

É o que se mostra no texto:

Eu meu Senhor não posso queixar da terra; porque vai continuando a me tratar bem, e ainda que em março tive duas sezões, está com a quina se me foram, e me vi logo restituído à minha antiga disposição, sem embargo do que nem por isso me desejo menos ver já livre desta ocupação pelas razões que a Vossa Excelência expus, há mais tempo, porém como Sua Majestade me fez a honra de mandar me dizer; que eu lhe era aqui preciso para o seu serviço, enquanto se não concluem as demarcações, não me fica lugar de falar mais nesta matéria, enquanto esse tempo não chega.³⁸³

Rolim de Moura morou em Vila Bela da Santíssima Trindade por mais de uma década, pois permaneceu na capitania de Mato Grosso por treze anos (1751 a 1764) e, ao terminar seu período de governo, não retornou a Lisboa (foi para o Pará e depois à Bahia, onde assumiu o Governo da capitania e mais tarde tornou-se vice-rei da Colônia).³⁸⁴ Fez de tudo para acrescentar representações negativas à difícil tarefa de trabalhar na fundação e desenvolvimento da Vila e demarcar a fronteira, com o propósito de chamar a atenção das autoridades portuguesas, para elevar seu trabalho como funcionário real, prática corrente entre os funcionários da Coroa. Há muitos escritos que representam a imagem das enfermidades que acometiam os moradores da capitania ou outras situações precárias.

Depois de chegar às terras americanas, Rolim de Moura passa a descrever a paisagem como crua, incômoda e perigosa, cheia de adversidades cotidianas para um homem que vinha de uma metrópole. Na sede do governo³⁸⁵, ele estabeleceu

³⁸² ANZAI, 2003. p. 106.

³⁸³ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para o Marquês Estribeiro Mor. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 105-106.

³⁸⁴ “No dia 18 de novembro de 1763 chegou ao presídio de Nossa Senhora da Conceição notícia de que já se encontrava no Grão-Pará e Maranhão o seu sobrinho e sucessor no governo de Mato Grosso, João Pedro da Câmara. A 1 de janeiro de 1765, João Pedro da Câmara tomou posse. Rolim permaneceu em Vila Bela ainda um mês e meio. No dia 15 de fevereiro embarcou no Guaporé com destino à Bahia, pela rota do Pará”. Cf: MOURA, 1982, p. 87.

³⁸⁵ As referências atualizadas do município: Vila Bela da Santíssima Trindade engasta-se na porção oeste do Estado de Mato Grosso, limita-se ao norte com o município de Aripuanã, a leste com os municípios de Diamantino, Tangará da Serra, Pontes e Lacerda e Cáceres, ao sul com a República da Bolívia, a oeste com a República da Bolívia e Estado de Rondônia. Integra a microrregião do Alto Guaporé-Jauru, de número 333, segundo a classificação do FIBGE. O sistema hidrográfico do município está vinculado à bacia amazônica, onde se destacam os rios Guaporé e o Juruena. Cf: BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 35.

residência, vivendo ali todo o período como administrador da capitania. No primeiro ano, teve experiências de uma vida bem próxima, como dizia, à de *um viver sertanista*. Em seu cotidiano suportou a presença de insetos e serpentes, que traziam desconforto à sua morada de palha, na qual relata ter habitado cerca de um ano. Detalhes que deram sentido à formação de uma imagem de perseverança, de caráter quanto à construção do projeto da Vila e ao trabalho de demarcação e construção da fronteira. Seu descontentamento em relação à margem fronteira era quase sempre representada por imagens de isolamento, praticamente inabitada por brancos, de escassas lavouras, com o acréscimo das dificuldades cotidianas, que pouco se pareciam com os privilégios que cercavam a vida de um oficial vivendo em Portugal.

Eu cheguei a este sítio para dar princípio à Vila depois de haver já considerado os outros, e haver assentado que este era o melhor e mais conforme as ordens de V. Majestade. A quinze de janeiro de mil setecentos e cinquenta e dois, e de alguma sorte me achei interdito sem saber o como havia entrar, nem sair desta diligência, porque em todas as minas havia tão pouca gente como acima disse, e que a nem uma só casa, nem uma só pessoa, e unicamente duas ou três rocinhas que se podiam dizer pertencentes a esta paragem pela maior facilidade de deitarem aqui os seus mantimentos do que nos arraiais por estarem à borda deste Rio, mas não pela vizinhança, pois dista daqui um dia de viagem rio abaixo.³⁸⁶

O Governador mostrou que o lugar de fundação de Vila Bela deveu-se à sua persistência na escolha de um local que atendesse às ordens reais. A descrição dos sofrimentos cotidianos, do primeiro ano de residência dessa paragem, apresenta a imagem do desconforto, em especial das condições de sua casa:

Nesta consternação assentei que o primeiro meio devia ser a minha persistência inalterável neste sitio, apesar de todos os incômodos, perigos, e doenças, e assim naquele primeiro ano até dois de fevereiro do ano seguinte, a minha morada foi propriamente uma choupana de palhas, sem portas, nem janelas, mais que as aberturas delas, e por esta coisa exposta a todo o rigor do tempo e a toda a casta de bicharia, que era imensa, por ser terra inabitada, os quais não somente me roeram a roupa, e os vestidos, mas até os dedos das mãos, entre estes se acharam por algumas vezes dentro da mesma choupana jararacas, que são cobras sumamente peçonhentas. Nesta boa acomodação, e servindo-me de cama uma rede, aturei sezões dez meses, ao que correspondia igualmente o mantimento, porque pão nunca o provei em todo aquele tempo, e as convalescenças eram levadas com feijão e toucinho, e até deste houve falta. Serviu isto de fazer sofrer de melhor verdade os mesmos incômodos a pequena tropa de

³⁸⁶ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

gente que me acompanhava, e qual constava do Secretário do Governo, do Tenente de Dragões, e seis soldados e da minha família.³⁸⁷

As distâncias entre os arraiais e entre os termos do Cuiabá e do Mato Grosso, consideradas as condições dos caminhos e as dificuldades de comunicação, tornavam a vida dos fronteiriços ainda mais penosa. Além de todos os outros desafios que o Governador tinha de enfrentar, as vias terrestres alagavam-se em tempos de chuvas, dificultando a travessia dos cavalos com suas comitivas e as relações comerciais com o Cuiabá e com outros núcleos de colonização localizados na rota monçoeira sul. Entretanto, estes estorvos não tornavam as Vilas incomunicáveis com o restante da Colônia:

A vista disto não é muito que uma Vila que fez há poucos dias cinco anos que foi fundada não tenha ainda a sua estrada livre de todos os incômodos, principalmente nestas terras, onde a água chove toda junta; porque ordinariamente, desde dezembro ate fevereiro, é raro o dia que deixa de chover. Com que não há duvida que no tempo das águas alaga parte do caminho, que vai daqui para os arraiais, nem será fácil fundar-se Vila por estas terras sem esse defeito. Mas primeiramente não é tanto como o Provedor Comissário diz; pois, segundo me consta, só chega ao Joelho dos cavalos, quando as chuvas são muitas continuadas, e muito fortes, que no mais tempo de águas mal lhe cobre as unhas, exceto em algumas passagens poucas, que me dizem serem remediáveis.³⁸⁸

No entanto, as dificuldades não impediram a comunicação de Vila Bela com os arraiais, mesmo porque todas as dificuldades deveriam ser descartadas para atingir a meta de se pôr a Vila no espaço escolhido. Por motivos geopolíticos do Distrito do Mato Grosso com as terras da Espanha, que foram seus argumentos:

E em segundo lugar, nem até agora houve desgraça na comunicação desta Vila com os arraiais, nem as alagações impediram a mesma comunicação. Porém, quando estes defeitos fossem maiores, e os não víssemos tão usuais na maior parte das povoações, sempre deviam ser desprezados para conseguir o fim deste estabelecimento. Parece-me que V. Majestade não mandou formar esta Vila ao cômodo e à satisfação dos moradores de Mato Grosso, nem eles tal Vila pediram, nem queriam o motivo que V. Majestade toma para esta determinação, é a vizinhança que este distrito tem com as terras de Espanha, por cuja causa lhe chama V. Majestade a chave, e o Propugnáculo do Sertão do Brasil pela parte do Peru, e assim o sítio desta

³⁸⁷ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

³⁸⁸ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

Vila devia essencialmente corresponder a este fim, ainda que dali resultasse algum incômodo aos moradores, e quanto o que eu recolhi corresponda a esta intenção, pus eu logo na presença de V. Majestade, tanto que lhe dei princípio.³⁸⁹

Nos relatos do Capitão-General destacam-se informações que permitem identificar determinadas características relacionadas aos territórios dos Distritos do Cuiabá e do Mato Grosso, e que podem ser extensivas ao conjunto da capitania. São imagens que retratam negativamente a região e, particularmente, o Distrito do Mato Grosso: relatos a respeito das friagens de São Francisco Xavier³⁹⁰, resultado de um clima “destemperado”, que provocava doenças, e das águas de Santa Ana³⁹¹, espaço doentio e de pouca incidência de raios solares; os caminhos que ligavam as duas vilas da capitania, quase sempre encharcados, os ares, os miasmas, as intempéries, os poucos escravos negros sem os quais os brancos nada eram, a selvageria dos índios, a preguiça dos povos, a falta de recursos financeiros, a pobreza das gentes, as moléstias, as faltas de medicamentos e médicos...

Rolim de Moura sistematizou informações dos espaços que ia conhecendo. Seus registros testemunham a observação das matas, dos rios, das cachoeiras, das intempéries, da paisagem de Mato Grosso e materializam a conquista portuguesa na capitania, e foi ele o protagonista desta obra. A percepção do representante português acentua o caráter dúbio da natureza, que oscila entre um imaginário de riquezas em terras ainda a serem exploradas e a realidade da pobreza dos recursos minerais, das promessas dos tempos da prosperidade da extração do ouro e, por diversas vezes, a contemporaneidade da penúria das minas e da população. São imagens de uma capitania relatada como um lugar com natureza exuberante, entretanto sórdida, de rios de águas cristalinas e, no entanto, pestilentas. A exaltação

³⁸⁹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

³⁹⁰ Do descoberto de ouro em São Francisco Xavier, lê-se nos Anais: “Em setembro do dito ano [1736], mandou o brigadeiro ao sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu com socavadores a ver o Brumado, e a João Pereira da Cruz a socavar a chapada. Dando por faisqueira o Brumado, pôs editais para se repartir a chapada que, de então para diante, por voz e devoção do dito Abreu, se ficou chamado de São Francisco Xavier, cuja partilha se fez a dez de outubro do dito ano.” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 41-42).

³⁹¹ Do descoberto de ouro em Santa Ana, lê-se nos Anais: “acharam [Antônio Fernandes de Abreu e Fernando Paes de Barros] outro ribeiro com ouro, a que puseram o nome de Santa Ana, que fica também ao nascente da Chapada”. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 40).

da abundância das terras e matas, da variedade da fauna e da flora, imbrica-se à precariedade dos recursos a explorar. São expressões que formam o conjunto das imagens construídas pelo Governador.

Permanecer na capitania de Mato Grosso denotava para o Governador situar-se distante da família; representava algo mais que contabilizar léguas e dias. Essa distância pode ser concebida por não permitir a companhia de amigos e parentes, pois estavam em Portugal. Era distante por representar graus de primitivismo, vazia de ação humana, merecedora de graus de racionalidade, portanto, necessitava ser aproximada da “civilização”. Era distante porque sua gente não tinha os hábitos e costumes que circunstanciavam as comodidades e confortos de uma vida de nobre. Distante porque nela não havia estrutura material que correspondesse à da metrópole. Antônio Rolim de Moura encontrava-se em meio a uma geografia desmedida, que o distanciava do mundo “civilizado”.

De outro modo, seu relato conta os seus inúmeros feitos, valorizando as várias memórias que consubstanciam sua visão de mundo e os instrumentos de suas decisões políticas. Entre seus muitos afazeres estavam, além da implantação de Vila Bela, os cuidados com o abastecimento das minas, ainda em fase mais ou menos precária, e a segurança de toda a extensíssima fronteira com os Castelhanos.

Para atender a este fim (o de construir uma identidade territorial portuguesa no Guaporé por meio de relações do Estado) o Governador incentivava a fundação de núcleos povoados ao longo do Rio, a manutenção de relações de amizade e respeito com os vizinhos, e o estabelecimento da ligação comercial com o Pará.

Quanto ao dinamismo na fronteira, Rolim de Moura igualmente escreve a respeito do crescimento da Vila (que em seu início fora sinalizada apenas com um tronco de piúva). O sofrimento acrescido em seus relatos - doenças e desconforto - seu esforço foi significativamente demonstrado, ressaltando seu empenho naquilo que conseguiu empreender, construindo para os seus correspondentes um cenário de visualidades e visibilidades que nortearam diversas e contraditórias imagens do Guaporé e da capital.

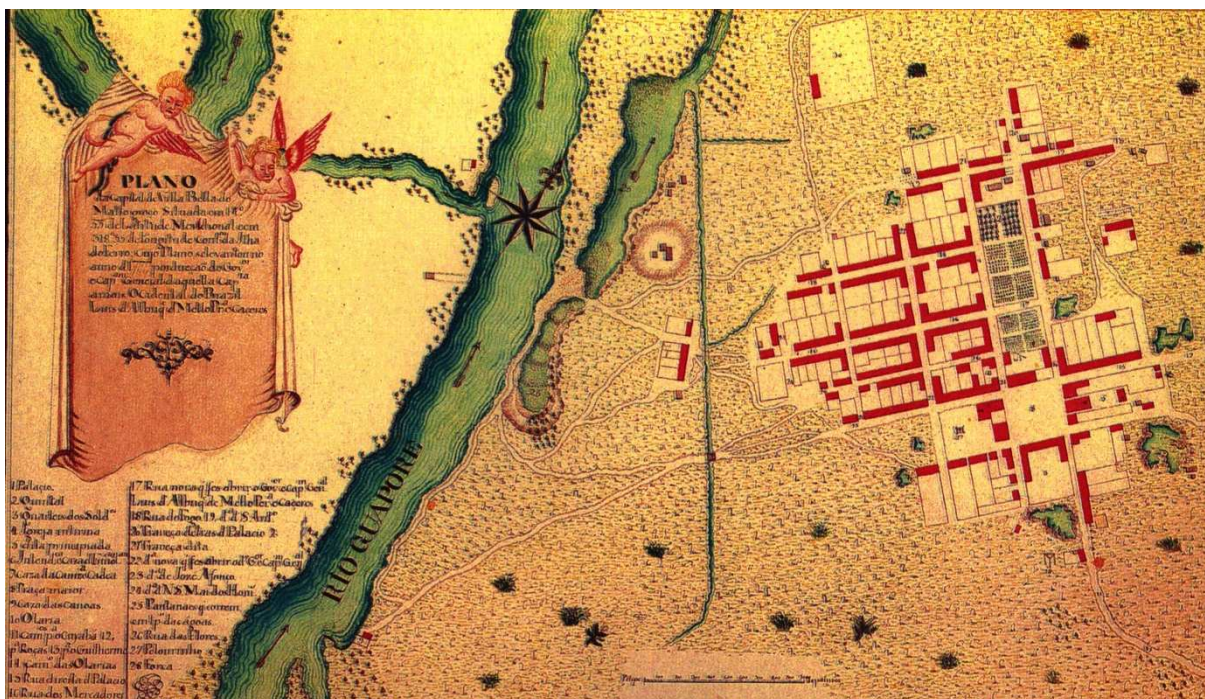


FIGURA 9 - PLANTA DA CAPITAL DE MATO GROSSO: VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DO MATO GROSSO, 1777

FONTE: AMADO; ANZAI (2006) (imagem da capa)

Próximo da praça central da vila, foram construídas as casas de moradia, as tavernas, açougue, quartéis para dragões. Em 1752, começou a ser levantada, em barro, aquela que seria a casa dos Governadores da capitania, ocupando o lado norte da praça. Está registrado em *Anais de Vila Bela*:

Em novembro deste ano [1752], deu sua Excelência princípio às obras que nesta Vila se fizeram e fazem por conta de El-Rei, como foram os quartéis para os dragões, cuja casaria ocupa o lado sul da praça, e se principiaram os alicerces de pedra e barro da casa para o governador, que ocupa o lado norte. [...] No ano de 1753, mudou-se sua Excelência da rancharia em que estava para uma pequena casa que fez junto às obras da praça. Foi a primeira que se cobryu de telha. Depois, os quartéis.³⁹²

No ano de 1755, foram erguidas mais construções em Vila Bela:

Neste ano, mais do que nos outros, se edificaram muitas casas nesta Vila cobertas de telha. E com as duas igrejas, se contam, ao presente, 26 edifícios desses, entre grandes e pequenos. São mais de trinta as casas que se acham ainda cobertas de palha. Ao que parece, terá esta Vila, dentro em si, e pelos sítios que ao redor cultiva, quinhentas almas, pouco mais ou menos, entre brancos e negros, e índios, e um e outro sexo, fora a gente que habita pelos arraiais e minas deste Mato Grosso.³⁹³

³⁹² AMADO; ANZAI, 2006. p. 53.

³⁹³ *Ibid.*, p. 60.

Ao longo dos seus treze anos de governo, muitas orientações contidas nas Instruções Reais foram implementadas. Contudo, quando foi nomeado para o cargo de Governador, ficou registrado na carta patente que ficaria três anos na capitania. Acredita-se que Rolim de Moura não tinha conhecimento preciso do quanto teria que permanecer na Colônia além desse período inicial:

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves daquém e de além Mar em África, Senhor de Guiné, e da Conquista Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia etc. faço saber aos que esta minha Carta Patente virem que, tendo consideração às qualidades, merecimentos e serviços que concorrem na pessoa de D. Antonio Rolim de Moura, e a que dará inteira satisfação o que lhe for encarregado do meu serviço, conforme a confiança que dele faço. Hei por bem de o nomear como pela presente nomeio no Cargo de Governador e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso por tempo de três anos, e o mais enquanto lhe não mandar sucessor, com o qual haverá o soldo de doze mil cruzados cada ano pago na forma de minhas ordens, e com o mesmo cargo gozará de todas as honras, poderes, mando, jurisdição e alçada que tem, e de que usam os Governadores do Rio de Janeiro, e do mais que por minhas ordens e instruções lhe for concedido com subordinação ao V. Rei, e Capitão-General de Mar e terra do Estado do Brasil como a tem os mais Governadores dele.³⁹⁴

Em 1755, o Governador aproveita para informar da sua atuação na formação e povoação da Vila, juntamente com roças e criações. Finaliza com assunto de seu interesse, o retorno a Portugal:

A dezessete de janeiro fizeram quatro anos que tomei posse desta capitania, como me parece que a principal coisa a que S. Majestade me mandou, foi a fundação desta Vila. Ela se acha com algum princípio de estabelecimento, pois no exame que agora fez o Vigário da vara para dar conta ao Bispo do Rio de Janeiro, achou que tinha quarenta e sete fogos, e quinhentos e trinta e oito pessoas de confissão e comunhão, entrando porém, não somente brancos, mas bastardos, mulatos, pretos e carijós. Os sítios da sua vizinhança lhe dão já o mantimento necessário, e muita parte das criações que na Vila se gastam, e também tem seus princípios de fazendas de gado, de modo que entendo posso dizer que a povoação está formada: à vista do que peço a V. Exa. me alcance de S. Majestade me mande sucessor, que é certo dará a isto muito maior aumento do que eu.³⁹⁵

³⁹⁴ CÓPIA da Carta Patente nomeando Antônio Rolim de Moura para o Cargo de Governador de Mato Grosso assinada pelo Conselho Ultramarino. Lisboa, 26 de julho de 1748. Registrada na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em janeiro de 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos.** Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 240, [f. 5-6].

³⁹⁵ CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de maio de 1755. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 489.

Seus escritos dão relevo aos obstáculos enfrentados, sua determinação e atitude obstinada diante dos desafios de uma paisagem pouco familiar. Essas mesmas imagens ganharam circulação nas instâncias administrativas de Portugal e se reproduziram em conteúdos das correspondências dos oficiais metropolitanos. Os escritos incluem um roteiro que inicia com a saída das terras lusas, passa pelas dificuldades que iria passar durante a viagem monçoeira, e a demora para chegar ao Distrito para estabelecer Vila, na qual moraria:

[...] reapresentar D. Antonio Rolim de Moura que, passando a servir-me em o estado do Brasil, no Cargo de Governador, e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso, partirá desta Corte em três de fevereiro de mil setecentos e quarenta e nove, e continuará a sua viagem que fizera com grande trabalho e despesa, incômodos, pelo áspero dos caminhos, e carestia das terras, na qual gastara quase dois anos, sem que por sua culpa se demorasse dia nenhum no caminho, e assim que chegara àquele distrito fez logo estabelecer a Vila, e depois tudo o mais que se lhe encarregou de meu real serviço com todo o acerto, zelo e atividade [...].³⁹⁶

Percebem-se as imagens da capitania de Mato Grosso que circulavam nos espaços de poder na metrópole. As dificuldades impostas pelas distâncias entre as duas Vilas da capitania, a carência de recursos naturais de valor econômico e a força em suportar os grandes empecilhos favoreceram a personalidade “heroica” e os interesses de Rolim de Moura em se mostrar com força e determinação na execução de suas ações.

[...] além do grande perigo de vida a que está exposto pelo mau clima, em que tem experimentado repetidas vezes sezões, se acha impossibilitado para poder passar naquele país com o soldo que se lhe constituiu, pois sendo este de doze mil cruzados, ficam em onze, por pagar quatrocentos mil réis dos novos direitos, e precisando andar sempre em jornadas de uma para outra Vila, que dista mais de cento e cinquenta léguas, do mais áspero caminho, e despovoado, em que são as terras de maior carestia que há em todo aquele Estado, virá a contrair os maiores empenhos por não ter renda própria o suprir tão excessiva despesa, se via em consternação e obrigado a expor-me o referido, para que na consideração de não procurar o Superintendente ambiciosamente utilizar-se, mas só ter meios com que sem se gravar com maiores empenhos, dos que já tem contraído, possa

³⁹⁶ CÓPIA da Provisão que Sua Majestade houve por bem acrescentar ao soldo do Ilustríssimo Governador de Mato Grosso. Lisboa, 26 de julho de 1748. Registrada em Vila Bela da Santíssima Trindade em 14 de junho de 1756. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 145, [f. 75v-76].

sustentar-se e tratar-se com decência naquele Governo, e suportar as grandes despesas das jornadas [...].³⁹⁷

Por todas essas razões, era um lugar e um governo que carecia de ajuda de custo, a exemplo do que era feito com outras capitanias da América. Essa, a do Mato Grosso, precisava ser atendida, pois que, para vencer as distâncias, o Governador deveria ter acréscimos em seu soldo:

que é obrigado a fazer; atendendo o que sendo constituído aos Governadores de Goiás o soldo de oito mil cruzados se lhe dão mais quatro em cada um ano a título de ajuda de custo, sendo ali os gêneros por menos a terça parte diferente o clima, caminho, quando lhe seja preciso fazer algumas jornadas, fosse eu servido mandar-lhe acrescentar mais a terça parte do soldo que tem para ao todo vencer dezesseis mil cruzados, e que este acréscimo lhe seja satisfeito desde que tomou posse do dito Governo, fazendo-lhe juntamente mercê de uma ajuda de custo proporcionada para as jornadas que faz de uma Vila para a outra em tão grande distância, a exemplo do que se tem praticado com os Governadores de São Paulo e Rio de Janeiro, nas ocasiões de semelhantes jornadas. E sendo visto o seu requerimento, e o que sobre ele responde o Procurador de minha fazenda, hei por bem, por resolução de dezessete de outubro do presente ano, tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino, que o Governador, e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso vença mais e meada em cada um ano por ajuda de custo de dois mil cruzados [...].³⁹⁸

As terras de Mato Grosso foram avaliadas por Rolim de Moura como as mais desprovidas de toda a América portuguesa. Nada mais justo que receber os soldos que correspondessem ao reconhecimento de seus esforços. A circulação de seus escritos entre as instâncias de poder na metrópole resultaram em um ganho: pôde, com as imagens negativas construídas a propósito da mais necessitada de todas as terras da Colônia, barganhar o aumento de seus ganhos.

Nos cinco primeiros anos de investimento na Vila, foram construídas trinta e quatro casas cobertas de telhas e outras trinta, mais ou menos, cobertas de capim. Na Vila e nos arredores, existiam em torno de vinte roças, entre grandes e pequenas. As pessoas de confissão, segundo contagem feita pelo vigário, chegavam

³⁹⁷ CÓPIA da Provisão que Sua Majestade houve por bem acrescentar ao soldo do Ilustríssimo Governador de Mato Grosso. Lisboa, 26 de julho de 1748. Registrada em Vila Bela da Santíssima Trindade em 14 de junho de 1756. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 145, [f. 75v-76].

³⁹⁸ CÓPIA da Provisão que Sua Majestade houve por bem acrescentar ao soldo do Ilustríssimo Governador de Mato Grosso. Lisboa, 26 de julho de 1748. Registrada em Vila Bela da Santíssima Trindade em 14 de junho de 1756. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 145, [f. 75v-76].

a setecentas “pessoas de todas as qualidades”. Nos arredores da Vila havia vários engenhos de produção de farinha de milho, de farinha de mandioca, de açúcar, de aguardente, de melados, “com o que vai se aprofundando as raízes da vila”, segundo observações do Governador. Outro dado significativo da região foi a criação de bovinos e de ovinos, que também se avolumava no Guaporé.³⁹⁹

Com o decorrer dos anos, aquele povoado de pescadores ganhou certa estrutura. Equipamentos urbanos foram instalados a partir da fundação da Vila. Em torno da praça central foram distribuídos os edifícios públicos, como a Matriz, a Casa da Câmara, a Cadeia, a Casa de Fundição, a Real Fazenda. A Igreja da Matriz abrigava duas capelas, a de Santo Antônio e a de Nossa Senhora Mãe dos Homens.⁴⁰⁰

O Governador rememorou a precariedade da vida no lugar do Guaporé na ocasião de sua chegada. O lugar da capital contava inicialmente com poucas roças e ranchos de pescadores, e foi na borda do rio que se fez a primeira capela: uma palhoça. No primeiro ano depois de construída, foi destruída pela força das águas quando o Rio Guaporé saiu de seu leito. Foi então que o Governador obrigou-se a edificar outra:

Logo que cheguei se dizia a Missa no meu rancho, mas vendo eu que uma das coisas essenciais para o estabelecimento desta Vila era mudar-se para cá a freguesia mandei fazer uma capela a minha custa, e requeri ao Bispo do Rio de Janeiro a dita mudança que prontamente concedeu. Com outro foi em tempo que eu ainda assistia na palhoça, e à borda do rio lá ao pé se fez a dita capela, pelo que saindo no ano seguinte o rio fora da sua madre a arruinou, e me vi então obrigado a fazer outra na praça principal a custa da Real Fazenda porque para fazê-la a custa de todo o povo entrando o das minas, era uma injustiça; pois a esse tempo ainda a freguesia se achava no arraial de São Francisco Xavier para fazê-la a custa só do povo desta Vila era encargo demasiado para ele, e com isso se afugentaria ao mesmo tempo que eu desejava cercá-lo por todos os meios; e eu pelos meus empenhos também não podia já com esta despesa, sem embargo do que ainda fiz muitas pertencentes à mesma matéria; pois enquanto não chegou a ordem para esta capela ser freguesia, que foi no ano de mil setecentos e cinquenta e quatro, estive concorrendo com todo o guisamento e cera, além de algumas peças para seu adorno.⁴⁰¹

³⁹⁹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

⁴⁰⁰ SILVA, João Bosco. **Vila Bela à época de Luis de Albuquerque: 1777-1789**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005. p. 29 e ss.

⁴⁰¹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

Rolim de Moura se autorrepresentava como detentor de uma docilidade do espírito do vencedor das dificuldades, do homem comedido, capaz de conduzir gentes para que se aumentasse a nova povoação. A Vila, segundo o Governador, cresceu, tornou-se digna de receber a nomeação de Capital do seu governo. Difundiu a visão de que o Mato Grosso era um lugar representado pelo florescimento, que debaixo dos seus auspícios mostrou-se próspero, tornando-o senhor de êxitos, mesmo mostrando-se imerso na seara das dificuldades, da morosidade, dos perigos, do sertão remoto, desabitado e inculto.

4.2 AUTORREPRESENTAÇÃO

No conjunto da correspondência de Rolim de Moura pôde-se perceber que ele mostrou-se muito preocupado com sua saúde, e em diferentes ocasiões apresentou-se incapaz de melhorar seus ofícios, ou desempenhá-los de forma mais competente. Dados pormenorizados descritos pelo Governador serviram de adereço às cenas de sofrimento, que ele narra serem contumazes, no tempo em que esteve na Colônia. Referia-se às dificuldades que no Distrito do Mato Grosso obrigatoriamente teve que suportar, e sempre escreveu que eram escassos e difíceis os recursos medicinais e humanos.

Para Rolim de Moura, o Mato Grosso, ao projetar-se sujeito de enfrentamentos diversos, representava o Guaporé como um lugar onde em toda a América mais proliferavam as enfermidades, causas das quais todos sofriam. Depois das chuvas, que implicavam inundações, o ar infectava-se, produzindo febres e sezões. O clima, tanto o frio como o calor intenso, gerava febres pestilentas, as quais denominou “carneiradas”. De suas projeções pessoais, a construção de duas imagens se destaca: sua incompetência na lida com o ofício do governo e as doenças, que lhe imputaram a caracterização de homem intrépido nos “confins do sertão”. Esses discursos tinham intencionalidades marcantes destinadas a criar mensagens com a finalidade de autopromoção e apresentá-lo como um herói obstinado nas terras da América portuguesa.

O Governador de Mato Grosso, justificando as dificuldades que enfrentava, afirmava reiteradamente sua “pouca experiência” e “curta capacidade” para os

negócios administrativos.⁴⁰² Certamente essas considerações que conseguiu fazer de si, sirvam de autocomiseração, a fim de passar à nobreza e aos funcionários reais uma imagem de vencedor e lutador pertinaz em seus ofícios. Suas lástimas, especialmente no caso em descrever-se pouco informado, pouco habilitado para o cargo de Governador, tinham a finalidade de construir-se e apresentar-se aos lusos como um homem que merecia piedade, compaixão, misericórdia e, sobretudo reconhecimento dos seus esforços em manter-se vivo e produtivo nas terras de Mato Grosso.

Em certas ocasiões, como o ocorrido no ano de 1752, Rolim de Moura não hesita em demonstrar o compromisso com seus deveres, como exemplar súdito real, e para alargar a imagem de um bom serviçal, aproveita para desculpar-se da má escrita, causada pelo estado febril em que se encontrava naquele momento, que com a finalidade de o tornarem ainda mais enobrecedor em suas diligências e no cumprimento de seus deveres. No discurso de autopromoção constrói-se um homem exemplar no exercício que o consagrou como um defensor da pátria, mostrando-se incansável no trabalho e na resistência de suas forças. Os seus discursos mostram-no uma alma guerreira e um vassalo real incorruptível, um amante fiel da pátria. Seu nascimento, como filho de nobres, dava-lhes a vaidosa distinção de um ilustre senhor, como se dissesse o que posteriormente haviam escrito sobre ele: “aprendei a servir como Rolim de Moura” ou “seguí os seus passos, imitai-o e só deste modo sereis dignos de respeito nas futuras idades”.⁴⁰³

Não demora para logo dizer que valia a pena até perder a saúde para bem desempenhar seus deveres, e assim pôr-se como um sofredor obstinado diante das funções reais. Apresentou-se por diversas vezes convalescido, explicando para o rei que se encontrava com maiores complicações para as decisões governativas, e mesmo construindo-se como homem sofrido e doente, valorizava a lembrança de suas dívidas aos seus superiores, isto indica ser uma grande inquietação:

Tenho exposto a Vossa Excelência tudo quanto pude descobrir do estado destas minas, e das suas dependências, e também quanto nelas tenho obrado Vossa Excelência desculpará a prolixidade, e a má digestão, pois à

⁴⁰² CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 8 de agosto de 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 68, [f. 27-28].

⁴⁰³ VEIGA, 1769. p. 49.

primeira deu causa a recomendação de Vossa Excelência e a minha pouca experiência, que necessito da guia e conselho de Vossa Excelência ainda nas menores coisas, e à segunda deve desculpar o estado em que escrevo esta conta havendo-a começado, e feito muita parte dela com febre, e com sezões, e o resto mal convescido. Porém se consta que a saúde é tão estimável dou por bem empregada a perda dela no Serviço de Sua Majestade como também reputo por nada os trabalhos e perigos que até aqui tenho passado, pela mesma causa. Mas as minhas dívidas e os meus credores me não permitem deixar de lembrar-me do que importa menos, que é a perda da fazenda.⁴⁰⁴

Rolim de Moura, ao construir-se exemplar protagonista dos mandos oficiais na América, mostrou-se numa posição de amigo fiel, afável e devoto para com algumas lideranças locais. Em alguns casos, como relações de amizade entre ele e o governador do Grão-Pará e Maranhão, percebe-se, em particular, a estreita relação hierárquica e pessoal entre os administradores. Um exemplo da boa vizinhança construída entre os governadores também é marcado pela doação das miudezas que ele recebia do amigo daquela capitania. Alguns gêneros que Francisco Xavier de Mendonça Furtado recebia de Portugal – por exemplo, farinha, vinho, café, presuntos, toras –, presenteava parte a Rolim de Moura.⁴⁰⁵

Essas práticas de dar e receber presentes, explicadas pelo antropólogo Marcos Lanna, podem ser entendidas como dádiva, teorizado nos anos de 1920 pelo pensador francês Marcel Mauss, que explica ser ela um “entendimento da constituição da vida social” que se “apresenta num constante dar-e-receber”, e a

dádiva produz a aliança, tanto as alianças matrimoniais como as políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas (como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se as relações pessoais de hospitalidade).⁴⁰⁶

A dádiva é um dever da chefia, que pode ser percebida como manifestação hierárquica. Por meio dela é que se criam diferentes formas de troca. Verifica-se também que a dádiva produz alianças políticas e observa-se que elas geram obrigações de ambos, especialmente porque as dádivas são compreendidas como um dever das autoridades. A dádiva das “palavras ou de objetos” é condição

⁴⁰⁴ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 maio de 1752. PAIVA, 1982, v. 1, p. 85.

⁴⁰⁵ CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a D. Antônio Rolim de Moura. Pará, 22 de dezembro de 1752. In: MENDONÇA, 2005. p. 424.

⁴⁰⁶ LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v.14, 2000. p. 175.

necessária da sua existência, são manifestações, que “concretizam trocas sociais e afirmam distâncias”. O gesto de dar se insere numa cadeia de obrigações recíprocas que forma um todo, e não poder ser avaliada como um ato desinteressado e nem gratuito.⁴⁰⁷

Em diversas ocasiões, Rolim de Moura rendia graças ao seu amigo governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e cabe aqui o exemplo da concessão de “doze toras” recebidas para fazer do sacrário da Igreja da freguesia de Vila Bela.⁴⁰⁸ É com esse sentido que se observa na documentação uma particularidade da vida cotidiana, a solicitação de alimento, simples prática de dar e receber que firmava laços de amizade e compromissos, e que Rolim de Moura expressa sua gratidão pelos gestos de sensibilidade do amigo.

O mesmo João de Souza me entregou o café de que Vossa Excelência me fez mercê, e agradeço a Vossa Excelência a repetição de tantos mimos com que Vossa Excelência me quer fazer agreste deste clima. Ele veio em bom tempo porque já nesta vila há bastante leite, que é somente o que lhe aumenta o gosto, mas só faz mais medicinal.⁴⁰⁹

Ao doar um presente, Francisco Xavier de Mendonça Furtado transmitia seus sentimentos de amizade, respeito e consideração. Não implicava numa atitude desinteressada, pois o ato de presentear Rolim de Moura estava associado à possibilidade de provocar, quem sabe, uma reação de distanciamento, de obrigação ou estabelecer uma escala hierárquica. Esses presentes talvez tivessem a função de agradar, marcar situações e por fim atender em parte o governador de Mato Grosso naquilo que precisava. A reação viria no dar e dar-se-vos-á.

Rolim de Moura foi, neste contexto, um grande aliado no esforço político na demarcação da fronteira e exerceu o papel de mostrar-se um oficial obediente para executar as obrigações que lhe foram incumbidas pelo rei de Portugal, pois do mesmo modo ele também precisou do vizinho Mendonça Furtado para demarcar os limites discutidos no Tratado de Madri. É possível pensar que esses presentes contrairiam, por fim, uma dívida, com a intenção de reforçar relações pessoais e

⁴⁰⁷ LANNA, 2000, p. 176 e CURTO, Diogo Ramada. Organizar a dominação construir o Estado. In: MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 3, 1992, p. 127.

⁴⁰⁸ CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a D. Antônio Rolim de Moura. Maruá, 13 de outubro de 1755. In: MENDONÇA, 2005, p. 494.

⁴⁰⁹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 85.

políticas, e assegurar parcerias futuras. Pois Lanna, referindo-se a Mauss, argumenta que não existe uma “dádiva sem a expectativa da retribuição”.⁴¹⁰

Na leitura das cartas de Rolim de Moura, entende-se que ele esperava receber mercês, reconhecimento do rei Dom José I pelo seu empenho político em administrar e cuidar das coisas do governo em Mato Grosso. As trocas não são livres e muito menos desinteressadas, e mais, elas têm o objetivo de estabelecer laços de contato e de comunhão. Lanna, a partir da teoria de Mauss, afirma que a dádiva é realizada num campo social em que os agentes se sentem endividados uns em relação aos outros e suas retribuições nunca são suficientes.⁴¹¹

Certas trocas, como os ganhos de paus e alimentos, não podem ser vistas simplesmente em termos de “um ato espontâneo ou obrigatório”. Aqui estão mencionados interesses, mas não de natureza comercial, ou de uma economia de mercado. Não é um valor venal, e sim um valor de associação, de laços de amizade, de reciprocidade. As doações simbolizam veículos e instrumentos de realidades de outra ordem inseridas no poder, na simpatia, na posição e na emoção.⁴¹²

O objetivo político das relações de reciprocidade entre o governador do estado Grão-Pará e Maranhão e o governador da Capitania de Mato Grosso, foca em particular alguns aspectos da estreita relação hierárquica e pessoal entre os administradores. Rolim de Moura, ao agradecer um presente, transmitia seus sentimentos de respeito e consideração. Vê-se um homem estratégico, sabedor e bem articulado na diplomacia com os aliados governadores das capitanias fronteiriças, as mesmas atitudes que tinha na relação com os jesuítas nas terras em litígio.

Como foi dito anteriormente, logo ao chegar à capitania de Mato Grosso, o oficial português expressa sua incapacidade de governar, com o fito de elevar seu prestígio diante dos olhos do rei e demais homens do poder. Seus argumentos de um administrador digno de promoções, que se dizendo enredado nas desventuras da política, do ambiente hostil, dos males causados pelas doenças, fizeram-no altruísta e possuidor de assuntos para negociar promoções e reconhecimentos com a realeza. Ao retrato de inábil em relação às questões políticas que mostrou de si,

⁴¹⁰ LANNA, 2000, p. 177.

⁴¹¹ Ibid., 2000, p. 173-194.

⁴¹² *Id.*

soma-se o do governador com incapacidade de suportar desconfortos de várias naturezas por anos seguidos. Entretanto, sua intenção foi a de enaltecer seus esforços e ao mesmo tempo reforçar seu empenho:

Vossa Excelência me fará o favor beijar a Sua Majestade a mão pela honra de se compadecer dos meus incômodos, que os referidamente para dar notícias do estado da terra, porque enquanto os trabalhos que tenho padecido pelo serviço de Sua Majestade somente se me fazem pesados em não haver resultados deles pela minha pouca capacidade, os aumentos ao dito serviço que eu desejo.⁴¹³

Em momentos diferentes, Rolim de Moura solicitava seu retorno a Portugal, quase sempre usando a justificativa da incompetência, que ora servia para enaltecer seus feitos em relação às questões administrativas da capitania, para ter crédito junto ao rei, e ora para justificar sua vontade de sair da América. Dizia ainda que seu sucessor e sobrinho daria continuidade ao aumento da Vila: [...] “à vista do que peço a Vossa Excelência me alcance de Sua Majestade me mande sucessor, que é certo dará a isto muito mais aumento do que eu, pois essas têm mostrado a experiência a minha pouca capacidade”.⁴¹⁴ Criou um enredo no qual pôde dizer que sua presença não se fazia mais necessária, visto que a fundação daquela Vila havia sido concluída, ofício para o qual foi designado no ano de 1749. De modo que para ele sua obrigação maior na questão administrativa na capitania se encerrava naquele mando real.

Em seus escritos, é recorrente o assunto que mostra sua insatisfação com a vida no Guaporé. Antônio Rolim de Moura, ao tratar das complicações de seu governo, quase sempre inclui a sua solicitação de retorno a Portugal. Esse desejo de voltar ao convívio da família e dos amigos foi expressivamente registrado em seus escritos, reforçando o jogo de dissimulação que o fazia um homem que amava sua pátria e era dono de valores morais e éticos. A nostalgia que dizia sentir pela falta dos amigos e parentes juntava-se aos embaraços nas decisões políticas, justificativas que ganham visibilidade dada a distância geográfica da capitania, que descrevia ser um lugar sem gente capaz de auxiliá-lo no exercício da sua governança.

⁴¹³ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 31 de janeiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 49.

⁴¹⁴ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de maio de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 94.

Enquanto a dificuldade de me restituir a minha casa, eu sempre estou pronto, e devo estar para o que S. Majestade quiser dispor de mim, sem me fazer obstáculo perigos, nem [ilegível] nenhuns; mas o desterrar-se uma pessoa para sempre da sua casa, parentes e amigos lá se faz mais custoso. Também por outra parte me não mortifica pouco ver na minha mão um Governo que se faz de grande ponderação pela situação em que se acha, e conhecer a minha pouca experiência e capacidade, vendo-me no mesmo tempo obrigado a resolver só por mim em uma tão grande distância, em matérias importantíssimas. Se estivesse o ponto somente em me sacrificar à moléstia maior, e ao mais evidente perigo, não me daria esse cuidado; mas não posso encobrir a V. Exa. que me faz tremer cada vez que considero que do meu discurso há de depender matéria importante à Coroa, sem ter nem quem me aconselhe para as determinações, nem meios para as execuções.⁴¹⁵

Nessa passagem o Governador descreve-se habilidoso e empenhado como único a administrar a capitania. Um jogo de cena capaz de construir suas virtudes de um nobre exemplar, e apto em impressionar seu leitor, ao qual diz ser competente em habitar e governar os vastos sertões de Mato Grosso. É um homem hábil em escrever sua memória, demonstrando sentimentos de amor e respeito à pátria, contudo apresentando suas fraquezas, com o intuito de favorecer suas negociações, seus interesses, com uma diplomacia “dissimuladora”.⁴¹⁶

Suas reclamações em relação às cobranças referentes à pobreza de recursos da Fazenda Real são bem claras e a falta deles dava-lhe prejuízo, pois que, segundo informa, a casa onde morava foi feita com suas economias, como também os custos de uma viagem para reconhecimento da fronteira e posterior ocupação da missão construída por jesuítas espanhóis pelos lusos. Entretanto, tem ares de se mostrar pouco interessado no pagamento dos custos dos seus investimentos no trabalho de conquistas das terras de Portugal. Soube impressionar o rei pelo seu empenho em governar um lugar distante e na afirmação em que costumeiramente escrevia que custeava investimentos que eram obras destinadas para assegurar as terras da fronteira em litígio.

Por vezes, avisa ainda que os gastos pessoais eram apenas para as coisas de que precisava, nada de exageros a um homem que se fazia parcimonioso, e se apresentava muito econômico nos gastos pessoais. A imagem que pode ser

⁴¹⁵ CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de junho de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 525.

⁴¹⁶ Essa prática política é lida na fonte: CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de junho de 1756. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 204.

acrescida e destacada nesta passagem é sua providente condição de devedor. Ao se colocar nessa situação, considera-se uma armação bastante interessante para relatar em suas notícias ao rei. A cena cumpriria o papel de um homem endividado por ter que custear obrigações administrativas do império português. Assim, relata sua condição miserável, dizendo que não queria sair endividado da capitania, e que não haveria de fazer mais pelo rei, porque, segundo ele, não havia como fazê-lo. Tem-se, no discurso de Rolim de Moura, atos heroicos em cenas de sofrimento, que o fazia merecedor das glórias.

Esta falta da Fazenda Real me tem também causado a mim em particular bastante prejuízo. Ela me obrigou a fazer casas à minha custa para morar, que me importaram em mais de quatro mil cruzados, e ainda que parecia de razão, que eu levasse aluguéis delas, não o foi, nem o farei, só porque se não presume, que este foi o fim de eu fazer as ditas casas. A viagem do rio abaixo foi também toda a minha custa, sem que a Fazenda Real despendesse nisso uma só oitava. O que exponho a Vossa Excelência não para que Sua Majestade me dê por isso remuneração alguma; mas para que o dito Senhor conheça, que os meus gastos, e os meus empenhos são todos feitos no seu serviço; porque com a minha pessoa não dispendo, senão aquilo, que meramente não pode deixar de ser para passar parcamente. E pode Vossa Excelência estar certo, que não desejo ter mais, que por dois princípios: o primeiro para não sair daqui com dívidas, e o segundo para poder servir melhor a Sua Majestade que muita coisa não faço; porque não tenho, com que.⁴¹⁷

No entanto, embora Rolim de Moura não cobrasse objetivamente pelos gastos que teve na obra da sua casa e no ofício de reconhecimento das margens dos rios, para atuar na política de povoamento, ele solicita ao rei uma promoção, visto que outros, que não haviam passado por desconfortos e sofrimentos, em “margem tão dilatada”, haviam conseguido esse intento. Sua perseverança, construída em várias passagens, onde se mostrou minguido em recursos, pobre em saúde, convalescido quando escrevia ao rei, pouco sabedor dos trâmites administrativos, possibilitou requerer o exame de seu papel diante do estado português:

Como toquei nesta matéria Vossa Excelência me permitirá dizer-lhe, que na promoção dos postos passaram muitos fidalgos a coronéis com muito menos anos de praça do que eu, e que entendo, me não seria preferidos, se cá estivesse no Reino. Pois por ter vindo para Mato Grosso à custa de tantos descômodos, e perigos, parece-me, que não desmereço ao menos, que me igualem com eles.⁴¹⁸

⁴¹⁷ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de junho de 1756. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 204.

⁴¹⁸ *Id.*

O Governador era exímio em relatar os detalhes das dificuldades habituais pelas quais passava, e as expressava com excessivo entusiasmo. Assim, projetava uma autoimagem de heroísmo, de persistência e de zelo pelo seu dever para com sua Majestade, mesmo diante do sofrimento de ter de viver em terras consideradas inóspitas, onde narrava sua perseverança em aturar uma sucessão de agruras. Rolim de Moura foi capaz de exibir seu trabalho, caracterizando-o com um espírito de força e sofrimento, com disposição para vencer dificuldades e distâncias, servindo com exemplo inimitável da intrepidez o valor da heroicidade. Característica quase geral de qualquer tipo de funcionário colonial, fosse magistrado, naturalista ou Governador.

Ao recordar-se dos primeiros tempos da administração no vale do Guaporé, acrescia que nem no tempo das sezões contou com alimentos suficientes para sua dieta, explanando toda a má sorte de viver sem conforto e sem as coisas mais necessárias à vida. Sua autocomiseração mostra-se em evidentes palavras, quase todas com as lástimas de sofrimento e abstinência de alimentos e remédios:

Quando eu cheguei a estas minas estavam elas no mais miserável estado que se pode considerar; porque de farinha de trigo só havia algumas libras que tinha o vigário para as hóstias, e eu me vi obrigado a passar com a de mandioca na maior força das minhas doenças. Esteve o sacrifício da Missa em termos de cessar por falta de vinho, e chegou a não haver sal com que se temperar as carnes. Esta consternação foi tal, que me obrigou a escrever ao Governador do Pará pedindo lhe deixasse vir para cá algum dos homens de negócios destas minas que lá se achavam detidos por não ser ainda permitido este comércio [...].⁴¹⁹

É possível observar nas palavras de Rolim de Moura que há um jogo de obrigações e direitos que congregam a natureza do estado no Antigo Regime. Ele foi promovido ao cargo de Governador da Capitania e obrigou-se a permanecer na fronteira do Guaporé e ali levou a efeito os mandos reais. As palavras do Governador contam que a constituição da vida social centra-se no postulado de dar e receber. A retribuição pessoal dele dera-se de forma a cumprir os deveres como responsável pelas conquistas e como recompensa pedia ao rei os títulos, os méritos e ainda o seu retorno a Portugal.

⁴¹⁹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

A abordagem recorrente em seus escritos sobre sua fraqueza e seu talento limitado serviu para argumento ao pedido de descomprometer-se com o governo da capitania. O Governador usou as desculpas da falta de segurança nas decisões administrativas e as distâncias, fazendo-se um obstinado guerreiro e único gerenciador das políticas de Portugal. Argumentos que talvez lhe permitissem voltar ao Reino... Em certas passagens, Rolim de Moura pede seu retorno, quando de modo implorante solicita ao rei que o seu serviço se encerre, livrando-o do cargo, o qual outro, com maior “importância” do que ele, poderia com confiança exercer: “Eu me conservo sem por com a mesma disposição, e por isso mais hábil para poder entregar-me no serviço de Vossa Excelência”.⁴²⁰

Com o passar do tempo, suas queixas são menos contundentes, pois ao que sugere já se acostumara às enfermidades e com a região do Guaporé. Comunicava que também estava mais habituado às moléstias e aprendera a tratá-las com os produtos dos trópicos: porém, isto não o fazia menos disposto a livrar-se do ofício que lhe fora confiado.

Eu meu Senhor não posso queixar da terra; porque vai continuando a me tratar bem, e ainda que em março tive duas sezões, estas só com a quina se me foram, e me vi logo restituído a minha antiga disposição; sem embargo do que nem por isso me desejo menos ver já livre desta ocupação pelas razões que a Vossa Excelência expus, há mais tempo; porém como Sua Majestade me fez a honra de mandar me dizer; que eu lhe era aqui preciso para o seu serviço, enquanto se não concluem as demarcações, não me fica lugar de falar mais nesta matéria, enquanto esse tempo não chega. Com que até então não poderei ter o gosto de ver a Vossa Excelência, mas sempre o terei grande permitindo-me Vossa Excelência a honra de multiplicadas ocasiões de seu serviço.⁴²¹

Com a permanência no Guaporé e com novos encargos a ele atribuídos, seu discurso vai tomando um sentido mais conformista. Ademais, sua disposição em reafirmar a falta de habilidade com as questões relativas à gerência da capitania continua, acrescidas das preocupações em responder à altura do conceito construído pelos seus superiores ao exercício do cargo de governador.

Aqui me tendes, e tereis ainda nestas minas até que se concluem as demarcações; porque assim me fez Sua Majestade a honra mandar declarar se fazia preciso ao seu Real Serviço; à vista do que não há trabalho, nem

⁴²⁰ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de julho de 1756. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 29.

⁴²¹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura ao Marquês Estribeiro Mor. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 105.

descômodo ou perigo nesta ocupação, que agora me não pareça muito leve e só se me faz pesado, e pesadíssimo o encargo de satisfazer o conceito, que o dito Senhor mostra ter nisto do meu pouco préstimo. Porém com os reis fazem a representação de Deus cá na terra, também as suas palavras participam alguma coisa a eficácia das Divinas, e só neste princípio pode fundar-se a esperança de dar boa conta de mim.⁴²²

Em 1757, Rolim de Moura recorreu ao seu discurso inicial, ou seja, o de ser um homem trabalhador, muito sofredor e disposto, apesar de desmerecedor de forças, que atribuía à localização geográfica da capitania e aos cuidados de que ela demandava:

[...] eu me vou conservando sempre, com a mesma disposição; o que não é pequeno benefício para contrapesar os mais descontos que trás consigo um Governo tão distante, e tão cheio de cuidados e de trabalhos maiores do que as minhas forças.⁴²³

Ainda no ano de 1757, quando criticado pela escolha do lugar da fundação da Vila, fez-se rogado ao seu empenho, e escreve que poderia desfazer-se daquele e reconstruí-la em outro. A necessidade de se fazer reconhecer e ser reconhecido pelo trabalho não lhe custou dizer dos grandes custos e ocupação para tal encargo:

Se Sua Majestade não achar, que eu acertei nesta incumbência, o meu empenho não é outro mais que servi-lo, e assim estou pronto a desmanchar, e desfazer tudo quanto até aqui me tem custado tanto suor, e tanta despesa.⁴²⁴

Quando o governador Rolim de Moura foi noticiado do recebimento de mercês e honras, colocou-se em posição de humilde vassalo e benfeitor das futuras obras do lugar:

A 22 do ano passado chegaram aqui pelo Pará as vias de 24 de junho de 1756, e poucos dias antes me haviam sido entregues as que Vossa Excelência me remeteu pelo Rio de Janeiro vindas por Goiás com data de 20 de março deste presente ano. Umas, e outras, me deixam em grande confusão olhando para as grandes mercês e honras que Sua Majestade nelas me despense, e para o meu pouco merecimento e capacidade; e assim que não fica outra coisa que dizer a isto que pedir a Vossa Excelência me prostre aos pés do dito Senhor, beijando-lhes a mão da minha parte por tão altos benefícios e segurando-lhe que o meu desejo e vontade e todo o meu empenho neste lugar, é o serviço de Sua Majestade e assim, que nele

⁴²² CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura ao Marquês de Angeja. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 107.

⁴²³ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de março de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 52.

⁴²⁴ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de março de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 60.

não sinto maior moléstia nem trabalho, do que à vista do conhecimento próprio o receio de não atinar com os meios de conseguir.⁴²⁵

Para a historiadora Fernanda Olival, “o gesto de dar era considerado, na cultura política do Antigo Regime, como virtude dos reis”. Era pensamento recorrente na Europa Ocidental que os reis representavam Deus na terra, sendo uma prática habitual naquela sociedade.⁴²⁶ A concepção apresenta-se com clareza quando o governador Rolim de Moura escreve: [...] “Porém como os reis fazem a representação de Deus cá na terra, também as suas palavras participam alguma coisa a eficácia das Divinas, e só neste princípio pode fundar-se a esperança de dar boa conta de mim”.⁴²⁷

A autora mostra também que a bondade do monarca foi assunto discutido entre filósofos desde o período clássico. Nos séculos XVI ao XVIII, o assunto sobre o gesto de dar do rei aos seus vassallos, e da importância do rei cativar os ânimos dos seus subordinados, esteve presente em escritos de autores do período: juristas, filósofos e religiosos. Esses discursos corroboram em mostrar o que Fernanda Olival encontrou nas explicações de Marcel Mauss: que o gesto de dar se insere numa cadeia de obrigações recíprocas que formam um sistema.⁴²⁸

É possível que esse padrão de conduta tenha estimulado a doação pelo rei D. José I de cargos e títulos para o Governador Rolim de Moura. Todavia, o recebimento das dádivas não silenciou o Governador que dizia viver toda má sorte de vida. Passado um ano da notícia do recebimento de honras e de mercês, o oficial português credita mais uma vez sua falta de experiência na vida administrativa. Na sua narrativa propositadamente intencional, ocupa-se em mostrar que o conceito tido dele em Portugal procedia mais de sua boa vontade em trabalhar, e menos da inteligência precisa.

Estas Ordens reputo eu por uma grande mercê de Sua Majestade, porque a falta de meios me punha muitas vezes em grande aperto, e na

⁴²⁵ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 24 de novembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 103.

⁴²⁶ OLIVAL, Fernanda. Um rei e um reino que viviam da mercê. In: _____. **As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001. p. 18.

⁴²⁷ CARTA de Antônio Rolim de Moura ao Marquês de Angeja. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 108.

⁴²⁸ OLIVAL, 2001. p. 18.

impossibilidade de obrar o que entendia ser útil ao serviço do dito Senhor. Mas tanto esta, como as mais, que na ocasião presente recebi, e a distinta honra, com que me tratam as cartas da secretaria, atribuo eu ao favor de Vossa Excelência, e ao empenho com que tem procurado dar de mim à Corte muito maior opinião, do que eu mereço. Posso assegurar a Vossa Excelência que reconheço intimamente a excessiva obrigação, em que estou a Vossa Excelência, ao Senhor Sebastião José de Carvalho, e toda a vida a reconhecerei, e confessarei. Mas comparando ao mesmo tempo a desproporção da minha capacidade com o conceito que Sua Majestade mostra fazer dela por meio de ambas Vossa Excelência, não deixa de me assustar o receio, de que a experiência venha a patentear, o quão pouco satisfaz ao dito conceito a minha limitada inteligência. O porquê só posso ficar é pela boa vontade, a qual tenho não somente de acertar em tudo, que for do serviço de Sua Majestade, mas também em tudo, que no mesmo serviço, e fora dele se interessar a gosto, o empenho, e o crédito de Vossa Excelência.⁴²⁹

Seu discurso de convencimento da sua pureza e desinteresse nas coisas descreve-o para fazer jus a honras e mercês, a ele e aos seus afilhados, tornou-o grato, e não haveria dificuldade que não se dispusesse a enfrentar, dada a alegria de servir ao rei. Contudo, a boa disposição ao trabalho não lhe retira a sensação de incapacidade que o fazia sentir-se penalizado, mais um argumento com o intento de construir-se altruísta, que com poucas forças, fraca inteligência e incapacidade que o fizeram obstinado na execução dos mandos do rei:

A sete de outubro me foram entregues por via do Pará as cartas de Sua Majestade e de Vossa Excelência escritas em Belém, a sete de julho de 1757, nas quais recebi as mercês, e honras para mim, e para os meus afilhados, que o dito senhor pela sua real clemência, e generosa benignidade, houver por bem despender-me; pelo que, tudo peço a Vossa Excelência, que da minha parte queira me por aos pés de Sua Majestade e beijar-lhe a mão por tão grandes favores, e tão desproporcionados ao meu pouco merecimento. [...] Com o mais profundo respeito posso assegurar, que o que está da minha parte, é a boa vontade, que certamente tenho de servir a Sua Majestade em tudo o que for do seu Real agrado; e como consiga esta felicidade, nenhum descômodo, trabalho, nem perigos, são capazes de inibir-me, nem ainda, de diminuir-me o gosto dessa satisfação; e comumente continuarei em qualquer ocupação que Sua Majestade for servido; nem haverá em mim outra mortificação, mais do que o receio de não acertar, pela minha pouca capacidade, como o que for de maior serviço de mesmo senhor.⁴³⁰

Lanna, escrevendo sobre a teoria de Marcel Mauss, mostra que a constituição da vida social se dá pelas obrigações e privilégios, e emanam valores

⁴²⁹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 159.

⁴³⁰ Ofício de Antônio Rolim de Moura ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de novembro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10 doc. n. 587.

que se estendem à sociedade como um todo.⁴³¹ É nessa perspectiva que se avaliam as relações de governo, há obrigações que perduram continuamente, sempre se refazendo, dado aos vínculos de compromisso e obediência que os vassalos deveriam ter para com o soberano.

As explanações de Lanna explicam as atitudes, os compromissos e as considerações expressas nos escritos do Governador, quando ao dizer-se chefe da comissão portuguesa de limites com os territórios espanhóis, anteriormente de responsabilidade de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mostrando-se animado pelo cargo:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. A dois do mês passado me foi entregue a carta de Vossa Excelência escrita em Belém a 31 de agosto de 1758 com o pleno poder junto porque Sua Majestade foi servido fazer-me a honra de me nomear para suceder a Francisco Xavier de Mendonça Furtado no lugar de plenipotenciário. Vossa Excelência me fará a mercê de pôr-me aos pés do dito senhor beijando-lhe por mim a mão por um sinal tão distinto da confiança que o dito senhor quer fazer de mim. Mal poderia eu suprir o lugar de um ministro tão inteligente e zeloso como Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mas como ele deixou esta matéria tão bem disposta, ilustrando-a com os seus projetos, e observações, me ficará a mim menos difícil seguindo as suas ideias, que todas me comunicou em muitas e diferentes cartas e papéis, acertar e me causa de tanta ponderação e delicadeza.⁴³²

A dádiva, para Marcel Mauss, “é um ato simultaneamente espontâneo e obrigatório”. Para o autor, nas obrigações tudo vem e vai, numa troca constante, que faz com que surjam os direitos e deveres, que se mostram simétricos e contrários, e faz tudo circular. Estes “mimos” e os outros méritos por meio de títulos e cargos, que descreve Rolim de Moura, são trocas em que se misturam interesses, privilégios e obrigações. Evidencia-se uma comunicação entre os dois homens representantes dos governos da região amazônica. Compreende-se uma sociabilidade que se configura numa relação pessoal, ou na mescla de almas. Ela responde a uma troca simultaneamente útil e simbólica, na medida em que representa relações estreitamente pessoais e políticas.

Lanna explica que a dádiva também se expressa nas palavras, que é um dever dos chefes, “um sentido ontológico”: mais que condição necessária da sua

⁴³¹ LANNA, 2000. p. 176.

⁴³² CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real Vila Bela da Santíssima Trindade, 4 de fevereiro de 1760. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 247, [f. 161v-162].

existência, “são manifestações particulares da chefia e acontecem e se criam por diferentes formas de troca”.⁴³³ Entende-se também que as palavras de simpatia e gratidão apresentadas por Rolim de Moura simbolizam vínculos pessoais e estratégicos que repercutem nas relações do poder, pois mantém, com o Governador do Grão-Pará e Maranhão e com outros correspondentes de cargos públicos, ligações políticas que permeiam a dinâmica da relação colonial estabelecida para atender ao domínio de Portugal na Amazônia.

Com essas palavras, recorre-se a alguns fragmentos que evidenciam formalidades no tratamento às quais se refere Lanna: “Sobre toda a ocasião que Vossa Excelência me permitir à honra de servi-lo me achará, para esse exercício com aquela fiel vontade, que é inseparável de minha obsequiosa obrigação”. Ou, como essa que Antônio Rolim de Moura diz: “fico [no Guaporé] para servir a Vossa Excelência muitos anos”. Com essa linha acrescenta: “fico pronto para servir a Vossa Excelência em tudo, que me mandar”.⁴³⁴ Escrevia que servir aos seus superiores era-lhe de grande gosto, sempre disponível para atender os reais mandos, sempre invocando a proteção divina e suplicando saúde aos seus chefes. Observam-se os pedidos que seus fiéis vassalos faziam a Deus para que guardasse a saúde da Real Pessoa de Sua Majestade.⁴³⁵

Rolim de Moura também agradecia as gentilezas ao nobre amigo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pelos préstimos recebidos e em muito se alegrava pela boa notícia que recebia da sua saúde e rogava a Deus que o “permitisse assim para conservar-lhe por muitos anos para o bem do serviço de Sua Majestade em que Vossa Excelência se emprega tanto zelo, e desvelo”.⁴³⁶

Observa-se uma cadeia de obrigações recíprocas, na medida em que a dádiva das palavras é reconhecida por Rolim de Moura, ao solicitar que seu amigo Francisco Xavier de Mendonça Furtado tivesse a bondade de enviar entre as suas

⁴³³ LANNA, 2000. p. 176.

⁴³⁴ CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a D. Antônio Rolim de Moura. Pará, 22 de dezembro de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). **A Amazônia na Era Pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília: Senado Federal, 2005, v. 49a, p.425. (Edições do Senado Federal).

⁴³⁵ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade D. José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 13 de janeiro de 1755. In: PAIVA, v. 2, p. 14.

⁴³⁶ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, v. 2, p. 79.

uma carta que fosse lida pelo Senhor Sebastião José de Carvalho, “porque as expressões honrosas com que falou em mim ao Conde de São Miguel, me obrigam a confessar ao menos, a reconhecer por este meio tanta mercê, e favor”.⁴³⁷

As relações de reciprocidade não são desprovidas de interesses, formam uma cadeia de obrigações que tencionam um verdadeiro círculo vicioso. Pedir, dar, receber e manifestar agradecimento compunha um jogo de experiências do contexto político de parte da sociedade. Nisso está posto também que todas essas práticas, segundo o que considera Olival, englobam a economia da mercê.⁴³⁸ O que se dá, em parte, é para receber.

Sobre o assunto das mercês recebidas Rolim de Moura, relata:

Vossa Excelência em eu só se pode fundar as esperanças do seu e tudo conseguirá esse Estado com a inteligência acertada direção de restabelecimento, pois o segundo meio, que a Vossa Excelência lembra para este fim, é somente ditado pela paixão com que me honra, e faz mercê, a qual é tão cega em me favorecer, que por isso, não conhece o muito que eu sou devedor, assim a Vossa Excelência como Senhor Sebastião José de Carvalho a quem além das mercês que já lhe devia, e a Vossa Excelência confessei, lhe estou novamente na obrigação de responder a minha carta com tais expressões, que eu até de as considerar me faz peso, pelo muito que desdiz delas o meu merecimento.⁴³⁹

Contidos nas trocas sociais, observam-se inúmeros pedidos ao rei. Situação que demonstra uma relação de subserviência e esse ritual celebra uma hierarquia. É o que escreve Fernanda Olival quando explica que os vassallos estavam prontos para servir ao seu rei, que ritualizavam formas de tratamento, cumprimentos e ações que tendiam a expressar uma disponibilidade de parte a parte. Eram realidades às quais a sociedade do Antigo Regime sentia-se profundamente vinculada. Cada um movido por seus próprios interesses e por sua própria condição. Assim, é importante observar que servir à Coroa, com o objetivo de pedir em troca recompensas, tornara-se também um padrão social.⁴⁴⁰

⁴³⁷ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de fevereiro de 1755. In: In: PAIVA, v. 2, p. 85.

⁴³⁸ OLIVAL, 2001. p.18

⁴³⁹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1757. In: In: PAIVA, v. 3, p. 126-127.

⁴⁴⁰ OLIVAL, 2001. p. 18 e 21 .

Servir ao rei, nesse tempo, constituía-se num modo de vida. Significava uma estratégia de sobrevivência material, que podia ser também de promoção honorífica. Nos últimos anos de governo, Rolim de Moura revela-se conformado com as adversidades. Ele conta ter-se acostumado com as doenças, e a elas dizia não dar mais tanta importância:

Como este ano tem sido tão pestilento, que este destacamento quase sempre se assemelha mais a um hospital do que a um presídio, também a mim me tem tocado parte disso nas várias visitas que as sezões me tem feito. Mas, como nunca lhe dou quartel, experimento menos os efeitos delas, e agora me acho bom.⁴⁴¹

No ano de 1763, quando lutou contra os espanhóis na fronteira, demonstra um tom de conformismo, afirma que vai passando menos mal; das indisposições naquele ano não se livrara, porém expõe que não lhe incomodam como antes.

Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor meu amo e senhor do meu coração. Muito tempo que não recebo novas de Vossa Excelência, o que me traz com cuidado na conjuntura presente, por ter ouvido que Vossa Excelência tinha partido para a Colônia. Eu menos mal vou passando da queixa principal, depois que estou neste destacamento; mas não deixo de ter participado da malignidade do ano, em me repetirem várias vezes as sezões, no que tem sido especial. Os castelhanos me declararam a guerra com grande poder e arrogância a 14 de abril. O que de então para cá tem sucedido verá Vossa Excelência da relação inclusa. Como por ora tem fechada a comunicação com o Pará, necessito de valer-me desse porto para o fornecimento de munições, e assim espero que Vossa Excelência patrocine as pessoas que forem encarregadas disso pelo Doutor Provedor da Fazenda Real desta capitania. Fico desejando ocasiões de servir a Vossa Excelência Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor.⁴⁴²

Um dos últimos comunicados sobre sua saúde merece destaque, pois no término de seu governo, os males haviam-lhe dado trégua: “Sinto que Vossa Excelência tenha padecido tanto depois que se apartou deste mau clima: a mim,

⁴⁴¹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Capitão-Mor João Pereira da Cruz. Nossa Senhora da Conceição, 28 de maio de 1763. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Cartas, Bandos, Instruções e Correspondência expedida e recebida.** Governo D. Antonio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Sousa Coutinho. Manuscrito, Livro C-14, Estante 1, Doc. 6, [f. 7v-8].

⁴⁴² CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o General do Rio de Janeiro Conde de Borbadella. Nossa Senhora da Conceição, 31 de maio de 1763. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Cartas, Bandos, Instruções e Correspondência expedida e recebida.** Governo D. Antonio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Sousa Coutinho. Manuscrito, Livro C-14, Estante 1, Doc. 6, [f. 7-8v].

sem sair dele, me bem tratado como costuma: mas há alguns meses que me acho menos perseguido das moléstias”.⁴⁴³

De nada adiantaram os clamores de Rolim de Moura ao rei. Sua permanência no Guaporé se estendeu até o ano de 1764 e se viu na obrigação de executar as inúmeras obras registradas nas instruções da rainha. Aguardou por muito tempo seu pedido e que foi o mais recorrente, o regresso à terra lusa, uma dádiva muito esperada pelos longos anos nas margens do Mato Grosso. Antes, porém, recebeu o título de Conde de Azambuja, a Comenda de Samora Correia, o posto de Marechal de Campo, a nomeação para Governador da Bahia e finalmente o vice-reinado do Brasil.

Entende-se nos textos que a dádiva é um bem circulante, uma prática social e, nesse exercício da escrita, o Mato Grosso serviu como cenário nas trocas sociais entre Antônio Rolim de Moura e seus superiores. O representante do governo português em Mato Grosso contou com as relações de reciprocidade para governar. Dar e receber compunha um dos imperativos para tornar efetiva a colonização. Nos interstícios dos documentos, percebe-se que a relação torna prática as concessões, as negociações, as doações, atos sujeitos a jogos políticos de obediência e de hierarquia.

Nota-se nos exemplos apontados que a dádiva circula em prol de alguém ou em nome de um laço social. Não é um fenômeno irrelevante, pelo contrário, fortaleceu as relações sociais do Antigo Regime. Basta pensar que a dádiva circula nas relações de amizade, nas relações familiares, nas vizinhanças e mesmo entre desconhecidos. Ela se manifesta na forma de presentes, na hospitalidade e nos serviços.

4.3 IMAGENS DO AMBIENTE NATURAL

Agregadas às imagens negativas das condições de vida e ao esforço que Antônio Rolim de Moura despendia para fazer aparecer as suas obras, há imagens positivamente construídas: as que tratam da abundância dos recursos naturais. As descrições do Governador mostram a extensa rede hidrográfica, as matas e a

⁴⁴³ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Alonso Berdugo. Nossa Senhora da Conceição, 20 de julho de 1764. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Cartas, Bandos, Instruções e Correspondência expedida e recebida.** Governo D. Antonio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Sousa Coutinho. Manuscrito, Livro C-14, Estante 1, Doc. 52, [f. 36].

“variedade da fauna e da flora que eram por si sós elementos reveladores dos incalculáveis tesouros que Mato Grosso abrigava. Entre estes elementos figurava de modo especial a própria dimensão do território”⁴⁴⁴ que, como visto, impressionava o oficial português. Significava uma riqueza potencial de léguas de distância disponíveis para exploração e para os diversos interesses da população.

Rios que percorriam a capitania alcançavam os portos de São Paulo, Grão-Pará e Maranhão e transportavam os navegantes a Santa Cruz de La Sierra. Mato Grosso era favorecido pelos caminhos fluviais que o cruzavam e possibilitavam as idas e vindas dos viajantes em seu interior, bem como o acesso ao contíguo império colonial da Espanha:

Além disso, esta Capitania cortada de vários rios caudalosos, nos quais se metem muitos outros de menos poder, mas também de canoa, e estes não somente conduzem a Araraguaba e Pará, mas dão por uma e outra por caminho fácil para as terras de Castela, pelo que senão poderá impedir o extravio do ouro, sem trazer continuamente neles canoas armadas, e as que andarem no Cuiabá e Paraguai, será preciso vão de modo que possam resistir ao Paiaguá, sem embargo de que estas com grande dificuldade conseguirão o seu fim, porque estes dois rios no tempo de águas formam vastíssimos pantanais, por uma e outra margem, os quais dão caminho distante e encoberto aos que navegam pela madre, devendo-se também considerar que, sendo o Guaporé e Paraguai comuns nas margens do Poente, têm abrigo certo os contrabandistas.⁴⁴⁵

Sua percepção enquadrava a largura dos pantanais, onde estavam os índios Paiaguá, o Rio Jauru e seus acidentes naturais, posicionando os espaços numa perspectiva utilitária, carregada de qualidades e intencionalidades. Os rios que o Governador descreve são a exaltação dos perigos e das possibilidades econômicas, com descrições de imagens esboçadas com suas funções utilitárias. O mais citado pelo Governador é o Rio Guaporé, a partir do qual o Governador ilustra a maior parte das intencionalidades e perspectivas a respeito da viabilidade comercial, potencialidades naturais em belezas. É nas alusões ao Rio Guaporé que o texto se detém. As projeções do Governador fizeram dele um espaço culturalmente vivo.

⁴⁴⁴ Cf. GALETTI, Lylia da Silva Guedes. O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: EdUFG, 2000b. p. 26.

⁴⁴⁵ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 16, [f. 8v-20]. CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 64-87.

Foi representado como um espaço adequado para as diferentes práticas de controle e aproveitamento da região: era ponto estratégico à construção da sede do governo; servia para fixação da fronteira, como marco natural e também enquanto representação símica, pois, enquanto referente, o rio também representa a imagem ou símbolo que serviu à defesa militar; possibilitou fluxo comercial com o Grão-Pará; forneceu alimento; e viabilizou negociações diplomáticas.

Constitui-se num recurso natural projetado com histórias; a partir dele, por exemplo, deu-se a construção da ocupação, da defesa e da disputa pelo poder. Amaral Lapa esclarece a importância estratégica na divisão entre a América Espanhola e a Portuguesa, garantindo a posse das áreas de mineração da parte de Portugal. O Rio Guaporé representou o acesso ao Mato Grosso pela via norte da Colônia, facilitando e fortalecendo o sistema de defesa territorial com a ocupação de núcleos da produção de cravo e cacau.⁴⁴⁶

Informações do Capitão-General a Portugal, em alusão às águas do Guaporé e a seus recursos naturais, foram tomadas como percepções positivas. Indícios que ocorreram logo quando o Governador chegou ao sítio de Pouso Alegre para a escolha do lugar da fundação da sede do governo:

[...] no Guaporé se tem igualmente achado bons matos para roças. [...] As mais circunstâncias todas persuadem ser bom o clima, porque a água que é a mesma do Guaporé é muito leve e diurética, com a singularidade de correr sempre clara.⁴⁴⁷

O relato de Rolim de Moura pode ser reportado às palavras de Simon Schama, quando alude que a paisagem é produto de uma cultura comum e é cultura antes de ser natureza.⁴⁴⁸ No caso da descrição do Rio Guaporé, há uma visão da paisagem construída pela projeção da imaginação de Rolim de Moura, pois ele percebeu as potencialidades numa perspectiva utilitarista. A paisagem no Guaporé tem suas marcas e fatos, e é representada formando um conjunto de possibilidades explicativas feitas pelo Governador. Fez dele um cenário de história em argumentos geopolíticos estrategicamente pensados, marcado pelos sinais distintivos em relação

⁴⁴⁶ LAPA, Amaral. **Economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 25.

⁴⁴⁷ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura ao Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 19, [f. 21v-22].

⁴⁴⁸ SCHAMA, 1996. p. 70.

a outros rios que cruzavam a capitania. O Rio Guaporé desempenhou um papel fundamental, enquanto recurso natural, na constituição da fronteira em Mato Grosso. As marcas dessa distinção remetem à invenção da fronteira como um espaço simbólico. Onde se localizaram e demarcaram as áreas correspondentes aos impérios ibéricos.

A correspondência indicada anteriormente data do ano em que Rolim de Moura chegou ao Distrito do Mato Grosso, quando as notícias que fornecia integravam as primeiras observações sobre o local da fundação da Vila. Anos depois, escrevendo para Lisboa, o Governador ratifica as boas propriedades das águas do Rio Guaporé: “tem abundância de água, e boa, [...] a qual contra o que ordinariamente costuma suceder, tão clara se acha pelo inverno, como pelo verão”.⁴⁴⁹

Serviu como um espaço de convivência e de intercâmbio entre os núcleos de povoamento projetados na fronteira e influenciou o traçado urbano da sede do governo; o espaço do povoado foi planejado a partir da perspectiva da localização do rio:

Escolhi para a praça principal um terreno mais alto, e fora de todo o risco das cheias por mais extraordinárias que sejam, distante do rio perto de quinhentos passos, porque a demasiada vizinhança destes é ordinariamente sujeita a sezões no tempo das enchentes e vazantes. Como os quatro lados da dita praça que faço de quatrocentos e outro palmos em quadro estão aos quatro rumos principais determinei o que fica ao oriente para a matriz, e o do Poente para as casas da Câmara, o do norte para as da residência, e o do sul para quartéis. Saem de cada ângulo da mesma praça duas ruas em direitura cada uma, de cada um dos lados que formam o dito ângulo, e lhe dou sessenta palmos de largo. As duas que correm leste-oeste vão em linha reta ao porto, desembocando em uma grande praça, que nele deixo ficar, ainda que irregular, porque o mesmo rio termina por uma parte.⁴⁵⁰

O rio Guaporé ganhou expressão de um espaço de referência geográfica a partir do qual as decisões políticas foram tomadas. Representou para os oficiais da Coroa portuguesa um marco importante nas decisões dos limites entre os impérios

⁴⁴⁹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

⁴⁵⁰ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 39, [f. 51-52v]. CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura ao Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 100-102.

coloniais de Portugal e Espanha. Referindo-se às demarcações acordadas entre os impérios, e o papel concedido à fundação das missões indígenas, Rolim escreve:

Ilmo. e Exmo. Sr. mandando eu fundar a aldeia de São José como a V. Exa. dei conta por se acharem os índios com que se lhe havia de dar princípio como sítio chamado a casa redonda, ocupado há muito tempo por portugueses, o qual fica na margem ocidental deste Rio Guaporé [ilegível] o Padre Agostinho Lourenço, que foi a esta diligência no mesmo sítio uns ranchos, assim para servirem de capela, como para a sua acomodação, e dos índios entretanto, que não recolhia terreno capaz na margem oriental para estabelecimento permanente da aldeia. Contanto, isto aos padres espanhóis lhe fez grande novidade e se escandalizaram de que eu mandasse fazer estabelecimentos em parte que pelo tratado ficava pertencendo à Espanha, de que resultou escrever-me o Padre Francisco Xavier Pozzoponeles advertindo-me desta estranheza, e apontando-me ao mesmo tempo como para evitá-la que o Padre Agostinho Lourenço se podia mudar para onde havia estado a Missão de São Miguel, e o mesmo disseram ao dito Padre Agostinho Lourenço, outros padres mais pelo que se me não ofereceu dúvida escrever-lhe, que visto os padres lhe oferecerem isso fizesse a dita mudança, sem embargo do que o terreno não era o mais cômodo e próprio.⁴⁵¹

O Rio Guaporé funcionou como referência fundamental na configuração de um novo modo de representar a fronteira naquela margem. Passou a ser visto e interpretado como símbolo identitário da zona de limites. Ainda, como diz Simon Schama: “um rio pode ser artéria que faz circular, mas pode ser fronteira”. Ou seja, os arranjos de sentidos são feitos pelas culturas e suas singularidades.

Anteriormente, na discussão a propósito da abertura oficial do trajeto ligando as minas do Mato Grosso ao Grão-Pará pelos rios Madeira e Guaporé, ocorrida em 1755, já estava expresso o papel dos rios na efetivação da ordem real:

Houve por bem ordenar a resolução de 23 de outubro deste presente ano tomada em [ilegível] do meu Conselho Ultramarino, que fique daqui em diante permitida a comunicação da Cidade e Governo do Pará com Mato Grosso, e Minas dos meus domínios dessa parte, em declaração que o caminho se fará somente pelo Rio Madeira e Guaporé, e não por outro algum, enquanto eu não mandar o contrário; e tendo cuidado os navegantes desde os arraiais do Mato Grosso até o fim das Cachoeiras do Rio Madeira de não tomar terra na margem ocidental destes Rios, por serem daquela banda domínios de Espanha, nos quais tenho concordado que não será lícito aos meus vassallos aportar senão em casos de extremamente e inevitável necessidade.⁴⁵²

⁴⁵¹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de junho de 1756. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 145, [f. 84].

⁴⁵² CÓPIA da Provisão Real sobre a comunicação das minas do Mato Grosso com o Pará. Lisboa, 14 de novembro de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 101, [f. 81].

O imperativo de fazer comércio com o Grão-Pará fazia parte das estratégias militar e econômica: pela primeira, ficaria mais consolidada a defesa, enquanto a segunda contemplava a possibilidade de usar o Rio Guaporé como o canal mais rápido para transportar os gêneros comerciais do Grão-Pará a Vila Bela, a fim de abastecer a capital e tornar aquele confim um espaço “civilizado”, pois o lugar do Mato Grosso precisava ser interligado às redes comerciais europeias. Uma imagem de espaço “incivilizado” é acrescida à imagem do vazio. À medida em que se construía como fronteira, o lugar precisava ser promovido ao “progresso”, ao desenvolvimento, reforçando a percepção opositora entre “barbárie” e “civilização”, encurtando as distâncias de um espaço social e natural dotado de especificidades.

Além de via de comércio, baluarte de defesa e fronteira natural, o Rio Guaporé ganhou ainda a qualidade de ser uma boa indicação portuária ao desembarque dos produtos que viriam pelas monções do sul e pelas do norte. Além disso, foi mencionado com possibilidades para pesca e navegação:

Além do ponderado, tem a Vila a circunstância de estar ao Poente dos arraiais e das Minas até agora descobertas, pelo que fica cobrindo uma coisa e outra, e não somente da parte do Pará tem o acesso fácil, mas ainda do Cuiabá e Ararituaba lhe será menos dificultoso pela navegação do Guaporé, podendo vir as fazendas desembarcar ao seu porto só com o trânsito de terra de cinco dias de cavalos carregados desde o Jauru até a passagem do Guaporé, cujo rio por este meio será mais frequentado assim.⁴⁵³

Nas imagens atribuídas ao Rio Guaporé há representações da fartura da fauna, as quais provocaram palavras expressivas do Governador. Sua narrativa sobre os peixes, cobras, e “toda a casta de bicharia”⁴⁵⁴, indica o dinamismo da “paisagem natural” da capitania de Mato Grosso, da vida criada e recriada em complexidade e beleza.

⁴⁵³ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 16, [f. 8v-20].

⁴⁵⁴ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

A vegetação podia, às vezes, inspirar cuidados e exigir esforço. O navegador podia interagir com ela ou depredá-la quando tinha seu deslocamento prejudicado:

[...] além de ser o Sararé um rio muito mais pequeno, e todo em voltas muito apertadas, está sempre tão embaraçado de buritis é uma espécie de coqueiros muito altos, que continuamente estão caindo e de uma casta de ervas a que chamam aguapés, que para o passar é necessário ir sempre abrindo o caminho ao machado.⁴⁵⁵

Tal percepção foi, de certo modo, formada com base em um olhar capaz de selecionar, enquadrar e focar as riquezas desse “ambiente natural”. Às margens do Guaporé, identifica árvores a que chamou de figueiras-do-inferno que diz ter visto no caminho entre o Cuiabá e o Guaporé e pede mais informações a respeito da *caxonilha*. Tratava-se provavelmente da cochonilha, inseto parasita criado nos cactos que era utilizado para a extração de corantes:

Os oficiais que vieram do Pará à exploração do rio da Madeira deram aqui a conhecer as paunilha de que se tem achado algumas, assim por outras partes como no mesmo logradouro da Vila. Também à borda do Rio Alegre vi uma árvore, que o Juiz de Fora pelas notícias que tinha seguiu ser a de que os chamamos de figueira-do-inferno. Da mesma espécie vi muitas do Cuiabá para cá. Vossa Excelência se lhe parecer me avisará dos sinais certos da árvore caxonilha. E do modo, porque poderei experimentar-se estas que vi o são verdadeiramente, ainda que em minas se não faz caso de outro gênero mais do que do ouro, nem se persuadem os homens ter lhe conta a extração de ouro algum.⁴⁵⁶

A concepção racional da natureza em seu sentido utilitário é lida na passagem sobre o cacto como patrimônio notado pelo Governador, que testemunha um produto natural reconhecido e destacado na região. A expansão da colonização em Mato Grosso, como em todo o espaço colonial, está marcada pela importância das plantas e animais, nos quais Rolim de Moura e sua comitiva se apoiaram no esforço de sobrevivência, criando uma série de inter-relações.

As terras da capitania eram, com frequência, mencionadas sob o signo da fertilidade, tomada como um dado inquestionável, desconsiderando a variedade dos solos existentes na região, constituídas por paisagem do cerrado, pantanal e

⁴⁵⁵ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

⁴⁵⁶ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 73.

florestas. A opinião sobre a fertilidade do solo apresentada pelo Governador provinha, em parte, de uma avaliação resultante da visão seletiva das áreas de matas. Entretanto, mesmo quando as paisagens eram os campos de cerrados, pantanais ou de floresta amazônica, sua imaginação projetava a mesma mensagem de produtividade. Nas terras próximas ao Guaporé havia fazendas de gado e a região parecia ser favorável à criação de animais:

[...] Atravessando o Rio Aguapehi, e suas Campanhas, viram que estas, a uma e outra banda, têm boa capacidade para fazendas de gado vacum e cavalar, com bastantes córregos de água, e lagoas permanentes, caponetes de mato, serrados de arvoredos miúdos e barreiros salitrosos, tudo requisitos necessários para a multiplicação, conservação e nutrição dos ditos gados [...].⁴⁵⁷

Quando o Governador precisou justificar a escolha do local para a fundação da Vila, apontou inúmeras vantagens, entre elas o fato de lá haver pastos para o gado e boas madeiras:

Tem muitas lenhas, e ao pé por estar cercada a Vila de capões de mato, nos quais se acham também madeiras de lei em grande quantidade. Não faltam terras de planta, umas verdadeiramente vizinhas e outras a que o Rio dá o mesmo privilégio pela facilidade das condições ultimamente do pé da Vila começam logo pastos muito largos e suficientes, os quais, digo, entre os quais há alguns maravilhosos.⁴⁵⁸

A percepção do Governador a respeito da geografia da região amazônica, do pantanal e do cerrado somou-se àquelas de natureza política, marcadas pela crítica à demora dos trâmites administrativos, às necessidades de instituições estatais que facilitassem e agilizassem a política no Distrito do Mato Grosso:

Ilmo. e Exmo. Sr., esta Vila ainda que não tenha aumento que teria se outro estivesse encarregado da sua fundação, contudo se acha muito mais aumentada do que eu esperava que estivesse neste tempo quando lhe dei princípio: mas para acabar de se estabelecer com firmeza, necessita ainda de duas coisas, que é o mudar-se para aqui a Ouvidoria Geral e também a Provedoria e Intendência do Ouro. [...] Sua Majestade foi servido mandar fazer nesta Vila o acento do Governador da Capitania e que a residência do Governador fosse aqui continuada, e só se o mesmo [ilegível] do dito Sr.

⁴⁵⁷ NOTICIA particular pertencente ao mapa sobre exploração de terras entre o Rio Jauru no Paraguai, e a do Rio Sararé, no Guaporé, para estabelecer a demarcação dos domínios Portugal e Castela. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 454. Conselho Ultramarino Brasil-Mato Grosso, posterior a 1754.

⁴⁵⁸ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

pedisse que alguma vez saísse daqui para as outras minas, desta Repartição poderia fazer o que suposto não somente é impróprio, mas sujeito a grandes inconvenientes, estar a Ouvidoria, Provedoria e Intendência ao mesmo tempo no Cuiabá. Começando pela Ouvidoria, são os Ouvidores juntamente Auditores Gerais da gente de Guerra em cujo cargo não podem sentenciar afinal as causas dos Militares, se não na presença dos Governadores ao que serve nesta Capitania de grande embaraço assistir um 100 léguas distante do outro.⁴⁵⁹

Os documentos burocráticos que deveriam ser remetidos ao Conselho Ultramarino exigiam trâmites aos agentes oficiais que estavam em Cuiabá, procedimento que em muitas ocasiões causava prejuízo e demora para as justiças régias:

Os papéis de serviços que são remetidos para o Conselho Ultramarino devem ser preparados na forma das ordens de Sua Majestade pelo Governador e Ouvidor e da sorte que esta Capitania está quando há semelhantes requerimentos como tem já havido vários no meu tempo, é preciso que as partes vão ao Cuiabá justificar os papéis de serviços que estes venham aqui para o Secretário passar a certidão que levam em meu nome, e do Ouvidor de onde tornam depois ao Cuiabá para o dito Ouvidor assinar, e segunda vez a esta Vila para ser remetida pela Secretaria ao Secretário do Conselho Ultramarino do que resulta grave prejuízo e demora às partes. O Regimento dos Ouvidores Gerais lhe concede possam sentenciar afinal até pena de morte, os negros, mulatos etc., porém isto deve ser em junta de Justiça, presidindo o Governador o que também se faz impossível estando em tão grande distância. [...] Vossa Excelência, por me parecer muito preciso para a boa administração da Justiça nesta tão larga distância, que se ponha em prática nela o regimento dos Ouvidores nesta parte [...].⁴⁶⁰

A “paisagem natural”, com seus acidentes físicos, serviu como marca simbólica importante para a demarcação das terras disputadas pelas nações ibéricas na América. No Mato Grosso, as balizas naturais ajudaram a estabelecer a fronteira. Afinal, já estava determinada nas Instruções Reais a fundação de Vila Bela à margem do Guaporé ou de outro rio que levasse suas águas até ele:

[...] o motivo que Vossa Majestade toma para esta determinação é a vizinhança que este distrito tem com as terras de Espanha, por cuja causa lhe chama Vossa Majestade a chave e o Propugnáculo do Sertão do Brasil pela parte do Peru, e assim o sítio desta Vila devia essencialmente corresponder a este fim, ainda que dali resultasse algum incômodo aos

⁴⁵⁹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de julho de 1759. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 242, [f. 155-156].

⁴⁶⁰ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de julho de 1759. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 242, [f. 155-156].

moradores e quanto o que eu recolhi corresponda a esta intenção, pus eu logo na presença de Vossa Majestade tanto que lhe dei princípio. Vossa Majestade não só me insinua na minha instrução o fim a que havia de atender na fundação desta Vila, mas expressamente me determina que esta

se faça quanto for possível a borda do Rio Guaporé, ou de outro rio navegável que deságue neste.⁴⁶¹

Sombrias imagens, por vezes, representam a marca do poder, do domínio na fronteira, cujo sentido foi pensar estrategicamente um espaço resultante das práticas políticas, legitimando o poder da ação do Governador do Distrito do Mato Grosso. O Distrito ganha visibilidade nas narrativas do Governador na medida em que nelas constrói e reforça a noção de fronteira com a intenção de demarcar os espaços do poderio português na região oeste. Ao escrever sobre aquelas terras, ele as assimilava como espaços da Coroa, e suas ações e discursos eram pertinentes às ordens da metrópole:

Além disto o Mato Grosso é de uma importância pela situação em que está tão vizinho aos castelhanos, cujos Missionários se vêm chegando muito para nós, e já tem três aldeias assentadas na banda de cá do Rio Guaporé, ou do Madeira, e por nos segurar a navegação deste mesmo rio e do Jauru para o tempo vindouro e da consequência que Vossa Excelência não ignora pelo que será a muito conveniente dar-se-lhe um estabelecimento firme, e durador cujas qualidades se não encontram nas terras formadas pela concorrência dos mineiros que o enriqueçam se lhe percam as esperanças, sempre a retirada esta certa, o que é mais fácil por trazerem consigo todo cabedal, e assim se veem hoje quase desertas muitas terras em que houve já grande influência do povo [...].⁴⁶²

Enfatiza o demorado e trabalhoso caminho que ligava a capitania de Mato Grosso à parte leste da Colônia e aponta tal fato como responsável por inúmeros reveses em sua administração. O Governador, em certo momento, reconhecia os longos percursos como particularidade de terras tão extensas como as da América portuguesa e acrescentava ainda que até mesmo em seu Reino condições estruturais também maculavam a qualidade dos serviços públicos:

Ela [Vila Bela] tendo sido fundada mesmo sobre lavras, se acha hoje com distritos e bastantemente povoada, dois, quatro e seis dias de jornadas distantes sem que aos seus moradores faça dúvida ir de tão longe servir a

⁴⁶¹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

⁴⁶² CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, 27 de junho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 31.

República, e dos principais a maior parte tem casas na Vila, aonde vão por qualquer motivo sem grande dificuldade, que esta ordinariamente se avalia mais pelo que se representa a imaginação, do que pelo que é na realidade. Cá na América pela largueza das terras e pelo uso de fazer jornadas tão largas, como são daqui ao Pará, daqui à Bahia, daqui ao Rio, vinte e trinta léguas respeitam-se por causa nenhuma. Pelo que toca ao terceiro por parte nenhuma me parece há caminho que não seja mau em tempo de águas. Quantas vezes no Reino se embaraçam as citadas mais públicas, ficando detidos e parados os mesmos correios.⁴⁶³

O Governador elaborou um retrato do conjunto das possibilidades do entorno do rio Guaporé e mostrou que suas potencialidades dariam força criativa para tornar o lugar possuidor de uma “civilização” utilitária, com uma região que cresceria em economia, em povoação, em roças, em espaços de poder, alargando de forma convincente as terras do império português. Atribuiu valores à paisagem do Guaporé para estimular novas formas de convivência social, criando novos valores culturais, com novas organizações espaciais. Esses valores atribuídos à natureza teriam a função de aproveitar as suas riquezas e potencialidades.

4.4 REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO

O sertão também foi retratado por Antônio Rolim de Moura na descrição das imagens do “meio natural” e cultural de Mato Grosso. Os escritos do Governador trazem construções sobre o *sertão* ou, pode-se dizer, um *sertão* representado, difuso, imaginário, simbólico. Seus textos, ao referirem-se a esta categoria espacial, compõem um campo de visualidades e de visibilidades expressas em juízos, saberes, intenções e projeções. No fazer cotidiano da colonização, nas descobertas do novo espaço e dos personagens singulares que o habitavam, nas estratégias de sobrevivência diante dos perigos e hostilidades da natureza bruta, no gozo de suas paisagens, no aproveitamento dos seus recursos, o *sertão* se transforma.

É um vocábulo antigo, trazido ao Brasil pelos portugueses e que continuou a ser utilizado pelos viajantes e cronistas na descrição do cenário e imaginário colonial. Analogamente, a palavra *sertão*, está nas correspondências oficiais entre os

⁴⁶³ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

administradores lusos radicados na Colônia e a Corte, embora incluísse um dado novo. Aludia-se a lugares onde uma estruturação político-administrativa já havia sido estabelecida, haja vista a presença de núcleos de povoamento, de vilas e de aparatos burocráticos, podendo ser no mais interior da Colônia, incluindo o sertão mato-grossense.⁴⁶⁴

No entanto, o termo “sertão” está carregado de significados. É portador de belezas, de histórias, de ausências e de memórias. O termo *sertão* refere-se a uma categoria espacial que ao longo do processo de colonização portuguesa foi sendo construída pelos colonizadores que lhe acrescentaram sentidos diversos, com conotações diferenciadas. Entende-se o *sertão* como uma categoria espacial, pois é ele um espaço que tem forma e composição física e as atribuições que lhe são imputadas, circunstanciadas no campo das representações.

É corriqueiro verificar a expressão em menção ao lugar onde se encontrava o agente colonial, ou para localizar outro além daquele. Sendo o litoral o centro por excelência das primeiras explorações portuguesas e de outros europeus e fulcro das modificações resultantes daquelas presenças, tornou-se, assim, o ponto de referência para diferentes regiões da Colônia: disto decorreu a designação de *sertão* para quaisquer novos lugares além do litoral.

Nessa perspectiva, formavam-se duas categorias opostas e complementares, com significações diferentes, porém, indissociáveis: o *litoral*, espaço já conhecido, dominado pela “civilização cristã européia”, e o sertão, um espaço misterioso, do ainda não conquistado, do estado bruto a ser *descoberto* e dominado, local da “barbárie”, dos silvícolas e das adversidades geográficas ainda não debeladas, desafiadoras aos hábitos e necessidades do colonizador. Definia-se *sertão* em contraposição àquele espaço “civilizado”; vinha para denominar o espaço do exilado, do degradado, do bruto, do “incivilizado”, do perseguido, do imoral...⁴⁶⁵ É este o sertão que se encontra nas correspondências do oficial português. Ao definir Mato Grosso como *sertão*, o Governador baseava-se no critério da oposição entre “barbárie” e “civilização”, e definia a si próprio e a sua cultura, na perspectiva da análise da alteridade. Um olhar gerenciador da superioridade definidora, delimitadora

⁴⁶⁴ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995. p. 145-151.

⁴⁶⁵ *Id.*

e excludente. Sertão é, para o Governador, o lugar do outro, do inculto, do distante, do irracional.

Nos círculos de relações políticas de Antônio Rolim de Moura, a denominação, portanto, não era uma novidade. O termo era usado para designar os espaços vastos, interiores, situados dentro dos domínios americanos:

Toda a gente de pé é capaz do Mato, que nele se criaram e ainda muitos dos de cavalo; que como a maior parte destes é composta de paulistas, tem especial gênio para romperem sertões. V. Exa. quando os vir, me parece que lhe hão de agradar pela figura e pela idade, todos vão destinados a lá ficarem [...].⁴⁶⁶

Galetti afirma que os documentos coloniais não deixam dúvidas quanto à predominância da associação dos vocábulos *sertão* e *deserto*, usados como sinônimos, associação igualmente feita por Rolim de Moura: “Sertões... desertos: ínvios, desconhecidos e quiçá depositários de magníficos tesouros. Esta é a primeira representação do colonizador português sobre o espaço geográfico que se alongava em direção ao interior das terras brasílicas, rumo ao Ocidente”.⁴⁶⁷

Jacques Le Goff, ao analisar as regiões de floresta no imaginário religioso ocidental medieval, aponta para a equivalência entre floresta e deserto, que resulta na expressão *floresta-deserto*, significando as florestas europeias, espaços ainda pouco aproveitados pelas atividades humanas. Não se trata do deserto autêntico, mas de um deserto imaginário relacionado à ideia de solidão, expressão do simbolismo de um lugar não hospitaleiro, atrativo para fugas espirituais ou esconderijo de suspeitos, onde os valores são opostos aos da cidade ou da sociedade organizada. Na ideia de *floresta-deserto* está presente a oposição entre cultura e natureza: contraposição entre o construído, cultivado e habitado (cidades, castelos, aldeias) e o propriamente selvagem (mar, floresta), e também entre o universo dos homens que vivem em comunidade e o universo da solidão.⁴⁶⁸

Janaína Amado também traz essas referências históricas e historiográficas no intento de contextualizar o surgimento dos conceitos dados à palavra *sertão*.

⁴⁶⁶ CÓPIA da carta de João Manoel de Mello a Antônio Rolim de Moura. Vila Boa, 31 de agosto de 1763. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Cartas, Bandos, Instruções e Correspondência expedida e recebida**. Governo D. Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Sousa Coutinho. Livro C-14, Estante 1, Doc. 14, [f. 10v.].

⁴⁶⁷ GALETTI, 2000^a. p. 36.

⁴⁶⁸ LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 39-58.

Percebe-se semelhanças entre os elementos que entremeiam o imaginário medieval das regiões de floresta, vistas como *floresta-deserto*, e os que compunham a representação elaborada pelo colonizador português a respeito da capitania de Mato Grosso no setecentos.

Nos escritos de Antônio Rolim de Moura, o sertão representava e guardava para os sertanistas uma importante fonte de renda, lá estavam os índios que eram caçados para o comércio colonial. Se, de um lado, os índios foram representados como avessos à adaptação aos costumes e aos ditames do homem branco, de outro, proporcionavam a muitos destes uma vida menos difícil, afastada do desgastante e laborioso trabalho braçal. Estas apreensões ocorreram ao Governador logo em sua viagem de São Paulo ao interior da capitania.

Para Rolim de Moura, a percepção do bandeirismo no interior da capitania paulista estava marcada pela crítica à preação de indígenas. Os pareceres do Governador mostram a violência como método para a prática da escravidão de silvícolas, nos ataques sertanistas às aldeias. Percepções do oficial português a respeito de espaços palmilhados pelas práticas sertanistas ganhavam sentidos de brutalidade, espaços de truculência e de gente branca levada pela preguiça e pelo desleixo. Mostra-se um oficial capaz de denegrir a imagem dos seus moradores, mostrando-se arrogante em qualidades, fazendo-se dotado de bravura, construindo-se um oficial com suficiente força para enfrentar os perigos dos rios e da natureza hostil e farta de recursos.

Esse sertão avistado pelo Governador vai se tornando um lugar de histórias, enredos que assinalam suas impressões relacionadas às terras mato-grossenses. É citado o caso do sertanista Fernão Dias Falcão que, quando se viu diante da morte, mostrou-se, em seu testamento, arrependido por ter causado ofensas e sofrimentos durante os empreendimentos de preação e de utilização da mão de obra indígena para fins de comércio. Fernão Dias Falcão, ao fazer uma releitura do seu passado de sertanista, deu novos sentidos à sua história. As lembranças que lhe ocorreram naquela situação foram responsáveis pela decisão de deixar parte da sua herança como restituição aos índios, uma forma de compensação pelas humilhações sofridas:

[...] este homem fez muitas entradas ao sertão, e muitas partes delas ou todas no Distrito do Cuiabá, fazendo nestas entradas as violências e roubos, que nelas praticam os sertanistas pelo que à hora da sua morte, achando nesta parte muito gravada a sua consciência, por descargo dela e por

satisfação ao prejuízo que tinha causado aos índios aplicou, por sua tenção, parte da sua fazenda para cativos, e outras esmolas.⁴⁶⁹

Nesse caso, o preador de índios lançou mão de seu patrimônio na tentativa de aplacar a consciência. Sugere que a doação tinha, neste caso, um sentido de remissão, um lenitivo misericordioso para com aqueles que teve como escravos durante a vida. Ou, quem sabe, uma tentativa de barganhar com Deus o perdão de suas culpas. A situação torna-se mais intensa quando esses sertanistas se encontram diante da morte, momento, talvez, da invocação dos Santos e pedidos de perdão para as faltas cometidas. A restituição paga pelo sertanista ficou sob a responsabilidade da Real Fazenda das Minas do Cuiabá, sob as ordens de Antônio Rolim de Moura, e parte do inventário serviria aos investimentos, a fim de aumentar as aldeias, por ter a Fazenda Real da capitania poucos recursos. É possível também se pensar que Rolim de Moura, ao fazer menção a Fernão Dias Falcão, estaria a desconstruir a imagem de um dos grandes sertanistas para elevar a sua imagem e ações como homem exemplar, virtuoso e avesso à violência praticada aos índios.

Como um homem da corte, aristocrata e oficial do Estado português, o Governador identificava Mato Grosso como lugar do atraso e da “barbárie”, contribuindo, assim, para a construção de uma marca da identidade regional da capitania. A noção de sertão associa-se à de “barbárie”, sobretudo quando se referia às regiões habitadas por nações indígenas percebidas como irracionais, “incivilizadas”, brutais, selvagens e, portanto, insuficientemente propensas ao aperfeiçoamento intelectual com as quais fossem capazes de se aproximar àquelas avaliadas como providas de razão. Para os índios e outros indivíduos inábeis a uma vida “civilizada”, havia um destino certo: o sertão,

não há duvidas que alguns índios chegam a aprender a ler e a escrever, ainda dos que estão em mãos particulares, e no Cuiabá me consta haver um que até sabe contar; porém o ordinário é não terem capacidade para isso, e antes muitas vezes entro em dúvida se a maior parte deles chegam a ter uso de razão, e essa é a coisa da prática que se lhe tem introduzido seu aldear e tratar em tudo, como menores, sendo isso preciso ainda para conservarem a fé e a doutrina, porque, de outra forma, com a mesma facilidade com que a recebem se esquecem dela, o que se está vendo com alguns que depois de muitos anos da confissão e comunhão fogem para o Mato e lá tornam a viver como de antes.⁴⁷⁰

⁴⁶⁹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 16 de janeiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 21.

⁴⁷⁰ CÓPIA de Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 31 de janeiro de 1755. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 109, [f. 49-50v].

Sertão era o espaço dos limitados e dos não afinados com a vida racional. Estas eram as imagens elaboradas quando o Governador apresenta suas percepções em descrições bastante desanimadoras. Em outras, a dubiedade se faz presente na execução das ordens quando sugere que as mesmas nações indígenas inábeis para a vida “civilizada” eram passíveis de transformação, desde que recebessem o incentivo e a orientação dos agentes portugueses. Havia perspectivas para a construção do “progresso” mesmo em terras tão incultas:

[...] houve Vossa Majestade por bem recomendar-me nas suas Reais Ordens que procurasse reduzir o Gentio Paiaguá a viver racionalmente e que se para este efeito necessitasse de algumas coisas que não houvesse neste sertão a fizesse presente a Vossa Majestade pelo seu Conselho Ultramarino.⁴⁷¹

Entende-se que, à medida que o espaço da América portuguesa foi sendo conhecido pelo oficial português em direção ao oeste, o termo *sertão* foi ganhando diferentes sentidos. Seus escritos tratam de dar visibilidade à localização geográfica do Mato Grosso, apresentando uma projeção de isolamento e definindo o território como um vasto sertão, uma região distante do litoral, e se acercando de outra referência, a de *fronteira*. Para ele a fronteira também é um sertão, concebido como espaço de “contrabando, de busca mútua de apoio”, e de fugas. Sabe-se que o Mato Grosso representava para a Coroa a zona limítrofe do Brasil, e Antônio Rolim de Moura era responsável pela defesa desta fronteira. Para o projeto português, defendê-la significava povoar, “de modo a não abrir flanco para penetrações do opositor pelo território, anulando as conquistas que a colonização desordenada, feita pela mineração, tinha acarretado”. Houve “intercâmbio com os espanhóis e as questões de defesa imprimiram à sociedade colonial mato-grossense características próprias, típicas de uma capitania de fronteira”.⁴⁷²

O sertão representava também a possibilidade de eximir-se de penalidades administrativas ou judiciais, impunidade favorecida por uma região tão ampla e de difícil acesso para os aparatos legais. Sugere o Governador que nos sertões se pode viver o desregramento, a falta da lei, a falta da “civildade”. Um espaço destinado ao desertor, ao desordeiro, ao imoral. Uma imagem a mais em alusão ao sertão: único

⁴⁷¹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade Dom José I. Cuiabá, 13 de julho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1.

⁴⁷² VOLPATO, 1987, p. 75-76.

espaço que parecia servir ao Ouvidor do Cuiabá, pois nele havia lugar para os que eram indignos, desonestos, amorais; o sertão servia à fronteira do outro:

Não era necessário que V. Sa. fizesse justificações para provar o mau conceito faz que se deve ter de João Antonio Vaz Morilhas, Ouvidor do Cuiabá, e espero que na ocasião desta Frota lhe vá sucessor, já que Deus não quis permitir que o outro Ouvidor nomeado lhe fosse suceder e tirara residência, que me parece acharia de tirar, com toda a cautela e justiça, e não me admira que o Ouvidor do Cuiabá com a notícia de ter sindicante cuidasse em fugir como V. Sa. me avisa, porque a sua vida e costumes é já tão sabida, que só nos sertões poderia viver.⁴⁷³

O sociólogo José de Souza Martins escreve que a fronteira “é o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular”. Na sua reflexão, o sertão (e a fronteira) são lugares, por excelência, da ausência da lei, do conflito, da violência da morte. Na perspectiva sociológica e antropológica, os aspectos essenciais da multiplicidade da fronteira são assim explicados:

À primeira vista é o lugar dos encontros do que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.⁴⁷⁴

Sobre o desencontro e o conflito dos diferentes grupos humanos e diferentes visões, Martins explica que:

O desencontro da fronteira é o desencontro do tempo – realidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. [...] A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte antagônica de nós.⁴⁷⁵

Entende-se que a fronteira tem dois lados: um é dito o lado da “civilização” e outro é o lado da “barbárie”, do “incivilizado”.⁴⁷⁶ Essas explicações de Martins

⁴⁷³ CÓPIA da Carta de Diogo de Mendonça Côrte Real para Antônio Rolim de Moura. Belém, 22 de junho de 1756. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 207, [f. 114v-115v].

⁴⁷⁴ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 150-151.

⁴⁷⁵ MARTINS, 1997. p. 151.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 163.

permitem entender que o sertão encontra-se nesta categoria, a fronteira a ser ocupada, a ser “civilizada”, a ser conhecida; com características de ser um espaço de adversidade e do perigo.

O termo sertão ganhou sentido nas palavras do Governador na seguinte forma: [...] “porém como esta só não basta para livrar das muitas chuvas, que necessariamente se apanham em uma travessia tão grande do sertão como esta”.⁴⁷⁷ O espaço do sertão representava a escassez, com pouca ou nenhuma condição material para a satisfação das necessidades e hábitos de um representante da Coroa em terras mato-grossenses, o que levava o Capitão-General a afirmar que este sertão era o lugar da ausência:

Além da despesa que fiz de mais de cinco mil cruzados na jornada do Cuiabá para aqui, e no preparo dela, sem embargo de vir muito escoteiro, depois que aqui estou sem, e tem aumentado muito os gastos, pois me vejo obrigado não só aos que causa agradecimento, carestia destas Minas, mas ao excesso sobre ela aumenta estar vivendo em um sertão aonde por hora não há nada, e me é preciso mandar conduzir a muita custa dos arraiais, assim o mantimento todo, como as mais coisas de que careço com discômodo e despesa grande. Não é também pequena a que me tem causado na chapada, e aqui a repetição das sezões minhas e da minha família.⁴⁷⁸

Os que vinham de outras paragens para a capitania se defrontavam com vicissitudes específicas de caminhos feitos pela via terrestre, que ligava Cuiabá a Goiás (FIGURA 10), e pelo caminho fluvial do sul, ligando São Paulo às minas do Cuiabá, ou pelo norte da região amazônica, possibilitando a comunicação Amazonas-Guaporé. Essas vias de acesso ao Mato Grosso tornavam as viagens pelo interior da Colônia um penoso exercício de vida e de aprendizado. Além de o sertão ser espaço que exigia habilidade, também necessitava de vigilância. Nota-se, em correspondência vinda de Lisboa, a determinação política de estabelecer na região do Guaporé os mecanismos de controle necessários para uma arrecadação satisfatória aos cofres metropolitanos:

⁴⁷⁷ RV, p. 2.

⁴⁷⁸ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 16, [f. 8v- 20].

Faço saber a vós Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso [...] mandar estabelecer um Registro no Caminho do Pará, que vai para essa Capitania para fazer arrecadar os direitos por entradas, que devem pagar as fazendas que pelo dito caminho se introduzirem, para as minas desse governo [...]. Fui servido determinar por resolução do primeiro do corrente tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino que o dito registro se estabeleceu na primeira cachoeira da Aroaya, no qual assistira por parte de minha fazenda um administrador que nomearei, e todo o rendimento se porá em depósito até se liquidar a quem pertence, e aos moradores de Vila Bela se lhe observará o privilégio que lhe tenho concedido; mas como se podem seguir muitos inconvenientes e descaminhos da continuação dos ditos privilégios, pondo-se em prática no Rio Guaporé todas as carregações que por ele subir em pois se encabeçarão em povoadores de Vila Bela, para se salvarem os direitos que depois de lá chegarem nunca se conseguirá impedir que por aqueles sertões se espalhem a fazenda, privilegiadas para os distritos do Cuiabá e Goiás, ficando assim baldado o registro e a minha fazenda prejudicada.⁴⁷⁹

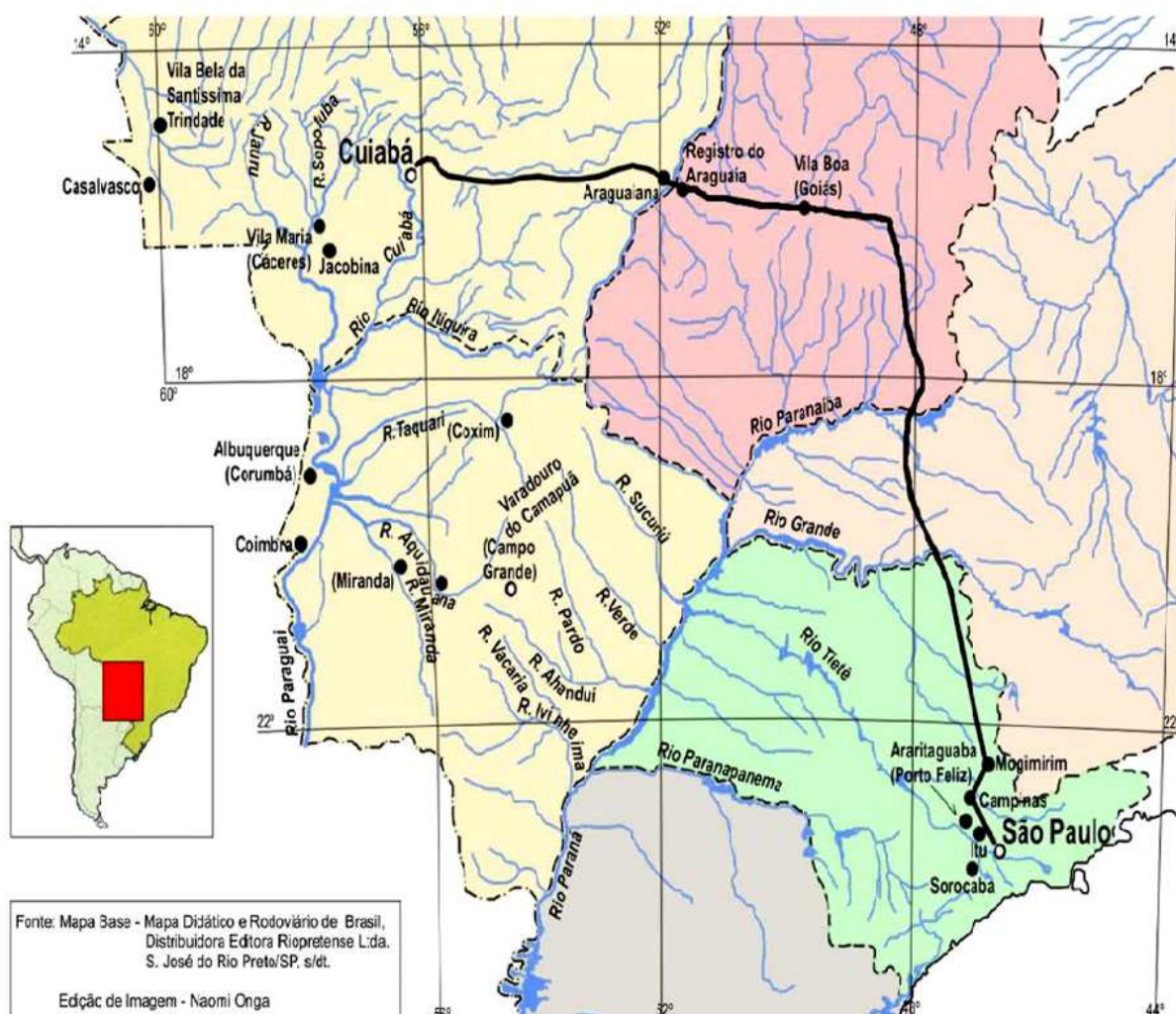


FIGURA 10 - CAMINHO DE TERRA CUIABÁ A GOIÁS
FONTE: JESUS (2006, p. 171)

⁴⁷⁹ CÓPIA da Carta do Conselho Ultramarino a Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 2 de julho de 1753. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1. Doc. 90, [f. 36v].

Desde meados do século XVIII, houve a premência dos lusos em se definir a fronteira com a América espanhola. A região do Mato Grosso era precisamente aquela onde mais se havia ultrapassado o meridiano de Tordesilhas.⁴⁸⁰ A necessidade de garantir os territórios já ocupados e que se encontravam para além da linha do Tratado foi política assumida e de caráter oficial preponderante iniciada na administração de Antônio Rolim de Moura e continuada por seus sucessores. Assim, em meados do século XVIII, o Estado português e seus agentes passaram a desempenhar um papel muito mais interventor na exploração e reconhecimento do espaço na região do Guaporé. Agindo de maneira a ter mais informações da geografia do *sertão*, o Governador incumbiu-se de representar os caminhos que percorreu, desde sua saída do porto de Araraguaba localizado em São Paulo até sua chegada no Guaporé. De forma pormenorizada, seu trabalho de representação cartográfica é assim elaborado:

Ilmo. e Exmo. Srs., quando vim para esta Capitania tive a curiosidade de Santos para diante de vir sempre com o agulhão na mão, observando os rumos e conjeturando por fantasia as marchas assim de terra como dos rios. Do Cuiabá para aqui fiz o mesmo com o fim de poder remeter a Sua Majestade um mapa destes caminhos, se não exato, ao menos que de algum modo buscasse com menos distância a verdade. Não me resolvi até agora falar nesta matéria a V. Exa. porque receava não levar ao fim o meu intento, assim por ser muito superficialmente instruído nos princípios necessários a este efeito, como por não saber se acharia quem me pusesse em limpo o meu risco. A ocupação do Governo e as minhas moléstias me não deram também lugar a concluir esta obra mais cedo, principalmente sendo-me necessário, depois de feito o risco, mandá-la ao Cuiabá, por se achar naquela Vila quem só achei capaz de pô-lo com o asseio de que necessitam para poder apresentar-se a Sua Majestade.⁴⁸¹

Rolim de Moura comenta os detalhes dos quais se incumbiu no feito do mapa, acrescentando nele as informações de sertanistas e mais viajantes daquelas terras e rios:

⁴⁸⁰ FERREIRA, Mário Clemente. Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2., 2007, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Instituto Geográfico Português, 2007. Disponível em: <http://www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2010.

⁴⁸¹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça da Côte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 101, [f. 81].

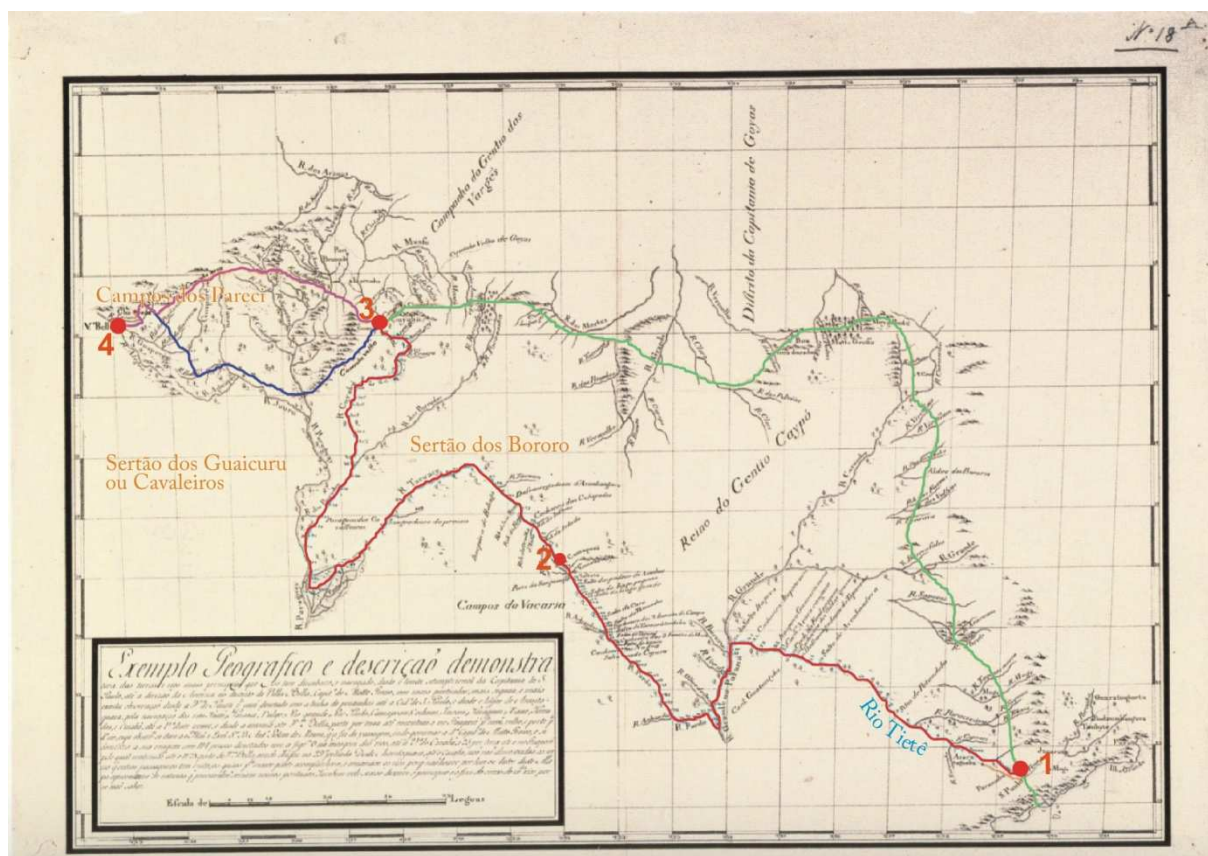
[...] Ao primeiro mapa mandei ajuntar o de Goiás, que me havia remetido daquela Vila Francisco José Comlombina, e também o do caminho por terra da mesma parte para o Cuiabá observado pelo mesmo sujeito, que desenhou os mapas. Ao segundo mandei ajuntar o que por informações de sertanistas e viandantes se pode saber das terras e rios desta capitania, para servir como do seu mapa topográfico. Precisamente um e outro pelo que toca ao meu trabalho hão de ter grandes erros, primeiramente pela pouca instrução dos princípios, e em segundo lugar porque o cuidado da tropa e de abreviar a viagem me não permitiram vir fazendo as demoras precisas para tomar as alturas a miúdo, observar a variação da agulha, a marcha da Canoa, que depende de conhecimento da correnteza dos rios, que varia infinitamente, não só porque cada rio tem a sua especial; mas porque o mesmo rio corre com mais e menos violência a cada paço. [...] Contudo, até o Taquari se ajustou bastante a minha fantasia com a observação do sol. Daí para o Cuiabá foi maior o excesso da diferença, o que atribuo assim aos pantanais, como a vir mais ocupado do cuidado da tropa por ser todo aquele caminho quase até o Cuiabá distrito, em que costuma os Paiaguá fazer os seus assaltos.⁴⁸²

Ao chegar a Cuiabá, Rolim de Moura cita as localizações, cuidando para mostrar as grandezas do Pantanal:

Mas chegando àquela Vila, e tomando ali o sol a minha vontade, por ele emendei a derrota os pantanais, que começam no fim do Taquari, não são como no mapa vão designados; porque o desenhador, como está tão longe de mim, me não percebe o bem. [...] Não é contudo o dito pantanal limpo pela maior parte, mas sim cheio de capins, arrozais, cujas pontas crescem muito ao de cima d'água, e com algumas árvores, e de espaço em espaço seus redutos de terra alta e coberta de mato. [...] Também o mapa não mostra a grandeza do pantanal, que para a parte do norte se estende até perto do Cuiabá e para a do sul vai confinar com a vizinhança da cidade do Paraguai, e se alarga também muito para o nascente e poente. No tempo de secas é muito entrecortado de terras altas, e os Rios Paraguai, [Achianes], Porrudos, Cuiabá, que correm por entre ele, têm pela maior parte o barranco descoberto, porém no de águas muitas vezes não acham os viandantes terra aonde pousarem e fazerem fogo. Este me parece é verdadeiramente o lago do Xaraés que, a considerá-lo pela extensão, é um mar de água doce. Isto digo por aquela por onde vem o caminho para Cuiabá.[...].⁴⁸³

⁴⁸² CÓPIA da Carta de Antônio Rolim para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça da Côte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 101, [f. 81].

⁴⁸³ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça da Côte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro 06, Estante 1, Doc. 101, [f. 81].



- | | |
|--|---|
| — Caminho Monçoeiro | 1 - Porto de Ararituaguaba |
| — Caminho terrestre | 2 - Fazenda Camapuã |
| — Caminho velho | 3 - Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá |
| — Caminho novo | 4 - Vila Bela da Santíssima Trindade |

FIGURA 11 - O MAPA DE ANTÔNIO ROLIM DE MOURA

FONTE: GARCIA (2000, p. 294)

CARTA CHOROGRAPHICA, ou Descrição demonstrativa das terras, e rios mais principais, que se tem descoberto, e navegado, des o limite Setentrional da Capitania de S. Paulo, até a divisão da America, no districto de Villa-bella, Capitania do Matto-grosso; com mais particular, mais segura, e mais exacta observação, des de a Villa de Paratí, pelo caminho denotado com a linha de pontinhos, até a Cidade de S. Paulo; e des de o lugar de Ararituaguava, pela navegação dos rios Teatê, Paraná, vulgo, Rio-grande, Rio-pardo, Camapoan, Cochiim, Taacoarí, Paraguai, Xianè, Porrudos, e Cuyabá, até a Villa deste nome; e des de a mesma, até a Villa-bella, parte por terra, até encontrar o rio Guaporé, pelo caminho velho, e parte pelo ditto rio, cuja observação se deve ao Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} S.^r D. Antonio Rollim de Moura, que a fez, de passagem indo governar a ditta Capitania de Matto-grosso, e se demostra a sua viagem, com 114 pousos denotados com a fig. na margem dos rios, até a Villa do Cuyabá, e 25. por terra, até o Rio Guapore, pelo qual continuão ate o num.^o 28, perto de Villa-bella, aonde chegou na 29.^a jornada. Des de Ararituaguava, até o Cuyabá não vão demonstradas as serras, que outros Passageiros tem visto, as quaes pela maior parte, acompanhão, e encanão os rios, por que o Autor da ditta observação, e descripção não houve por bem aproveitar-se de noticias, que seriam, provavelmente, menos punctuaes. Não se descreve tambem o principio, e o fim do curso de muytos rios, por se não saber. Anno de 1754. (Transcrição do texto do quadro do mapa).

NOTA: Os traços destacados foram trabalhados pelo especialista em Geoprocessamento Helio Wolfart.

Com a criação da capitania, em 1748, os portugueses organizaram diversas expedições com o fim de estabelecer a garantia da posse para o ocidente da linha de Tordesilhas, ou seja, a concretização do princípio do *uti possidetis*. Com a

instalação dos poderes régios na região do Guaporé, os colonizadores exploraram o espaço e trabalharam para definir a fronteira. Antônio Rolim de Moura, por exemplo, iniciou seu trabalho de riscador do espaço previamente ocupado pelo sertanejo, desde o porto de Araritaguaba, onde principiou a viagem monçoeira sul pelas águas do Tietê até o Guaporé, para, nas margens dele, fundar Vila Bela da Santíssima Trindade.⁴⁸⁴ Durante a viagem pelo caminho fluvial que o levaria para a nova capitania que iria governar, escreveu impressões geográficas das mais variadas.

Rolim de Moura notifica Francisco Xavier de Mendonça Furtado do seu trabalho de demarcação na fronteira Guaporeana, informando que da jornada que fez de Araritaguaba ao Cuiabá “escreveu mapa” e que “a altura daquele porto paulista foi tomado por um astrolábio de pouco mais de um palmo de diâmetro, e concordou a latitude que achei de 15°47’ com que havia outro curioso observado antes de mim”. Informa o Governador que o astrolábio “é o mais próprio para a terra, porque”, explica, “não necessita de horizonte”. Avisa que “enquanto à longitude estão ambos os mapas com bastante diferença da verdade, pois eu não trouxe instrumento que o pudesse observar; e assim me vali somente da fantasia”. Participa ao Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado que: [...] “Até o Taquari não desmentiu, demasiado, da observação do sol que aí fiz, mas de lá para o Cuiabá”, por causa do perigo que representavam os índios que transitavam sobre as águas do Pantanal, vistos como inimigos, “era preciso, vir com mais cuidado na frota, não pude aplicar tanto o curso das canoas”.⁴⁸⁵

Na sua função política e militar deteve-se em avisar sobre as dificuldades de fazer seu mapa e as possíveis diferenças que poderiam ocorrer, se comparado a outros, justificadas pela falta de instrumentos de maior precisão. Ainda, adicionado a esse trabalho, o oficial português não só “riscou mapas”, mas também informou sobre as potencialidades que a natureza oferecia aos viajantes.

A imagem de terras desertas pelo interior do Brasil foi prontamente construída pelo Governador. Vê-se nos seus relatos uma paisagem parcial, que desconsidera o trabalho das nações indígenas no espaço por elas ocupado e que tratava-se de paisagem também constituída. Essas imagens foram elaboradas por

⁴⁸⁴ O desenhista do mapa riscado por Rolim foi Diogo José Pereira. Esse mapa encontra-se arquivado na Academia das Ciências de Lisboa. FERREIRA, 2007. p. 6-7.

⁴⁸⁵ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982. v. 2, p. 64-66.

Rolim de Moura e por outros oficiais da Coroa e reproduzidas pelas historiografias regionais e nacionais.

Os documentos descritos por Antônio Rolim de Moura negligenciam uma paisagem com informações da produção, de aldeias, de caminhos trilhados pelos indígenas em todo o percurso que fez pelo interior da Colônia. O sertão e a paisagem que descreve parte do pressuposto, quase sempre, de uma natureza virgem, com a caracterização de um sertão genérico, de regiões ocupadas por índios considerados inimigos ou pouco capazes de ações racionais.

A historiadora Dora Shellard Corrêa escreve sobre esse assunto, mencionando que, embora muitos cientistas sociais tenham alertado sobre um sertão culturalmente diversificado onde conviviam variadas formas de ocupação e uso do solo explorado por nações indígenas etnicamente diferenciadas: consolidou-se a imagem de que havia e ainda há áreas naturais no Brasil. “Essas representações falsas, parciais da paisagem da Colônia e do sertão tanto nos convencem que a reproduzimos até hoje”. Sobretudo, esclarece que seu estudo esforça-se e justifica-se, pois essas afirmações equivocadas das concepções paisagísticas pretéritas são as que “povoam o imaginário de muitos que têm tomado decisões quanto às políticas relacionadas ao meio ambiente, ao índio e à questão da terra”.⁴⁸⁶

Neste sertão representado, foi evidenciada a presença de religiosos ao serviço da Espanha que dificultava o avanço português para o ocidente e daí a necessidade da Coroa portuguesa de obter informações geográficas precisas das terras mais ao oeste de toda a Colônia americana. Motivo pelo qual o espaço do *sertão* passou a ser objeto de informações cartográficas, com a sinalização dos acidentes naturais, de informações das nações indígenas, do traçado de caminhos, da presença das missões espanholas,

Esta vontade de conhecer o lado espanhol intensifica-se a partir dos finais da década de 1730 e inícios da de 1740, quando diversos sertanistas partem de Mato Grosso em direcção às missões castelhanas de Moxos e de Chiquitos, mesmo contra as ordens da Coroa portuguesa que proibia esse tipo de contactos [...]. Em meados do século XVIII, a premência em se definir a fronteira com a América espanhola, bem como a necessidade em garantir os territórios já ocupados e que se encontravam para além da linha

⁴⁸⁶ Para mais informações do assunto Cf. CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da Colônia Brasil. **Revista Brasileña História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 63-87, 2006. p. 66-67. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/263/26305105.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

de Tordesilhas, assume a maior preponderância na política colonial portuguesa para a América do Sul. A região de Mato Grosso era precisamente aquela onde mais se havia ultrapassado aquele meridiano.⁴⁸⁷

Como visto, as representações da paisagem do Mato Grosso não se restringiram às cartográficas, que foram uma entre as inúmeras que compuseram suas múltiplas apreensões sobre as terras da capitania. A respeito dos missionários espanhóis, sugeria cautela por meio das relações políticas. Esta fronteira avizinhada pelos espanhóis, alcançada e conquistada pelos portugueses no Guaporé precisava ser mais bem conhecida, a despeito da imponência e importância das edificações das missões espanholas de Moxos e Chiquitos. Para os portugueses, a região do Guaporé era território a ser conquistado por ações de povoamento, fundação da sede do governo e fundamentalmente com a política de Demarcação de Limites. O sertão oriental do Rio Guaporé foi cuidadosamente defendido pela Coroa portuguesa, e as tentativas espanholas de conquista foram rechaçadas pelo trabalho de muitos:

Por Goiás dei conta Vossa Excelência da notícia, que tive, de quererem os padres espanhóis continuar as entradas ao sertão da nossa banda, de cuja conta remeto agora as segundas vias. Com efeito saiu desta vila o Alferes de Dragões a 27 de dezembro com duas canoas armadas em guerra com duas pecinhas de amiudar, bastantes armas de fogo, e perto de quarenta homens, entrando dragões, sertanistas, pedestres, e índios Bororo, que são mais esforçados, que há por estas terras, e usam bem das armas de fogo.⁴⁸⁸

Volpato esclarece que a política colonial portuguesa era favorecida pela movimentação na fronteira. Por vezes, os índios “domesticados”, os das missões, em resposta às pressões sofridas nas aldeias castelhanas, procuravam refúgio em terras portuguesas, e em muitas ocasiões sertanistas do Brasil atacavam missões dos vizinhos espanhóis com a finalidade de escravizar os indígenas. Os portugueses incentivavam o fluxo migratório e atraíam os índios com o fito de minorar a deficiência de mão de obra necessária na região. O *sertão* fronteiro foi um espaço oscilante “onde se faziam presentes a insegurança ou o medo dos representantes lusos de um ataque imprevisto”.⁴⁸⁹

⁴⁸⁷ FERREIRA, 2007. p. 4.

⁴⁸⁸ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de março de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 55.

⁴⁸⁹ VOLPATO, 1987. p. 66-71.

De acordo com a percepção de Antônio Rolim de Moura, as terras de Mato Grosso, além de serem vistas como desertos, ou como fronteiras que necessitavam de urgente demarcação, foram também sujeitas às pragas do divino, por ações de sertanistas que persistiam na prática da escravidão:

Porquanto me consta que várias pessoas destas minas têm comprado alguns índios que vieram do Pará com o pretexto de serem daqueles que Sua Majestade naquela capitania declarou por verdadeiros cativos, e como tais os possuem, e por razões que me são presentes, tenho justo motivo para duvidar desta verdade; antes não falta quem assevere que algum, ou alguns dos ditos índios foram apanhados das nossas mesmas aldeias, corroborando-me esta suspeita o pouco escrúpulo que há nos moradores desta capitania em sujeitarem por qualquer sutil motivo a liberdade dos índios, sendo tão largos por Direito os foros dela, sem repararem que nisto desobedecem às repetidas ordens d'El Rey, e à mesma Lei de Deus que, talvez agravado de tão grandes ofensas, está castigando estas terras com as doenças e com as misérias, não havendo quase servido de proveito a ninguém as muitas riquezas que nelas se descobriram; antes sendo elas mesmas a causa de perderem aqui tantos as vidas.⁴⁹⁰

Além de o sertão ser considerado o espaço das ações do divino, o sertão proporcionou diversas experiências: possibilidade da exploração econômica para a metrópole, esperança de melhoria de vida para alguns, aquisição de riquezas para os mineradores e caçadores de índios, espaço para aventureiros e infratores da lei, local de embate com índios indomáveis. Um sertão que ofereceu o enredo do avanço dos representantes coloniais sobre as terras do extremo oeste da colônia portuguesas, e que nações colocadas na condição de índios mansos, a exemplo, os Bororo e os Paresi, foram estrategicamente escolhidas para engrenar a política da colonização.

O texto de Rolim de Moura apresenta imagens que atribuem sentidos de não construído, de não cultivado, de não dominado; dos perigos dos possíveis ataques provocados por índios inimigos, dos maus tempos, das enchentes. São estas as representações do sertão encontradas na documentação pesquisada: espaço da negação, da solidão, da ausência do “civilizado” e da falta de sociabilidade. No entanto, também o espaço das riquezas e das possibilidades.

⁴⁹⁰ CÓPIA de Bando que Rolim mandou publicar em proibição a compra de índios trazidos com as monções do Pará. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de março de 1753. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 44, [f. 54].

4.5 ÍNDIOS MANSOS: OS PARESI E OS BORORO

As nações indígenas destacadas e consideradas mansas pelo Governador na capitania de Mato Grosso foram as dos Paresi e dos Bororo, que ganharam em seus registros imagens expressivas. Os índios Paresi são descritos em um conjunto de representações sempre reiteradas, nas quais aparecem como mansos, dóceis, afetivos, fiéis, avessos à guerra, grandes agricultores e artesãos, de feições físicas bonitas e atributos morais dignos de um não índio.⁴⁹¹

Nestas vastas terras, que hoje fazem parte do território de Mato Grosso, ainda vivem os Paresi, em reservas que já não correspondem ao *dilatado reino* que os cronistas do século XVIII registraram, atualmente cercadas por grandes propriedades agropecuárias, trazidas pela expansão da fronteira agrícola a partir dos anos de 1970.⁴⁹²

Todavia, desde as primeiras décadas daquele século até os dias atuais, as extensas terras, originalmente habitadas pelos Paresi, foram denominadas em razão da sua numerosa presença: Chapada, Chapadão ou Serra dos *Parecis*, o nome tornou-se significativa referência geográfica na história de Mato Grosso. Mesmo antes de surgir o termo Mato Grosso, o lugar já era conhecido pelos preadores de índios como *sertão dos Parecis* ou como consta no mapa riscado por Antônio Rolim de Moura: “Campo dos Paracis”.

A rainha Dona Mariana da Áustria, esposa do rei de Portugal, Dom João V, estava informada a respeito das nações indígenas que tinham seus territórios plantados na parte oeste da conquista, onde o sertão representava fonte de preciosas indicações de riquezas naturais e minerais, e da maior concentração de populações indígenas, destinadas a serem alvo das ações de captura ou extermínio praticadas por experientes sertanistas. Contudo, a preocupação com a proteção destes índios vem de antes da criação da capitania de Mato Grosso, criada em 1748. A política indígena ganhou força e maior consistência no decorrer dos anos de

⁴⁹¹ Paracy, Paracisses Perecises, Paracyzes, Pereci, Paresi. Estas são as várias grafias encontradas no conjunto documental pesquisado em referência ao etnônimo desta nação. Para este trabalho, foi escolhida a grafia Paresi. Sobre o assunto ver: CANOVA, 2003. p. 11.

⁴⁹² Segundo uma descrição contemporânea, o “Chapadão dos Paresi é a maior área de terras planas do planeta próprias para a agricultura, com 2,1 milhões de hectares. Este espaço do solo em Mato Grosso equivale ao território do Estado do Sergipe. Nestas áreas vastas e férteis [...] predominam as grandes lavouras de soja, milho, algodão [...]” (A GAZETA, Cuiabá, 10 fev. 2002).

1730, em especial a partir de 1734, após a descoberta do ouro na região do Guaporé, acontecimento fundamental para definir a política da Coroa portuguesa no que tange às estratégias para ampliar e garantir suas possessões nas terras espanholas.

Nas terras que medeiam entre o Cuiabá e o Mato Grosso se encontrou há alguns anos a nação dos índios Parecis, mui próprios para domesticar-se, com muitos princípios de civilidade e outras nações de que se poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis, e com sumo desprazer soube, que os sertanejos do Cuiabá não só lhes destruíram as povoações, mas que totalmente têm dissipado os meus índios com tratamentos indignos de se praticarem por homens cristãos. Por serviço de Deus e meu e por obrigação da humanidade deveis pôr o maior cuidado em que se tornem a cometer semelhantes desordens castigando severamente aos autores d'elas, encarregando aos ministros que pela sua parte emendem e reprimam rigorosamente tudo o que n'este particular se houver feito ou ao diante se fizer contra repetidas ordens que têm emanado n'esta matéria.⁴⁹³

Antes do governo de Rolim de Moura, os sertanistas levavam os Paresi para São Paulo e lá os vendiam como mão de obra escrava. Um documento apresentado por Otávio Canavarros registra que um padre de nome Lourenço de Toledo Taques, “presbytero do habito de São Pedro”, com cargo mor na cidade de São Paulo, veio das minas do Cuiabá no ano de 1730 e, depois de “haver acabado o tempo das provisoens [...], conduziu em sua companhia quatro pessoas do gentio Parecis”, quatro meninas, chamadas *Quitéria*, *Paschoa*, *Escholastica* e *Ludovico*, todas com menos de doze anos. Sentindo-se “penalizado”, o padre resgatou-as na praça da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá a troco de ouro e por serviço de capela de missas. Depois de vê-las no comércio de índios em Cuiabá, o padre comprou-as, e, dizendo-se condoído, trouxe-as ao grêmio da igreja e se fez seu instrutor na fé “[...] que presentemente se achão para as batizar, por se acharem admiravelmente instruídas na fé e capazes de sacramento comprá-las”.⁴⁹⁴

A antropóloga Maria de Lourdes Bandeira afirma que a preação de índios era lucro imediato, servia como moeda forte de resgate das promissórias e garantia creditícia no mercado colonial. A atividade econômica monçoeira e bandeirista significou um tipo específico de empresa e de organização de trabalho. O mercado de trabalho ensejou o aparecimento dos especialistas em preação de índios, que gozavam de grande prestígio. Esses sertanistas de notável crueldade e violência,

⁴⁹³ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, 1982. p. 133.

⁴⁹⁴ CANAVARROS, 2004. p. 79.

competentes na invasão e destruição de aldeias, especializavam-se em determinada área geográfica habitada por certos povos indígenas. Acumulavam dados e informações que lhes permitiam classificar os povos indígenas de acordo com suas condições de resistência, avaliar os efetivos populacionais para cálculo de lucros, traçar planos eficientes de assalto e captura.⁴⁹⁵

Eram especialistas que trabalharam em busca das riquezas do sertão, deixando rastros de sangue por onde passavam, dada a ação violenta que praticavam contra os índios, os quais escravizavam e vendiam em praças públicas, a exemplo de Cuiabá e de São Paulo, onde posteriormente trabalhariam na produção agrícola.

Continuandose neste anno do Gentio Paresi de onde eraó trazidos muitos indivíduos desta nascam que como escravos se vendiaó: chegaraó a esta vila vindos do dito sertão o Licenciado Pais de Barros seo Irmaó Artur Pais, seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro todos naturais da vila de Sorocaba e apresentaraó hum cruzado de ouro e amostra das minas de Mato groso Lavado com hum prato de estanho no lugar adonde se acha a capela de Santa Anna.⁴⁹⁶

Contudo as ordens da rainha não foram devidamente obedecidas. Os índios Paresi foram considerados os mais mansos e dóceis entre os demais índios habitantes das terras de Portugal e também foram, entre outros, um dos grupos mais atingidos pelas ações de apresamento e posterior escravização, levadas a cabo pelos colonos, em especial pelos sertanistas da Vila de São Paulo. Referências a respeito da escravidão indígena são muito frequentes na documentação levantada e é conteúdo tratado no documento que segue. Além dos Paresi, que não foram os únicos escolhidos para tal comércio, há mais nações mencionadas:

E como chegamos a este ponto, e me consta o zelo com que Vossa Excelência protege estes miseráveis tão perseguidos de todos, me é preciso dizer a Vossa Excelência que em várias ocasiões têm sido vendido em praça pública. E ainda que pouco tempo há examinando essa matéria, declarei a maior parte por livres, sempre me ficou a respeito de alguns bastante dúvida por me apresentarem uns papelinhos a que chamam registros, e que eu verdadeiramente ignoro a fé que têm, e as circunstâncias em que a merecem principalmente ouvindo agora a João Moura, que somente o Gentio Mura é nessa capitania reputado por cativo. Pelo que desejo que Vossa Excelência me diga os que hei de ter nesta comboeira poder resolver-me sempre com segurança nesta matéria. Daqui também farão a mesma diligência de introduzir nesta capitania por cativos os que puderem. Porém é certo que nestas só o estão declarados por Sua

⁴⁹⁵ BANDEIRA, 1988. p. 81.

⁴⁹⁶ SÁ, 1975. p. 24.

Majestade o Caiapó, e Paiaguá, mas destes em todo o meu Distrito são raríssimos, e nessas minas me não consta haja alguns, nem que para baixo tenham rodado.⁴⁹⁷

Ainda a respeito do assunto da escravidão praticada por sertanistas, Rolim de Moura diz fazer-se respeitado pelos homens, que deveriam declarar suas posses: escravos e índios que tinham em seu poder.

E para evitar do modo possível os diferentes caminhos, que buscam para contraírem as repetidas ordens, que há a este respeito, não deixo de cá sair pessoa alguma sem que me declare assim os escravos, como os índios, que leva em sua companhia, para que pelo mesmo despacho se conheça o que lhe permito, e assim todo aquele que for achado sem o dito despacho, ou com mais, ou menos índios do que dele consta, me fará Vossa Excelência grande favor se proceder contra ele. E lá se acha um Bento Oliveira com bastantes que daqui levou, enganando-se para isso, que não sei se a esta hora terá traçado a maior parte por fazenda, sendo eles dos que estavam determinados para uma aldeia, que já tem o seu princípio. A respeito dos que lá vierem sem a permissão de Vossa Excelência me dirá como quer que eu me haja.⁴⁹⁸

Na política de configuração da expansão territorial portuguesa, o *sertão*, na visão de Antônio Rolim de Moura, deveria ser desinfetado. Em defesa do projeto de expansão, o Governador assume a importância da redução dos índios mansos, incluindo nesse enredo os índios Paresi, por entender que isto afirmaria a conquista dos lusos das terras próximas aos vizinhos espanhóis. Ao contrário de outros *gentios*, tidos como *bravios*, *infiéis*, quase impossíveis de se tornarem cristãos, os índios da nação Paresi foram vistos por Rolim de Moura como os mais predispostos à inclusão nos fundamentos dos valores conceituados como “civilizados”, inclusive por serem os de maior inclinação aos ensinamentos da fé católica.

As nações indígenas representavam também a própria continuidade do projeto colonial na fronteira oeste da colônia portuguesa. Para a região de Mato Grosso, se não fossem os índios, certamente a população que vinha de outros lugares não teria sobrevivido devido às inúmeras dificuldades advindas do processo de expansão por território inóspito e dificultoso. Tal dependência se manifestava de diversas formas, dentre as quais se destacavam aquelas pertencentes ao universo do trabalho. Compunha a força de trabalho empregada em atividades vitais para o sucesso da colonização: os índios remavam, pegavam em armas, serviam como guardiões na fronteira e de guias para o reconhecimento do território. Produziam

⁴⁹⁷ CARTA de Antônio Rolim de Moura a sua Majestade, D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30 de janeiro de 1754. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 123.

⁴⁹⁸ *Id.*

alimentos em pontos estratégicos, lugares por onde passavam comerciantes e autoridades coloniais. Os colonos também se apropriaram dos seus saberes e técnicas constitutivos do universo cultural indígena.⁴⁹⁹

Antônio Rolim de Moura atribui ao índio faces muito desiguais, as quais resultavam das possíveis relações de alianças entre os colonizadores e as nações indígenas. Essa fronteira, ocupada por índios considerados trabalhadores em comparação àqueles índios inimigos, dependia de um delicado equilíbrio de alianças entre estes e os lusos ou, neste caso, com o Governador. Percebe-se que ele classifica as sociedades indígenas sob diferentes olhares, e a interpretação das imagens produzidas remete a estereótipos de representação dos tipos aceitáveis e reconhecíveis e de sociedades que ele considera totalmente distintas de sua cultura, para as quais ele adiciona os qualificativos de serem inimigos, infiéis, traiçoeiros...

A contribuição do trabalho indígena no processo da colonização, ou em suas ações de combates aos movimentos de resistência, são informações que servem para análise da política do Império português no uso do índio como *guardião da fronteira*, trabalhador e defensor das terras que foram feitas portuguesas. Às outras sociedades eleitas inimigas, resultava o destino da política de extermínio.

A obra da antropóloga Denise Maldi Meireles trata dos índios no vale do Rio Guaporé e concentra-se na história das duas principais missões espanholas: Mojos e Chiquitos. Avaliando as relações entre as nações ibéricas ao longo da fronteira, apresenta acontecimentos importantes para o entendimento da ocupação oriental do Rio Guaporé pelos portugueses e, em especial, a história dos colonizadores que no avanço sobre o Chapadão dos Pareí investiam em práticas escravistas, preando sobretudo os índios desta nação e os Cabixi: “Esses dois etnônimos serviram para designar povos distintos que viviam em territórios compreendidos pelas Savanas a oeste do Rio Paraguai e a área norte do Guaporé. Descritos como povos ‘pacíficos’, cedo atraíram os caçadores de escravos [...]”.⁵⁰⁰

A autora mostra que os portugueses punham em prática a política da manutenção da naturalidade de algumas nações, conservando-as em seus territórios. Deste modo, os colonizadores asseguravam o domínio e estendiam a fronteira. Meireles acrescenta que, enquanto os espanhóis, ocupando o lado ocidental do Guaporé, haviam fundado as missões de Moxos e de Chiquitos, no lado

⁴⁹⁹ GALETTI, 2000^a. p. 65.

⁵⁰⁰ MEIRELES, 1989. p. 104.

oriental os portugueses pouco haviam feito em investimentos missionários. Nessa perspectiva, a autora diferencia os estímulos dos espanhóis em comparação à exiguidade da política missionária dos portugueses:

A margem oriental ostentava uma paisagem dominada pela floresta e pelos campos vazios de homens, os tributários da margem ocidental exibiam as missões, algumas com milhares de habitantes, que se agrupavam em torno de igrejas de estilo gótico ornamentadas por objetos sacros de prata confeccionados por índios.⁵⁰¹

Nesse enredo do avanço dos representantes coloniais sobre as terras do extremo oeste da colônia portuguesa, são protagonistas os Paresi e os Bororo.

Conforme afirmou Lisandra Zago, “muitos pesquisadores se dedicaram ao estudo do povo Bororo”, um dos povos indígenas mais pesquisados no Brasil e “no mundo”, segundo informações advindas dos autores: Thekla Hartmann⁵⁰² e Mário Bordinon⁵⁰³. Esses índios, de tal modo escravizados pelos sertanistas, enfrentaram a acelerada depopulação de suas aldeias, logo no início da colonização, o maior efeito da “violência aparece mais claramente na dizimação de aldeias dos Bororo Ocidentais, alvos de muitos massacres”.⁵⁰⁴

O Governador construiu alianças com os índios Bororo da Campanha – historicamente representados como índios pacíficos. Há referência oficial a respeito desses índios, porém de um período posterior da sua administração.

Esta raça divide-se em duas famílias: uma habita entre os Bolivianos que estão estabelecidos nas Salinas, e outra em frente ao Escalvado, à margem direita do Paraguay. Os Bororós são pacíficos. Plantão e colhem o milho e mandioca. O que lhes sobra vendem ou permutam com fazendas, ferramentas e aguardente. Criam porcos e galinhas. Fazem redes de algodão e tecido. Alguns já percebem e até falam o idioma nacional. Procuram as povoações, coadjuvam os viajantes e (coisa notável) mais uma vez tem apreendido e conduzido aos pontos em que existem destacamentos militares, desertores e escravos que evadiam para a Bolívia. A

⁵⁰¹ MEIRELES, 1989. p. 10.

⁵⁰² HARTMANN, Thekla. Cultura material e etnohistória. Revista do Museu Paulista, São Paulo, n. 23, p. 175-197. 1976.

⁵⁰³ BORDIGNON, Mario. **Os Bororo na história do centro-oeste brasileiro: 1716-1986**. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1986.

⁵⁰⁴ ZAGO, 2005. p. 16.

família dos Bororós está já bastante resumida. Calcula-se conter 150 a 200 pessoas.⁵⁰⁵

Envolvidos no processo da conquista e defesa territorial, eles foram submetidos a uma trajetória de truculência, na qual, sobrevivendo à escravidão e ao contínuo processo de extermínio das suas sociedades, colocados na condição de índios mansos, eles foram os eleitos para o trabalho na política da colonização.

Ao analisar o incentivo e instruções do secretário da Marinha e Ultramar destinadas ao Governador, entende-se que, para aldearem índios na capitania, os sacerdotes deveriam usar de persuasão para que aqueles bem servissem à política da fronteira e aprendessem a falar o português. Aprender a falar a língua portuguesa representava maior segurança das terras em conquista e uma futura política da vassalagem, posta nas leis do *Directorio*, a fim de fazerem dos índios “trabalhadores úteis” e fiéis vassalos da Coroa.

[...] é muito importante que se cuide em aldear índios e que se lhe faça toda a diligência pelos trazer a povoações em que vivam na mais segura liberdade, que saibam falar português e que os filhos aprendam a ler e escrever a que tiverem inclinação para isto buscar a Vossa Senhoria os meios da brandura e da persuasão em guerra, nem armas que pareça que os vão ofender, e quanto a missionários veja Vossa Senhoria por hora se pode achar qualquer sacerdote que os instrua na doutrina cristã, e que os ensine a ler e a terem bons costumes, porque essas povoações sempre se hão de reduzir nas terras minerais nem convém por muitos princípios.⁵⁰⁶

⁵⁰⁵ Relatório de Presidente de Província, Francisco José Cardoso Junior. Cuiabá, 4 de outubro de 1872. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. A outra divisão foi considerada os Bororo Cabaças: “Esta raça há muitos nos dividia-se em duas hordas indomitas, uma com residencia nas imediações do Jaurú, e outra no Cabaçal, donde derivou seu nome. Infestavam a estrada que vai da capital à cidade de Mato-Grosso, desde a fazenda nacional da Caiçara até o lugar denominado Estiva na extensão de 32 leguas. Matavam e roubavam moradores e viandantes. Algumas bandeiras expediram-se contra os Cabaças. Grandes foram os estragos cuasados com semelhante medida, pouco cristã, visto como as bandeiras não procuravam fazer prisioneiros, mas somente exterminar quantos tinham a fatalidade de encontrar, sem a terra produzir. Apenas plantão, em pequena escala, o milho que comem verde, batatas e bananas. Não conhecem outra industria além do fabrico grosseiro dos arcos e flexas de que servem, de vasos de barro muito grosseiros e esteirinhas de palha com que cobrem parte sua nudez. Em 1812 o vigário da cidade de Mato-Grosso obteve, por meios persuasivos, attrahir os Cabaças a uma fazenda que possuia no registro do Jaurú. No anno seguinte todos para alli convergiram, sem excepção de um sequer. Então a familia compunha-se de 177 pessoas, hoje está reduzida a menos de 80”.

⁵⁰⁶ OFÍCIO (minuta) [do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real] ao Governador de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura sobre a comunicação com o Grão Pará pelo Rio Madeira. Lisboa, 1 de junho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 430.

Um discurso que trata da política de aldeamento, da educação e da língua mostra claramente as instruções lusas destinadas a Rolim de Moura, orientando a ocupação da fronteira:

[...] Sobre esta matéria tem o mesmo Sr. mandado dar as providências mais eficazes, não só para que saibam a língua portuguesa, mas que haja escolas de ler e escrever na mesma língua para os meninos. E no caso que V. Sa. consiga sujeitar ao domínio de Sua Majestade civilizando e aldeando alguns índios, que se estabeleçam as ditas escolas, declarando ao missionário que as requer que os ditos índios só lhe ficam sujeitos na jurisdição espiritual, ficando todo o domínio Temporal, Civil e Criminal à jurisdição desse Governo, e justiças dele. [...] Havendo alguns estabelecimentos de índios e não sendo em grande distância da sua residência, ordena Sua Majestade que V. Sa. vá visitar os dois novos estabelecimentos, e quando não possa ir, que mande alguma pessoa da sua confiança, para ver e examinar se se observa o referido como também se se falta aos pactos e condições com que os mesmos índios se sujeitaram a este do domínio; porque o mesmo Sr. que aqui religiosamente se lhe observem; para nesta forma se tirar o horror com que os índios dificultam sujeitarem-se a serem dominados.⁵⁰⁷

As instruções de Rolim de Moura sobre a Lei de Casamentos expedidas pela Coroa expressavam o estímulo à miscigenação entre índios, brancos e negros, visando induzir as populações nativas em direção ao “progresso”:

A resposta dos índios digo a V. Exa. a que entendo em uma das contas. Só misturando-se com brancos ou com negros são capazes de utilizarem a República; porque os filhos que daí procedem têm mais serventia: pelo que me parece muito útil a Lei que Sua Majestade manda publicar a favor destes casamentos. Fico pronto para servir a V. Exa. em tudo que me mandar.⁵⁰⁸

Rolim de Moura narra a falta de índios no Distrito do Mato Grosso, situação proveniente das práticas escravistas que haviam despovoado a região, bem como afirma que atitudes persuasivas a fim de estimular os índios ao aldeamento não surtiavam efeito naquele tempo. Para tal fim defendia o uso da força. A leitura dessas narrativas faz emergirem imagens significativas dos índios – “puros” não serviam para nada –, e sugeria que os índios deveriam misturar-se aos pretos e mais pessoas de cor branca, para que os filhos viessem a servir aos fins portugueses:

⁵⁰⁷ OFÍCIO (minuta) do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Côrte Real ao [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura sobre o ensino da língua portuguesa aos índios e outros assuntos. Lisboa, 2 de agosto de 1754. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 450.

⁵⁰⁸ CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de junho de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 524.

Em quanto a aumentar esta vila com índios, na vizinhança dela, e daqui até o Cuiabá, já não há mais do que uns restos muito diminutos das aldeias, que os sertanistas assolaram, e extinguiram antigamente, e sobre os que ainda existem rio abaixo exponho a Vossa Excelência em uma conta, qual seja a minha tenção. Mas senhor os índios puros só por si não são capazes de fazer povoação; porque é uma gente sem dependências, sem paixões, sem ambição, e sem discurso, e assim não há neles por onde possa ligar-se a sociedade civil, de sorte que só misturando-se com negros, ou com brancos, é que os filhos destes casamentos saem já menos inúteis a República. Também posso segurar a Vossa Excelência que a simples persuasão é um meio bem débil para os reduzir, se a esta se não ajunta algum temor, ao que de ordinário somente se sujeitam. Porém sem o socorro dos índios se tem esta Vila ido sempre adiantando [...].⁵⁰⁹

Para a construção das relações econômicas portuguesas estabelecidas na região, os índios foram incorporados como mão de obra, inseridos em atividades econômicas vitais à exploração e defesa das terras coloniais. A prova disso estava na composição étnica das guarnições de soldados pedestres da fronteira. O Governador explica como era composta essa microssociedade, na qual também incluiu-se índios considerados hábeis à guerra; pois que assim os Bororo também foram representados. Importantes agentes nos trabalhos de defesa da região do Guaporé, envolvidos nos conflitos com os padres espanhóis, os servidores lutaram pelos interesses lusos, por terra e por água:

Os soldados pedestres desta capitania são enquanto ajustou das qualidades seguintes: bastardos (por isto cá na América se entende filho de branco com índio), mulatos, caribocas (isto é, filho de preto, e índio, e estes são ordinariamente os que melhor provam) e também se admite algum índio puro principalmente Bororos, pela habilidade, que têm de serem bons rastejadores, o que é de grande utilidade nas diligências. Andam sempre descalços de pé e perna, e o seu único vestido é um jaleco, e umas bombachas. As armas de que usam é uma espingarda sem baioneta, uma bolsa de caça, e uma faca de mato: vencem de soldo setenta e seis de ouro por dia, que corresponde a pouco mais de oito vinténs, e quatro réis da moeda do Reino, e uma quarta de farinha de milho pra dez dias, quando vão de marcha, ou destacados se lhe dá além disto meia quarta de feijão para dez dias, uma quarta de toucinho por dia, e um prato de sal por mês; a farda é a que acima disse, a que se ajunta um chapéu, duas camisas.⁵¹⁰

Estes índios, os Bororo, pelo visto eram os preferidos de Rolim de Moura. Hábeis para realizar os trabalhos que exigiam força, tinham destreza e resistência em uma natureza que oferecia dificuldades no transporte por terra,

⁵⁰⁹ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Diogo Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de julho de 1756. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 31-32.

⁵¹⁰ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 25 de fevereiro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 47-48.

Enquanto ao serviço que deles se tira é grande porque verdadeiramente diligência nenhuma podem fazer os Dragões alguma coisa distante dos povoados, sem levarem consigo pedestres. Na escolta das Monções, e sem todas as mais diligências de rio servem estes de pilotar, e remar as canoas, e ao mesmo tempo podem servir bem na ação, porque são de ordinário bons atiradores. Poupam o que seria necessário dispende-se com os que se alugassem em seu lugar, que nunca se acham por menos de oitava por seis dias, além do comer, e com a circunstância que os pedestres estão prontos a qualquer hora que são precisos, e são hábeis para a ministério; porque disso tiro informação antes, que lhe assente a praça e nos alugados custa muitas vezes a achar estes requisitos.⁵¹¹

Os índios Bororo trabalharam na região vizinha aos espanhóis e foram trazidos, por ordem do Governador, do Distrito do Cuiabá para reforçar a política de povoamento naquela margem:

Eu mandei vir do Cuiabá uns poucos homens com Índios Bororo para se estabelecerem por este rio abaixo como a Vossa Excelência me parece escrevi já, e prometendo-lhe, que lhes não tiraria nunca. Pois passados poucos dias de estabelecidos na paragem, aonde eu os queria, foi tal o medo, que tomaram deste clima, que eles mesmos induziram os Bororo, a que fugissem, para com esse pé se retirarem e fazendo eu também diligência por reduzir alguns sertanistas, ainda bastardos a viverem na vizinhança da Aldeia de S. José arrumados com outros, que por lá estão, não foi possível conseguir-se; porque é grande o medo, que por toda a parte há de Mato Grosso e aqui em Mato Grosso também o há bastante de rio abaixo. Antigamente andaram muitos por aquelas paragens mas era com o fim de conquistarem gentio, que vinham vender a estas Minas, e desses, e de alguns criminosos, é que se compõem os poucos, que ainda por lá estão, e esta casta de gente ordinariamente é inconstante, e vadia, incapazes de conservarem por muito tempo o posto, antes muitos deles se passariam facilmente para as aldeias espanholas.⁵¹²

Considera-se que as construções culturais de Rolim de Moura são determinadas pela posição social que ocupava. Ao tratar do outro, deparava-se com a necessidade de delimitar os papéis de cada grupo, e essa sua visão era quase sempre antagônica. Porém, por vezes, há imagens culturais que incluem algumas nações de índios no processo da colonização, os quais são protagonistas da negociação, avaliados como bons agricultores, trabalhadores escolhidos para a execução dos projetos lusos na América. Como exemplo, as considerações sobre os padrões sociais na formação da identidade colonial em relação aos índios Paresi superaram os dos negros que, segundo o Capitão-General, ocupavam o estágio da “estupidez”. O Capitão registra que nas minas do Cuiabá e no termo do Mato Grosso

⁵¹¹ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 25 de fevereiro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 47-48.

⁵¹² CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 111-112.

houve exemplo de conduta social responsável por emergir uma identidade que assegurava a aspiração dos administradores coloniais. Nesse sentido, há casos avaliados pelo Capitão em que os Paresi compunham uma imagem integrada ao pensamento do homem “civilizado”. Essa visão mostrava-se, sobretudo, em relação aos Paresi, que em alguns casos “não necessitavam de administração de ninguém”, “eram donos de suas vidas, proprietários de comércio e donos de escravos”.⁵¹³

Um dos traços que Rolim de Moura apresenta dos índios de Mato Grosso é o fato de serem agricultores em suas próprias terras. Todavia, segundo avaliação do Governador, quando retirados do seu ambiente, não mostravam o mesmo interesse para o trabalho na agricultura.

Por esta banda de Mato Grosso, os índios todos, são inclinados à lavoura e me consta partes que se tem trazidos dos matos, que nas suas terras fazem muito grandes e têm grandes abundâncias de mantimentos mas depois que o mudam alguma coisa se lhe diminui essa diligência senão ficará tão distantes a mais útil era, aldearem-se nas suas mesmas terras; mas esta circunstância, de ficarem tão desviados das comunicação desta vila põe a isso, não pequenas dificuldades para o seu estabelecimentos, e juntamente se perde a utilidade de se povoar com eles, este rio o que muito convém para a facilidade do comércio, com o Pará, o que me tem posto irresoluto nesta matéria e para tomar determinação, espero ainda se venham mais exatas notícias das ditas terras, que se tem achado com maior força de gentio.⁵¹⁴

No ano de 1755, a Coroa portuguesa editou o “Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Mageftade não mandar o contrario”. Em 1758, os seus efeitos foram estendidos ao restante da América portuguesa. O Directório instruía e legitimava o comportamento do colonizador em relação às populações indígenas envolvidas nos trabalhos de demarcação da fronteira norte do Brasil. Dentre outras recomendações, essa lei determinava atitudes mais incisivas de proteção aos índios visando a integração do *gentio* ao projeto “civilizador”. Embora não se constituísse em “uma novidade, em termos de instrumento jurídico de políticas coloniais”, o *Directório* materializou uma conduta política relativa às populações indígenas, legalizando um discurso

⁵¹³ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1758. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 203. OFÍCIO enviado por Antônio Rolim de Moura ao Governador e Capitão-General da capitania do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 14 de dezembro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 596.

⁵¹⁴ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 23 de novembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 99-100.

precedente de proteção e liberdade, de forma geral, e especialmente aos índios considerados mansos.⁵¹⁵

Para que V. Sa. possa instruir-se das Leis que Sua Majestade mandou publicar quanto à liberdade dos índios do Pará e Maranhão, remeto a V. Sa. inclusos alguns exemplares das de 6 e 7 de junho de 1755, e também da Pastoral que o Bispo daquele Estado mandou publicar em 29 de maio de 1757, com a Bula expedida pelo Papa Benedicto décimo quarto Sobre a mesma Liberdade as ditas Leis foi o mesmo Sr. servido estender a todos os índios que habitam em todo o continente do Brasil como V. Sa. igualmente verá pelos exemplares que também remeto da Lei de 8 de maio de 1758 [ilegível] as quais Sua Majestade ordena que V. Sa. faça inteiramente dar execução pela parte que lhe toca.⁵¹⁶

Rolim de Moura analisa o assunto dessa forma:

Recebi a carta de V. Exa. escrita em 12 de agosto do ano passado, em que V. Exa. me refere o grande trabalho que lhe tem dado, por a execução de Leis tão justas e tão pias, como são as por que Sua Majestade houve por bem declarar as liberdades dos índios. Não sei qual deva fazer maior compaixão, se a desgraça e miséria desta gente, se a cegueira dos que se opõem a sua felicidade, embaraçando, por tais meios, e com tal tenacidade, aquela mesma liberdade que eles faziam profissão de defender! Mas que absurdo há neste mundo, em que não possa precipitar a ambição? Essa para mim é a verdadeira causa de se não fazerem hoje as conversões que fazia S. Francisco Xavier e o Padre Anchieta, e outros Varões Apostólicos; porque os fins e os meios com que buscavam os índios eram totalmente diferentes daqueles de que se servem os missionários do tempo presente da mesma Religião.⁵¹⁷

É importante frisar, no entanto, que a política do *Directório* não provocou transformações radicais no que diz respeito ao apresamento e escravização dos indígenas. Como afirma Rita Heloísa de Almeida, embora essa política tenha regulamentado “as condições em que se fazia legítima a liberdade dos índios, ainda deu margem à continuidade de certas práticas de escravidão”, como mencionado anteriormente.⁵¹⁸

⁵¹⁵ Nas palavras de Rita Heloísa de Almeida, o *Diretório* significa “um documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos índios, entre os anos de 1757 e 1798 [...], um instrumento jurídico criado para viabilizar a implantação de um projeto de civilização dos índios na Amazônia”. (ALMEIDA, 1997, p. 14-15).

⁵¹⁶ OFÍCIO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real] ao [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 31 de agosto de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 583.

⁵¹⁷ OFÍCIO do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de dezembro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 590.

⁵¹⁸ ALMEIDA, 1997. p. 15. A autora acrescenta ainda que, “aparentemente, este regimento suscita rupturas, mas [...] continua e consolida as ações colonizadoras anteriores”.

Os princípios legislativos “em favor dos índios” acentuavam os objetivos dos agentes coloniais, facilitando a inserção indígena no mundo dos supostamente “civilizados”. Há também reconhecimento dos talentos indígenas, quando Rolim de Moura exemplifica algumas inclusões de índios na burocracia e no comércio colonial, alguns não eram tão inúteis, desprovidos de paixões e, ao que sugere, incompetentes à “República”:

Nestas minas se acha um índio Pareci casado, que vive sobre si com roça, e criações, sem ter, nem necessitar de administração de ninguém. No Cuiabá também há outro, que não só vive sobre si, mas tem um escravo seu em uma venda por sua conta. E o Padre Agostinho Lourenço me contou, que não sei, que Padre Espanhol lhe segurara, que no Peru havia um letrado com escritório público, que era índio puro. Pelo que se me não oferece dúvida que Vossa Excelência vença a dificuldade de os reduzir a viverem como homens racionais, principalmente aplicando-lhe os meios aptos para esse fim com tanta descrição, e atividade, e zelo.⁵¹⁹

Conforme aponta Jovam Vilela da Silva, na “segunda metade do século XVIII, no Governo de D. José I, a mestiçagem foi incentivada por intermédio de casamentos inter-étnicos e que a edição do Directorio regulamentou juridicamente”.⁵²⁰ Como também a Lei concedia ao índio um tratamento específico, visando preparar trabalhadores que estivessem a serviço da Coroa, povoando e protegendo as terras da fronteira. Segundo Alessandra Resende Dias Blau, “houve um grande incentivo, a partir da segunda metade do século XVIII, aos casamentos mistos, e eram premiados com doações diversas, como armas e dinheiro, os soldados que se casassem com índias”, com a finalidade de torná-los guardiães da fronteira.⁵²¹

A política populacional de uniões inter-étnicas, estudada por Dias Blau, mostra também que Rolim de Moura trabalhava para a execução da Lei do *Directorio*, cujas disposições eram seguidas em sua administração:

Mudando a espécie por meio da mistura com os brancos e os pretos, menos inábeis ficam, e destes ordinariamente se fazem os capitães do mato e os pedestres, e outros aprendem ofícios, em que servem a República, ainda que pela maior parte se ressentem da origem que têm. Mas entendo o que dariam a conhecer, se fossem filhos de legítimo matrimônio, e não

⁵¹⁹ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1758. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 203.

⁵²⁰ SILVA, 1995. p. 166.

⁵²¹ BLAU, Alessandra Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007. p. 16.

bastardos, como são quase todos. Mas, enquanto aos brancos é preciso que percam primeiro a vergonha para se resolverem a casar com as índias, que é raríssima a que guarda lealdade a seu marido, e assim de ordinário não vê bom fim a estes casamentos.⁵²²

Antônio Rolim de Moura recebeu orientações a respeito da liberdade dos índios através de instruções de Francisco Xavier de Mendonça, que tornava pública as ordens de Portugal:

Aos índios aldeados deve V. Majestade estabelecer forma de governo civil, e conforme a disposição do Diretório estabelecido por Lei para os do Pará, e do Maranhão, no que for aplicado, como já se participou a V. M.. Desta sorte se civilizarão, e amansarão os que se acham como levantados. Explicando-lhes com paciência os seus respectivos Diretores, e Principais, que são livres, para disporem das suas pessoas, bens, e comercio, com os mais vassallos de sua majestade: Que porém, como tais vassallos, são sujeitos as leis do mesmo senhor, para serem por elas protegidos os que as guardarem em benefício comum, e castigados o que as excederem. [...] Como porém se poderão dar naturalmente alguns casos, em que seja preciso, que eles se detenham por algum tempo em algumas fazendas desses moradores, que de outra sorte ficarão perdidas, e postas em desamparo:[...] A cujo fim deve S. M. mandar publicar um Bando, pelo qual intime, e faça passar ao conhecimento de todos os índios silvestres, que todos aqueles, que voluntariamente virem aldear-se, serão livres nas suas pessoas, bens e comércio, e serão protegidos por sua majestade sem ficarem sujeitos senão as mesmas leis, a que o são os outros vassallos brancos do mesmo senhor.⁵²³

Em síntese, definidos de acordo com um sistema de classificação que opunha índios e não índios, “barbárie” versus “civilização”, índios mansos versus índios bravios, os dóceis Paresi e os Bororo interagiram com os colonizadores num jogo de sedução e dominação, que ora os condenavam ao sacrifício da escravidão e das mortes provocadas pelo processo da conquista, ora lhes acenavam com a proteção da Coroa, interessada em fazer deles súditos de sua majestade, o rei de Portugal.

Nesta perspectiva, é importante frisar que as imagens dos Paresi e dos Bororo, emprestando-lhes uma identidade que os tornavam mansos e úteis para a colonização, constituem-se, não apenas no exemplo dos que zelavam pela implementação das políticas portuguesas, e que viam nesta identidade qualidades

⁵²² OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura para o [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Anexo: Certidão 2ª via. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de novembro de 1759. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 607.

⁵²³ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Antônio Rolim de Moura. Belém, 18 de junho de 1761. Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, Pasta 23, n. 1389.

“racionais” próximas às do “civilizado”, mas, em larga medida, por oposição e contraste com as imagens dos índios tidos como bravios, inteiramente selvagens, cruéis, sanguinários, praticamente perdidos, muitas vezes numa “barbárie sem possibilidade de evolução”. Imagens que resultam, sem dúvida, do tipo de resistência guerreira que esses “maus selvagens” provocaram contra o colonizador, o caso das nações Paiaguá e Guaicuru.

4.6 NEGROS NA PAISAGEM DA FRONTEIRA

Segundo pesquisas de Israel de Faria Figueiredo, entre 1720 e 1750, foram traficados para as minas do Mato Grosso e do Cuiabá 10.775 escravos negros africanos. Durante os anos do governo de Rolim de Moura, foram trazidos para a capitania 3.051 escravos, e os do sexo masculino eram em número mais expressivo. Esses números seriam muito maiores caso não ocorressem inúmeras mortes durante os trajetos fluviais pelo interior da Colônia, quando muitas vezes acabavam vítimas dos ataques indígenas ou do resultado do descomunal esforço empreendido naqueles percursos. Posteriormente, com o trabalho nas minas aumentava o número de óbitos por causa do clima, deficiência na alimentação e jornadas excessivas de trabalho, associadas às condições insalubres.⁵²⁴

Maria Fátima Roberto Machado aponta uma característica da população negra da capitania:

De modo amplo, através de dados esparsos, podemos concluir que, comparada com a população de outras capitanias, a população de escravos de Mato Grosso era em geral mais masculina do que feminina, não jovem e de origem africana diversa, pois era comprada no Rio de Janeiro, na Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e no Pará quando, no período pombalino, seu comércio pelo Rio Madeira foi um monopólio da Companhia do Grão Pará e Maranhão, de onde chegavam “escravos da Guiné e Angola”.⁵²⁵

⁵²⁴ Cf. FIGUEIREDO, Israel de Faria. Rolim de Moura e a escravidão em Mato Grosso: preconceito e violência (1751-1765). **Revista Territórios e Fronteiras**, UFMT, v. 2, n. 2, jul./dez. 2001. p. 47.

⁵²⁵ MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, cabixis e caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Associação Brasileira de Antropologia, 2006. p. 9. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Fatima.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

Segundo Maria de Lourdes Bandeira, a construção da sede do governo desde o início exigiu deslocamento de pessoal para construir a Vila e para o trabalho na defesa da fronteira. As obras de edificação e as atividades de mineração, com seus arredores, absorveram, nos primeiros anos, grande parte da mão de obra escrava e trabalhadores livres, em sua maioria negros e mulatos. Escravos e trabalhadores livres de cor, índios, mamelucos e caboclos e uns poucos brancos pobres compunham a sociedade que se formou em Vila Bela. A autora acrescenta que: “os africanos escravizados representaram a maioria desde 1752, quando foi iniciada a construção da capital”,⁵²⁶ enaltece o papel dos negros nas obras daquele espaço urbano:

A construção de Vila Bela é um documento da insolência, soberba e teimosia características do colonialismo. Mas é também o documento do trabalho, força e tenacidade dos negros que a edificaram e a mantiveram através de mais de dois séculos.⁵²⁷

A autora mostra distintas atividades desenvolvidas pelos negros na Vila:

[...] lavraram, falcaram, socavaram terras, barrancas e leitos de rios, montes e chapadas. Plantaram e colheram; remaram canoas, comboiaram o comércio; construíram ruas, porto, palácio, igrejas, quartéis, casas de residência, edifícios públicos; levantaram engenhos, moeram e fabricaram cachaça, açúcar e rapadura; pescaram, caçaram e criaram gado; cuidaram dos doentes e enterraram mortos; integraram forças militares, lutando, guardando a segurança da cidade, da fronteira e dos caminhos do ouro; enriqueceram e vitalizaram ritos e organizações religiosas; abriram estradas; fizeram festas; reconstruíram quando as águas destruíram.⁵²⁸

Conforme relatado nos *Anais de Vila Bela*, Rolim de Moura, para fundar a Vila, contou com a mão de obra negra africana. Para tal fim, iniciaram o trabalho de abertura de picadas, logo transformadas em caminhos transitáveis. Muitas outras atividades foram desenvolvidas por escravos negros de proprietários moradores das minas que ali anteriormente haviam se estabelecido. O lugar chamado sítio de Pouso Alegre, assim conhecido pelos pescadores da região, foi transformado mais tarde na sede do governo, contando fundamentalmente com o trabalho dos escravos negros.

No ano de 1753, o juiz de fora, Doutor Teotônio da Silva Gusmão, ordenou

⁵²⁶ BANDEIRA, 1988. p. 67.

⁵²⁷ *Ibid.*, p. 85.

⁵²⁸ *Ibid.*, p. 113.

aos escravos negros de propriedade dos moradores do povo que derrubassem a mata para melhorar a vista da vila ao redor. Ademais, outro significativo trabalho foi desenvolvido pelos escravos quando: “com os negros do povo se fez a vala grande que divide a vila da vargem que vai até o rio, fazendo-se nela, às custas da Câmara, a ponte que atravessa a dita vila”.⁵²⁹

Em Vila Bela, no ano de 1754, foi construída a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, a mando do mesmo juiz de fora. Em comemoração à obra santa, fez-se três dias de festa e novenas. No encerramento das festividades, apresentaram-se em público as três Companhias de milícia que haviam sido criadas: a dos brancos, a dos pardos e a dos pretos.⁵³⁰ Os pretos mencionados nos Anais são os forros, pois, quando Rolim de Moura fundou a Vila em 19 de março de 1752, fez alistar toda a gente da região: “Mandei alistar a gente toda, assim brancos, como mulatos, e pretos forros [...]”.⁵³¹

Os negros africanos desempenhavam papéis de remeiros-defensores ou serviam de mão de obra nas fortificações militares. Com a criação da capital da capitania, em terras fronteiriças com as da Espanha, fez-se necessário um aparelhamento militar que incluiu, constantemente, os escravos em seus contingentes. Rolim de Moura, buscando guarnecer a área fronteira, instalou guarnições milicianas, montou contingentes, alojamentos, armazéns e capelas. Para estes fins contou com dragões, pedestres, aventureiros, padre capelão e escravos. A estes era vetado o uso de armas de fogo, cabia-lhes apenas o manuseio das foices roçadeiras, das choupas de ferros e a armação das canoas de guerra que também escoltavam.⁵³²

Nos conflitos da fronteira com os espanhóis, a documentação mostra a presença dos negros nas obrigações e táticas de defesa empreendidas pelos portugueses:

⁵²⁹ AMADO; ANZAI, 2006. Anais de Vila Bela desde o primeiro descobrimento do sertão do Mato Grosso no ano de 1734. p. 54.

⁵³⁰ Ibid., p. 55-56.

⁵³¹ CARTA de Antônio Rolim de Moura enviada para D. José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 18 de junho de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 99.

⁵³² BRAZIL. Maria do Carmo. Presença quilombola em regiões além-fronteiras. Mato Grosso colonial e as fugas de escravos. In: CONGRESSO SUL-AMERICANO DE HISTÓRIA, 2., 2005, Passo Fundo, RS. **Anais...** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo; Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 2005.

Na noite de 5 para 6 de maio [do ano de 1763], expediu Sua Excelência, para rio acima, uma canoa guarnecida com dez soldados, alguns pedestres e negros que, ao todo, faziam vinte e tantas pessoas, comandadas pelo tenente-de-dragões Francisco Xavier Dorta Tejo, ao que deu suas ordens particularmente. Havendo de passar precisamente a dita canoa, por baixo da artilharia do inimigo, fez, felizmente, o dito trânsito sem ser pressentido.⁵³³

Em um episódio de embate armado entre portugueses e espanhóis, cuja vitória, pelo que nos indica o documento, coube aos lusos, índios e negros, que foram reconhecidos como merecedores de prêmios pela atuação bem-sucedida:

Chegando a ele, referiu o sucesso daquele encontro, cuja relação confirmava e confirma qualquer dos camaradas, sendo inquiridos separadamente, com advertência, acrescentado que, ainda na retirada da canoa grande, continuava o pranto que se havia originado da morte daquelas três pessoas que saíram do camarote, querendo nos persuadir que uma delas parecia ser o governador de Santa Cruz. Sua Excelência, sem se capacitar dessa inteligência e somente pelo valor e felicidade daquela defesa, mandou passar ao dito Manoel Pereira a nomeação de cabo-de-esquadra, e premiou competentemente aos negros e índios.⁵³⁴

Maria do Carmo Brazil mostra que, nas exigências pertinentes ao *quantun* da produção impostas pelos proprietários das minas e nas técnicas de exploração aurífera da época a que eram submetidos os cativos, havia uma deletéria contradição. O ambiente das minas e a forma de procurar o ouro acarretavam prejuízos à saúde dos trabalhadores, em não raras ocasiões levando-os à morte, desperdiçando, assim, *mercadoria* de alto valor e indispensável à força de trabalho. Aos escravos cabia fazer grandes escavações e, em decorrência da atividade, estavam em contato contínuo com as águas:

trabalhavam longas jornadas nessas tarefas, sob friagens rigorosas, imersos nos ribeiros de ouro. O constante contato com a água causava sérios danos à saúde, redundando no envelhecimento e na morte precoce daqueles que labutavam nos núcleos sertanejos de mineração.⁵³⁵

Segundo Rolim de Moura, era este também o motivo pelo qual não se conseguia bons achados auríferos. Não faltava esperança de ver aumentada a quantidade de ouro extraída e terrenos ainda a serem perscrutados, contudo, muito

⁵³³ AMADO; ANZAI, 2006. Anais do ano de 1763 e Relação dos primeiros sucessos da guerra entre os portugueses e castelhanos nas fronteiras de Mato Grosso e Santa Cruz de La Sierra, p. 91.

⁵³⁴ AMADO; ANZAI, 2006. Anais do ano de 1763 e Relação dos primeiros sucessos da guerra entre os portugueses e castelhanos nas fronteiras de Mato Grosso e Santa Cruz de La Sierra, p. 93.

⁵³⁵ BRAZIL, 2005. p. 1.

poucos eram aqueles que se encontravam nas árduas tarefas da cata do tão almejado metal. Embora fosse necessária a mão de obra escrava africana jovem nas terras do Mato Grosso, poucos eram os moradores que dispunham de recursos para a compra. É o que diz o Governador:

[...] são poucos os de menor idade, que trinta anos e muitos os de quarenta, até cinqüenta, assaz dilatados para pretos mineiros, principalmente neste clima em que envelhecem, e se invalidam mais depressa, o que está mostrando não entrarem há anos nestas minas pretos novos, pela incapacidade, em que se acham os seus moradores de os comprar pelos preços por que aqui chegam carregados.⁵³⁶

O excerto do documento revela a presença nas minas da força de trabalho compulsória de escravos em, conforme atualmente denomina-se, idade madura, e com saúde abalada pela dura labuta que enfrentavam. A preferência dos compradores de escravos era, desde o momento da compra dos cativos, por africanos em idade ativa: havia grande preferência por escravos de 15 a 29 anos, os acima de 35, bem como crianças com menos de 10 anos, eram evitados sempre que possível.⁵³⁷

O Governador reconhecia que esta realidade gerava baixo rendimento na produção mineral. Afigura-se um quadro não somente de necessidade e falta de trabalhadores jovens com plena disposição, habilidade e força física, mas também a referência de que a valorização do negro correspondia à sua juventude:

Pois é de saber, que o dito preço de trezentas oitavas há muitos anos que acabou no Cuiabá, e corria no tempo do seu descobrimento, em que como sucede em toda a parte o ouro era com grande abundância, e assim agora para um preto valer pouco basta a circunstância de haver sido comprado por trezentas oitavas pois é um sinal certíssimo de ser velho.⁵³⁸

Em geral, o abastecimento de mão de obra nas minas sempre foi um problema enfrentado pelos mineradores. Como solução para a falta de escravos nas

⁵³⁶ Carta de Antônio Rolim de Moura enviada para D. José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 18 de junho de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 96.

⁵³⁷ BRAZIL. Maria do Carmo. Escravidão negra em Mato Grosso: dominação, violência e resistência. In: SIMPÓSIO SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 4., Aspectos da escravidão e da transição para o trabalho livre, 1999, Montevideu. **Anais...** Montevideu: Instituto Cultural Anglo Uruguio, 1999. CD-ROM.

⁵³⁸ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 5 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos.** Governo de Antônio Rolim de Moura. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 186, [f. 95v-96, 97].

minas ou para amenizar a dificuldade de aquisição da escravaria, acontecia, algumas vezes, de os proprietários utilizarem a mão de obra dos escravos que pertenciam aos ausentes e mortos, sob o consentimento das autoridades.⁵³⁹

No processo de expansão colonial português pelas terras mato-grossenses, os africanos escravizados sofreram toda espécie de situação degradante de vida e de maus tratos. Os africanos escravizados padeciam pela falta de alimentos, remédios e roupas para proteção em baixas temperaturas. Somavam-se a essas condições o desconforto e a falta de higiene. Sezões, frio e fome nas áreas de mineração eram uma constante. As más condições de alimentação e saúde em que os escravos trabalhavam lhes diminuía o tempo de vida útil e, por consequência, desacelerava a produção.⁵⁴⁰ Na região do Guaporé, no arraial de São Francisco Xavier, os escravos eram mal assistidos por seus donos. Eram eles os mais frágeis em situações de mudanças bruscas de temperatura, visto que não dispunham de condições para prepararem-se com vestimentas adequadas num clima considerado “destemperado”. Rolim de Moura registrou que, em diferentes dias, experimentou clima de:

[...] frio, sol, chuva, vento e névoa. Daqui procedem as muitas queixas que padecem os seus habitantes, principalmente sezões, que são contínuas na maior parte da gente, muitas das quais malignas; e febres catarrais e pleurises pelo tempo das friagens, que são tão nocivas que obrigam a fechar portas e janelas, e chegam a matar principalmente aos pretos por menos enroupados, se os apanham no campo [...].⁵⁴¹

Pestes e doenças assolavam ciclicamente as minas de Mato Grosso. O Governador, ao falar dos arraiais da Chapada de São Francisco Xavier e de Santa Ana, contava que, além de serem ambos locais propícios para as doenças, os habitantes sofriam a falta de meios para a aquisição de remédios e pessoas que pudessem aplicá-los. Para agravar ainda mais a situação dos moradores de tais localidades, havia a irregularidade do clima, que variava entre calor excessivo e tempo de rigorosas friagens. Naquele ambiente, os que mais padeciam eram os pretos, e os mineiros tinham de substituí-los constantemente por causa das frequentes mortes.

⁵³⁹ Cf. BANDEIRA, 1988.

⁵⁴⁰ GALETTI, 2000a. p. 75.

⁵⁴¹ CARTA de Antônio Rolim de Moura enviada para D. José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, em 18 de junho de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 95.

Em meio a tantas mazelas, assim como os índios, os negros resistiram às condições que lhes foram impostas pelos colonizadores. Fugas, tentativas de suicídio e formação de quilombos⁵⁴² fazem parte da história da escravidão na capitania mato-grossense, como ocorreu em outras regiões da América portuguesa. Com frequência verifica-se em documentos registros de fugas de índios e negros em direção às possessões espanholas, como corrobora a fala do Governador: “mas é certo que os negros andam para a parte de Castela”.⁵⁴³ Fato este que apresentava aos administradores portugueses desafios incessantes ao desempenho da política colonial e da boa ordem expressamente ditada pela Coroa.

Conforme destaca Maria do Carmo Brazil, os escravos se refugiavam nos espaços além-fronteiras porque lá havia a possibilidade de uma vida melhor, considerando que, não raro, os missionários os recolhiam na condição de asilados e, quase sempre, se negavam a devolver os fugitivos, alegando questões de limites, receosos de que os escravos, quando restituídos, recebessem penas muito severas, ou exigindo resgate de índios aldeados em suas missões.⁵⁴⁴

Nos relatos do Governador não há dúvidas quanto à tendência dos escravos de se evadirem para regiões fora dos limites lusos. Em uma correspondência aos vizinhos ibéricos, o Capitão-General solicitava a devolução de dois escravos de domínio de portugueses radicados em Vila Bela e entende-se que este fato não garantia a devolução dos fugitivos, pois necessitava usar argumentos para convencer o padre espanhol. Justificava mencionando questões de prejuízo econômico para os donos dos negros fugitivos e de mau exemplo à escravaria, mas garantia aos missionários espanhóis que tais cativos, “tendo cometido apenas essa falta”, não receberiam pena cruel:

E como tenho esta ocasião, é me também preciso representar a Vossa Reverendíssima que me consta andarem nas missões espanholas, dois negros, um chamado de Loanda escravo do Secretário deste Governo; e

⁵⁴² Do assunto da formação de quilombos em Mato Grosso, ver: LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira Oeste da capitania de Mato Grosso** : fugas, capturas, e formação de quilombos (1748-1796). Cuiabá/MT, 2010. p. 45. (Dissertação de Mestrado).

⁵⁴³ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1758. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 198.

⁵⁴⁴ Cf. BRAZIL, Maria do Carmo. **Presença quilombola em regiões além-fronteiras. Mato Grosso colonial e as fugas de escravos**. In: Simpósio Escravidão na América do Sul: Economia, Cultura, Ideologia e Sociedade. II Congresso Sul-Americano de História. Universidade de Passo Fundo/Instituto Panamericano de Geografia e História. Passo Fundo-RS:UPF, 19 a 21 de outubro de 2005.

outro, Tomás escravo também do Soldado Dragão Manoel da Costa, que assiste em minha casa; e assim peço a Vossa Reverendíssima queira ter a bondade de os mandar segurar, e avisar-me para que eu envie pessoa, que os conduza a esta vila não só pelo prejuízo, que recebem seu Senhor na falta dos ditos escravos, mas também para obviar ao mau exemplo que dá aos outros, o não tornarem esses para minas. Os ditos escravos não têm outro algum crime mais que o de haverem fugido, cuja pena, não é daquelas que embarçam aos eclesiásticos a entregá-los [...].⁵⁴⁵

Quanto às fugas de cativos, havia outros motivos que preocupavam os proprietários, além dos prejuízos financeiros. Às autoridades e donos de escravos que importavam essa mão de obra, sofriam implicações indiretas advindas das ações daqueles que escapavam dos domínios de seus senhores e dos espaços aos quais deviam permanecer restritos. Havia receio de que tais atitudes, se não punidas com rigor, estimulassem outros elementos a cometerem o mesmo. Maria do Carmo Brazil ressalta outro importante aspecto da coerção física servil ocorrida na Colônia:

Os variados mecanismos de coerção física servil demonstram que a violência, além de ser a base da sociedade escravista, era indispensável para assegurar a racionalidade do sistema. Era do superaproveitamento do trabalho negro que advinha parte substancial do lucro da empresa agrícola colonial e o enriquecimento das nações metropolitanas.⁵⁴⁶

Daí a necessidade sentida pelos administradores públicos de aplicar penas visíveis e contundentes que não deixassem dúvidas do que aconteceria com aqueles que escolhessem o caminho da liberdade ilícita:

O escravo que se matar no quilombo deixará o capitão sem falta o tronco do corpo sem cabeça esquartejado, para que a vista e o mau cheiro afugente daquela paragem aos que tiverem fugido daquela abalroada, ou lhe sirva de exemplo para temor de outro igual castigo, e toda a rancharia e lavouras que acharem farão destruir a fogo.⁵⁴⁷

Conforme menciona Monique Lordelo, Rolim de Moura preocupava-se com a quantidade de escravos negros fugidos. Para resolver tal situação, o Governador assinou regimento de capitão-de-mato, que acordava pagamento pelo serviço de

⁵⁴⁵ CARTA de Antônio Rolim de Moura ao Padre Nicolas Altogredi. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de dezembro de 1758. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 209.

⁵⁴⁶ BRAZIL, 1999. p. 2.

⁵⁴⁷ REGIMENTO dos Capitães do Mato. Vila Bela da Santíssima Trindade, 12 de dezembro de 1755. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 160, [f. 100-100v].

captura.⁵⁴⁸ Aos capitães-de-mato, o Governador oferecia recompensas, cujo valor variava conforme o local da captura:

Escravo apanhado desde o Rio Jaurú até ao Rio Sepotuva, e pela estrada de baixo desde o Rio Jaurú até o Paraguai, e para a parte do norte apanhado nos quilombos antigos no Rio Galera e seus sertões, e pelo Aporé abaixo, desde o sítio de Santa Rosa até a última cachoeira deste distrito, cinquenta oitavas de ouro. Escravo apanhado desde o Rio Aporé até o Rio Jaurú, e pelo Rio Aporé abaixo, desde a casa redonda até Santa Rosa, trinta oitavas de ouro. Escravo apanhado nas entradas dos matos dos quilombos nas vizinhanças do Rio Aporé para as partes destas minas, e pelo Rio Aporé abaixo desde o porto de João Belho até a casa redonda, vinte oitavas de ouro.⁵⁴⁹

Como visto anteriormente, a população da Vila era formada por negros, índios, brancos e mamelucos. Para Rolim de Moura, essa “mistura de raças” servia à promoção do povoamento e estimulava o “progresso das gentes”. Passados mais ou menos sete anos na administração da capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura comparou as relações de convivência e comportamento entre os habitantes da região. Resultam de seus registros estereótipos que ajuízam os habitantes provenientes da Europa, da África e a população nativa. Para o Governador, a mistura étnica implicava em benefício à capitania, pois, para ele, melhoraria o seu desenvolvimento econômico:

A brutalidade, que de ordinário se vê nos índios, causa naturalmente uma desconfiança material de que lhe não aproveitem para se civilizarem, e reduzirem a uma vida racional meios alguns. Porém verdadeiramente para isto não há outro fundamento mais de que uma redução tirada do que neles se observa a qual para fazer prova necessitava, se tivessem experimentado as diligências, que Vossa Excelência agora põe em prática, sendo que pelo contrário todos até aqui, como de mão comum têm concorrido para os conservar na mesma estupidez, em que são [...] dados na sua terra. Não se pode negar, que os índios têm pior disposição para efeito, que as outras nações; pois vemos, que os pretos que chegam boçais [...] suas terras, dentro de poucos anos se aladinam e adquirem [...] para se governarem; o que não sucede de ordinário aos índios [...] também não se pode dizer, que essa má disposição seja invisível [...] havendo ainda aplicado diligência especial a esse [...] casos se contam deles, que indicam uma grande falta de [...] mas também me constam outros em contrário. [...] E a matéria é tão importante, assim como o serviço de Deus, como de Sua Majestade que

⁵⁴⁸ LORDELO, 2010. p. 34.

⁵⁴⁹ Regimento dos Capitães do mato. Vila Bela da Santíssima Trindade, 12 de dezembro de 1755. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 160, [f. 100-100v].

ainda com menos esperanças de bom sucesso seria sempre sumamente louvável a empresa.⁵⁵⁰

Neste item, suas considerações sobre os padrões sociais na formação da identidade colonial em relação aos negros superaram a dos índios, os quais, segundo o Capitão-General, conservavam-se em nível de “estupidez”, enquanto os negros, mesmo que “boçais”, conseguiam “aladinar-se”. Essas são imagens que assumem posições assumidamente etnocêntricas sobre os índios e negros, avaliados e definidos por Rolim de Moura como indivíduos excluídos da racionalidade, sujeitos pensados e sentidos por seus valores, modelos e definições socialmente construídos.

Nessa perspectiva, lê-se a representação de um edifício cultural que promoveu padrões de normalidade e de exclusão social, com o objetivo de tornar negros e índios obrigatoriamente serviçais, forçados a trabalhar para o desenvolvimento da economia da Colônia.

Na percepção que o Governador tem dos africanos e seus descendentes, é possível constatar as finalidades funcionais e práticas dos cativos no cotidiano dos brancos ou mesmo dos libertos:

[...] as vendas são ordinariamente em que se ocupam e ganham a vida as pretas forras, e assim quis tirar-lhe aquele lucro nos arraiais, para ao menos obrigar algumas por esse meio a virem para a Vila aonde se faziam precisas, porque elas são por cá as que fazem pão, lavam, estão nas tendas e nas tavernas.⁵⁵¹

Outra iniciativa de Rolim de Moura visando ao crescimento de Vila Bela e melhoria das condições de vida de seus habitantes relaciona-se às negras forras. Solicitou que saíssem da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e se dirigissem para Vila Bela. Escreve dessa sua precisão:

Moveu-se o Juiz de Fora a isto primeiramente para fazer renda a Câmara. Em segundo lugar porque as vendas são ordinariamente em que se ocupam e ganham a vida as pretas forras, e assim quis tirar-lhe aquele lucro nos arraiais, para ao menos obrigar algumas por esse meio a virem para a Vila,

⁵⁵⁰ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1758. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 203.

⁵⁵¹ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

onde se faziam precisas, porque elas são por cá as que fazem pão, lavam, estão nas tendas e nas tavernas [...].⁵⁵²

Também as comodidades domésticas do Governador foram favorecidas por sua iniciativa. Tem-se a informação de que o Governador foi atendido por negra forra que lhe prestava serviços domiciliares no exercício da cozinha e da lavagem das roupas:

Fazia grande detrimento não haver pretas nesta Vila para lavarem a roupa e fazer algum biscoito de milho para suprir a falta de pão. Mande eu mesmo em meu nome convidar uma para vir para cá, dei-lhe ajuda de custo para a jornada, e lhe mandei fazer casa e forno a minha custa, à vista do que se resolveram outras a mudar-se para a Vila.⁵⁵³

Houve, também, da parte de Rolim de Moura a necessidade de solucionar a falta de escravos na capitania, solicitando e informando seus superiores da premente escassez. Aguardava resposta que tratasse da introdução de negros na capitania de Mato Grosso.

A que pertence a introdução dos negros nestas minas, estimei ver tão adiantada, pela atividade e zelo de Vossa Excelência, e espero que um projeto tão útil, e tão bem dirigido, haja merecido a atenção de S. Majestade, a quem eu não cesso de representar a necessidade que têm estas minas, de pretos, e que em se lhe facilitar a introdução, se funda o seu aumento; em cuja opinião ficarei agora mais firme vendo adaptada por Vossa Excelência.⁵⁵⁴

Os comentários do Governador frequentemente estão ligados à opinião da utilidade dos negros, que produziam em várias esferas da sociedade da capitania de Mato Grosso. Somavam-se aos soldados, eram muitos nas extrações de minérios, necessários no trabalho da força defensiva da fronteira e igualmente presentes nas lidas domésticas. Fora os distintos e variados encargos, como, por exemplo, no trabalho nos remos.

O trajeto por onde se efetivava o comércio fluvial entre Belém e Vila Bela,

⁵⁵² CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

⁵⁵³ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 192, [f. 98v-107v].

⁵⁵⁴ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 84.

cuja navegação se fazia rio acima, contra a corrente das águas, precisava de mais braços para o varadouro nas cachoeiras e para a remagem. Os caminhos fluviais percorridos pelos monçoeiros e sertanistas careciam de pilotos práticos que vencessem os diversos acidentes naturais, como as cachoeiras e corredeiras. Desde as primeiras vindas de paulistas à parte centro-oeste da Colônia, a tripulação monçoeira foi constituída de remeiros-carregadores, muitos deles negros escravizados. Rolim de Moura, também por este motivo, privilegiava a entrada de negros em Vila Bela, com a política de “facilitar-se tudo quanto puder ser a entrada de negros pelo Pará, o que juntamente há de tão bem servir de grande benefício ao comércio, pois os mesmos servem para remarem as canoas”.⁵⁵⁵

Como trabalhadores braçais, compunham um contingente de homens capazes de desempenhar obrigatoriamente quaisquer funções que servissem ao projeto da colonização. O lugar do negro em Mato Grosso, na visão de Antônio Rolim de Moura, assumiu importância por serem os braços para o trabalho, sem eles os brancos nada eram ou fariam; eram os negros escravos indispensáveis nas áreas de produção na Vila:

As ditas canoas me trouxeram a ordem porque Sua Majestade há por bem conceder esta comunicação, e na fartura que causaram a terra se vê o fruto que daqui se poderá seguir com a continuação, como também o aumento das minas, e desta vila, que por hora sempre tem ido crescendo, ainda que com passos muito lentos; porém aquelas não necessitam menos se facilite a entrada dos pretos do que a dos brancos; porque estes sem aqueles quase são inúteis por estas partes.⁵⁵⁶

A grande demanda por negros para suprir as mais distintas necessidades de produção ou de defesa da fronteira, ao que a documentação indica, dificultava aos proprietários a aquisição de escravos pelos altos preços que chegavam a custar depois de longa viagem para as minas do Guaporé.

Juntamente a essa ideia de mercadoria, Rolim de Moura também se manifestava construindo a imagem do negro fujão, rebelde e capaz de desequilibrar a ordem das coisas. Era, inclusive, elemento gerador de conflitos com os vizinhos

⁵⁵⁵ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura ao Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 31 de janeiro de 1755. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 109, [f. 49-50v].

⁵⁵⁶ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 118.

espanhóis. Mesmo com essa imagem negativa, a capitania, segundo o Governador, não prosperaria sem os negros, e a falta dessa mão de obra acarretava especialmente dificuldades de investimentos nos achados auríferos. Muitas vezes, a improdutividade da capitania era resultado, segundo Rolim de Moura, da falta de negros, porque sem eles os brancos quase nada poderiam ser ou fazer.

4.7 ECONOMIA DE VILA BELA E REGIÃO

A produção de uma imagem de fronteira frágil e desprotegida tinha por objetivo pôr em questão a insuficiência de armamentos, deficiência nas finanças e de gente para colonizar, dada a largueza das linhas demarcadas no Tratado de Madri.

Para atender as regiões conquistadas na região amazônica, que se avizinhavam ao Império Colonial Espanhol, e facilitar o comércio de Vila Bela, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Decisão política e comercial que facilitava a comunicação com a metrópole e fornecia soluções de ordem econômica para o Mato Grosso, e especialmente para a capitania do Grão-Pará e Maranhão.

Essa decisão política era prevista ainda nas Instruções Reais, quando a viabilidade do comércio com o Pará era discutida, apresentando-se como mais promissora, viável e rentável do que o caminho até a Vila do Cuiabá, ou a outras vilas abastecidas pelas monções do sul. Entre as várias ordens da rainha de Portugal, há a de abertura do comércio pelos rios Guaporé-Madeira-Mamoré:

Fareis freqüentar quanto for possível a navegação e pesca do Rio Guaporé. Para que não tome vigor com a negligência da nossa parte a pretensão em que tem entrado os Espanhóis de senhorear-se d'elas. A respeito da comunicação do Mato Grosso com o Pará, pelo rio, que será o meio mais eficaz para destruir aquela pretensão e para fortalecer as terras do vosso governo, vereis pelas cópias que ordeno se vos entreguem, o que mandei avisar aos governadores Gomes Freire de Andrade e Francisco Pedro de Mendonça Frejon.⁵⁵⁷

⁵⁵⁷ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha para o Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, 1982. p. 127-137. INSTRUÇÃO Real. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. p. 131.

Ainda do comércio com o Grão-Pará, a rainha orienta:

Mas no caso que eu ao diante determine, que se franqueie a comunicação do Mato-Grosso com o Pará, deveis ter cuidado em que não se abandone por isso o transito de canoas, que ao presente se pratique do Cuiabá para São Paulo: pois por muitas e importantes razões convém conservar-se frequentado pelos meus vassallos aquele sertão. O governo da Espanha tem grande ciúme de que da nossa parte que vendam fazendas de contrabando aos seus súbditos americanos, e assim a razão da boa vizinhança entre mim e El rei Católico pede, que n'este particular tenhais toda a vigilância para impedir aos moradores do vosso governo todo o comércio de gêneros com os Espanhóis.⁵⁵⁸

A defesa pelo Governador para a abertura do comércio pelas vias fluviais norte com o Pará se fazia imperiosa, pois de lá vinham os gêneros de primeira necessidade e outros não produzidos no local, com preços mais baixos do que os provenientes do caminho monçoeiro do sul:

Porém, como é certo que nas outras capitanias se não há de dar a mesma providência, fica claro o pouco vigor deste privilégio para tirar delas gente. Aliviá-los Sua Majestade da meia capitação grande favor é, pois os mineiros de quarenta pretos importa isso em perto de cem oitavas, mas na distância em que estão estas minas, e a má opinião que tem de doentias por toda a parte, é muito pequeno lucro para que os homens se resolvam por ele fazer uma jornada tão larga, tão trabalhosa e de tanto custo, ao mesmo tempo que tão bem lhe consta a grande carestia da terra, plantas que ainda com os privilégios ficam de muito pior partido os moradores destas minas que as da mais. O mesmo ocorre na isenção das entradas, que é alívio para os que já cá estão, mas para os que vêm de fora o que se lhe diminui nos direitos, se aumenta extraordinariamente nos fretes, sendo o que paga uma carga de três arrobas do Rio de Janeiro posta nestas minas 17/8.⁵⁵⁹

Os gêneros que vinham ao Jauru tinham menos custos, os preços da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá eram bem menores do que os de Vila Bela:

As que vierem em direitura ao Jauru menos fretes terão, mas sempre hão de ser maiores de que os que se pagam para o Cuiabá, que não são pequenos. Isto faz subir as fazendas que vem de fora e, por conseguinte, os gêneros da terra, a preços tão altos que, sendo os do Cuiabá excessivos, como mostrei a Sua Majestade em conta que lhe dei pelo Conselho Ultramarino, aqui em muitas coisas são quase dobrados e em outros mais que dobrados. No Cuiabá custa uma alavanca duas oitavas, aqui cinco e

⁵⁵⁸ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, 1982, p. 127-137. INSTRUÇÃO Real. Lisboa, 19 de janeiro de 1749, p. 131-132. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Instruções Reais aos governadores (1749-1787)**.

⁵⁵⁹ CÓPIA de Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 16, [f. 8v- 20].

seis, uma Libra de aço, meia pataca de ouro, aqui doze vinténs e meia oitava, uma Libra de pólvora lá oitava e meia, aqui duas e meia e três, um barril de sal no Cuiabá nove oitavas ou dez quando muito, que não chega a ter um alqueire, aqui vinte e quatro oitava, as baetas no Cuiabá a cruzado de ouro, e a três quartos quando mais caras, aqui a oitava e quarto.⁵⁶⁰

Pelos motivos expostos, Rolim de Moura sugere a franquia do comércio com o Pará:

Estas são as coisas de maior uso para os mineiros, porém tudo o mais se vende a esta proporção, pelo que sempre andam arrastados, e são poucos os que se não acham devendo arrobas e arrobas de ouro. O que tenho dito me parece está mostrando não haver outro meio para o aumento desta terra mais buscar modo porque se diminua a grande carestia dela. O único que me ocorre é de franquear Sua Majestade o comércio com o Pará, pois só por essa via podem vir as fazendas a estas minas por preço que façam conta aos seus moradores no estado em que elas estão, que provavelmente com o tempo se irão deteriorando cada vez mais. A experiência o mostrou já porque na ocasião em que aqui chegaram as primeiras canoas do Pará, se venderam os gêneros todos por preços mais inferiores que os do Cuiabá, e é certo que continuando com franqueza esta comunicação ainda hão de ser muito mais. O venderem-se agora pelos preços que acima disse é efeito dessas poucas canoas que dela tem vindo porque antes disso subiam a maior excesso, vendendo-se o sal por uma Libra de ouro o alqueire.⁵⁶¹

Em se tratando da economia, a solução para Vila Bela seria a abertura do comércio com a navegação pela rota Madeira-Guaporé (FIGURA 12). Sua utilização foi proibida durante a primeira metade do século XVIII. Devia-se, sobretudo, à preocupação dos portugueses com os descaminhos do ouro. Com o estabelecimento do governo no Guaporé e a definição dos limites coloniais amparados pelo Tratado de Madri, a utilização da via foi liberada. Porém, este caminho fluvial apresentava problemas semelhantes à via do sul, com o trânsito dificultado pelas cachoeiras, pelo escasso povoamento, pela ação de ataques dos índios, especialmente da nação dos Mura. Com duração média de sete meses de viagem, mais de um Governador e outras autoridades portuguesas enfrentaram o

⁵⁶⁰ CÓPIA de Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 16, [f. 8v- 20].

⁵⁶¹ CÓPIA de Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767)**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1, Doc. 16, [f. 8v- 20].

Foram qualificados pela bravura, comparáveis, segundo o Governador, aos Paiaguá, que atuavam na paisagem o Pantanal. Nos registros de Rolim de Moura, figuram como náuticos, sequestradores, saqueadores e mais, constituíam uma ameaça aos empreendimentos dos portugueses, às embarcações coloniais e aos sítios localizados em terras da capitania de Mato Grosso, pois os estragos causados por seus ataques eram frequentes.

Rolim de Moura informava os dirigentes em Portugal da capacidade belicosa dos índios Mura, identificando-os por seus usos e costumes e, inclusive, aproveitando-se dessas informações para defender-se de ataques que, conforme presenciava, era situação constante e sempre ameaçadora:

E entre estas Nações há uma para baixo das cachoeiras a que chamam Muras, com que se faz preciso haver outro procedimento porque são já bastantes os insultos, que têm feito aos viandantes deste rio, e agora flechou alguns pretos de uma tropa de canoas, que chegou há poucos dias do Pará pela representação que eu fiz ao Governador daquela capitania do miserável estado em que estas minas se achavam, como também dei conta a Vossa Excelência se tomares asos, e se resolverem fazer melhores canoas do que as têm que são de casca poder-nos-ão vir a causar tão grande descômodo por esta parte como os Paiaguás nos fazem pela outra.⁵⁶⁴

No quarto ano de governo no Guaporé, os sítios afastados do centro do poder eram alvo dos ataques dos índios Mura. Mais uma vez esses índios são citados como destaque na paisagem da rota monçoeira norte. O Governador mencionava a necessidade de uma eficaz formação e manutenção das guardas para protegerem os sitiados.

Aquele sítio não só é muito afastado dos povoados, mas está avizinando com o gentio Mura, que é o mais bravo deste caminho, e que persegue os viandantes dele, pelo que não pode subsistir o registro no dito sítio sem uma guarda suficiente e vigilante.⁵⁶⁵

Os Mura, apesar de utilizarem rudes embarcações pouco capazes de competir com as dos comerciantes, transitavam pelos caminhos em direção ao Pará. O Governador por vezes reclamou da presença destes índios perseguidores dos

⁵⁶⁴ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 118.

⁵⁶⁵ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura ao Rei de Portugal Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 3 de janeiro de 1755. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 91, [f. 37-37v].

viajantes e alertava ser necessária a manutenção da vigilância e segurança dos que se dirigiam àquelas paragens. A rota monçoeira norte representava uma via comercial importante para o suprimento de mercadorias na Vila. Para Antônio Rolim de Moura, esses índios também eram perigosos, capazes de ferir os passantes:

O único que há bravo nesta viagem do Pará é o chamado Mura; o qual não tem força no rio, porque as canoas de que se servem são de casca de árvore, com as quais não podem fazer resistência às nossas; e em terra, havendo boa vigilância, não é necessário que seja grande a tropa, para se acautelarem principalmente sendo a maior parte do caminho infestada por gentio que só se encontra desde o fim das cachoeiras até as vizinhanças da aldeia dos tucanos, viagem de quinze dias, pouco mais, ou menos, e assim se vê que o dano, que até agora têm recebido os viandantes deste caminho do dito gentio, é flechar-lhe atraçoadamente algumas pessoas do barranco do rio, a cujo prejuízo vem tão expostas as tropas grandes, como as pequenas, e nunca podem evitar-se sem que Vossa Majestade seja servido mandar destruir esta nação.⁵⁶⁶ Isto é o que me parece Vossa Majestade mandará o que for servido.

Os Mura, se comparados aos índios bravios do Pantanal, não representariam tamanha ameaça, eram considerados menos perigosos e menos capazes em recursos materiais,

Gomes Freire de Andrade mandou perto de 400 homens com os comissários que vieram ao Jauru por causa de haverem de passar pelo Distrito do Gentio Cavaleiro e Paiaguá. Nações mui bárbaras, e ferozes; porém para os Mura me parece não é preciso tanta força, e vindo eles com escolta e segurança necessária, tudo o demais lhes servirá de maior embaraço, nem a gente que trouxerem lhes poderá fazer tão bom serviço, nas marchas que fizerem por dentro destas minas, como os que eu lhes der para os acompanharem nesta diligência sendo mais costumados ao clima, e mais práticos do país.⁵⁶⁷

As imagens dos índios Mura eram construídas por Rolim de Moura de forma a convencer interesses variados. Por vezes, quase não ofereciam risco aos colonizadores, em outras eram traiçoeiros, demandando cuidado e necessária força bélica para contê-los:

Da dita guarda se tiraria também o benefício de refrear mais Gentio Mura ocupando-se em lhe dar caça; por pouco não mataram agora o Juiz de Fora, que para cá vinha; e isto mesmo lhe pode servir de pretexto para cobrir a verdadeira intenção não somente de se alojar a dita paragem; mas

⁵⁶⁶ CARTA de Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade D. José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de janeiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 13.

⁵⁶⁷ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 62-63.

para ter nela embarcações bem apetrechadas, e armadas em guerra para todo o acontecimento.⁵⁶⁸

O Governador referia-se aos embaraços da marcha no trecho habitado pelos índios Mura, e supõe que não seria trabalhoso dissipá-los do caminho.

A distância verdadeiramente até Santa Rosa não é demasiadamente larga, mas tem dois embaraços no caminho, que é o que mais dilata e dificulta a dita marcha, que vem a ser o gentio Mura, que medeia entre Borba e as cachoeiras [...]. Enquanto ao primeiro não me parece seria dificultoso afugentá-lo daquele caminho, dando-lhe guerra formal: isto é, indo-o buscar por terra aos seus alojamentos e àquelas partes que costumam mais frequentar. E em qual ao segundo ainda que não é fácil extingui-lo de todo, sempre se poderia modificar e facilitar muito mandando-se no tempo das secas abrir e quebrar com pólvora as pedras que formam as ditas cachoeiras, e ainda que fosse alguma coisa custoso, a importância desta obra me parece de bastante consideração, pois é sem desvia, que quanto mais fácil for a comunicação desta capitania com a do Pará, menos partido tem por aqui conosco os espanhóis.⁵⁶⁹

O Governador precisava do triunfo português para estabelecer a garantia da dinâmica oficial de conquistar e ocupar o território indígena amazônico. Tratava-se, portanto, de uma tarefa registrada pelo Governador da capitania, em narrativa que expunha os conflitos e contradições entre os colonizadores e os índios daquela nação. O discurso de Rolim de Moura transita entre a violência e a hostilidade. Era assim que entendia ser possível rechaçá-los do caminho que o motivava ao comércio, na paisagem monçoeira norte, território ocupado pelos índios da nação Mura.

Seu discurso não está deslocado do projeto colonial de conquista e domínio dos portugueses nos espaços da Amazônia. Seu relato a respeito dos Mura mostra que representavam um entrave às viagens, expedições e entradas pelos rios, configurando ameaça aos colonizadores que pretendiam movimentar a economia, sobretudo a ampliação da presença portuguesa nos territórios amazônicos e seu crescente domínio naquele espaço.

Rolim de Moura chegou a afirmar que os Mura, mesmo não constituindo ameaça, tinham, enquanto perigo “imaginário”, a função estratégica de justificar a

⁵⁶⁸ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de junho de 1756. In: PAIVA, 1982, v. 2, p. 191.

⁵⁶⁹ CÓPIA da CARTA de Antônio Rolim de Moura a Thomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 7 de agosto de 1760. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 240, [f. 164-165v].

montagem do aparato bélico de que os portugueses necessitavam para garantir a posse na fronteira oeste. Como oficial da conquista, tinha papel predominante de fazer guerras de extermínio, as quais “sempre foram uma constante e um expediente utilizado pelos portugueses para limpar caminhos”.⁵⁷⁰

Os índios Mura, conforme o Governador, foram empecilho contra os que trabalhavam na expansão portuguesa que iam ao Mato Grosso. Atacavam as frotas comerciais que abasteciam a região, com manufaturas e escravos negros. Suas “embarcações feitas de cascas de árvores não constituiriam ameaça às embarcações coloniais; por terra os Mura se limitariam a flechar, à traição, do alto do barranco, alguns viajantes.”⁵⁷¹

Esse também foi o motivo da instabilidade a que estava sujeita a colonização no Mato Grosso. Para Rolim de Moura, era a paisagem do Mato Grosso, distante, sem as facilidades aos centros de comércio, havendo ainda a nação Mura, que punha comerciantes e sertanistas em apuros. Estes índios, porém, não demoveram os interesses de Rolim de Moura e da Coroa em fazer o comércio com o Grão-Pará.

A paisagem amazônica, no sentido posto por Rolim de Moura, representou ameaça e perigo, e em suas observações a respeito dos Mura, descreve representações que os tornaram capazes de atacar os viajantes, mercadores e mercadorias. Essa paisagem, portanto, necessitava de investimentos que a fizesse “civilizada”, tornando-se um lugar de roças, famílias constituídas de brancos e que nela se viabilizasse as facilidades para o desenvolvimento da colonização. Considera-se que Rolim de Moura se prestava ao papel de ser o porta voz do estímulo para o trabalho de “sanear” a paisagem do local ocupado por esses índios, que faziam daquele espaço um cenário de perdas e conflitos.

Peter Burke argumenta que as imagens não devem ser consideradas simples reflexos de suas épocas e lugares, mas sim extensão dos contextos sociais em que elas foram produzidas.⁵⁷² Aplicadas a esse texto, as imagens implicam nas representações criadas por Rolim de Moura que detalham impressões dos povos indígenas e dos africanos, assentadas na perspectiva do etnocentrismo. O olhar

⁵⁷⁰ PEREIRA, Márcia Leila de Castro. “**Rios de História**”: guerra, tempo e espaço entre os Mura do baixo Madeira (AM). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. p. 75.

⁵⁷¹ AMOROSO, 1998. p. 302.

⁵⁷² BURKE, 2004.

etnocêntrico atende a um filtro histórico-cultural do que é visto, do que é possível ser selecionado, definido e percebido.

A respeito dos investimentos e desenvolvimento econômicos na região amazônica, e sobretudo das vantagens que os moradores do Mato Grosso teriam na legalização da navegação e comércio com o Pará, Rolim de Moura defende com os seguintes argumentos:

A primeira que do Pará hão de concorrer naturalmente muitas pessoas para aquelas minas. A segunda que as fazendas, e mantimentos do Reino vindos por ali hão de ser mais baratos, o que facilitará a subsistência dos seus moradores. A terceira que por aquela parte fica muito mais breve a comunicação com a Corte donde pode ser socorrida esta capitania com grande brevidade. E quarta fazermo-nos Senhores daquela navegação; o que Lisboa porá na presença Sua Majestade.⁵⁷³

A situação precária da capitania de Mato Grosso exigia que o Pará fosse seu principal abastecedor de mão de obra escrava negra, armas e munições para a milícia no Presídio Nossa Senhora da Conceição, instrumentos de trabalho e alimentos para abastecer os povoados:

[...] ponho na presença de V. Exa. a necessidade que esta capitania tem de ser socorrida pelo Pará, não só com gente, mas ainda mais com artilharia, e as mais armas; e principalmente com peças de amiudar que também tragam todos os aprestos com que costumam laborar, e vindo o negócio por esta parte a rompimento aberto, se faz muito preciso o fazermo-nos senhores da Missão de Santa Rosa Velha, que de outra forma não poderá continuar, ao menos sem grande risco, o comércio com o Pará. E também, pelas informações que tenho, há um sítio abaixo da Barra do Mamoré que nos seria muito vantajoso ocupar, pois dali se impedirá com facilidade a passagem de tudo que viesse pelo Mamoré abaixo trazendo naquele distrito alguma espécie de galé bem artelhada, pois o Rio é capaz de suportar naquela altura essas embarcações.⁵⁷⁴

Apesar de onerosa, a navegação da rota monçoeira do norte foi desenvolvida e possibilitou o incremento de Vila Bela, que assumiu a função de núcleo distribuidor de artigos importados na capitania. Os produtos eram trazidos da Europa e trafegavam em canoas pela bacia amazônica.⁵⁷⁵

⁵⁷³ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, 27 de junho de 1751. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 32.

⁵⁷⁴ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de dezembro de 1756. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 176, [f. 90-92].

⁵⁷⁵ VOLPATO, 1987. p. 128.

A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi idealizada por Sebastião José de Carvalho e Melo e concretizada em 1755, quando seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, depois de chegar à América portuguesa, incumbiu-se do governo da capitania. Esta Companhia de Comércio foi projetada para atender ao desenvolvimento do extremo norte da América portuguesa e diminuir a interferência do comércio inglês na Colônia, com o fim de manter o monopólio absoluto sobre a produção e o consumo na fronteira amazônica.⁵⁷⁶ A Companhia de Comércio funcionou até 1778 e caracterizou-se por ser uma empresa comercial de capital misto, sujeita a leis e incentivos, na qual participaram o Estado português e comerciantes nacionais ou estrangeiros. Visou incentivar o povoamento, com o intuito de assegurar a ocupação da Amazônia fornecendo escravos, instrumentos de trabalho, comestíveis e manufaturas transportados para a capitania do Grão-Pará e Maranhão e para o Mato Grosso.

As referências ao comércio monçoeiro sul são encontradas nos *Anais de Vila Bela*. Conforme o texto, já em 1758 houve a importação de produtos que vinham do Rio de Janeiro pelo Rio Jauru. Ele também se refere às canoas de mercadorias chegadas de Goiás. O documento revela a dependência da capitania para com o comércio monçoeiro, importador de mercadorias, e narra o crescimento da Vila:

Esta Vila se tem aumentado e aumenta efetivamente, assim na extensão como na formosura, com os novos edifícios que cada dia se vão erigindo. O comércio floresceu visivelmente, não só pela multidão dos negociantes, que se aplicam a transportar para esta Vila grossas partidas de fazenda, pelo Rio Guaporé, desde a cidade de Belém do Grão-Pará, mas também por outros, que agora, novamente, pelo Rio Jauru transportavam da cidade do Rio de Janeiro. Abundância de umas e outras, concorrente e alternadamente, têm abastecido a terra, fazendo cessar não só a necessidade senão também a carestia, que há poucos anos era uma das penalidades dos povos destas minas. Essa segunda porta que de próximo se nos abriu para o socorro foi obra provida circunspeção do nosso zelosíssimo general, o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Antônio Rolim de Moura. Empregando a sua afável eficácia em persuadir alguns mercadores que intentassem a derrota de Ararituaba para esta Vila – navegando pelo Paraguai (depois de outros rios da viagem de povoado) até a barra do Jauru, e subindo por este até o porto do caminho velho, para daí passar para o Guaporé -, se conseguiu proficuamente esse importante trajeto.⁵⁷⁷

⁵⁷⁶ DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão**. Belém: UFPA, 1970. p. 206. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

⁵⁷⁷ AMADO; ANZAI, 2006. *Anais desta Vila Bela do ano de 1758*. p. 69-70.

As reivindicações para que Vila Bela fosse assistida pelo Grão-Pará, pela via do comércio fluvial, foram contumazes. Em 1759, o Governador comentava a respeito do crescimento da Vila em decorrência da provisão do comércio do Grão-Pará e Maranhão: “ultimamente a mudança dos ditos lugares para esta Vila não só há de acabar de estabelecê-los mas a aumentará muito e fará frequentar mais a comunicação e comércio com o Pará, cuja circunstância é da grande importância”.⁵⁷⁸

A economia da capital e seus arredores contava com o comércio de gêneros básicos para a alimentação dos moradores, tais como farinha de mandioca, açúcar, feijão, aves, milho e toucinho produzidos em roças, quintais e moinhos. Outros produtos vinham pelas monções do norte, desde o Pará até o Mato Grosso, ou pelas monções do sul. As do norte saíam do Grão-Pará e aportavam em Vila Bela, via caminho fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé. Pela rota monçoeira do norte chegavam à Vila o sal, vinho, azeite, instrumentos de trabalho, manufaturas, medicamentos, tecidos, escravos negros e mais uma diversidade de gêneros alimentícios. Nas tavernas da Vila eram vendidos arroz, sal, milho, farinhas de milho e de mandioca, instrumentos de trabalho, manufaturas, aguardente, ferragens e melado.⁵⁷⁹ A variedade dos produtos trazidos pela Companhia de Comércio de Belém era diversificada, somente em peças de vestuário e tecidos a Vila recebia carmezins, escarlate, pano de algodão, boldriões de seda, cobertas da Índia, cobertores ingleses, calções variados, camisas, veludos, chitas e diversas sedas. Mesmo distante da metrópole, a Vila comercializava fios de costura, roupas de cama, chapéus, meias, cintas, toalhas...⁵⁸⁰

Em referência ao abastecimento da capitania, Volpato explica que Mato Grosso era atendido pelo comércio com o litoral feito por três vias: “caminho fluvial com o Tietê, o caminho fluvial do Madeira-Guaporé e o caminho terrestre por Goiás”. A rota mais antiga era a que ligava São Paulo às minas do Cuiabá. Foram os comerciantes paulistas os que mais usaram a monçoeira sul, frequentemente até

⁵⁷⁸ CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de julho de 1759. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 242, [f. 155-156].

⁵⁷⁹ AMADO; ANZAI, 2006. p. 32.

⁵⁸⁰ Cf. FEITOSA, Elias Alves. **A Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão e as diferenças entre o Cuiabá e o Mato Grosso**: 1755-1778. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, [s. d.]. p. 21.

meados do século XVIII. A rota Madeira-Mamoré foi impedida pelos portugueses até 1755 em razão dos descaminhos do ouro. “Após o estabelecimento do governo na capitania e a definição dos limites coloniais pela assinatura do Tratado de Madri, foi liberada a utilização dessa via”.⁵⁸¹

Além dessas rotas oficiais, havia as do contrabando com os territórios espanhóis. Conforme relata Volpato, por mais que a Coroa portuguesa tentasse impedir o comércio com os espanhóis, foi difícil evitá-lo. O comércio ilícito entre as Américas coloniais na fronteira oeste de Mato Grosso foi estabelecido entre os colonos portugueses e os vizinhos espanhóis, uma vez que ambas as ocupações se caracterizavam pelo alto grau de corrupção. Objetivavam, “de uma parte, a obtenção do ouro do Cuiabá, e, de outra, a prata de Potosi”. O intercâmbio ilegal travado na fronteira teve início na década de quarenta do século XVIII e as ações dos colonos se fizeram de modo a burlar o fisco de suas respectivas metrópoles. As relações comerciais entre portugueses e espanhóis foram inicialmente realizadas com as missões, “com o fito de obter mantimentos, carnes, cavalos, tecidos de algodão” para os moradores da Vila do Cuiabá. Por meio do contrabando, artigos manufaturados que vinham da Inglaterra eram comprados pelos colonos portugueses na fronteira espanhola. Somente mais tarde, com a ligação da via do Madeira-Mamoré, os da capitania de Mato Grosso usufruíram do comércio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), importadora de gêneros vindos do mar do Norte, Báltico e Mediterrâneo. “O relacionamento entre as autoridades luso-espanholas estreitava-se em função das dificuldades impostas pelas condições naturais da região e facilitava a ação dos comerciantes, que desenvolviam o contrabando”.⁵⁸² A autora acrescenta:

Apesar do envolvimento com as províncias castelhanas limítrofes, Mato Grosso mantinha-se como a capitania antemural do Brasil, responsável pela defesa de sua fronteira oeste. Por mais que desenvolvessem o contrabando e a teia de interesses ligando uma área de colonização à outra ficava de pé o sentido de fronteira - um espaço oscilante – onde se faziam presentes a insegurança ou o medo de um ataque imprevisto.⁵⁸³

⁵⁸¹ VOLPATO, 1987. p. 127-128.

⁵⁸² *Ibid.*, p. 53-65.

⁵⁸³ *Ibid.*, p. 66.

Por ser uma zona limítrofe com a província do Peru e com as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos, os procedimentos de Rolim de Moura se voltaram para a promoção do desenvolvimento na Colônia, tomando espaços anteriormente ocupados por missionários que tinham suas missões em terras da Espanha. Com seus vizinhos de fronteira, Rolim de Moura negociou mercadorias pelas vias legais e ilegais e usou da política da “dissimulação” para se apropriar de informações e terras anteriormente dos espanhóis, considerados inimigos da coroa lusitana. Nesse contexto de negociações de limites, o contrabando foi também responsável por assegurar a ocupação europeia do espaço, tornando-a economicamente viável, cuja contribuição assegurou as conquistas na América.

4.8 ESPAÇOS DE PODER NA FRONTEIRA: AS MISSÕES E A FORTALEZA

Para a consolidação da colonização por meio da fundação da sede de poder às margens do Guaporé, a Coroa portuguesa empregou significativa máquina jurídica, administrativa e diplomática para fundamentar uma política de ocupação territorial que lhes garantisse a fixação, cujo prólogo foi a criação da capitania de Mato Grosso.⁵⁸⁴

A região adquiriu sentido geopolítico de fronteira: zona limite entre soberanias distintas. Os oficiais portugueses ali assegurariam sua demarcação, orientados por um imaginário social de dominação, posse, soberania, envolvendo áreas de uma paisagem que oferecia fartura e também infortúnios de toda ordem, inclusive o risco de investidas por parte dos espanhóis.

A defesa deveria ser promovida não apenas por ações militares, mas também adotando medidas que facilitassem a colonização. Isto é visível na preocupação em desenvolver um sistema produtivo que fosse além da mineração, incentivando a agricultura, a pecuária e o comércio. A ação do Governador se constituía em investir na política de povoamento e na defesa estratégico-militar, tendo no Rio Guaporé um marco importante das ações desencadeadas durante a sua administração.

⁵⁸⁴ SILVA, 1995. p. 50.; VOLPATO, 1987. p. 29 e ss.

Luíza Rios Ricci Volpato relata que a troca de relações e a preocupação com a defesa desenvolviam-se em ambos os lados. Às vezes, de forma integrada, em outras, de forma conflitante, momentos em que as tensões na fronteira prejudicavam o comércio. Havia, ainda, entre as regiões ajuda mútua quanto à troca de informações sobre o andamento da política europeia. O relacionamento entre as autoridades coloniais luso-espanholas, nos vales Guaporé e Paraguai, estava assentado sobre interesses comerciais, relações de ajuda mútua e questões de defesa. As Colônias seguiam as orientações de “suas respectivas metrópoles, porém orientadas a partir das condições concretas das relações de fronteira, de modo que os governantes frequentemente fossem levados a relegar para segundo plano as determinações de suas respectivas Coroas”. Motivo que estimulou a mudança de muitos habitantes da capitania de Mato Grosso para o espaço espanhol, levando pertences e famílias. Com a fuga, fugiam do fisco e dos credores. A movimentação na fronteira também ocorria em sentido inverso. Muitas famílias que estavam nos domínios espanhóis passavam para as terras portuguesas. O contrabando, a ajuda mútua de apoio político, “a troca de informações, as fugas de um para outro domínio” formaram um conjunto de ações e relações entre os luso-brasileiros e hispano-americanos na raia oeste da fronteira mato-grossense.⁵⁸⁵

Os portugueses construíram no Guaporé a marca da fronteira, enquanto representação coletiva e antagônica do espaço disputado com os espanhóis. O Distrito do Mato Grosso era um espaço de insegurança e instabilidade que demandava cuidadosa defesa. O esforço, por parte do governo, se dava na tentativa de mostrar aos espanhóis um povoamento estabelecido e na elaboração de estratégias militares. As afirmações seguintes são reveladoras quanto ao sentido que as terras do extremo oeste da capitania tinham para Rolim de Moura a seguinte situação:

Os castelhanos estão alojados com bastante poder na barra do Itumanas, aonde nos tapam a comunicação com essas minas. Até agora todas as suas demonstrações são de que nos temem. Necessito ser socorrido prontamente com os melhores soldados que lá se acham, [...] mas não se precisa, nem convém que, para me socorrer, se despejem essas minas, assim para não ficarem expostas a que por lá entrem os inimigos, como para que se não deixe de plantar para nos sustentarmos e defendermos estas terras ao nosso Rei, [...] e havemos de fazer como portugueses que somos. O socorro que me vier necessita de vir com cautela; pois não sei se os inimigos estarão situados em algumas partes mais; e as suspeitosas será

⁵⁸⁵ VOLPATO, 1987. p. 68-70, 75.

melhor passarem-se de noite. [...] Me mande o maior número de soldados que puder alistar [...].⁵⁸⁶

A fronteira da Amazônia mato-grossense é vista como espaço de confronto, interação, violência e intercâmbios. É uma zona simbólica de afirmação de poder, recepção de pessoas, geralmente pobres, encontros, confrontos entre sociedades em temporalidades diversas. Um território ocupado por povos diferentes, o que pressupõe concepções de tempo e espaço diversas. Fronteira, em resumo, é: Um espaço entre dois.⁵⁸⁷ Ou seja, fronteira é o espaço no qual se manifestam múltiplas diversidades, diferentes sujeitos históricos e, ainda, confrontos constantes.

Entende-se que o Destacamento de Nossa Senhora da Conceição e as missões de São José e São João, fundadas no governo de Antônio Rolim de Moura, formaram marcas na fronteira e representaram simbolicamente meios estrategicamente pensados pelos portugueses, servindo à construção geopolítica nos quais seus limites foram construídos e definidos sob a ótica da conquista, essência da atuação portuguesa na América, construída pelos agentes oficiais sob o amparo jurídico dos termos dos Tratados e Limites discutidos em 1750 (FIGURA 13).

⁵⁸⁶ CÓPIA do Regimento de Antônio Rolim de Moura para o Capitão-Mor João Pereira da Crux. Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, 27 de abril de 1763. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Cartas, Bandos, Instruções e Correspondência expedida e recebida**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-14, Estante 1, Doc. 4, [f. 5v-6v].

⁵⁸⁷ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades de fronteira. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: EdUFMG, 2000, p. 190.



Conforme menciona Otávio Ribeiro Chaves, no ano de 1754 “o padre Agostinho Lourenço, seguindo as ordens do Governador, fundou a aldeia de São José e a aldeia de São João, em domínios portugueses, à margem direita do Rio

Guaporé”. Dois anos depois, “o aldeamento de São José foi transferido, por ordem do Governador, para uma localidade chamada Casa Redonda. Uma nova mudança ocorreu nesse mesmo ano, para o Rio Mequen”. Na aldeia de São José “foram agrupados os ameríndios Crituriás e Mequén, e no “aldeamento de São João, os ameríndios Moré”. Explica o historiador que a “fixação dessas aldeias no Distrito do Mato Grosso obedecia a projetos geopolíticos, situando-as em trechos onde havia maior possibilidade de entrada de padres e tropas espanholas na capitania de Mato Grosso”. Desde sua chegada ao Mato Grosso, em 1751, até o ano de 1757, Rolim de Moura conseguiu fundar três missões com índios aldeados. A primeira, a de Santana, foi fundada no Distrito do Cuiabá e as outras duas no Mato Grosso, como tentativa de garantir o povoamento na fronteira, além de incentivar a ida de casais brancos para o local.⁵⁸⁸

A aldeia de São José viveu um tempo de prosperidade durante a administração do padre Lourenço; representou em sua existência um espaço de concentração de pessoas e possibilitou o contato com os agentes coloniais da margem espanhola. O aldeamento serviu também como espaço para a formação da mão de obra e unidade econômica voltada para a produção agrícola e criação de animais. Quando o padre jesuíta Agostinho Lourenço foi expulso, em 1759, a aldeia funcionava “com engenhos de moer cana, teares de tecer algodão, muita planta e criação de animais em um total de 30 cabeças de gado bovino. Daquela data em diante, o aldeamento foi definhando e perdendo sua pujança”. Em 1769, “o Capitão General Luis de Pinto Coutinho renomeou vários núcleos povoados do Guaporé com nomes de locais de Portugal, e a antiga Aldeia de São José passou a se chamar Leomil”.⁵⁸⁹

O historiador João Antônio Botelho Lucídio afirma que Rolim de Moura sabia que a formação das missões era fundamental para a posse efetiva do território. Por isso levou o padre Agostinho Lourenço para Vila Bela, jesuíta que viera em sua comitiva para fundar missões na margem oriental do Rio Guaporé. A vulnerabilidade da fronteira oeste exigiu que se criasse na região o Presídio Nossa Senhora da Conceição, cuja construção serviu de apoio contra as prováveis investidas dos

⁵⁸⁸ CHAVES, 2008. p. 106-108.

⁵⁸⁹ Cf. LUCIDIO, 2004. p. 53.

espanhóis. A aldeia de São Miguel, mencionada pelo Governador, e a de São Simão foram fundadas pelos espanhóis na década de 1740 na margem direita do Guaporé;

espaço que, pelo Tratado de Madrid, de 1750, passou a pertencer aos domínios de Portugal. Em 1752, os jesuítas espanhóis, com a notícia de que vem proceder à demarcação dos limites entre as duas nações, abandonam e destroem as missões de São Miguel e São Simão, à margem direita do Guaporé, e se passam para o lado oposto.⁵⁹⁰

Ainda, conforme Lucídio:

Sobre as ruínas de São Miguel, ou muito próximo delas, mandou o Capitão General Rolim de Moura erguer a Aldeia de São João, depois denominado de Lamego. [...] Uma das medidas do Capitão General João Pedro da Câmara foi reocupar o lugar, em 1765 com índios que se achavam aldeados na vizinhança do Presídio da Conceição. A aldeia, que recebeu o nome de São Miguel e depois São João, ficaria a quatro léguas, rio acima, do Presídio da Conceição.⁵⁹¹

As missões e fortalezas representaram, no período em questão, a manifestação ao mesmo tempo concreta e simbólica do domínio lusitano. Servindo aos interesses da metrópole, as primeiras representavam um poderoso e eficaz instrumento de agregação das populações indígenas. A situação das missões em lugares estratégicos cumpria a função de “estado-tampão”, isto é, de barrar o possível avanço dos espanhóis.

De maneira semelhante, Volpato discorre sobre a função que teve a criação da capitania de Mato Grosso: deveria conter o avanço espanhol e colonizar as áreas ainda não ocupadas pelos vizinhos, fazendo do Mato Grosso mais uma das áreas de conquista dos portugueses. Com esse propósito, “teve início o aparelhamento militar da fronteira, com a criação de uma Companhia de Dragões e com a transformação da aldeia de Santa Rosa, conquistada aos espanhóis, no Presídio de Nossa Senhora da Conceição”.⁵⁹²

As fortalezas tinham a função de exercer o papel de fiscalização e concentração das milícias, com o objetivo de defesa do território português.

⁵⁹⁰ LUCIDIO, 2004. p. 54.

⁵⁹¹ *Id.*

⁵⁹² VOLPATO, 1987. p. 39-41.

Afirmavam a soberania e marcavam a fronteira.⁵⁹³ A propósito das fronteiras, Maldini menciona um conceito que as denomina parte de um “patrimônio material e ideológico que determina as relações da sociedade com seu espaço”. Podem ser definidas “ao mesmo tempo como construção ideológica, cultural, política, e como o conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo das representações. Mesmo na sua concretude, a fronteira exprime necessariamente uma dimensão simbólica que ultrapassa o aspecto localizado do fenômeno”.⁵⁹⁴

Segundo informações de Maria do Carmo Brazil, a construção do presídio de Nossa Senhora da Conceição⁵⁹⁵ facilitou os interesses de Portugal, que dependia das circunstâncias impostas pelas missões da Coroa da Espanha. Assim, a fundação, em 1760, do Forte Nossa Senhora da Conceição, na faixa de fronteira, representou o primeiro passo do processo político de consolidação do governo luso no extremo oeste da Colônia.⁵⁹⁶

O espaço visualizado pelo Governador serviu de referência para a construção de uma fortaleza próxima ao Guaporé, tendo em vista que o rio servia como fronteira natural entre as terras em litígio das Coroas ibéricas, e era elemento importante para as estratégias de defesa militar. Sob essa pretensão, está a ideia da apropriação de um espaço físico, fazendo parte do processo de expansão das fronteiras portuguesas e particularmente da consolidação da conquista no extremo oeste.

O lugar em que foi alocado o Destacamento representava a pretensão de constituir um espaço social de domínio português. Além de informar o sucesso da montagem de um aparato militar datado no ano de 1760, na antiga missão dos jesuítas espanhóis, que passou a ser chamada pelos moradores de Destacamento

⁵⁹³ PURPURA, Christian. **Formas de existência em áreas de fronteira**: a política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico (séculos XVII e XVIII). 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 7-8.

⁵⁹⁴ MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas no século XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 40, n. 2, 1997. p. 187.

⁵⁹⁵ “Em 5 de fevereiro do mesmo ano [1760], foi o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General a fundar o presídio de Santa Rosa, hoje chamado da Conceição. Adquiriu nessa jornada moléstia tão grave que tem padecido muito. Chegou a esta Vila a 20 de maio do mesmo ano, com gosto de todos os moradores deste país, mostrando com as luminárias que punham o grande contentamento que com a sua vinda tinham”. AMADO; ANZAI, 2006. Anais desta Vila Bela do ano de 1760. p. 79.

⁵⁹⁶ BRAZIL, 2000. p. 17.

Nossa Senhora da Conceição ou Presídio da Conceição. Relata que, a fim de demarcar a fronteira e gerenciar tal empreendimento, teve de realizar frequentes viagens, sempre com o fim de incrementar a defesa da conquista portuguesa.

O representante português informou à Coroa que, em 1761, o local em que o Destacamento foi aquartelado estava mais densamente povoado, contando com uma guarnição de alferes, cabos, dragões, aventureiros, pedestres, capelão, agregados e escravos.

A política populacional se fazia importante na fronteira e ali os moradores deveriam se estabelecer, com incentivo do Estado. Em tom de informação, Rolim de Moura adverte não serem suficientes apenas as facilidades proporcionadas pelo Estado para estimular a ida de moradores àquelas minas, pois era muito custosa a viagem àquele lugar:

Os privilégios que Sua Majestade lhe concede, ainda que dados com grande liberalidade também me parece não terão força para chamarem de outras capitanias gente para estas minas o que vai mostrando a experiência, pois nem do Cuiabá, sendo tanto mais fácil tem concorrido senão alguns pobres faltos de posses e de pretos, sem os quais, quase são inúteis os brancos nestas terras trazidos somente pelo fim de se livrarem dos seus devedores, o que não conseguiriam se eu por um bando não mandasse declarar, que todos aqueles, que quisessem vir estabelecer-se na Vila que se havia fundar nestas minas dando fiança ao fazerem dentro de seis meses não pudessem no dito termo ser executados, entendo que se outro modo dificultosamente teria efeito a moratória que Sua Majestade concede de três anos aos moradores da Vila. Porém como é certo que nas outras capitanias se não há de dar a mesma providência fica claro o pouco vigor deste privilégio para tirar delas gente.⁵⁹⁷

A fronteira era lugar de ausências, dificuldades, distâncias, enfrentamentos e também falta de mulheres. Supõe-se que, para solucionar tal situação, sertanistas atacavam as missões e arrancavam mulheres de índios aldeados. Motivo que fez o Governador intervir, por entender que tal atitude provocada por assaltantes sertanistas resultaria em escândalo:

Chegando a este Distrito do Mato Grosso, a dezenove do mês passado me deram daí alguns dias a carta de vinte e dois de julho de mil setecentos e cinquenta e um em que se queixa de que alguns sertanistas portugueses têm roubado vários índios dessas Missões trazendo algumas mulheres casadas a quem ficaram nas Missões os maridos, se seguro a tenho sentido muito esses distúrbios, tanto pelo dano que diz recebem as mesmas Missões como também pelas grandes recomendações que tenho de

⁵⁹⁷ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 78.

conservar boa harmonia com Vossos padres evitando o motivo de escândalo.⁵⁹⁸

Também com o propósito de povoar, Rolim de Moura estabeleceu casais para morarem na margem de rios que limitavam as terras de Portugal. Tais colonos deveriam produzir roças para garantir a demarcação das posses lusas.

o projeto de demarcação, de que Vossa Excelência me fez mercê mandar a minuta, enquanto a mim é o mais favorável, que podemos desejar. Ainda que o Padre Agostinho se mudou da Casa Redonda, eu lhe recomendei conservasse sempre a posse dela, e além disso uma légua mais acima da mesma banda se conserva por ordem minha um morador para fim, que Vossa Excelência me insinuou, e no Rio Alegre estabeleci outro com mulher, e filhos mais acima ainda de todos, os que havia até agora em paragem que me parece muito própria para o intento. Para a parte do Aguapeí se acha também uma fazenda de gado, e finalmente as roças, que estão estabelecidas na vizinhança desta Vila da outra banda do Guaporé e pelo Alegre passam de vinte entre grandes, e pequenas, e em uma delas está um engenho de açúcar, e em duas outras dois de moer farinha de milho fora outras engenhocas mais.⁵⁹⁹

Por vezes o Governador, sentiu-se contrariado em seu intuito colonizador pela atuação dos próprios moradores da região do Guaporé. Os interesses econômicos dos mesmos os levam ao nomadismo e a preação de índios:

Porém todas estas coisas custam muita diligência, e muito trabalho e sem embargo disso depois das mais bem tomadas medidas se frustram muitas vezes, e se desvanecem; porque como isto são terras de minas, que têm posses de negros busca só as paragens, que tem ouro, e assim para estes estabelecimentos não ficam mais que duas castas de pessoas que são homens falidos, ou os que têm carijós. Aos falidos é necessário ajudá-los, e defendê-los dos acredores e das justiças. Para o primeiro falta os meios na Provedoria, e o segundo excita clamores de que sou absoluto.⁶⁰⁰

A distância entre as instituições do estado impedia a política de estímulo populacional na fronteira. Esta dificuldade, somada à falta de estrutura de investimentos nas instâncias do poder, mais uma vez justifica os prejuízos que enfrentava para definir a linha divisória das terras com a Espanha:

Se acabasse de vir a resolução de se mudar para que a Provedoria, e Ouvidoria não só se havia firmar, aumentar mais este estabelecimento mas

⁵⁹⁸ CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Padre Ramon Laines. Chapada de São Francisco Xavier, 10 de janeiro de 1752. In: PAIVA, 1982, v. 1, p. 62.

⁵⁹⁹ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 119-120.

⁶⁰⁰ *Id.*

a assistência dos ministros e dos seus oficiais convidariam outras pessoas a vir fazer sítios na vizinhança desta Vila e com eles se poderiam ocupar mais paragens que nos dessem ou aumentassem o jus para correr a linha divisória, por onde Vossa Excelência pretende, e nos convém. Mas a grande distância, em que esta capitania se acha da Corte para tudo lhe serve de grande prejuízo. Talvez o Conselho se não fiará também muito no que eu lhe digo, ou estará ainda em dúvida, se a vida ficou aqui bem assentada, ou não.⁶⁰¹

Rolim de Moura pôs em prática a política de colonização dos portugueses, promovendo uma vigorosa política de ocupação e defesa, plantando um destacamento, vila, povoação, arraiais, roças, tanto na região do Guaporé como na bacia do Rio Paraguai. Essas práticas estavam assentadas na vigência do Tratado de Madri quando, em 1750, tratou de garantir os territórios em conquista disputados pelas nações ibéricas.

Mesmo com os contratempos por causa do roubo de mulheres em aldeias dos missionários espanhóis, Rolim de Moura, mostrando-se descontente com as práticas de sertanistas, alavancou a política missionária na região. Ocupar a margem oriental do Rio Guaporé para garantir a conquista, não só com casais brancos, doação de sesmarias, com roças e criações, construção de Destacamento, mas também com a política de aldeamento indígena foi uma de suas políticas de povoamento. Contudo, a política populacional necessária para a conquista enfrentava problemas de falta de estrutura das instituições do Estado, de maneira a desestimular possíveis interessados àquele investimento.

O português Antônio Rolim de Moura foi o precursor na construção dos limites mato-grossenses, criou espaços que significaram a legitimação da conquista, da expansão, da ocupação e colonização portuguesa na fronteira oeste. Para a movimentação de penetração rumo ao oeste, a população foi incentivada pelo estado com benesses e privilégios. As sociabilidades foram definidas a partir da presença comum, da interação, das práticas contidas naquele espaço da capitania, o Mato Grosso.

⁶⁰¹ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1757. In: PAIVA, 1982, v. 3, p. 119-120.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O personagem principal na construção da história contada neste trabalho foi o oficial português Antônio Rolim de Moura. Este recebeu ordens reais e instruções para instalar de fato e gerenciar a capitania de Mato Grosso na América. O oficial, obedecendo ao rei, embarcou em Lisboa em primeiro de fevereiro de 1749, na Ribeira das Naus, a bordo da caravela Nossa Senhora da Lampadoza e, dois meses depois, chegou à América portuguesa, em Pernambuco. Trouxe com ele uma companhia de Dragões que saiu de Portugal para servir em Mato Grosso. Dali, “finalmente, a 8 de junho Rolim de Moura chega ao Rio de Janeiro. A 27 de novembro, com toda a companhia de Dragões, embarca para Santos, onde chega a 3 de dezembro de 1749”. Em seguida, no dia 22 de janeiro de 1750 saiu de Santos para São Paulo. Em 18 de fevereiro foi a Ararituaba tomar conhecimento da viagem pelos rios que faria a Cuiabá e retornou a São Paulo. No início de abril foi a Parati, onde passou alguns dias. De lá, seguiu para São Paulo em direção ao Porto Feliz, de onde, em 5 de agosto de 1750, pelo Rio Tietê, iniciou uma longa viagem até chegar às minas do Cuiabá, no domingo de 12 de janeiro de 1751, para tomar posse de seu cargo no dia 19 do mesmo mês.

Ao chegar em Cuiabá, enviou longa narrativa a seu “Primo e Senhor”, na qual pôde mostrar seus pendores de topógrafo escrevendo a respeito dos aspectos impressionantes das regiões desconhecidas. “Quando vim para esta capitania”, confidenciou a Diogo de Mendonça, “tive a curiosidade, de Santos para diante, de vir sempre com o agulhão na mão, observando os rumos, e conjeturando por fantasia as marchas assim de terra como de rios”.⁶⁰²

Na Vila do Cuiabá, antes de sair em direção ao Guaporé, permaneceu por quase um ano, tomando conhecimento da sua missão governativa na capitania e realizando os mandos oficiais da Coroa que constavam das Instruções. Sua estada na Vila do Cuiabá foi a oportunidade de conhecer os problemas da região e tomar providências necessárias, das quais tinha sido anteriormente instruído pela rainha de Portugal. Em 3 de novembro de 1751, D. Antônio Rolim de Moura partiu para as minas de Mato Grosso. Em 7 de dezembro, chegou ao Guaporé, e no dia 14 do

⁶⁰² CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. In: PAIVA, 1982. v. 1, p. 115.

mesmo mês estava no sítio de Pouso Alegre, lugar onde seria fundada a futura Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira na Repartição do Mato Grosso, erigida a essa condição em 19 de março de 1752, na margem direita do Guaporé.

Essas datações serviram de referência para mostrar suas impressões do interior da Colônia, a permanência na Vila do Cuiabá, a viagem ao Guaporé e a fundação da sede do governo. O representante português nela estabeleceu moradia, registrando a respeito desses lugares boa parte das imagens do Mato Grosso e da capitania durante a administração de seu governo.

Homem culto, gozava de prestígio na administração portuguesa pelos laços de parentesco com a casa real. Enaltecido pelos seus pares em suas qualidades, merecimentos e serviços que prestou. Antônio Rolim de Moura assumiu a governança da capitania de Mato Grosso em 1751 e a administrou até 1764. Foi um dos responsáveis pela demarcação da fronteira amazônica, solicitou a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e também foi um dos executores na Amazônia da política de liberdade aos índios. Essas medidas políticas definiram as bases da sua administração, que literalmente redesenharam a fronteira oeste da Amazônia. Foi no contexto de enfrentamento como administrador da extensa área do Brasil Colônia e chefe da comissão portuguesa de limites com os territórios espanhóis que Rolim de Moura governou a capitania de Mato Grosso.

Rolim de Moura pôs em prática as diretrizes de colonização portuguesa, “lançando mão das doações e privilégios e isenções a todo e qualquer morador que quisesse residir na capital e adjacências concedendo-lhes isenções de donativos de ofícios, como isenções de direito e entrada para a Repartição do Mato Grosso”.⁶⁰³ Essas práticas estavam assentadas na vigência do Tratado de Madri, quando, em 1750, tratou de definir os territórios em conquista pelas nações Ibéricas.

A vinda de Antônio Rolim de Moura para a América portuguesa evidenciou a escolha mais concreta da preocupação do Estado luso com a fronteira oeste: a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, indicando a firme intenção de fixação do poder metropolitano português nas margens do Rio Guaporé. Fundar vila implicava povoar, e nisto residia um dos maiores entraves para a administração portuguesa, pois, de acordo com o Tratado de Madri, as fronteiras entre os domínios ibéricos seriam definidas de acordo com o princípio do *uti possidetis*, ou seja, do

⁶⁰³ PAIVA, 1982. p. 11

direito à posse pela comprovação da presença e ocupação dos lugares e uso dos acidentes geográficos como limites naturais. Portanto, era urgente manter ocupadas por vassalos da Coroa lusa as terras da fronteira em litígio.

As reflexões postas nestas páginas apresentam as imagens de Mato Grosso produzidas por Antônio Rolim de Moura durante seu governo na capitania, com a intenção de problematizar as representações construídas por ele, principalmente no que se refere às dificuldades que teve em viver numa região de larga fronteira, no extremo oeste da América portuguesa. É o enredo das imagens de Mato Grosso e de um percurso de viagem, bem como das observações projetadas a partir do exercício de sua governança, com o enfoque político da criação de um significativo povoado na margem mais dilatada de toda a América portuguesa, a capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Neste sentido, observa-se que a Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foram alvo de atenção especial, pois representavam a antítese da “barbárie”, nas quais foram estabelecidas as relações de sociabilidade. Em diferentes ocasiões, a Vila do Cuiabá serviu às necessidades de colonização de Vila Bela conforme as informações lidas nos escritos de Rolim de Moura.

Segundo Paiva, as recomendações da metrópole foram de manutenção das comunicações com a Vila do Cuiabá, pois representava o principal núcleo urbano naquele período. Apesar da descoberta do minério no Guaporé, e da política de ocupação na fronteira, Cuiabá manteve, através do comércio, estimulado pelo rio Tietê desde o século XVIII, uma regular atividade, pois assegurou a “continuidade da população na região e por outro lado, a garantia das terras já conquistadas sob a bandeira lusitana”.⁶⁰⁴

Como visto, a lista das dificuldades enfrentadas por Rolim de Moura durante seu governo é volumosa. A maior parte delas foi narrada em Vila Bela da Santíssima Trindade, compreendida como uma povoação fundada com objetivos políticos, cuja estruturação obedeceu à montagem de uma engrenagem de poder no extremo oeste da vasta América portuguesa. A partir de Vila Bela, implantou-se um incipiente poder de representação lusitana que deveria administrar questões de ordem interna, as quais remetiam à organização cotidiana da capitania, e de ordem externa, que

⁶⁰⁴ PAIVA, 1982. p. 7.

diziam respeito às estratégias e ações para consolidar a posse sobre o território ocupado. As questões externas foram as que consumiram mais dinheiro e energia do Governador ao longo de sua administração.

Antônio Rolim de Moura, a partir de Vila Bela, administrou a capitania e muito se correspondeu com os seus superiores. Nos seus escritos, mostrou sua insatisfação com as agruras do lugar e deixou suas mais categóricas queixas, que serviram para elaborar inicial discussão sobre o sentido da dádiva, teorizada por Marcel Mauss.

Os escritos deixados por Antônio Rolim de Moura permitiram compreender de que modo foram construídas as imagens de Mato Grosso no período em questão. O Mato Grosso de Antônio Rolim de Moura foi definido, sobretudo, pela negatividade. Não havia gente branca para a eficaz colonização, os meios de comunicação eram muito precários, os ataques de índios eram constantes, a falta de recursos dificultava o gerenciamento da administração, repercutindo nas várias instâncias do poder. A sua incapacidade também promovia a imagem do herói colonial, no enfrentamento constante da falta de recursos no combate a doenças, inserido em uma natureza por ora exuberante e por vezes impiedosa, traiçoeira e trágica.

A população foi avaliada a partir de impressões múltiplas e o olhar do Governador variou de acordo com os ambientes. Na viagem pelas “estradas fluviais”, os índios Paiaguá, Caiapó e Guaicuru foram representados como “inimigos” e “infiéis”, indivíduos que “infectavam” a paisagem monçoeira sul e promoviam a insegurança, medo e morte. Alguns, aqueles capturados e transformados em mão de obra no interior da capitania do Rio de Janeiro, asseguravam a “vagabundagem” de colonos perdidos no conforto das redes e no cachimbo, e esses praticavam a contravenção divina de escravizar os “carijós” pelos sertões da América.

Na Vila do Cuiabá havia os Bororo, que trabalharam na missão de Santana e na zona limítrofe fizeram frente na defesa militar. Foram índios “amigos e prestativos”. Os Bororo foram elogiados pelo Governador, pois “sabiam pegar em armas”, “andavam descalços” e nem precisavam de muitas vestes, e melhor: recebiam alguma comida como recompensa às atividades de defesa. Os Paresi também eram “bons”, alguns tinham comércio, escravos e eram casados, não precisavam dos colonizadores para conduzi-los à vida “civilizada”.

Na Vila mais central da América do Sul, as pessoas foram representadas com sua pobreza e “malfeitos”, eram oficiais que “não cumpriam” o dever da justiça com “compromisso”, transgressores da Lei, da fé e das ordens reais. Havia ainda os presos, que no Cuiabá eram muitos, e povoavam a cadeia da Vila, causando transtornos à Câmara.

Na Amazônia, os Mura foram vistos como “fracos e frouxos” no uso de armas, mas mesmo assim conseguiam flechar negros escravos que vinham de Belém e roubar mercadorias dos comerciantes que transitavam pelas águas das monções do norte. Aquele espaço também precisava ser ocupado por “gente civilizada”, capazes de enxotar os que representavam ameaças ao projeto português de conquista e colonização.

Ter problematizado os escritos de Rolim de Moura sobre as nações dos Paresi, Bororo, Caiapó, Guiacuru, Paiaguá e dos Mura serve, em parte, à tentativa de entender, por meio da projeção das imagens negativas e excludentes, processos políticos e econômicos que promoveram ao longo da história o extermínio de muitas nações da paisagem brasileira. Algumas nações indígenas descritas pelo Governador atualmente são nomes que constam apenas nos registros oficiais e em relatos sertanistas. Outras conseguiram permanecer, apesar dos grandes enfrentamentos que lhes subtraíram vidas, territórios e sua cultura milenar.

No trabalho da fronteira, na construção da sede do poder, negros, mulatos e índios, especialmente os Bororo, foram requisitados para os mais diversos trabalhos. Os negros, mesmo “velhos”, “doentes” e “fujões”, foram de grande ajuda, sem eles “os brancos nada eram”. Como símbolo da força do branco, os negros foram requisitados por Rolim de Moura para fazer de Mato Grosso uma capitania produtiva, compensando-lhes um papel de importância no conjunto das representações.

Os colonos foram retratados de diferentes formas, eram os sertanistas que na morte rogavam piedade ao divino e deixavam sua herança aos índios que, antes, eram fonte de renda. Os colonizadores foram muitas vezes lembrados com gratidão e admiração, como pôde ser constatado no que Rolim de Moura escreveu sobre o Governador Gomes Freire, do Rio de Janeiro, e de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão. Estes eram amigos sinceros e justos, bons representantes da Coroa em terras americanas que exerciam seus cargos de “mãos limpas”. O missionário Padre Agostinho Lourenço mereceu apoio e gratidão, pois era homem “justo”, “trabalhador”, cumpridor da fé em Cristo, muito

diferente de outros que profanavam a obrigação da cristianização e trabalhavam para roubar dos fiéis suas economias.

O estudo do ambiente por meio do olhar e representações de Rolim de Moura se justificou para ser conhecida a construção das imagens que envolveram a capitania de Mato Grosso. As representações contribuíram para a formação do imaginário dos lugares e pessoas. Tais imagens continuam dando forte sustentação às práticas, conceitos e pré-conceitos em relação à região e ao Estado de Mato Grosso.

As imagens do Mato Grosso, com sua diversidade cultural e natural, continuaram a ser construídas por Rolim de Moura, mesmo quando estava no exercício de um novo governo, o da Bahia, entre os anos de 1765 a 1767. É com algumas delas que esta pesquisa se encerra.

O Conde de Azambuja teve as qualidades e merecimentos para ser nomeado pelo rei Governador e Capitão-General da capitania da Bahia. Lá ele teria os poderes de Mando, Jurisdição e Alçada. Conforme o que dispõe o Decreto Real:

Dom José. Faço saber aos que esta minha carta Patente virem, que atendendo a qualidade merecimentos e serviços de Dom Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja: Hei por bem nomeá-lo Governador e Capitão General da capitania da Bahia, e das mais vilas subordinadas por tempo de três anos, e o mais que Eu for servido enquanto, lhe não mandar sucessor, e com o dito Governo haverá o soldo que lhe competem pago na franquia de minhas Reais Ordens, e gozará de todas as honras poderes mantiverem, e do mais que por minhas ordens, e instruções lhe for concedido com subordinação somente ao Rei e Capitão General do mar e terra do Estado do Brasil como a tem os mais Governadores dele pelo que mando aos Governadores Interinos daquela capitania dêem posse do mesmo Governo ao dito Conde de Azambuja D. Antonio Rolim de Moura, e a todos os oficiais da Guerra, Justiça e Fazenda.⁶⁰⁵

O rei ordenava que o Conde de Azambuja deveria ser obedecido, bem como fosse o recebedor da sua Fazenda e cumpridor das obrigações de um Governador:

Ordeno também que em tudo que lhe obedeçam, e cumpram suas ordens, e mandados com o seu Governador e Capitão General e Tesoureiro ou Recebedor da minha Fazenda da mesma capitania ou a quem o recebimento dela tomar lhe faça pagamento do referido soldo e os quartéis por esta carta somente, sem para isso ser necessário outra Provisão minha a qual se registrará para o dito efeito nos Livros de sua despesa para se lhe levar em conta os que assim lhe pagar, e porque o sobredito Conde de Azambuja deve passar da capitania de Mato Grosso, onde se achava

⁶⁰⁵ CARTA Patente. Dom Antônio Rolim de Moura, de Governador e Capitão-General da Bahia. Lisboa, 6 de setembro de 1765. In: MOURA, 1982. p. 147-148.

governando debaixo do mesmo Juramento e Homenagem que já deve pelo de Mato Grosso, e pagou de novos Direitos 1:017\$500 rs. [...]⁶⁰⁶

Assim, Rolim de Moura passa a ser o Governador da capitania da Bahia, e é nesta condição que escreveu algumas cartas apresentando informações sobre as pessoas e a região em disputa: a fronteira das terras do Mato Grosso com as da América espanhola. Essas informações inseridas na correspondência que se destinava a informar dois importantes destinatários: o Governador de Mato Grosso, João Pedro da Câmara, sucessor de seu governo, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com quem se relacionou quando governou a capitania de Mato Grosso.

Seus assuntos são iniciados com relatos a respeito dos moradores de Vila Bela, de quem ele demonstra certo desgosto, desprezo e, por vez, conflitantemente, se mostra saudoso. Dos moradores de Vila Bela, no contexto da guerra com os espanhóis, um novo olhar surge nos escritos de Rolim de Moura. Eles agora, além de “velhos”, eram “covardes”, pois o lugar estava “aberto”, sem segurança. Avisa ter deixado com seu ajudante e sobrinho, João Pedro da Câmara, soldados com pagamentos e negros para ajudar na defesa, não havendo mais o que fazer em uma capitania carente de tudo. Simultaneamente, usa a situação de falta de saúde para mostrar que vencer aqueles obstáculos não era para qualquer um.

Agora temos a certeza de que estamos cercados por todas as partes de espanhóis, temo que, em caso de algum rompimento, sendo tão grande a vizinhança, ataquem Vila Bela, que não tem gênero algum de defesa, tanto por ser aberta, como por se compor de moradores velhos, e todos são timoratos, que basta para se refugiarem no mato, ouvir o nome dos castelhanos. Como a minha assistência deve ser neste destacamento, tanto para que se adiante a obra da fortaleza como por ser este o posto mais importante e aqueles têm maior vontade, ainda que o seu clima me vai arruinando a saúde com contínuas sezões, das quais me tem resultado em alguma obstrução a um terrível escorbuto; tenho deixado na minha ausência meu ajudante das ordens naquela capital, com alguns soldados para com eles, com as ordenanças, e com os pretos a defender. Não é possível que eu possa dar outras melhores providências em uma capitania falta de gente e de todos os outros meios que são precisos para a resistência.⁶⁰⁷

⁶⁰⁶ CARTA Patente. Dom Antônio Rolim de Moura, de Governador e Capitão-General da Bahia. Lisboa, 6 de setembro de 1765. In: MOURA, 1982, p. 149-150. Tem-se notícia do novo governo de Rolim de Moura neste documento: OFÍCIO do governo interino da Bahia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acerca dos movimentos das tropas espanholas na colônia do Sacramento e que faziam recear a continuação da guerra, dos reforços militares requisitados do Rio de Janeiro, das dificuldades que oferecia o recrutamento das tropas do novo Governador da Bahia o Conde de Azambuja. Bahia, 25 de março de 1765. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Doc. n. 6780.

⁶⁰⁷ CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para João Pedro da Câmara. Bahia, 10 de outubro de 1765. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 36, doc. n. 7664.

Em correspondência enviada por Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estão registradas algumas imagens que consolidam aquelas que o Governador escreveu quando morou no Guaporé. Nelas ainda há conteúdo referente às distâncias a que ficavam as terras do Mato Grosso e a demora do Reino em saber das novas notícias daquela capitania:

Bem sei que me escrevia dando a Vossa Excelência parte do seu governo. Conto da individuação, mas como Vossa Excelência sabe o quanto custam as novas do Mato Grosso chegar a esse Reino, em matéria não deixa de ser importante; me pareceu justo participá-la a Vossa Excelência. Nesta ocasião, persuadindo-me chegará primeiro a cópia que o original.⁶⁰⁸

Em alusão ao Governador substituto, Rolim de Moura escreve com otimismo, exaltando seu cuidado e zelo com o exercício da administração da capitania, e aproveita para mencionar seus moradores, pois não podia esquecer nem deles e nem da região:

Não me parece que me tem dado más providências, assim pelo que vejo na sua carta; como pelo que algumas pessoas daquela capitania me tem escrito, segurando-me que me se tem portado com prudência, [ilegível] e afabilidade e que estão aqueles povos contentes com ele. Estimarei muito que assim seja, porque em toda parte onde eu estiver me não esqueço aquela terra e os seus habitantes.⁶⁰⁹

Rolim de Moura também incentivava os moradores de Vila Bela, rememorando quando lutaram em sua companhia no ano de 1763:

É sem dúvida que as mesmas razões que moveram Sua Majestade para conceder aos moradores do Mato Grosso aquela graça, não só existem mas se têm aumentado com a guerra que os castelhanos declararam àquela capitania em 14 de abril de 1763, por onde se vê a maior necessidade que há presentemente de se aplicarem todos os meios a aquelas povoações não só se conservem, mas se aumentem e cresçam em forças, para poderem resistir aos seus vizinhos, que já têm abertamente declarado qual é a sua intenção e muito mais por serem interessados nisto os padres da Companhia, castelhanos que não costumam ceder em matérias da sua conveniência.⁶¹⁰

⁶⁰⁸ CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Bahia, 3 de outubro de 1766. Em que refere a Carta de João Pedro da Câmara recebida de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 24 de abril de 1766. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 40, doc. n. 7463-7464.

⁶⁰⁹ *Id.*

⁶¹⁰ CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Bahia, 4 de julho de 1766. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 36, doc. n. 7114.

Em outra passagem, Rolim de Moura mostrou-se otimista ao relacionar a utilidade dos moradores de Vila Bela, que foram prestativos à guerra e à sua vida no momento que precisou de amparo:

Por outra parte, os moradores de Mato Grosso se fizeram sumamente atendíveis na dita guerra de 1763, despendendo a fazenda e expondo as vidas na defesa dos domínios de Sua Majestade, em que, com efeito, muitos as perderam, procurando, logo que tiveram a notícia que eu estava cercado dos inimigos, socorrer-me desde o maior até o mais pequeno, de sorte que foi necessário acautelar-me eu que não viessem em tanto número que ficassem as minas despovoadas, assim para haver sempre quem fabricasse mantimentos, como pelas mesmas minas não ficassem expostas a qualquer invasão que por aquela parte lhe fizesse o inimigo; pelo que me parece, que não só se fazem credores da graça que pedem, mas também que Sua Majestade lhes mande agradecer a fidelidade e zelo com que se houveram naquela guerra, de que resultou não só conservarem-se por ali os domínios de Sua Majestade ilesos, mas também concederam os castelhanos o grande temor que tenho representado pelas minhas cartas.⁶¹¹

A respeito das condições de defesa do Mato Grosso em situações de invasão espanhola, Rolim de Moura conjectura que as ações do inimigo em estratégias de guerra seriam desfeitas pela interferência da natureza, dada a dificuldade de marchar em ambiente onde os lusos eram mais aptos. Assim, a arte militar dos espanhóis precisaria de um terreno com menos circunstâncias que animassem sua intrepidez e facilitasse o transporte da expedição:

Para atravessarem o Rio Guaporé longe da Vila, medeiam matos e pantanais aonde os nossos com vantagem os podem embaraçar e em que um corpo de gente capaz de atacar o Mato Grosso naturalmente há de encontrar grandes dificuldades para marchar com o trem e mantimentos necessários para uma semelhante expedição. Assim, me parece que, não havendo um indesculpável descuido, não pode o Mato Grosso ser surpreendido e que para o tomarem necessita ser atacado com formalidade. Pois à vista da sua situação não é tão destituído de defesa como a carta o supõe.⁶¹²

Os homens do Mato Grosso receberam estima e consideração quando lembrada a sua atuação na guerra de 1763. Foram capazes de opor-se aos espanhóis, visto que, quando foi preciso, gente de toda “espécie” se prestou valorosa à defesa das terras que pretendia Portugal:

⁶¹¹ Carta de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para João Pedro da Câmara. Bahia, 4 de julho de 1766. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 36, doc. n. 7114.

⁶¹² CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para João Pedro da Câmara. Bahia, 20 de julho de 1767. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 41, doc. n. 7463-7464.

Enquanto a gente, também a não achei tão tímida, como a faz a dita carta; pois, sabendo-se em Vila Bela, no ano de 63, que eu estava cercado dos castelhanos, me socorreram com grande vontade, não só os brancos, mas os mulatos e pretos e de todas estas diferentes espécies, houve muitos que se houveram valorosamente na guerra.⁶¹³

Novamente é mencionada a natureza da região, capaz de impedir a expansão dos espanhóis para as terras na margem onde se estabeleciam os lusos, um “ambiente natural” servindo em desfavor daqueles. Em benefício dos soldados lusos, exalta seu desempenho no manuseio das armas, atribuição dada “até” aos negros:

Não duvido que com as primeiras notícias de se acharem muitos castelhanos nas missões dos padres da Companhia se atemorizassem alguma coisa, mas diminuída com o tempo a impressão que a novidade faz em semelhantes casos, e havendo quem os anime, parece-me se hão de poder defender, principalmente fazendo-se a guerra em matos e terras embaçadas, em que o maior uso é de armas de fogo, de que os nossos se sabem servir muito melhor por aquelas partes do que os castelhanos, pois até os pretos cativos atiram bem.⁶¹⁴

No caso dos espanhóis ocuparem a sede do governo em Mato Grosso, lá não sobreviveriam muito facilmente, faltar-lhes-ia alimentos e pessoas para suprir tal carência. Mais uma vez o “ambiente natural” favorecia aos interesses dos portugueses:

Mas ainda no caso de ocuparem a Vila, não deixará de ter sua dificuldade conservarem-se nela, por estar cercada de capões de mato de onde os inimigos podem ser utilizados [ilegível] e também porque a Vila não tem mantimentos para sustentar muito tempo um corpo de gente tal que empreenda tomar Mato Grosso e sustentar-se nele, pois só de escravos, quando eu lá estive, capitava mil, e para mandarem vir os mantimentos das suas terras não hão de encontrar pequenos embaraços por haver de ser a condução por terras agrestes e que estão por abrir.⁶¹⁵

Para Rolim de Moura, possivelmente as doenças e a falta de alimento dificultariam a vida dos espanhóis no Guaporé. Para enfrentá-los, contava com as adversidades da natureza em favor dos lusos. Estas imagens da natureza com novos sentidos, que anteriormente eram de pestilência, impossibilidades,

⁶¹³ CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para João Pedro da Câmara. Bahia, 20 de julho de 1767. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 41, doc. n. 7463-7464.

⁶¹⁴ *Id.*

⁶¹⁵ *Id.*

desconforto, no contexto da guerra serviriam de ânimo e escudo ao Governador João Pedro da Câmara:

Mas o maior contraste é o das doenças, que é moralmente impossível deixem de fazer um grande estrago nos castelhanos, a poucos dias de chegados aos ares de Mato Grosso, como sucedeu no ano de sessenta e três de setecentos, que vieram ao Rio Guaporé, tive eu notícia, não haviam escapado duzentos, e se viram obrigados ainda os seus cabos maiores a não comerem outro pão mais do que milho cozido, sendo as conduções pelos rios, o que cá ano tem. A isto se ajunta ser a passagem da Vila para as minas cheia de embaraços e cômoda para se disputar, porque logo de trás da Vila, menos de uma légua de distância, atravessa um caminho um mato de mais de outra de largo.⁶¹⁶

A impressão que Rolim de Moura deixa em seus escritos a respeito das terras espanholas é de riqueza e abundância, enquanto as do Mato Grosso enfrentavam doenças e escassez. Ele não acreditava que os espanhóis investissem e se firmassem na luta por aquele lugar, pois a natureza impedia sua apropriação e a vitória. Ela não os tornaria perseverantes naquela conquista.

Uma vantagem temos nós, ao que entendo inegável, e é que os castelhanos, para nos atacarem, hão de passar por terras abundantes para outras muito faltas e de um clima sadio para outro excessivamente sujeito a sezões e a nós nos há de suceder pelo contrário.⁶¹⁷

À mercê da natureza, Rolim de Moura retratou-se de várias formas, ora colocando-se como sofredor, ora como herói e ora como figurante que imputava ao seu sucessor ânimo ao esforço de vencer os ataques do inimigo.

Essas foram algumas das imagens produzidas por Rolim de Moura quando esteve na Bahia. É uma visão parcial que detém argumentos para reafirmar os problemas que seu sucessor enfrentava. A forma de Rolim de Moura ler a paisagem deu-se a partir de sua compreensão da natureza. A paisagem do Guaporé mudou de configuração depois de certo tempo, antes retratada com hostilidade, com a presença do inimigo os atributos daquela natureza na fronteira passaram então a ser indispensáveis à vitória. O Governador pôde representar o espaço culturalmente trabalhado, no qual houve uma associação entre natureza e ação do homem. As lembranças promovidas quando escreveu a respeito do lugar que governou, o Mato

⁶¹⁶ CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para João Pedro da Câmara. Bahia, 20 de julho de 1767. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 41, doc. n. 7463-7464.

⁶¹⁷ *Id.*

Grosso, pressupõem necessariamente realidades históricas, com as possibilidades da imaginação posteriormente construídas e lembradas.

A imagem, conforme escreve Bachelard, tem necessariamente um contexto e referenciais objetivos de reviver o que foi guardado na memória, tornando a imagem produto de uma imaginação “produtora”.⁶¹⁸ As lembranças de Rolim de Moura foram capazes de reproduzir e recriar as imagens do Mato Grosso, fazendo da sua imaginação a reprodução de lembranças do meio cultural e “natural” que seu olhar pôde alcançar. Imagens revividas ainda na contemporaneidade ao rerepresentar um espetáculo que pertence ao passado.

O que Rolim de Moura viu e representou em seus escritos, foi construído sem isenção de neutralidade. As imagens que deixou daqueles lugares passaram novamente por uma relação dialética de representação, construindo uma nova paisagem, influenciando um novo imaginário. Ao mesmo tempo em que a paisagem é a natureza em si, é também a visualização desse espaço, e Rolim de Moura fez dele um conjunto de representações.

O espaço da fronteira foi descrito por Rolim de Moura como local de relação conflituosa e ameaçadora pelos vizinhos espanhóis, um espaço de natureza hostil que poderia trazer dificuldades aos inimigos em caso de enfrentamento armado na Vila, sede do poder. A fronteira foi o espaço no qual o Conde de Azambuja representou situações de jogos de heroísmo, persistência e luta contra todas as más situações ali vividas.

⁶¹⁸ BACHELARD, 2008. p. 17.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro

PECÚLIO dos fatos acontecidos desde o ano de 1500 em que foi descoberto o Brasil até o ano de 1777 em que houve a última guerra do sul, sobre os limites e demarcações entre a Coroa de Portugal e de Espanha. Arquivo Nacional. Códice 728, v. 1, 02852, 208/9.33.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APMT), Cuiabá

INSTRUÇÃO REAL. Lisboa, em 19 de janeiro de 1749. Livro de Registro de Instruções Reais aos governadores (1749-1787).

Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1.

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Rei Dom José I. Lisboa, 5 de agosto de 1746. Doc. 192, [f. 21].

CÓPIA da Carta Patente nomeando Antônio Rolim de Moura para o Cargo de Governador de Mato Grosso assinada pelo Conselho Ultramarino. Lisboa, 26 de julho de 1748. Registrada na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em janeiro de 1751. Doc. 240, [f. 5-6].

CÓPIA da Provisão que Sua Majestade houve por bem acrescentar ao soldo do Ilustríssimo Governador de Mato Grosso. Lisboa, 26 de julho de 1748. Registrada em Vila Bela da Santíssima Trindade em 14 de junho de 1756. Doc. 145, [f. 75v-76].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade Dom José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 11 de julho de 1751. Doc. 193, [f. 13-13v].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 8 de agosto de 1751. Doc. 68, [f. 27-28].

CÓPIA da Carta do Conselho Ultramarino a Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 2 de julho de 1753. Doc. 90, [f. 36v].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura ao Rei de Portugal Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 3 de janeiro de 1755. Doc. 91, [f. 37-37v].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 31 de janeiro de 1755. Doc. 109, [f. 49-50v].

CÓPIA da Carta de Diogo de Mendonça Côrte Real para Antônio Rolim de Moura. Belém, 22 de junho de 1756. Doc. 207, [f. 114v-115v].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de junho de 1756. Doc. 145, [f. 84].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de dezembro de 1756. Doc. 176, [f. 90-92].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de abril de 1757. Doc. 192, [f. 98v-107v].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 5 de abril de 1757. Doc. 186, [f. 95v-96, 97].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Thomé Joaquim da Costa Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de março de 1759. Doc. 240, [f. 151v-153].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de julho de 1759. Doc. 242, [f. 155-156].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 4 de fevereiro de 1760. Doc. 247, [f. 161v-162].

CÓPIA da CARTA de Antônio Rolim de Moura a Thomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 7 de agosto de 1760. Doc. 240, [f. 164-165v].

Livro de Registro de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas (1750-1763). Manuscrito, Livro C-05, Estante 1.

CÓPIA de Bando que se mandou deitar para que ninguém vá fazer guerra aos gentios sem licença do governo, nem saiam desta Capitania índio algum. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 27 de janeiro de 1752. [f. 3-4].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de abril de 1761. Doc. 196, [f. 113v-115].

Livro de Registro de Provisões, Portarias, Cartas, Expedidas e Recebidas (1750-1767). Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-06, Estante 1.

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 8 de agosto de 1751. Doc. 68, [f. 27-28].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. Doc. 16, [f. 8v-20].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura ao Conselho Ultramarino. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de maio de 1752. Doc. 19, [f. 21v-22].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. Doc. 39, [f. 51-52v].

CÓPIA de Bando que Rolim mandou publicar em proibição a compra de índios trazidos com as monções do Pará. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de março de 1753. Doc. 44, [f. 54].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim para o Secretário de Estado Diogo de Mendonça da Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. Doc. 101, [f. 81].

CÓPIA da Provisão Real sobre a comunicação das minas do Mato Grosso com o Pará. Lisboa, 14 de novembro de 1752. Doc. 101, [f. 81].

REGIMENTO dos Capitães do Mato. Vila Bela da Santíssima Trindade, 12 de dezembro de 1755. Doc. 160, [f. 100-100v].

Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751-1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Manuscrito, Livro C-08, Estante 1.

CÓPIA do Termo da Junta, que fez para a determinação do sítio em que se devia fazer para aldeia dos Padres da Missão. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 9 de maio de 1751. [f. 6-14].

Livro de Portarias e Bandos da Proveria Real da Fazenda (1761-1766). Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-12, Estante 1.

CÓPIA do Regimento Portaria para se mandarem vir por conta da Fazenda Real da cidade do Rio de Janeiro uma imagem de Nossa Senhora da Conceição para a capela do Presídio desta Invocação e alguns medicamentos. Com a rubrica de Diogo José Pereira. Registrado em Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de junho de 1762. [f. 14].

Livro de Registro de Cartas, Bandos, Instruções e Correspondência expedida e recebida. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-14, Estante 1.

CÓPIA do Regimento de Antônio Rolim de Moura para o Capitão-Mor João Pereira da Cruz. Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, 27 de abril de 1763. Doc. 4, [f. 5v-6v].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o Capitão-Mor João Pereira da Cruz. Nossa Senhora da Conceição, 28 de maio de 1763. Doc. 6, [f. 7v-8].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para o General do Rio de Janeiro Conde de Borbadella. Nossa Senhora da Conceição, 31 de maio de 1763. Doc. 6, [f. 7-8v].

CÓPIA da carta de João Manoel de Mello para Antônio Rolim de Moura. Vila Boa, 31 de agosto de 1763. Doc. 14, [f. 10v].

CÓPIA da carta de Antônio Rolim de Moura a João Manoel de Mello. Presídio da Conceição, 30 de janeiro de 1764. Doc. 15, [f. 11v.].

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Alonso Berdugo. Nossa Senhora da Conceição, 20 de julho de 1764. Doc. 52, [f. 36].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Mato Grosso. Projeto Resgate

CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Rei Dom José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 13 de julho de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 6, doc. n. 357.

CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de junho de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 524.

CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de maio de 1755. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 489.

CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de junho de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 525.

CORRESPONDÊNCIA enviada pelo Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para o Rei D. José. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 11 de julho de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 6, doc. n. 355.

DECRETO do Rei Dom João V nomeando Antônio Rolim de Moura Governador de Mato Grosso. Liboa, 26 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 4, doc. n. 237.

NOTICIA particular pertencente ao mapa sobre exploração de terras entre o Rio Jauru no Paraguai, e a do Rio Sararé, no Guaporé, para estabelecer a demarcação dos domínios Portugal e Castela. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 454. Conselho Ultramarino Brasil-Mato Grosso, posterior a 1754.

OFÍCIO (minuta) [do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real] ao Governador de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura sobre a comunicação com o Grão Pará pelo Rio Madeira. Lisboa, 1 de junho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 430.

OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a ordem de reduzir o gentio Paiaгуá por bem ou por meio das armas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de julho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 433.

OFÍCIO (minuta) do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real ao [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura sobre o ensino da língua portuguesa aos índios e outros assuntos. Lisboa, 2 de agosto de 1754. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 450.

OFÍCIO enviado pelo Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça da Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, em 26 de junho de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 518.

OFÍCIO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real] ao [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 31 de agosto de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 583.

OFÍCIO de Antônio Rolim de Moura ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de novembro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10 doc. n. 587.

OFÍCIO do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de dezembro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 590.

OFÍCIO enviado por Antônio Rolim de Moura ao Governador e Capitão-General da capitania do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 14 de dezembro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 596.

OFÍCIO enviado pelo Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 6 de junho de 1759. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 604.

OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura para o [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Anexo: Certidão 2ª via. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de novembro de 1759. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 10, doc. n. 607.

REQUERIMENTO de Antônio Rolim de Moura, nomeado Governador de Mato Grosso, ao Rei Dom João V. Lisboa, 29 de julho de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 4, doc. n. 239.

REQUERIMENTO do Juiz de Fora de Itu bacharel Teotônio da Silva de Gusmão, nomeado para o Mato Grosso, ao Rei [D. João V] em que pede seja graduado o lugar que vai criar com o título de Ouvidoria. Lisboa, 21 de janeiro de 1751. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de julho de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 5, doc. n. 332.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Bahia. Projeto Resgate

OFÍCIO do governo interino da Bahia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, acerca dos movimentos das tropas espanholas na colônia do Sacramento e que faziam reechar a continuação da guerra, dos reforços militares requisitados do Rio de Janeiro, das dificuldades que oferecia o recrutamento das tropas do novo Governador da Bahia o Conde de Azambuja. Bahia, 25 de março de 1765. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Doc. n. 6780.

CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para João Pedro da Câmara. Bahia, 10 de outubro de 1765. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 36, doc. n. 7664.

CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Bahia, 4 de julho de 1766. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 36, doc. n. 7114.

CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Bahia, 3 de outubro de 1766. Em que refere a carta de João Pedro da Câmara recebida de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 24 de abril de 1766. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 40, doc. n. 7463-7464.

CARTA de Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, para João Pedro da Câmara.Bahia, 20 de julho de 1767. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 41, doc. n. 7463-7464.

BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro

CARTA Patente de D. José I nomeando Antônio Rolim de Moura Vice-Rei do Brasil. Lisboa, 31 de agosto de 1767. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Códice: 03, 04, 05, n. 88.

RELAÇÃO da chegada, que teve a gente de Mato Grosso, e agora se acha em companhia do Senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Araritaguaba, até a esta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Lisboa: Oficina Silva, 1754. 8 p. Biblioteca Nacional. Obras Raras 23, 5, 1, n. 23.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (IHGMT), Cuiabá

INSTRUÇÃO REAL enviada pela rainha de Portugal ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Pasta 23, n. 1391.

Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Antônio Rolim de Moura. Belém, 18 de junho de 1761. Pasta 23, n. 1389.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDHIR/UFMT), Cuiabá.

PARECER do Conselho Ultramarino enviada por Rodrigo César de Meneses. Lisboa Ocidental, em 8 de janeiro de 1732. Micro-ficha 06, doc. 80/AHU. NDIHR/UFMT.

Relatório de Presidente de Província, Francisco José Cardoso Junior. Cuiabá, 4 de outubro de 1872.

FONTES IMPRESSAS

A GAZETA, Cuiabá, 10 fev. 2002.

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). **Anais de Vila Bela: 1734-1789**. Cuiabá: Carlini e Carniato Editorial; EdUFMT, 2006. (Coleção Documentos Preciosos).

ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

CAMELLO, João Antônio Cabral. **Notícias práticas das minas do Cuiabá**. Cuiabá: EdUFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos, do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo (1723). In: TAUNAY, Afonso de Escagnolle. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CARTA Patente. Dom Antônio Rolim de Moura, de Governador e Capitão-General da Bahia. Lisboa, 6 de setembro de 1765. In: MOURA, Carlos Francisco. **D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja**: biografia. Cuiabá: EdUFMT, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-Generais, 1).

CARTA de sua Majestade, D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 13 de junho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, 27 de junho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade D. José I. Cuiabá, 3 de julho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Joaquim José Lopes de Lavre. Cuiabá, 4 de julho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Joaquim José Lopes de Lavre. Cuiabá, 4 de julho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade D. José I. Cuiabá, 13 de julho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade D. José I. Cuiabá, 18 de julho de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Cuiabá, 6 de agosto de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 8 de agosto de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA de Antônio Rolim de Moura para o Padre Ramon Laines. Chapada de São Francisco Xavier, 10 de janeiro de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 de maio de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA de Antônio Rolim de Moura enviada para D. José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 18 de junho de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita

Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA de Antônio Rolim de Moura ao Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. Suplemento Mensal da Carta enviada por Antônio Rolim de Moura ao Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de maio de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

Carta enviada por Antônio Rolim de Moura ao Rei Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de outubro de 1752. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de janeiro de 1754. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a sua Majestade, D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30 de janeiro de 1754. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

RELAÇÃO da viagem que fez o Conde de Azambuja da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá no ano de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1.

CARTA de Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade D. José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de janeiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 16 de janeiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 31 de janeiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita

Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 3 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de fevereiro de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de maio de 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de junho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 29 de junho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de julho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 25 de fevereiro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 2 de março de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 20 de março de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA de Antônio Rolim de Moura para Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 23 de novembro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 24 de novembro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para o Marquês Estribeiro Mor. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de dezembro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura ao Marquês de Angeja. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de dezembro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Tomé Joaquim da Costa Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, em 2 de julho de 1758. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, Ana

MESQUITA, Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura ao Marquês Estribeiro Mor. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de dezembro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura ao Marquês de Angeja. Vila Bela da Santíssima Trindade, 11 de dezembro de 1757. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1758. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CARTA de Antônio Rolim de Moura ao Padre Nicolas Altogredi. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de dezembro de 1758. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CATÁLOGO de verbetes dos documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa: fontes primárias para a História da capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Campo Grande: CMAEF, 1999.

Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em 19 de janeiro de 1749. In: MOURA, Carlos Francisco. **D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja**: biografia. Cuiabá: EdUFMT, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-Generais, 1).

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai**: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). **A Amazônia na Era Pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e

Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília: Senado Federal, 2005, v. 49a (Edições do Senado Federal).

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). **A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão**, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília: Senado Federal, 2005, 49b. (Edições do Senado Federal).

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). **A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão**, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília: Senado Federal, 2005, 49c. (Edições do Senado Federal).

MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja**: biografia. Cuiabá: EdUFMT, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-Generais, 1).

NOTÍCIA chronologica das pessoas que governaram a capitania de Mato Grosso, desde o ano de 1751 de sua criação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laembert, v. 20, tomo 20, p. 282-283, 1857.

PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. 1 v.

PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. 2 v.

PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. 3 v.

SÁ, Jose Antonio de. **Elogio Fúnebre ao Illmo. e Exmo. Senhor D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja**. Lisboa: [s. n.], 1784.

SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: EdUFMT; Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

SORIANO, Simão José da Luz. **Revelações da minha vida e memorias de alguns factos, e homens meus contemporaneos**. Lisboa: Typografia Universal, 1860.

SOUSA, D. Antonio Caetano. **Memorias historicas, e genealogicas dos grandes de Portugal, que contém a origem, e a antiguidade de suas familias:** os Estados, e os nomes dos que actualmente vivem, suas Arvores de Costado, suas alianças das casas, e os escudos de armas, que lhe competem, até o ano de 1754. Oferecidas a ElRey fidelissimo D. João V. Nosso Senhor. Lisboa: Regia Officina SYLVIANA e da Academia Real, 1755.

TAUNAY, Afonso de Escragnolle. **Relatos sertanistas.** São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

VEIGA, Manoel Francisco Silva. **Falla no Felliz dia 17 de novembro de 1767 em que tomou posse do governo desta Capitania do Rio de Janeiro o Ill.mo e Exc.mo Senhor D. Antonio Rolim de Moura.** Lisboa: Regia Officina Typografica, 1769. Biblioteca Nacional, Seção: Obras Gerais, Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de; LIMA, Miguel Alves de. **Planalto centro-ocidental e Pantanal mato-grossense.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1959.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios:** um projeto de civilização no Brasil no século XVIII. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso:** o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ARAÚJO, Olga Maria Castrillon Mendes. **Nas raias de Mato Grosso:** o discurso da constituição da fronteira. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000205871>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ASSIS, Edvaldo de. **Cuiabá colonial: povoamento e sociedade**. Cuiabá: Editora Barros, 1988.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **A administração pombalina**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BLAU, Alessandra Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

BONATO, Tiago. Construindo a paisagem da América portuguesa: imagens textuais de viagem do final do período colonial. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (Org.). **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo: Alameda, 2010.

BORDIGNON, Mario. **Os Bororo na história do centro-oeste brasileiro: 1716-1986**. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1986.

BOURGUET, Marie-Noelle. O explorador. In: VOVELLE, Michel (Org.). **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

BRAZIL, Maria do Carmo. Escravidão negra em Mato Grosso: dominação, violência e resistência. In: SIMPÓSIO SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 4., Aspectos da escravidão e da transição para o trabalho livre, 1999, Montevideu. **Anais...** Montevideu: Instituto Cultural Anglo Uruguaio, 1999. CD-ROM.

BRAZIL, Maria do Carmo. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, 4., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC, 2000. v. CD-ROM.

BRAZIL, Maria do Carmo. Presença quilombola em regiões além-fronteiras. Mato Grosso colonial e as fugas de escravos. In: CONGRESSO SUL-AMERICANO DE

HISTÓRIA, 2., 2005, Passo Fundo, RS. **Anais...** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo; Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 2005.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. Vocábulo, Expressões da Língua Geral e Científica-sinônimos contribuições do Tupi-Guarani. São Paulo: Saraiva, 1964, v. 2.

BURKE, PETER. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. **Os doces bárbaros**: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757). 105 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

CANOVA, Loiva. Imagens dos índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2005. Cuiabá: EdUFMT; Carlini e Caniato, 2005.

CANOVA, Loiva. Os índios em Mato Grosso no governo de Antônio Rolim de Moura (1761-1765). **Revista Histórica**, ano, 4, n. 32, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao32/materia04/>>. Acesso em: 31 maio 2010.

CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: um ilustrado na capitania de Mato Grosso. In: **Coletâneas do nosso tempo**, Cuiabá, ano 7, v. 7, n. 8, ago./dez. 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EdUSP, 1994.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: UNICAMP, 1992.

CASTRO, Demian Garcia. **Significados do conceito de paisagem**: um debate através da epistemologia da geografia. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUI, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto *et al.* **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português**: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da Colônia Brasil. **Revista Brasileira História**, São Paulo, v. 26, n. 51, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/263/26305105.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea Grande, MT: Fundação Júlio Campos, 1994.

CORTESÃO, Jaime **O Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v., 2 tomos. (Coleção Memória Brasileira).

COSGROVE, Denis E. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1988.

COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1998.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente**: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

COSTA, Maria de Fátima. Rolim de Moura e a criação do Pantanal. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Edição comemorativa aos 250 anos da capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomo CXLVI, ano LXX, 1998.

CRIVELENTE, Maria Amélia A. Alves. Poder e cotidiano na capitania de Mato Grosso: uma visita aos senhores de engenho do Lugar de Guimarães (1751-1818). **Revista de Demografia Histórica**, ano XXII, n. 2, segunda época, 2003. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=857544>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CUNHA, Luis. **Entre ideologia e propaganda**: a construção de um herói nacional. Disponível em: repositorium.sdum.uminho.pt/.../1995,%20Nov.%20Jornadas%20Poder%20e%20Sociedade%20U.Aberta.doc Acesso em: 18 dez. 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CURTO, Diogo Ramada. Organizar a dominação construir o Estado. In: MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 3, 1992.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão**. Belém: UFPA, 1970. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos**: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações e Descobrimientos Portugueses, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. **Época Pombalina**. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Textos do Tempo).

FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FARIA, Francisco. **Significado da paisagem das Américas**. [S.l.]. Edição Policopiada.

FEITOSA, Elias Alves. **A Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão e as diferenças entre o Cuiabá e o Mato Grosso: 1755-1778**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, [s. d.].

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa: 1776-1796**. Cuiabá: UFMT, 2003. (Dissertação de Mestrado).

FERREIRA, Mário Clemente. Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2., 2007, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Instituto Geográfico Português, 2007. Disponível em: <http://www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2010.

FIGUEIREDO, Israel de Faria. Rolim de Moura e a escravidão em Mato Grosso: preconceito e violência (1751-1765). **Revista Territórios e Fronteiras**, UFMT, v. 2, n. 2, jul./dez. 2001.

FREIRE, Júlio De Lamonica. **Por uma poética popular da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000a.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: EdUFG, 2000b.

GUERREIRO, Inácio. **Os tratados de delimitação do Brasil e a cartografia da época**. Lisboa: Chaves Ferreira, 1999.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades de fronteira. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: EdUFG, 2000.

HARTMANN, Thekla. Cultura material e etnohistória. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 23, 1976.

HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). **História geral da civilização brasileira: época colonial**. 7. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1985. t. I, v. I.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

IM HOF, Ulrich. **A Europa no Século das Luzes**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the vernacular landscape**. New Haven: Yale University Press, 1984.

JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos**: a administração na fronteira oeste na América Portuguesa (1719-1778). 438 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v.14, 2000.

LAPA, Amaral. **Economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. Rolim de Moura: a capitania, o homem e a história. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. Edição comemorativa aos 250 anos da capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tomo CXLVI, ano LXX, 1998.

LEITE, Mario Cezar Silva. **Águas encantadas de Chacororé**: natureza, cultura, paisagens e mitos do Pantanal. Cuiabá: Cathedral-Unicen Publicações, 2003. v. 4. (Coleção Tibanaré de Estudos mato-grossenses).

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato-Grosso (1719-1856). **RIHGM**, Rio de Janeiro, v. 205, 1949.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. **Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso**: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. **A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII**. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 2004. (Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História: Vila Bela da Santíssima Trindade, MT. Relatório final, fase 2).

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, cabixis e caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Associação Brasileira de Antropologia, 2006. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Fatima.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas no século XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 40, n. 2, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MENDONÇA, Rubens. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja**: biografia. Cuiabá: EdUFMT, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-Generais, 1).

MOURA, Zilda Alves de. **Cativos nas terras dos pantanais**: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2008.

NEME, Mário. **Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo**: Separata do tomo XXIII dos Anais do Museu Paulista. São Paulo: [s. n.], 1969.

OLIVAL, Fernanda. Um rei e um reino que viviam da mercê. In: _____. **As ordens militares e o estado moderno**: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

PAIVA, Ana Mesquita Martins de. **A ocupação da fronteira oeste da colônia**, no período de Antônio Rolim de Moura. 39 f. Monografia (Curso de Especialização: Mato Grosso: História e Historiografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, 1982.

PEREIRA, Márcia Leila de Castro. **“Rios de História”**: guerra, tempo e espaço entre os Mura do baixo Madeira (AM). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PESSANHA, José Américo Motta. Bachelard e Monet: o olho e a mão. In: NOVAES, Adauto *et al.* **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na trilha das águas**: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e Mato

Grosso (Século XVIII). 270 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=+assunto:%22Backwoods%22>>. Acesso em: 16 maio 2010.

PURPURA, Christian. **Formas de existência em áreas de fronteira**: a política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico (séculos XVII e XVIII). 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RAMÍREZ ALVARADO, Maria del Mar. **Construir una imagen**: visión europea del indígena americano. Sevilla: Fundación El Monte, 2001. (Colección América).

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá**: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROSA, Carlos Alberto. Confidências mineiras na parte mais central da América do Sul. **Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, v. 1, n. 1, jul./dez. 2000.

ROSA, Carlos Alberto. Mínima história dos Anais. In: **ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá**: 1719-1830. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

ROSA, Carlos Alberto. Apostila 3: **História e historiografia de Mato Grosso**. Disciplina “História e historiografia de Mato Grosso”, ministrada pelo professor Dr. Carlos Alberto Rosa, aula de 21 de maio de 2001. (Mimeo).

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem. **Revista Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 20, p. 6, 2005. Disponível em: <<http://www.espiral.org.br/paisagens/publicacoes/2005paisagem.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERNA, Pierre. O nobre. In: VOVILLE, Michel (Org.). **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, João Bosco. **Vila Bela à época de Luis de Albuquerque: 1777-1789**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII**. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

SILVA, Jovam Vilela da. **História de Mato Grosso: um breve relato da formação populacional (século XVIII ao XIX)**. Cuiabá: KCM, 2006.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico mato-grossense: período colonial, 1524/1822: autoridades, bandeirantes, cientistas, conquistadores, índios, militares, religiosos, sertanistas, viajantes**. Cuiabá: Carlini & Carniato, 2005.

SILVA, Valderéz Antônio da. **Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVA, Vicente de Paulo da. Paisagem: concepções, aspectos morfológicos e significados. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 19, n. 1, jun. 2007.

SILVA, Carolina Joana da; SILVA, Joana Aparecida Fernandes. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: NUPAUB-USP/ USP/Cuiabá: EdUFMT, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TORRENTES, Priscyla Árias. **A atividade turística e a preservação do patrimônio histórico cultural na estrada real Paraty-Cunha**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, São

Paulo, v. 3, ano III, n. 3, jul./ago./set. 2006. Disponível em: <<http://http://www.revistafenix.pro.br/artigos8.php>>. Acesso em: 5 jun. 2008.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. **Entradas e bandeiras**. São Paulo: Global, 1985.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

VOVELLE, Michel (Org.). **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

ZAGO, Lisandra. **Etnoistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (séculos XVIII e XIX)**. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, 2005.